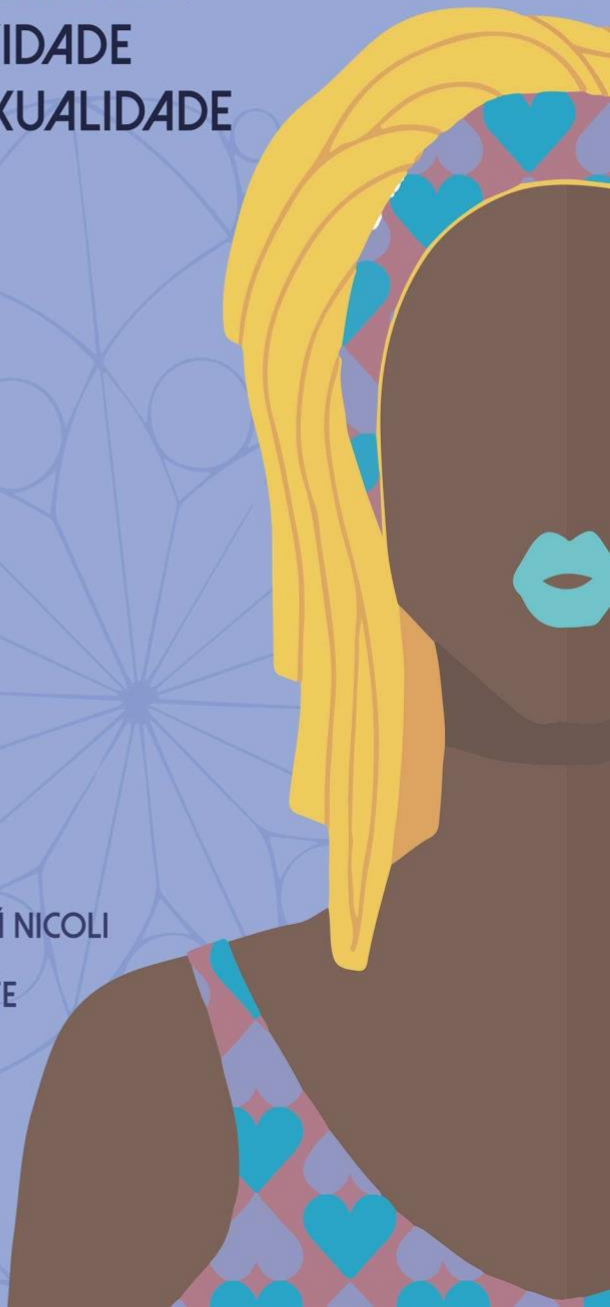
SABERES EM MOVIMENTO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS, DE MILITÂNCIA E REPRESENTATIVIDADE EM GÊNERO E SEXUALIDADE

ANAIS DO II CONGRESSO DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

1ª EDIÇÃO INTERNACIONAL



ORGANIZAÇÃO:

PEDRO AUGUSTO GRAVATÁ NICOLI
MARCELO MACIEL RAMOS
BÁRBARA ALMEIDA DUARTE

INITIA VIA
EDITORA

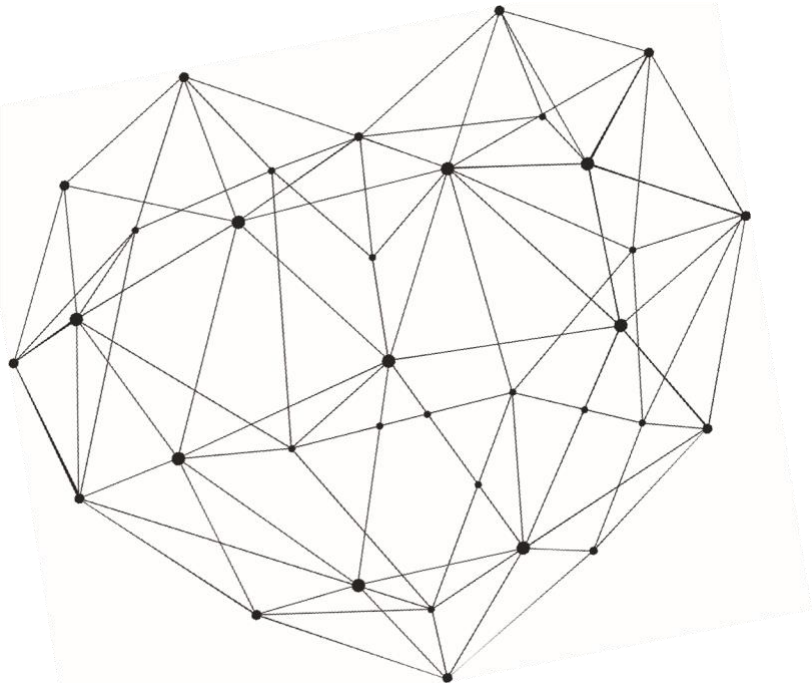
Anais do II Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero 1ª Edição Internacional

Volume IV

SABERES EM MOVIMENTO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS, DE MILITÂNCIA E REPRESENTATIVIDADE EM GÊNERO E SEXUALIDADE

Organização:

MARCELO MACIEL RAMOS
PEDRO AUGUSTO GRAVATÁ NICOLI
BÁRBARA ALMEIDA DUARTE



INITIA VIA
EDITORA

2017

Anais do II Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero – 1ª Edição Internacional
Volume IV

Organizadores: Marcelo Maciel Ramos, Pedro Augusto Gravatá Nicoli, Bárbara Almeida Duarte

1ª edição - 2017 - Initia Via
Copyright © desta edição [2017] Initia Via Editora Ltda.
Rua dos Timbiras, nº 2250- sl. 103-104 - Bairro Lourdes
Belo Horizonte, MG, Brasil, 30140-061 www.initiavia.com

Editora-Chefe: Isolda Lins Ribeiro
Projeto gráico: Lívia Furtado
Diagramação: Brenda Batista
Arte da capa: Luísa Santos Paulo, hays da Costa Santos e Antônio Augusto Rausch
Ilustração do miolo: Designed by Smithytomy - Freepik.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial deste livro ou de quaisquer umas de suas partes, por qualquer meio ou processo, sem a prévia autorização do Editor. Vedada a memorização e/ ou recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em sistemas de processamento de dados. A violação dos direitos autorais é punível como crime e passível de indenizações diversas.

O48d Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero
(2: 2016 : Belo Horizonte, MG)
Saberes em movimento: perspectivas teóricas, de militância e representatividade em gênero e sexualidade : anais do II Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero – 1ª edição internacional / organizadores: Marcelo Maciel Ramos, Pedro Augusto Gravatá Nicoli e Bárbara Almeida Duarte. - Belo Horizonte : Initia Via, 2017.

243 p. – Anais de evento – Volume IV

ISBN: 978-85-9547-002-6 (volume IV)
ISBN: 978-85-64912-98-4 (coleção completa)

1. Direitos humanos. 2. Psicologia. 3. Identidade de gênero. 4. Comportamento Sexual. I. Ramos, Marcelo Maciel. II. Nicoli, Pedro Augusto Gravatá. III. Duarte, Bárbara Almeida. IV. Título

CDD 341.27

Apoio:

DIVERSO UFMG
NÚCLEO JURÍDICO DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FAPEMIG

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Kingdom of the Netherlands

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

SUMÁRIO

NOTA DA ORGANIZAÇÃO **6**

O "FEMINISMO POP": GÊNERO, RELAÇÕES DE PODER E DEVIR-MULHER, NA ERA DA INFORMAÇÃO **7**

Ailton José dos Santos Carneiro

Kalina Fernandes Gonçalves

Tatiane de Santana Souza

MULHERES QUE LUTAM: ANA TERRA E LARA CROFT **19**

Rafaela Elaine Barbosa

IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS EM CENA: "PUTA, DROGUISTA, CAMBALACHEIRA, MACUMBEIRA" **33**

Mariana Pinter Chaves (CNPq)

A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO FEMININO COMO OBJETIVO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL **46**

Ana Claudia Lopes Venga

Larissa Valim de Oliveira Farias

"O QUE PENSAM OS GAYS QUE APOIAM BOLSONARO?": INDÍCIOS DE UM RECONHECIMENTO IDEOLÓGICO E A CRÍTICA À IDEOLOGIA **59**

Lucas Afonso Sepulveda

Laura Antônio Lima

O ÓDIO SAIU DO ARMÁRIO: **69**

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS ACERCA

DO DISCURSO DE ÓDIO CONTRA LGBTTIS

NAS REDES SOCIAIS

Renato Contente Freire de Menezes

http://dx.doi.org/10.17931/DSG_V04_00completo

CIBERMILITÂNCIA: **80**

O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA DISSEMINAÇÃO

DO DEBATE ACERCA DA DIVERSIDADE SEXUAL

E DE GÊNERO

Rafaela Sanches

Priscila Mendes

Stephany Brum

COLETIVIZAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO NO PROCESSO **91**

DE LUTAS POR RECONHECIMENTO:

O CASO DAS *HASHTAGS* #MEUPRIMEIROASSÉDIO

#PRECISAMOSFALARSOBREABORTO

#BELARECATADAEDOLAR NO DESENVOLVIMENTO

DAS QUESTÕES FEMINISTAS NO BRASIL

Bárbara Monteiro

Paula Lopes

haís Choucair

RECONHECIMENTO E SEXUALIDADE: **116**

AS CONTRIBUIÇÕES DE AXEL HONNETH E

NANCY FRASER PARA A ANÁLISE DA TRAJETÓRIA

POLÍTICA DO MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO

Gustavo Frota Lima e Silva

Elena de Oliveira Schuck

Amanda Carolina Cegatti

EQUIDADE DE GÊNERO, IDEOLOGIA E **126**

RELIGIÃO CRISTÃ NA CONTEMPORANEIDADE

Magner Miranda de Souza

ENTRE EXCESSOS E TENSÕES: **138**

***A* PROPOSTA NÃO-BINÁRIA**

Francine Natasha Alves de Oliveira

***A* PÓS-MODERNIDADE E *A* SUA INFLUÊNCIA** **148**

NOCIVA NA GÊNESE DO PENSAMENTO DOS

MOVIMENTOS SOCIAIS NA ATUALIDADE

Julia Pereira Reis

hales Monteiro Freire

OS DESAFIOS DA CLÍNICA: **160**

UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO COM MULHERES

EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Lacilaura Bomtempo Lamounier Costa
Bruna Afonso Gibim

http://dx.doi.org/10.17931/DSG_V04_00completo

***A* MATERNIDADE COMO CONFLITO E O** **166**

FEMINISMO COMO RESPOSTA:

NÃO SE NASCE MULHER, TORNA-SE MÃE

Carolina Alves Leite

AS* MULHERES DE *TPM: **179**

IMAGENS ACERCA DAS CAPAS DA REVISTA FEMININA

Vanessa Costa Trindade

DIREITOS REPRODUTIVOS ANALISADOS SOB A **191**

ÓTICA DE UM FEMINISMO DESCOLONIAL

Roberta Olivato Canheo

A LUTA PELO DIREITO À SAÚDE: **203**

AS CORES DA BANDEIRA

Elton Araújo de Souza

LGBT E DIREITO À SAÚDE: **216**

AVANÇOS E DESAFIOS

João Elton de Jesus

REVISITANDO POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS **224**

DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO LGBT:

O MODELO IDENTITÁRIO E SUAS NOVAS

ZONAS DE EXCLUSÃO

Rodrigo Broilo

O ACESSO DOS TRANSEXUAIS AO SUS EM **231**

CAMPOS DOS GOYTACAZES:

UMA PROBLEMATIZAÇÃO DA DIFERENÇA

ENTRE O CAMPO PRÁTICO E AS POLÍTICAS

DE SAÚDE INTEGRAL LGBT

Alice da Silva Moreira Laryssa
Monteiro do Rosario

http://dx.doi.org/10.17931/DSG_V04_00completo

NOTA DA ORGANIZAÇÃO

É com grande alegria que apresentamos os anais do II Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero, realizado em outubro de 2016 na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, por iniciativa do Diverso UFMG – Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero. O presente volume tem como título "*Saberes em movimento: perspectivas teóricas, de militância e representatividade em gênero e sexualidade*".

O II Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero foi organizado pelo Diverso UFMG com apoio da SEDPAC (Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania do Estado de Minas Gerais) e inanciamento da Embaixada do Reino dos Países Baixos, da FAPEMIG, do CNPq e da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Minas Gerais. O evento juntou seus esforços no aprofundamento e ampliação do debate das teorias de gênero e sexualidade no contexto da educação jurídica, das práticas políticas, legislativas e judiciais dirigidas às mulheres e pessoas LGBT. Além disso, propôs uma aproximação entre teorização, representatividade e vivências, em diálogo aberto e multidisciplinar com a militância e movimentos sociais de mulheres e pessoas LGBT, transpondo os muros que separam a academia e a vida. A atividade desenvolveu-se, ainda, em alinhamento com os projetos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG, especialmente nas linhas afetas à opressão, desigualdade, inclusão, trabalho e democracia.

O II Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero contou com a participação de mais de 600 (seiscentas) pessoas, de todas as regiões do país. Teve, ao longo de seus quatro dias, conferências e mesas redondas em diversos eixos temáticos, como interseccionalidade, maternidade, aborto, justiça sexual e econômica, discursos de ódio, educação, violência de gênero, perspectivas latino-americanas, homofobia, direitos e cidadania LGBT. Contou com a participação de professoras e professores de diversas regiões do mundo, além de muitas outras do Brasil, de Minas Gerais e da própria UFMG. Foram realizados, ainda, encontros de 16 grupos de trabalho, com a apresentação de centenas de artigos em temáticas variadas, muitos dos quais são agora apresentados nos volumes desses anais do Congresso.

No presente volume, o conjunto de artigos selecionados congrega o universo da teorização, representação e ação em matéria de gênero e sexualidade. Analisa-se, em múltiplas perspectivas, a maneira como as teorias contemporâneas de gênero e sexualidade renovam, modiicam, complementam e atualizam o(s) feminismo(s), tanto em sua perspectiva acadêmica quanto como movimento de transformação social. Junta-se a isso uma investigação plural do papel dos movimentos sociais na formação de contra-hegemonias ativas e socialmente conscientes relacionadas às resistências feministas e LGBT. Busca-se explorar a ideia de mudança articulada por um grupo de pertença ativo construtor da própria liberdade, bem como questionar sua

formalização organizativa, que arrisca reproduzir aspectos da estratiicação das diversidades. A tod@s, uma boa leitura!

Marcelo Ramos, Pedro Nicoli e Bárbara Almeida Duarte

O "FEMINISMO POP": GÊNERO, RELAÇÕES DE PODER E DEVIR-MULHER, NA ERA DA INFORMAÇÃO[1]

Ailton José dos Santos Carneiro[2]
Kalina Fernandes Gonçalves[3]
Tatiane de Santana Souza[4]

RESUMO: O "feminismo pop", uma apropriação do discurso feminista por artistas da indústria pop que tanto repercutiu nas mídias nos últimos anos, apresenta-se como mais uma faceta da luta das mulheres contra a dominação masculina neste novo tempo e espaço em que o local e o global, cosmopolitismo e singularidades, se confundem. Com isso, é importante indagar acerca das contribuições desse fenômeno midiático para a tradição feminista e para o empoderamento das mulheres em tempos de aldeia global, marcado pela reestruturação do trabalho, acumulação lexível do capital e pela revolução da tecnologia de informação. Nesta perspectiva, buscamos discutir as contribuições do "feminismo pop" para a luta feminista e para a constituição de um devir-mulher nestes primeiros anos do século XXI, em plena era da informação. Para tanto, faz-se uso de uma revisão bibliográica acerca dos temas feminismo, devir-mulher e empoderamento, artigos sobre o "feminismo pop", e análise de canções da cantora Beyoncé e do discurso da atriz Emma Watson na Organização das Nações Unidas (ONU). Trata-se, sobretudo, de mais uma tentativa de compreender e elucidar o papel do feminismo na novíssima ordem mundial.

Palavras-chave: Gênero. Feminismo. Devir-mulher. Era da informação.

Sisters are doin' it for themselves
Standin' on their own two feet
And ringin' on their own bells Sisters are doin' it for themselves (Trecho da canção "Sisters are doin' it for themselves" de Aretha Franklin).

1 Artigo apresentado ao II Congresso de Diversidade Sexual e De Gênero, que acontecerá na Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais, durante os dias 12 a 15 de outubro de 2016, em Belo Horizonte – Minas Gerais.

2 Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. E-mail: ailtonet@hotmail.com.

3 Mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. E-mail: kalinafg@bol.com.br.

4 Mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. E-mail: tatidisouza@yahoo.com.br.

1. Introdução

A reestruturação do capitalismo e do mundo do trabalho iniciada na década de 1970 e a revolução da tecnologia de informação transformaram um mundo em uma verdadeira aldeia global. Vivemos cada dia mais "conectados". Todavia, não podemos confundir tamanha proximidade com a tão sonhada fraternidade e seus provenientes laços de solidariedade. A "sociedade em rede"[5], por debaixo de suas teias, mantém e reforça uma série de desigualdades econômicas, sociais e políticas, escamoteando verdadeiros jogos de dominação.

No contraponto dessa globalidade, diversos grupos minoritários se organizaram e se organizam na luta contra a opressão e pela cidadania plena, opondo-se por muitas vezes à política neoliberal adotada pelos Estados e às novas formas de acumulação lexível do capital e precarização do trabalho. É nesse contexto que muitas mulheres reivindicam condições igualitárias, ressigniicando a luta feminista e fazendo uso das novas ferramentas do mundo atual. O "feminismo pop", compreendido aqui como uma apropriação do discurso feminista por artistas da indústria pop, repercutiu nas mídias nos últimos anos, apresentando-se como mais uma faceta da luta das mulheres contra a "dominação masculina"[6]. Com isso, é importante indagar acerca das contribuições desse "feminismo pop" para a tradição feminista e para um "empoderamento"[7] de mulheres e liberação de um "devir-mulher"[8] na contemporaneidade.

Embora não se trate de um fenômeno inédito, como aponta a historiadora Juliana Lessa (2015), quando airma que esta versão comercial do feminismo já foi adotada por Aretha Franklin, Madonna e Spice Girls, este fenômeno teve uma grande repercussão mundial no ano de 2014, devido ao lançamento do quinto álbum da cantora estadunidense Beyoncé, que contêm canções que visam elevar a autoestima das

5 De acordo com Castells: "sociedade em rede" pode ser caracterizada pela "globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela lexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão de obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversiicado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de luxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes." (CASTELLS, 2008, p. 17).

6 Para Pierre Bourdieu (2010, p. 45): "A primazia universalmente concedida aos homens se airma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentes."

7 "Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle dos seus próprios assuntos, de sua própria vida e de seu destino, tomam consciência de sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir." COSTA, Ana Alice A. *Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres*. Disponível em:

<https://pactoglobalcreapr.iles.wordpress.com/2012/02/ 5-empoderamento-ana-alice.pdf>. Acesso em: 04 de março de 2015.

8 Deleuze e Guattari deinem o "devir-mulher" como sendo: átomos de feminilidade capazes de percorrer e de impregnar todo um campo social, e de contaminar os homens, de tomá-los num devir. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 59)

mulheres, e do discurso feminista igualitário da atriz Emma Watson na Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2014. No Brasil, o programa televisivo "Altas Horas", da Rede Globo, reservou um encontro para debater o feminismo na atualidade. Após o término do programa, as controvérsias entre as cantoras Anitta e Pitty acerca do papel da mulher na sociedade repercutiram nas redes sociais. Tamanho destaque dado ao feminismo pela grande mídia, assim como as performances feministas das celebridades, despertam a necessidade de uma análise mais detalhada acerca dessas manifestações artísticas e do discurso feminista veiculado por elas.

Nesta perspectiva, buscamos discutir as contribuições do feminismo pop para a luta feminista e para a constituição de um devir-mulher nestes primeiros anos do século XXI, em plena era da informação. Neste trabalho, devido à brevidade da abordagem, analisaremos mais detalhadamente algumas canções de Beyoncé e o discurso de Emma Watson na ONU. Para tanto, far-se-á ainda uso de uma revisão bibliográica acerca da temática do feminismo, das noções de globalização e de "era da informação", e dos conceitos de empoderamento e de devir-mulher, sempre numa tentativa de compreender e elucidar o papel do feminismo na novíssima ordem mundial.

Para tentar compreender em que medida a explosão desse discurso midiático em prol das mulheres endossa o feminismo contra a dominação masculina, é crucial passar pelos principais temas da teoria feminista. Dessa forma, a questão do poder, tema central do discurso feminista, seja enfocando o combate ao "patriarcado"[9] seja enfatizando as "relações de gênero"[1], obviamente, é também o grande mote do "feminismo pop". Estas artistas buscam, por meio de letras de canções ou através de discursos nas grandes mídias, elevar a autoestima das mulheres e subverter a lógica do poderio masculino. Para Ana Alice Alcântara Costa, o empoderamento feminino passa justamente por essa construção de uma autoimagem positiva e autoconiança, bem como por um desenvolvimento de um pensamento crítico, coesão de grupo, tomada de decisões e ações (COSTA, 2015). Depreende-se, assim, que outros pontos da agenda feminista podem ser extraídos desse conceito, tais como a questão da representação política, da atuação no mercado de trabalho, da violência contra as mulheres, entre outros.

O movimento do feminismo pop permite ainda perscrutar acerca de um devir-mulher, tal qual como foi pensado por Deleuze e Guattari, um "vir-a-ser" que em momento algum pretende se revestir por uma forma, um jogo de imitação ou

[1] "Quando falamos relações de Gênero, estamos falando de poder. Na medida em que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantém a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal.". *Ibidem*.

uma identidade. Malgrado, espraia-se por toda a sociedade de forma molecular, contagiando a todos (ELEUZE; GUATTARI, 1997). De acordo com esses pensadores, trata-se de uma emissão de partículas, "microfeminilidades", que se esquivam do binarismo.

9 "Patriarcado é organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimentase do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquétipo viril)." COSTA, 2015)

Por mais paradoxal que possa parecer, o "devir-mulher" se apresenta como uma linha de fuga no interior do feminismo que tanto se sustenta no potencial da identidade, percebendo os limites da autoidentiicação e potencializando novas substâncias capazes de capturar os homens em sua expressão dominante e escapar das axiomatizações produzidas pelo capitalismo global. Neste diapasão, é importante notar em que medida o feminismo pop gera luxos na sociedade ou engessa ainda mais o sistema binário homem-mulher.

Outro importante tema que salta os olhos é a questão da atuação da mulher na esfera pública e esfera privada. Desde as liberais às pós-estruturalistas, passando pelas mais radicais, pelas marxistas e pelas socialistas, este sempre foi um debate recorrente. Conforme Ana Alice Alcântara Costa (1998), a esfera da vida privada se refere à família nuclear, já a esfera pública é onde ocorrem os debates e a formação de opinião e tem ligação com o aparelho estatal. Embora essa dicotomia entre público e privado ainda permaneça na sociedade em rede, o processo de globalização econômica e o grande avanço tecnológico das comunicações, sobretudo, após a difusão da internet, deixou esta linha divisória bem tênue. A apreensão do fenômeno do feminismo da indústria cultural também perpassa por essa ampliação do espaço público, na qual a política institucional e os movimentos sociais não são mais os únicos meios utilizados pelas mulheres para se fazerem ouvidas. Percebe-se, desse modo, que a discussão acerca das contribuições dessa versão pop do feminismo para a luta das mulheres e para um devir-mulher entrecruza diversos paradigmas do contexto atual.

Por im, tal abordagem permite ainda percorrer as transnacionalidades e interseccionalidades que trespassam o feminismo contemporâneo. Assim, movimentos como o feminismo pop abre mais uma possibilidade para se pensar sobre os contradispositivos fabricados pelas mulheres frente à transcendência masculina que ainda impera na sociedade de informação. Cabe, por conseguinte, analisarmos de forma mais detalhada essa nova vertente feminista e suas implicações na era da informação.

2. "Who run the world? Girls!": o feminismo de Beyonce e Emma Watson e o empoderamento das mulheres

Assistimos a cultura jovem de entretenimento ser tomada por esta onda chamada de feminismo pop. Hodiernamente, devido à facilidade de

compartilhamento de informações através das mídias sociais, ocorre um verdadeiro bombardeio de vídeos e escritos de personalidades do *show business* defendendo um novo lugar para a mulher do século XXI. Tal manifestação é abraçada por mulheres que se encontram no patamar de ídolos pop que, conforme a ilósofa Marcia Tiburi, consiste em: "[...] indivíduo que encanta as massas com a habilidade artística de que é capaz sendo seu autor ou o mero representante de uma estética inventada por publicitários e estrategistas de produtos culturais" (TIBURI, 2015).

A Indústria Cultural depende desse mecanismo já que transforma aquilo considerado lazer ou arte num meio de manipulação onde tudo se torna negócio. O artista e o público são meros instrumentos na engrenagem do consumo uma vez que, segundo Adorno (1999), os valores sociais passam a ser regidos por esse consumismo.

Em 1967, Aretha Franklin regravou a canção *Respect*, tornando-se hino de alguns grupos feministas. A letra, escrita por um homem, foi apresentada ao grande público de maneira brilhante pela cantora, que ao mudar o papel dos gêneros na letra, subverteu a intenção do autor Otis Redding, criando uma versão deinitiva e empoderadora. Nos anos 80, Madonna e Cindy Lauper surgem como expoentes em defesa da liberdade feminina. Já nos anos 90, assistimos o sucesso globalizado da banda britânica Spice Girls e o conhecido bordão *Girl Power*.

Recentemente, a discussão do "feminismo pop" perpassa por acontecimentos de grande veiculação midiática como premiações, grandes eventos musicais e obras cinematográicas. Ocorrem num momento de uma globalização multidimensional, que de acordo com Renata Guimarães Reynaldo, transpõe as "fronteiras estatais, cujas causas e consequências se situam nas mais diversas dimensões da vida social" (REYNALDO, 2015).

No im de agosto de 2014 a cantora americana Beyoncé – produto da indústria pop e como tal, reproduz tendências estéticas, comportamentais e valores dominantes, além de ser tema de estudo em matérias oferecidas pelas universidades de Harvard e Illinois - subiu ao palco de uma premiação na Califórnia, televisionada pelo canal *MTV* (Music Television) e ao fundo um painel luminoso mostrava uma palavra em letras gigantes: FEMINIST[2]. A artista entoava uma canção na qual utiliza registros sonoros da escritora nigeriana Chimamanda Adichie:

> Ensinamos as meninas a se retraírem para diminuí-las. Dizemos às garotas você pode ter ambição, mas não muita. Você deve ser bem sucedida, mas não muito, caso contrário ameaçará o homem. [...] Mas por que ensinamos às garotas a aspirar ao casamento e não ensinamos a mesma coisa aos meninos? [...] Feminista, a pessoa que acredita na igualdade

[2] Apresentação feita no MTV Music Awards 2014. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=6-EgIbQ8Lh0.

> social, política e econômica entre os sexos. (KNOWLES; NASH; HOLLIS; REEL, 2013, Faixa 11).

Beyoncé Knowles projetou-se ao estrelato em 1997, quando se tornou uma das vocalistas do grupo musical feminino *Destiny's Child*. Elevada a categoria de ídolo pop, é também um guia estético e moral das massas e naquele momento a imagem da cantora foi construída baseada numa típica mulher afro-americana. Em 2003, lançou carreira solo tendo como apoio uma banda formada somente por mulheres, impulsionando-a um processo de modiicação da imagem e ratiicando a exposição de letras com conteúdos considerados de culto ao poder feminino. No ano de 2011, Beyoncé lançou a faixa *Run the world (Girls)*, na época tida como ode à força da mulher.

> [...]
> Quem comanda o mundo? Garotas!
> Minha persuasão pode construir uma nação.
> Poder ininito.
> [...]
> Estou representando as garotas que estão dominando o mundo.
> Deixe-me fazer um brinde às graduadas.
> [...]
> Essa vai para todas as mulheres que estão vencendo e alcançando seus objetivos.
> Para todos os homens que respeitem o que eu faço.
> Por favor, aceitem meu brilho!
> (KNOWLES; NASH; HOLLIS; REEL, 2011, Faixa 12).

O excerto da canção sugere um espaço de airmação feminino dentro de uma sociedade consumista comanda por homens, além da conirmação da existência de mulheres que buscam a autonomia inanceira e intelectual. Fornece pistas ao grande público do conceito de empoderamento feminino que, conforme Ana Alice Costa, surgiu nos Estados Unidos com os movimentos de direitos civis. Baseado nas ideias de Stromquist, citada por Costa, identiicamos alguns parâmetros do empoderamento na música *Run the world (Girls)* como o sentimento de coesão de grupo além da construção de uma autoimagem e coniança positiva.

Em setembro de 2014, a atriz Emma Watson – conhecida por participar de ilmes que geram grandes somas de dinheiro a indústria cinematográica e que atingem milhares de crianças e jovens ao redor do mundo – embaixadora da "Boa Vontade da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres", discursou no lançamento campanha *He for She,* primeira mobilização para igualdade de gêneros promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU)[3]. No seu discurso, a atriz conclamava a sociedade a participar de um projeto de mudança, um projeto de liberdade para "que suas ilhas, irmãs e esposas possam se livrar do

[3] Para conhecer a campanha da ONU, ver http://www.heforshe.org/.

preconceito, mas também para que seus ilhos tenham permissão para serem vulneráveis e humanos e fazendo isso, sejam uma versão mais completa de si mesmos."[4]

A atitude das duas artistas fomentou a discussão da legitimidade da adesão de personalidades que apostam na mercantilização da sensualidade, padrões comportamentais e estéticos para as mulheres num momento onde a indústria de entretenimento se apropria e adapta tendências sociais para serem comercializadas em diversos formatos. Posto isto, percebemos que a Indústria Cultural apoderou-se do pensamento de empoderamento feminino que está ligado as exigências do sistema globalizante hegemônico. Os discursos de Beyoncé Knowles e Emma Watson, ao atingir um grande público, oferecem ferramentas para que, principalmente as mulheres, problematizem seus lugares na sociedade contemporânea. Entretanto, suas falas representam uma elite capitalista global que possui status e poder em detrimento de grupos subalternos e como participantes desta não reivindicam alteração no estado das coisas, sendo que seus discursos não perpassam por todas as formas de desigualdade e opressão, pois como nos diz Nancy Fraser "discursos que transformam o eu em nós escondem formas de controle" (FRASER, 2015).

3. O "Feminismo Pop" na era da informação: uma alternativa hegemônica?

O mundo como essa aldeia global, conectado através de acordos, políticas e relações econômicas, impõe uma inter-relação de uma cultura com as outras. A autora Reynaldo deiniu em termos gerais a globalização contemporânea, "como um fenômeno multidimensional que ultrapassa as fronteiras estatais e cujas causas e consequências se situam nas mais diversas dimensões da vida social, quais sejam, econômica, política, cultural, social, dentre-outras" (REYNALDO, 2015).

Já a socióloga Rosa Cobo, que deine a globalização como um conceito polivalente, airma que com a queda dos países socialistas durante a Guerra fria o mundo assistiu a legitimação da globalização econômica e da imposição das políticas neoliberais. Cobo se posiciona contra a inevitabilidade das políticas neoliberais e airma sobre os efeitos perversos da globalização neoliberal para a mulher, principalmente dentro do mercado de trabalho, já que a mulher ao exercer em maior parte ao que ela chama de "trabalhos invisíveis" permanece em situações subalternas e excluídas da sociedade. Para a autora, o feminismo deva fazer frente a essas políticas que exercem a "feminização da pobreza". É neste sentido que Reynaldo, apoiada nas considerações de Boaventura de Souza Santos e Octavio Ianni sobre o processo da globalização contemporânea, airma que:

> Esta globalização baseada no modelo neoliberal e marcada pelo predomínio das forças do mercado mundial, seus agentes transnacionais e sua ausência de preocupação quanto às consequências culturais e sócio-ambientais desse

[4] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Q0Dg226G2Z8.

> processo, seria o modelo de globalização preeminente na atualidade, denominada *globalização hegemônica* por Boaventura de Sousa Santos (2005) e globalização pelo alto por Octavio Ianni (1999) – também conhecida por globalização neoliberal e globalização do capitalismo (REYNALDO, 2015).

Se por um lado boa parte da bibliograia nessa temática concorda com o peso do capitalismo econômico para as relações de gênero, estando a mulher na maioria das vezes em posições de desigualdade e de submissão. Por outro lado, as teorias feministas não tem se contentado com as explicações em termos mais gerais. Foi se formando cada vez mais teorias que buscam aprofundar em categorias mais especiicas de grupos excluídos. Para essas teorias as explicações gerais sobre o processo de globalização não abarcam os entrecruzamentos de categorias sociais mais especiicas. Para tanto a coloca a importância das análises voltadas as interseccionalidades.

Surge então o conceito de transnacionalidade de Fraser que, de acordo com a autora, surge em decorrência do próprio fenômeno de globalização hegemônica e atua como uma resistência e oposição a ele. Assim ela airma:

> Desta forma os movimentos feministas transnacionais, a
>
> partir de uma ótica interseccional, perceberam a necessidade de se unir a outros movimentos que busquem reivindicar os direitos dos excluídos da globalização hegemônica e representar uma resistência ao fenômeno, visando maior justiça não apenas para as mulheres, mas para todos os integrantes do grupo dos vencidos, prejudicados pela ordem excludente instaurada. Em outras palavras, buscam congregar reivindicações étnico-raciais, ambientais, de classe e gênero em um cenário global de resistência à bipolarização do mundo entre vencedores e vencidos (FRASER, 2015).

Para Fraser, é necessário que a mulher conquiste voz nas comunidades políticas existentes e que o feminismo ultrapasse as fronteiras nacionais. Para ela isso é fundamental para que o feminismo consiga abarcar e solucionar os problemas que vão além das esferas estatais.

As perspectivas de gênero necessitam de analisar para além dos espaços formais e do poder constitucional, buscar entender as nuances das relações entre dois ou mais características dos sujeitos e suas posições sociais. Segundo Costa, entender o processo acerca do empoeiramento da mulher passa por uma análise do poder de dimensão mais complexa. De acordo com a autora:

> Como podemos ver, estes conceitos de poder vão além do poder político, do poder formal presente no âmbito do Estado, do poder resultante das hierarquias funcionais. Na

> verdade, o poder opera em todos os níveis da sociedade, desde as relações interpessoais até o nível estatal. As instituições e estruturas do Estado são elementos dentro de certas esferas de poder, cujas concepções se fundem na complexa rede de relações de força. Nesse sentido, o poder pode ser visto como um aspecto inerente a todas as relações econômicas, sociais e pessoais. Pode-se airmar que o poder está presente do leito conjugal de um casal a sala presidencial do Palácio do Planalto. Estas relações de poder que operam em distintos níveis estão em constante conlito de interesses (COSTA, 2015).

Analisando as teorias do feminismo transnacional ica claro como os movimentos são frutos das contradições dos processos políticos e econômicos ao mesmo tempo em que necessitam se incorporar e utilizar suas "formas" mesmo se opondo ou talvez exatamente para se opor a eles.

O feminismo é em seu cerne, desde seu surgimento, um produto da contradição. O movimento nasce no século XIX sob as antinomias do discurso liberal, operando junto e contrário a ele quase que ao mesmo tempo. Além disso, era necessário para o feminismo operar em cima de argumentações nas quais o próprio feminismo queria diluir, o que caracterizou, para Joan Scott, a feminista como a "cidadã paradoxal" (SCOTT, 2002).

No feminismo transnacional é necessário utilizar os meios de alargamento das fronteiras globais que são de certa forma as mesmas que causam as contradições e o acirramento das desigualdades. Partindo dessa concepção globalizante, podemos encarar o fenômeno do "feminismo pop" como uma importante ferramenta de difusão das ideias feministas, devido ao seu alcance junto à legião de fãs que seguem essas personalidades públicas, como é o caso de Beyoncé e Emma Watson. Por outro lado, assim como tudo na cultura pop, esses discursos em prol da luta da mulher podem ter um efeito prático muito supericial e pueril, como nos alerta Juliana Lessa.

Além disso, Costa levanta a desconiança acerca das permissividades dadas pelo sistema capitalista neoliberal (COSTA, 1998). Neste sentido, ela chama a atenção para as várias estratégias utilizadas pelo mercado global para a acumulação de capital quando airma que a incorporação da mulher à esfera pública obedece às exigências do capitalismo e da dominação. O que nos leva a considerar a possibilidade de cooptação do discurso feminista pela economia capitalista global, tornando-se um mero produto de consumo.

No entanto, para além da obra, a história de vida de artistas como Beyoncé, mulher negra e bem sucedida na carreira artística chama a atenção no que tange o empoderamento das mulheres e a luta do feminismo contra o patriarcado e o racismo, servindo de referências para uma geração de meninas em todo o mundo que ainda carecem de autoestima e informação acerca da opressão do patriarcado e do racismo, ainda que por meio de uma lógica capitalista.

Nessa perspectiva, poderíamos considerar que o "feminismo pop", embora com ressalvas e deturpações analíticas, pode sim ser um meio eicaz para o

empoderamento feminino. Pois esse movimento utiliza os meios da globalização cultural, as formas de discurso de meio contemporâneo, midiático e abrangente, e abarca um público extenso e variado, incorporando diferentes grupos (representados ou não) dando uma ressigniicação ao discurso. Ainda que não possamos airmar que se trate de um movimento contra hegemônico global, essa nova vertente do feminismo tem um alcance que permite fomentar mesmo que em locais distantes formas de resistência, enfrentamento às desigualdades de gênero. Esta possibilidade de trocas culturais entre o global e o local, está aventada na obra "A Identidade Cultural na Pós-modernidade, de Stuart Hall, quando este ressalta um novo interesse pelo "local" (HALL, 2006). Muito menos, podemos perspectivar um devir-mulher como pensado por Deleuze e Guattari, sobretudo, por focar numa identidade ixa do feminino e em padrões de luta pasteurizados.

Dessa forma, o "feminismo pop" pode, e deve, levantar questionamentos e críticas a sua composição, mas ele também é capaz de agregar e seduzir (buscar novos adeptos), pode ainda politizar e questionar a sociedade contemporânea.

4. Considerações Finais

Neste trabalho buscamos situar as principais características do fenômeno midiático denominado "feminismo pop" dos últimos anos e suas intersecções com as teorias feministas, com o devir mulher e com as novas tecnologias de informação e com a política, economia e sociedade de dimensão global. Com isso, pudemos perceber que essa versão comercial do feminismo, embora seja vista por muitas feministas acadêmicas como o discurso volátil e de grande apelo midiático, traz em seu bojo uma denúncia e contestação das diferentes formas de opressão sofridas pelas mulheres numa sociedade marcada pela hierarquização dos gêneros. Neste sentido, a luta contra a dominação masculina em todas as suas formas é o ponto central desses discursos, malgrado seria impreciso e impróprio utilizar as expressões feminismo ou devir-mulher para classiicar este fenômeno.

A compressão tempo-espaço, como marca da globalidade também teve seus impactos na antiga dicotomia entre a esfera pública e a esfera privada na análise das relações de gênero. Desse modo, com a ampliação da vida pública, notadamente, pelo desenvolvimento das tecnologias de informação, novas mulheres passaram a encampar os ideais feministas, formando redes e criando resistências contra hegemônicas no interior da aldeia global. Com isso, apesar dessas personalidades públicas estarem no centro do poder hegemônico mundial, muitas de suas ideias repercutem em comunidades distantes e também alimentam uma crítica ao patriarcado.

Nesta abordagem, podemos perceber ainda que por meio de canções e discursos muitos artistas contribuem para um maior empoderamento das mulheres, uma vez que focam na autoestima feminina e no enfrentamento às opressões cotidianas sofridas por essas mulheres, possibilitando-as, enquanto protagonistas de suas histórias, problematizem as suas relações de gênero no cotidiano.

Por im, independentemente dos interesses da indústria cultural "pop" alinhada com a globalização econômica, ressaltamos a importância desses discursos feministas veiculados na grande mídia e nas redes sociais, tendo como porta-vozes importantes celebridades, uma vez que seus usos não indicam necessariamente a forma que lhes são consumidos, podendo ser até produtos de diferentes redes feministas. Até porque fenômenos como este é a luta contra a dominação masculina continua astuta diante das brechas encontradas nesta novíssima ordem mundial.

Referências Bibliográicas

ADORNO, heodor W. *Textos Escolhidos*. Trad.: Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad.: Maria Helena Kühner. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação*: economia, sociedade e cultura. Lisboa, 2003.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 530 p.

COBO, Rosa. *Globalización y nuevas servidumbres de las mujeres*. Mujeres en Red. El Periódico Feminista. 2005. Disponível em: http://www.mujeresenred.net/spip.php?article385.

COSTA, Ana Alice A. *As Donas no Poder*: Mulher e Política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

_____. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. Disponível em: https://pactoglobalcreapr.iles.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf. Acesso em 04 de mar. de 2015.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *Mil Platôs*: Capitalismo e Esquizofrenia, Vol. 4. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 54, 1997.

FRASER, Nancy. *Repensar el âmbito público*: uma contribución a la crítica de la democracia realmente existente. Disponível em http://www.debatefeminista.com/PDF/Articulos/repens1080.pdf. Acesso em 02 de mar. de 2015.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 11° Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KNOWLES, Beyoncé; NASH, Terius; HOLLIS, Chauncey; REEL, Rey. *Flawless*. Intérprete: Beyoncé Knowles. In: BEYONCÉ. Columbia Records, 2013. Faixa 11.

KNOWLES, Beyoncé; WALL, Nick Van de; PENTS, Wesley; TAYLOR, David; PALMER, Adidja. *Run the world (Girls)*. Intérprete: Beyoncé Knowles. In: 4. Columbia Records, 2011. Faixa 12.

LESSA, Juliana. *Feminismo pop?* Disponível em: https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2014/12/27/feminismo-pop/. Acesso em: 4 de março de 2015.

REYNALDO, Renata Guimarães. *Feminismo transnacional e interseccionalidades:* um caminho para a globalização contra hegemônica. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386623820_ARQUIVO_RenataGuimaraesReynaldo.pdf>. Acesso em: 02 de março de 2015.

SCOTT, Joan W. *Cidadã paradoxal*: As feministas francesas e os direitos do homem. Editora Mulheres. 2002.

TIBURI, Marcia. *O Crime de Lady Gaga* – pós-feminismo pop. Disponível em: <https:// http://revistacult.uol.com.br/home/2012/08/o-crime-de-lady-gaga-pos-feminismo-pop/>. Acesso em: 02 de março de 2015.

MULHERES QUE LUTAM: *ANA TERRA* E *LARA CROFT*

Rafaela Elaine Barbosa[5]

As mulheres não se arriscam no deserto
Ao contrário, são prudentes.
Na morna cela dos corações contentam
Com o pão bolarento do dia a dia.

Louise Bogan, 'Women'

RESUMO: Personagens femininas na Literatura, na TV, no Cinema, nos Quadrinhos e nos *games* trazem representações que marcam o público. Sobretudo, para as crianças que crescem com essas representações em suas mentes e podem carregar esses estereótipos para a vida toda. Por isso, na busca pelo empoderamento feminino e pela igualdade de gênero, incutir nas meninas (e por que não, também, nos meninos?) que meninas e mulheres podem e devem ser heroínas é fundamental. Aproveitando o fascínio que *games* despertam nas crianças e nos adolescentes, este trabalho analisará duas personagens emblemáticas dessa mídia e de outra, que acompanha o homem desde tempos mais remotos: a Literatura. A primeira é Ana Terra, personagem valente de Érico Veríssimo, uma das protagonistas de O Tempo e O Vento, mulher forte e decidida que à sua maneira lutou e resistiu por sua família e pelas terras do Sul. A segunda é Lara Croft[2], heroína do *game* Tomb Raider, arqueóloga, desbravadora de lugares inóspitos do mundo, personagem que carrega o estereótipo de símbolo sexual na cultura pop atual. Ao analisar essas duas personagens, espera-se encontrar aspectos semelhantes das representações femininas que perpetuam independente de mídia e época em que são veiculados. Aspectos esses que, muitas vezes, reforçam estereótipos dos quais as mulheres buscam se libertar. Pretende-se também analisar os traços dessas personagens que destoem desses estereótipos preestabelecidos sobre o universo feminino. Num momento em que movimentos e correntes como '*Girl Power*' e 'Lute como uma Garota' ganham mais espaço na Internet e nas redes sociais, destacar personagens que reforcem a ideia de meninas e mulheres mais valentes e destemidas, física e psicologicamente, pode signiicar mais igualdade de gênero nas representações virtuais e imagéticas e na sociedade real.

Palavras-chave: Mulheres. Literatura Brasileira. *Games*

1. Introdução

[5] Doutoranda em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Este estudo faz parte da tese da pesquisadora, que analisa características e representações de personagens femininas da Literatura Brasileira e dos *games*. E-mail: rafa.cistia@gmail.com 2 Disponível em: <https://www.tombraider.com/en-us/>.

Falar de mulheres, sejam elas personagens ictícias ou reais, é sempre trazer subjetividades, conceitos, representações, estereótipos.

> [...] as mulheres continuam sendo objeto de representação [...] Estas representações apontam diferentes modos de encarar a situação da mulher na sociedade, incorporando pretensões de realismo e fantasias, desejos e temores, ativismos e preconceitos. (DALCASTAGNE, 2012, p. 158)

Nesse sentido, os estudos feministas e de gênero têm se debruçado e contestado os estigmas que as mulheres carregam ao longo dos tempos, visto que esses estigmas fragilizam a mulher e a submetem à condição do Outro.

> O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem. Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o "sexo" para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1970, p. 10)

E ao ser o Outro, a mulher passa a vida moldando-se para encaixar nos padrões criados pelo patriarcado e/ou dominação masculina. Utilizamos o termo dominação masculina "a im de capturar a profundidade, penetração ampla e interconectividade dos diferentes aspectos da subordinação das mulheres. [...] as instituições patriarcais foram transformadas, mas a dominação masculina permanece" (MIGUEL e BIROLLI, 2014).

Neste sentido, contestar as formas que são atribuídas a uma mulher, seja na vida real, seja em suas representações, é combater as diversas formas de violências contra as mulheres. Violência física, psicológica, virtual, real... A violência contra a mulher pode se dar de formar muitas subjetivas e não ser interpretada como tal, nem mesmo por outras mulheres[3].

E essa violência está muitas vezes tão intrínseca na sociedade que não a percebemos. Um exemplo recente foi o vídeo #ComoUmaGarota #LikeAGirl[4], promovido pela marca de absorventes *Always*, no qual é solicitado a jovens rapazes e moças que corram, arremessem e lutem como uma garota. Todos eles realizam as ações de

3 De acordo com o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, da OMS, violência é "uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deiciência de desenvolvimento ou privação" (KRUG et al., 2002, p. 5).

4 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aM-ZRggWTjw>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

forma caricata, com desleixo, com pouca vontade. Em seguida, é solicitado a meninas na faixa etária de 10 anos que realizem as mesmas ações e elas se empenham, dão o máximo de si mesmas e verbalizam isso: agir como uma garota é dar o máximo de si. Fica, então, evidente o quanto as meninas são minadas de referências negativas ao longo da adolescência e de toda a vida adulta. Os meninos também recebem e reproduzem essas referências negativas sobre o feminino, ou seja, ser menina passa a ser um insulto.

Outro importante inluenciador dessas representações femininas negativas são as histórias de princesas da Disney. Durante muito tempo, as princesas da Disney seguiram um padrão, extremamente nocivo a qualquer ideia de autonomia para as mulheres. Observemos Aurora, a Bela Adormecida[5], que dorme enquanto espera um príncipe salvador. A Branca de Neve[6] que participa, mesmo que involuntariamente, de uma espécie de competição de beleza com sua madrasta, e acaba envenenada pela outra, intensiicando a ideia de rivalidade entre as mulheres (GODOY, 2009). E mais uma vez, quem lhe salva é um príncipe. Outro caso icônico, é a Cinderela[6], que assim como Branca de Neve, entra num processo de rivalidade com as ilhas de sua madrasta e tem sua história construída ao redor de um único objetivo: encontrar e casar-se com o príncipe.

Além disso, todas essas princesas possuem um tipo físico único, padrão. Brancas, olhos claros, magras, cabelos lisos, geralmente loiras, voz ina, extremamente delicadas. Todas elas deixam claro qual são os objetivos de uma princesa: encontrar o príncipe e encaixar-se nesse único padrão de beleza. Não há outro destino. Àquelas mulheres que não se encaixam nele, cabe-lhes o papel de más, de bruxas, de desajustadas (ZORDAN, 2005). Ficando evidente uma forte dicotomia entre bem e mal, o que é bom e o que é ruim.

> A mulher, contudo, não é simplesmente um objecto. Em termos de produção da cultura, ela representa um objecto de arte: ela pode ser a escultura de marim ou a réplica de lama, um ícone ou uma boneca [...] (GUBAR, 2012, p. 99)

Agora, imaginando que meninas e mulheres do mundo todo são submetidas a essas referências, é fácil pensar como ica a autoestima das que não se encaixa nesse modelo.

[6] Disponível em: <http://ilmes.disney.com.br/cinderela>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

A Disney tem percebido as discussões em torno do papel da mulher e iniciado um processo de mudança em suas princesas. Bons exemplos dessas mudanças

5 Disponível em: <http://ilmes.disney.com.br/a-bela-adormecida>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.
6 Disponível em: <http://ilmes.disney.com.br/branca-neve-e-os-sete-anoes>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

são: Merida[8], Elsa[9], Moana[7] (esta última ainda não estreou nos cinemas). Mas como todo processo de desconstrução é moroso e dolorido, ainda demorará um pouco para vermos esse padrão de representação feminina mais amplo e diverso.

Esse tipo de representação perpetua-se nas propagandas, nos livros, nos ilmes, nos games, na televisão (as princesas da Disney e o comercial da Always foram só alguns exemplos) levando um padrão extremamente difícil de seguir, cuja obsessão por alcançá-lo, muitas vezes, inicia-se na infância e atinge o auge na adolescência e na vida adulta, contribuindo para o desenvolvimento de doenças como anorexia, bulimia, depressão (FIGUEIREDO, RUBIN e BITENCOURT, 2009).

Este trabalho propõe uma discussão sobre essas representações, tomando como ponto de partida duas personagens que quebram os paradigmas de mulheres como princesas, frágeis e delicadas. A primeira personagem a ser analisada é Ana Terra, do livro O tempo e o vento: O continente - parte 1, escrito por Érico Veríssimo, publicado pela primeira vez em 1949. Livro considerado fundador da narrativa sobre a conquista e povoamento das terras do sul do país.

A segunda personagem é Lara Croft, do *game Tomb Raider,* lançado em 1996. Pretende-se também fazer um comparativo entre esses dois tipos de mídia, a im de apontar as diferenças e semelhanças entre eles e o papel que eles desempenham quando se trata de disseminar representações e estereótipos.

2. Livros e Games

Durante um longo tempo, a oralidade foi a única forma de comunicação entre os humanos. Antes do surgimento da escrita, homens e mulheres transmitiam suas histórias, ensinamentos e tradições de pai para ilho/ mãe para ilha, em rodas nas tribos, em assembleias nas primeiras cidades. Hoje, a 'contação' de histórias ainda ocupa um grande espaço nas atividades humanas de comunicação, e tem conquistado cada vez mais adeptos, surgindo como técnica de engajamento e de oralidade e um poderoso artefato publicitário, sendo chamada de *storytelling*[8].

7 Disponível em: <http://videos.disney.com.br/ver/moana-um-mar-de-aventuras-trailer-53552e934c82dfd0ef4507d>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

8 Storytelling signiica narrativa e, no contexto atual, a capacidade de contar histórias relevantes.

O surgimento da linguagem escrita é visto por historiadores como um divisor entre a Pré-História e a História da Humanidade, demonstrando a importância da escrita para o ser humano e sua compreensão de mundo. No entanto, durante um bom período da história a atividade escrita esteve restrita somente a poucos, como o clero e a nobreza. Sem acesso ao conhecimento, coube à maior parte das pessoas desse período, a servidão e a escravidão, seja de forma física ou psicológica.

Uma invenção traçou o início da mudança desse panorama: o prelo inventado por Johanes Gutenberg, em 1450. Com essa invenção, o poder de confeccionar

8 Disponível em: <http://ilmes.disney.com.br/valente>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

9 Disponível em: <http://ilmes.disney.com.br/frozen-uma-aventura-congelante>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

livros saiu das mãos dos monges e passou a ser de quem possuísse o aparelho, além do que, os livros passaram ser impressos em outros idiomas diferentes do latim, idioma utilizado nos documentos, durante a Idade Média na Europa. Essa invenção foi considerada extremamente subversiva para os conservadores da época, pois permitia a disseminação do conhecimento de forma muito mais ampla. (FEBVRE, 1992)

Aos poucos, o livro foi se popularizando na Europa, apesar de ser ainda um artefato de luxo. Com a ascensão da burguesia e o surgimento do romance, como gênero literário, o livro alcança seu lugar de destaque, tanto que esse período literário passa a ser conhecido como Romantismo.

A classe burguesa passa a ter prestígio inanceiro e, com isso, a contratar tutores que ensinasse os ilhos e também as ilhas a ler. Enquanto os meninos crescem e vão para as faculdades, as meninas icam em casa escrevendo receitas culinárias, diários e lendo os romances, que retratavam de maneira idealizada a sociedade da época. Sendo assim, livros atuam aqui como importante forma de entretenimento e como forma de controle para as jovens moçoilas e esposas. (KATZENSTEIN, 1986)

Com o passar do tempo, os autores começaram a questionar essa literatura idealizada, dando início ao período literário Realismo, no qual a Literatura adquire com bastante força a sua função social de servir de denúncia às mazelas da sociedade, sua desigualdade, sua crueldade. Não havia mais espaço para o idealismo. Com a disseminação cada vez maior do hábito de ler e o número de analfabetos diminuindo, o conhecimento chega a mais pessoas. Durante esse período, o mundo e o Brasil passavam por acontecimentos turbulentos, no nosso caso, a Abolição dos Escravos e Proclamação da República. Acontecimentos que suscitavam discussões e pensamento crítico e que não poderiam ser ocultados do resto da população. (CANDIDO, 2002)

Assim, a literatura no Brasil conquista seu papel social, papel esse que continua desempenhando muito bem até hoje. A literatura no Brasil sempre esteve intimamente ligada à sua história/ História e aos seus problemas sociais. A nossa literatura sempre foi uma arma em prol dos mais desassistidos.

Felizmente, os livros se tornam cada vez mais populares em nosso país, apesar de sermos ainda um país que pouco lê[9]. O Sindicato Nacional de Editores de Livros em sua pesquisa mensal registrou um aumento da venda de livros, comparando agosto de 2015 com agosto de 2016, apesar da crise econômica que assola o país[13]. Talvez o brasileiro esteja descobrindo que livros podem ser visto como um investimento para um futuro melhor.

Se o mercado de livros traça seu crescimento de forma gradativa, aos poucos, conquistando seu espaço na sociedade em que vivemos, para o mercado de games, a história é outra. Hoje é o mercado que mais cresce e que mais movimenta recursos inanceiros, deixando para trás gigantes, como o cinema e a música[10].

Jogar, brincar é um ato que acompanha o homem desde o surgimento da espécie. Há vestígios da utilização de jogos que serviam como fonte de entretenimento e educação nas culturas antigas. Pinturas rupestres, tabuleiros rústicos e peças de pedras preciosas, indicando algum tipo de jogo, foram encontrados no Egito, na Índia e na China (SAVI, 2011).

Como extensões da resposta popular às tensões do trabalho, os jogos são modelos iéis de uma cultura. Incorporam tanto a ação como a reação de populações inteiras numa única imagem dinâmica. Os jogos são modelos dramáticos de vidas psicológicas, e servem para liberar tensões particulares. São formas artísticas populares e coletivas que obedecem a regras estritas. As sociedades antigas e não-letradas encaravam naturalmente os jogos como modelos vivos e dramáticos do universo ou do drama cósmico exterior. (MC LUHAN, 1964)

Em 1973, os jogos digitais, nos quais o jogador interage com imagens apresentadas em um monitor ou televisão, começaram a se popularizar com o jogo Pong[11], uma versão simples de tênis de mesa que contava com gráicos bastante rudimentares. Daquela época até hoje, uma variedade muito grande de jogos digitais foi sendo criada, dando origem a diferentes gêneros de jogos digitais.

Games transformaram a forma como as pessoas se divertem, mas não apenas

[9] Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/blogs/babel/44-da-populacao-brasileira-nao-le-e-
-30-nunca-comprou-um-livro-aponta-pesquisa-retratos-da-leitura/>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

[13] Disponível em: <http://www.snel.org.br/wp-content/uploads/2016/08/SNEL-07-2016-7T.pdf>. Acesso em 22 de setembro de 2016.

[10] Disponível em: <http://super.abril.com.br/cultura/a-era-de-ouro-dos-games>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

[11] Disponível em: <http://www.ponggame.org/>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

isso, seus valores, seus ídolos, seus desejos e o modo de se vestir. Lançamentos de novas versões de jogos famosos, como o GTA[12], mobilizam milhões de usuários e se transformam em verdadeiros eventos muito aguardados.

Mas o grande boom dos *games* se deu quando eles começaram a ser projetados para os *smartphones* e *tablets*. Ao deixarem de ser jogados somente em estruturas físicas pesadas como o computador e o videogame e poderem ser levados a qualquer lugar, o *game* passa ser parte do dia a dia das pessoas, torna-se um hábito.

Nesse ínterim, os jogos, antes para computador e videogame, passam a ter versões para aplicativos *mobile*. Jogos tradicionais, como xadrez e damas, também ganham versões digitais *mobile*.

Jogos, assim como os livros, carregam narrativas que buscam envolver quem interage com essas mídias. Nem todos os jogos possuem elementos de narrativas, mas o que possuem utilizam esse recurso como parte essencial das instruções e da aprendizagem. Elementos da narrativa produzem relevância e signiicado para os indivíduos. Ao ouvir ou, no caso de um *game,* ao adentrar uma narrativa, estabelecem-se relações interpessoais. A narrativa tem poder de despertar empatia e de envolver as pessoas nas histórias dos personagens. Além disso, há jogos que permitem a criação de narrativas pelos próprios jogadores, como o *World of Warcraft*[13], no qual os próprios jogadores fazem suas narrativas de acordo com os objetivos que almejam. E, de certa forma, todo o jogo carrega consigo uma narrativa, a história de como ou o porquê de seu surgimento. Jogos mais tradicionais, como Tetris[14] e Jelews Star[15], receberam novas versões com histórias, como introdução dos *games*.

É possível perceber que livros e games têm traçado caminhos semelhantes. Enquanto um surgiu para disseminar conhecimento, o outro surgiu para o entretenimento, hoje, os dois caminham para objetivos em comum, livros, além de conhecimento, hoje propagam divertimento; games que surgiram para entreter, hoje são grandes aliados da Educação (MATTAR, 2010).

Se essas mídias[16], livros e *games,* possuem aspectos e trajetórias semelhantes, ambas podem ser apontadas como veículos reprodutores de estereótipos e representações das personagens de suas narrativas. Sendo assim, cabe traçar um comparativo de suas personagens, visando analisar como essas representações existem e se perpetuam em suas narrativas.

---

[12] Disponível em: <http://www.rockstargames.com/V/pt_br/restricted_content/restricted_content_agegated/ref?redirect=http%3A%2F%2Fwww.rockstargames.com%2FV%2Fpt_br%2FGTAOnline&hash=5aaa6ef2cc1ee1176e49531cc03a0ac1>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

[13] Disponível em: <https://worldofwarcraft.com/pt-br/>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

[14] Disponível em: <http://tetris.com/>. Acesso em: 22 de setembro de. 2016.

[15] Disponível em: <https://www.microsoft.com/pt-br/store/p/jewel-star/9wzdncrdjfhp>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

[16] A palavra mídia é derivada do latim "media", plural de "medium" e que tem como signiicado as palavras "meio" ou "forma". Pode ser entendida como qualquer meio que carrega uma mensagem. Nesse casso, livro e game carregam narrativas para os receptores (jogadores).

Tomando como ponto de partida, personagens femininas, visto que se pretende entender as representações femininas, seus estereótipos e características, serão analisadas a seguir as personagens Ana Terra (do livro O tempo e o vento) e Lara Croft (do *game* Tomb Raider). Cabe destacar que a análise a seguir se pautará nas características presentes no livro O tempo e o vento e no *game* Tomb Raider. As representações das personagens vinculadas no cinema e na televisão não serão consideradas.

3. Ana = Lara?

Ana Terra e Lara Croft estão separadas pelo tempo, espaço e mídia, mas possuem muitas características em comum. Ambas são valentes e um pouco insolentes, vivem/ estão em ambientes hostis, são brancas e estão em faixa etária próxima. Talvez a diferença mais profunda é que Ana Terra, faz parte de uma narrativa muito maior, com inúmeros protagonistas, mesmo tendo um dos capítulos de O tempo e o vento: O continente - parte 1 com o seu nome e dedicado somente a ela. Ana Terra é a protagonista de sua história, mas *O tempo e o vento* não é uma história só de Ana Terra. Já Lara Croft é a protagonista de todas as versões do *game* Tomb Raider e suas narrativas. Tomb Raider é Lara Croft.

Com exceção desse fato, Ana e Lara podem ser consideradas quase irmãs muito próximas e parecidas, que se separaram por algum motivo e foram 'teleportadas' por túneis dimensionais que as levaram a viver em narrativas, locais e tempos diferentes. Mas que em breve poderão se reencontrar numa narrativa transmídia[17].

Na tabela a seguir, busca-se comparar e tornar mais evidente as semelhanças que as duas personagens apresentam e também destacar particularidades de cada uma delas:

Característica	Ana Terra	Lara Croft	Observação
Cor da pele	Branca	Branca	O padrão de cor da tez no caso de ambas personagens continua sendo o europeu, de cor branca.
Cor do cabelo	Escuros	Escuros	

[17] Conceito criado por Henry Jenkins em 2008 para nomear narrativas que se passam em diferentes tipos de mídia: ilmes, livros, games, HQs. Não se trata de um livro que acaba dando origem a um ilme. Na narrativa transmídia, temos várias histórias distintas em vários tipos de mídias que se complementam entre si. Ao acessar a história em outros tipos de mídia, têm-se mais detalhes de suas personagens.

Faixa etária	25 anos	28 anos	Tomamos como ponto de partida, o trecho que inicia a história de Ana Terra que airma: "Tinha vinte e cinco anos e ainda esperava casar." (VERÍSSIMO, p. 84a, 2009). Para Lara Croft, levamos em consideração sua biograia que diz que ela nasceu em 1968 e a primeira versão do game foi lançada em 1996.
Personalidade	Valente, destemida, pragmática,	Valente, destemida, pragmá-tica	Ambas possuem características comumente atribuídas a heróis para que possam desempenhar o papel de heroínas em suas narrativas. E ambas vão desenvolvendo aos poucos essas características, evidenciando uma evolução das personagens.

Biograia	Vem de Sorocaba com a família morar no sul do país. Envolve-se com Pedro Missioneiro de que tem um ilho, sem ter se casado, o que é visto como desonra para a família. Perde a mãe. Um tempo depois, a estância onde moram é atacada por castelhanos. Os homens da família são mortos. Ela e cunhada e as crianças decidem ir embora para um povoado. Lá Ana Terra torna-se parteira.	Lara perde a mãe em um acidente de avião e o pai na adolescência. Herda do pai o título de Condessa de Abbingdon. Interessa-se pela arqueologia, a proissão do pai e torna-se arqueóloga. Passa a realizar missões pelo mundo todo, a im de desbravar mistérios e trazer à tona segredos da humanidade.	Aqui ica evidente a importância do elemento família nas narrativas das personagens femininas em questão.
Papel na narrativa	É uma das protagonistas de O tempo e o Vento: O continente - parte 1. Mas como um ser humano, Ana Terra falece e a história do Rio Grande do Sul segue.	Protagonista em todas as versões da *game* já lançadas. A história de Tomb Raider é a história de Lara Croft.	
Nacionalidade	Brasileira	Inglesa	
Classe social	Baixa	Nobreza	

Época em que se passa a narrativa	1777	1996	Aqui levamos em conta o período em que se inicia a narrativa de Ana Terra: "Bom, devia ter sido em 1777: ela se lembrava bem porque esse fora o ano da expulsão dos castelhanos do território do Continente." (VERÍSSIMO, p. 84b, 2009) e a data de lançamento do primeiro Tomb Raider.
Desfecho	Ana Terra falece já bastante idosa, após ter realizado muitos partos no povoado em que vive e sido uma família sólida para Pedrinho que agora já está casado e é pai.	Lara Croft ainda não encontrou um desfecho. Foram lançadas vá-rias versões de Tomb Raider para diversos consoles de videogames, para computador e para *smartphones* e não há sinais de que Lara Croft esteja pensando em parar.	

Tabela 1 - Análise comparativa entre as personagens Ana Terra e Lara Croft

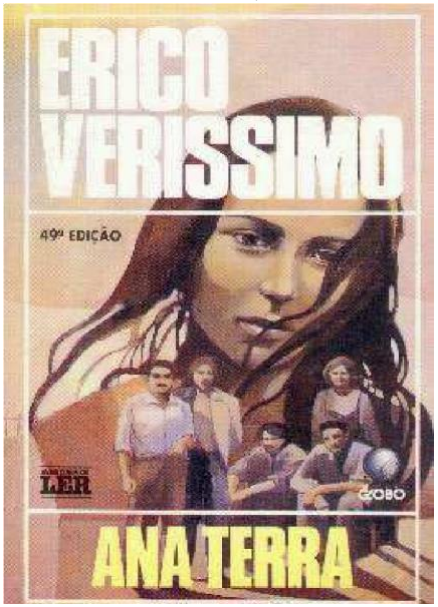




Figura 1 - Ana Terra na capa do livro lançado pela Editora Globo em 1998 e Lara Croft na capa do jogo Rise of the Tomb Raider, lançado em 2015.

Percebe-se que ambas personagens carregam características muito semelhantes entre si. Tanto características psicológicas como físicas. E estas não são somente características próprias dessas duas personagens. Arrastam-se ao longo dos séculos como aspectos próprios de personagens femininas, principalmente as ocidentais. Pele branca, evolução para uma personagem mais forte, tragédias na família, superação de desaios.

Mesmo trazendo esses traços que podemos considerar um padrão ou até mesmos clichês nas representações femininas, Ana e Lara representam mudanças de paradigmas. Ana por ser uma mulher forte, transgressora e valente sobrevivendo num universo hostil, masculino e machista. Lara por ser uma protagonista num universo que, durante um bom tempo, foi predominantemente masculino, o dos *games*, com sua ousadia e coragem. São pioneiras num universo de personagens femininas que está por nascer, cada vez mais fortes e donas de si.

Podemos destacar ainda quatro características bastante marcantes e que unem as duas personagens:

a-) ambas personagens não são casadas. Não são mulheres que contam com um companheiro para auxiliá-las em sua jornada. Embora seja pouco mencionado o fato de ambas não casarem diz muito sobre elas. Diz que elas escolheram as dores e os prazeres de uma liberdade ainda pouco explorada pelas mulheres. O casamento ainda é apontando pela mídia como um dos maiores objetivos de uma mulher. Aquelas que não casam ainda costumam ser muito questionadas pela sociedade. Para Ana Terra, a menção de qualquer casamento passa a ser pavorosa, após o acontecimento do estupro em que sofre durante a invasão dos castelhanos ao rancho em que morava com a família.

b-) a segunda característica que as une é a ligação de ambas com a terra. Ana traz terra em seu nome: Ana Terra. É por causa da terra que sua família vem para o sul. É por causa de disputas territoriais que ela, a cunhada e as crianças deixam a estância em que vive, após a invasão dos castelhanos. A história de O tempo e o vento é uma história sobre terras, e Ana Terra, como parte dessa história, também é uma história de terras. Lara Croft como arqueóloga passa a vida desbravando a terra e os países da Terra. Suas vestimentas evocam a cor da terra. Vive a escavar e adentrar as entranhas da terra. A história de Lara Croft traz a terra como sua matéria-prima.

c-) tanto a narrativa da Ana Terra, quanto a de Lara Croft se passa longe de sua terra natal. Ana Terra é uma mulher em diáspora. Primeiro, acompanhando a família. E depois da invasão dos castelhanos, toma decisão de levar toda a família para um local mais povoado e seguro. Lara Croft, como exploradora e desbravadora, passa a vida a descobrir e desvendar os locais mais variados e remotos da Terra.

d-) e, de certa forma, a missão das duas personagens é trazer luz ao mundo. Ana Terra o faz sendo parteira, dando à luz a inúmeras pessoas do povoado onde habita. Lara Croft o faz trazendo à tona segredos escondidos, buscando dar luz às

verdades em sua narrativa. Essa é a missão de ambas na Terra, dar à luz, seja a novos seres humanos que habitarão esse planeta, seja a segredos da humanidade.

4. Conclusão

Diferentes mídias vêm representando a mulher de maneiras muito semelhantes, com estigmas e estereótipos que perpetuam ao longo do tempo, abrangendo desde personagens que ainda são crianças até as personagens mais idosas. Há um padrão a ser seguido e até mesmo esperado pelo leitor/ espectador/ jogador. No entanto, esse padrão tem sido questionado e está passando por mudanças, lentas, mas já visíveis para o público.

Com essas mudanças espera-se construir modelos mais próximos da realidade e que não oprimam tanto mulheres e meninas na busca por reproduzir os padrões femininos disseminados pelas mídias. Ana Terra e Lara Croft podem ser apontadas como tentativas de personagens libertadoras para o universo feminino, apesar de ainda carregarem características 'previstas' nesse padrão de representações femininas, tais como: brancura da tez, o medo se transformando aos poucos em coragem, as tragédias familiares.

As práticas de resistência das duas personagens são bastante parecidas, tanto que ambas personagens poderiam ser uma. São como irmãs separadas pelo tempo, espaço e mídia, mas que depois de muito tempo separadas, agora se reencontram. Ana e Lara são heroínas, carregam em suas trajetórias, percalços e dores da jornada do herói, propostos por Campbell[18]. São tipo de personagem feminina que todos precisam conhecer, compreender e internalizar. Porque personagens princesas não nos servem mais. Precisamos de mulheres que se arriscam no deserto. E que vencem o deserto.

Referências Bibliográicas

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BROOKSHAW, D. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

DALCASTAGNÈ, R. Um mapa de ausências. In: *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Horizonte/Rio de Janeiro: UERJ, 2012, p. 147196.

FEBVRE, L. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

[18] Em seu livro O Herói de Mil Faces, Joseph Campbell propõe uma jornada cíclica para a formação da maioria dos heróis da icção. Essa jornada é composta das seguintes etapas: Mundo Comum, O Chamado da Aventura, Reticência do Herói ou Recusa do Chamado, Encontro com o mentor ou Ajuda Sobrenatural, Cruzamento do Primeiro Portal, Provações, aliados e inimigos, Aproximação, Provação difícil ou traumática, Recompensa, Ressurreição do Herói, Regresso com o Elixir e Caminho de Volta.

FIGUEIREDO, D. C., RUBIN, C. B. e BONIFÁCIO, L. Signiicados Representacionais, Identiicacionais e Acionais no Discurso sobre Bulimia e Anorexia: Uma Pesquisa com Base na Análise Crítica do Discurso. In: *IX CELSUL, IX Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul*. Universidade do Sul de Santa Catarina. Palhoça, 2010.

GODOY, G. S. *Narrativas e Lugares de Constituição do Sujeito Mulher*: Um Recorte de Memórias. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Vitória da Conquista, 2009. (Dissertação de Mestrado).

GUBAR, S. A Página em Branco e Questões Acerca da Criatividade Feminina. In: *Gênero, Identidade e Desejo*: Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo. Org. Ana Gabriela Macedo. Lisboa: Cotovia, 2002, p. 97 - 124.

KATZENSTEIN, U. *A origem do livro*. São Paulo: Hucitec, 1986.

KRUG, E. G. et al. (Org.). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002.

MATTAR, J. *Games em educação*: como os nativos digitais aprendem. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação*: como extensões do homem. Tradução Décio Pignatari. 8. ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 1964.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e política*: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

NASCIMENTO, A. C. O. *Divisão sexual dos brinquedos infantis*: uma reprodução da ideologia patriarcal. O Social em Questão, ano XVII, n 32, p. 257 – 276. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

SAVI, R. *Avaliação de jogos voltados para a disseminação do conhecimento*. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Florianópolis, 2011. (Tese de Doutorado)

PACHECO, A. C. L. "*Branca para Casar, Mulata para f...., Negra para Trabalhar*": Escolhas Afetivas e Signiicados de Solidão entre Mulheres Negras em Salvador. Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campinas, 2008. (Tese de Doutorado)

VERÍSSIMO, E. *O tempo e o vento*. O continente - parte 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ZORDAN, P. B. M. B. G. *Bruxas*: iguras de poder. Revista Estudos Feministas, ano 13, v. 256. Florianópolis, 2005.

IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS EM CENA: "PUTA, DROGUISTA, CAMBALACHEIRA, MACUMBEIRA"

Mariana Pinter Chaves[1] (CNPq)

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise prévia das falas dos cinco sujeitos femininos no espetáculo de Teatro Documentário *As rosas no jardim de Zula* por meio do exame da construção dos *imaginários sociodiscursivos* (CHARAUDEAU, 2008). Buscou-se identiicar como a igura feminina é representada socialmente e quais são as condições atuais que a cercam, tanto no plano de representação épico como no dramático. A pesquisa parte da hipótese que o ambiente teatral, e o gênero documentário – em especial, por sua inalidade política e por inserir estéticas do "real"[2] em cena – se apresentaria como um *lócus* de denúncias e resistências de sujeitos, como um espaço de passagem de concepções socialmente cristalizadas sobre a igura da mulher para concepções de busca, resgate, aceitação e reinserção da igura feminina na sociedade. Os resultados prévios apontam para *imaginários sociodiscursivos* de mulheres encaradas como à margem da sociedade devido às suas escolhas proissionais e pessoais, que utilizam as opressões que sofrem como impulsionadores, colocando suas identidades em trânsito, em um entrelugar que lhes permitam protagonizar suas próprias histórias.

Palavras-chave: Discurso. Identidade. Gênero Social. Imaginários Sociodiscursivos. Teatro Documentário.

ABSTRACT: his paper aims to do a previous analysis of the speeches of ive female subjects in the Documentary heater play *he roses in Zula's garden*, through an examination of the construction of the *socio-discursive imaginary* (CHARAUDEAU, 2008). he text looks for identifying how the feminine igure is socially represented and what are the current conditions regarding it, within both the epic and the dramatic representation plan. he research bases itself on the hypothesis that the theatrical environment, as well as the documentary genre – particularly because of its political goal and because it puts aesthetics of the "real" on stage – present themselves as a *locus* of denunciation and resistance by subjects. hus, being a path for the passage from socially crystallized conceptions of the woman igure to conceptions of pursuit, redemption, acceptance, and insertion of the woman igure within society. he pre-

1 Mestranda do Programa de pós-graduação em Estudo Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo. marianapinter@gmail.com

2 O "real" é compreendido por Charaudeau ([2008] 2014) não como um valor absoluto ou uma realidade ixa, mas sim como um estatuto imaginado pelo homem. Tal compreensão vai ao encontro dessa noção para os Estudos de Teatro Documentário, que encaram o "real" como "uma categoria que entrelaça verossimilhança e verdade." (MARTIN, 2010 *apud* GIORDANO, 2013). Dessa forma, essa palavra será grafada entre aspas.

vious results point towards socio-discursive imaginaries of women being at the margins of society due to their professional and personal choices, using the oppression as booster, putting their identities in transit, within an in-between that allows them to be protagonists of their own stories.

Keywords: Speech. Identity. Social Gender. Socio-discursive Imaginaries. Documentary heater.

1. Introdução

O espetáculo *As rosas no jardim de Zula* é um exemplo de trabalho documental da cena contemporânea e tem adquirido, desde sua concepção, grande repercussão nacional. Foi encenado pela primeira vez em Belo Horizonte, no formato de Cena Curta, no Festival de Cenas Curtas do Galpão Cine Horto em 2011. Foi a cena mais votada da noite e a Zula Cia. de Teatro desde então, foi convidada a participar de vários outros festivais renomados como o Circuito da Cena de Goiânia, Festival Cenas Breves de Curitiba e Festival de Breves Cenas de Manaus. Ainda com este formato recebeu um prêmio pelo "Tratamento de Temática Documental" no Teatro Amazonas.

Em agosto de 2012, sob a direção de Cida Falabella, o espetáculo ampliado para uma hora de duração foi estreado. *As rosas no jardim de Zula* foi contemplado com o Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz 2013, se apresentou no FIT – BH (Festival Internacional de Teatro de Palco & Rua de Belo Horizonte) em 2014, teve temporada aprovada no SESI – SP, para o segundo semestre de 2014 e primeiro de 2015. Ocupou o galpão 6 da Funarte – MG onde trabalhou em seu novo espetáculo, também documental, chamado *Mamá*, durante o ano de 2015 e, ao mesmo tempo, continuou em circulação com *As rosas* pelo interior do país.

O Teatro Documentário é a vertente teatral que "apresenta uma dramaturgia documentária, que faz uso da reutilização de fontes e documentos históricos" (GIORDANO, 2013, p.2), além de ser "uma maneira de pensar e acima de tudo um instrumento para adquirir conhecimento sobre o mundo" (DEMIRSKI, 2010 *apud* GIORDANO, 2013), possibilitando que os sujeitos coloquem em cena a própria estrutura dramática e, assim, podem ser analisados os *imaginários sociodiscursivos* trazidos à cena, isto é, as discursivizações das representações sociais contemporâneas por meio do levantamento das escolhas lexicais.

Dessa forma, objetiva-se aqui, por meio do recorte do projeto de pesquisa interdisciplinar (Teoria Semiolinguística, Estudos de Gênero e Estudos sobre Teatro Documentário) *O Teatro Documentário como travessia do sujeito feminino: da margem ao contrato comunicacional cênico*, analisar previamente, por meio da noção semiolinguística de *imaginários sociodiscursivos*, as falas transcritas de cinco sujeitos femininos do espetáculo *As rosas no jardim de Zula.*

A metodologia utilizada foi empírico-dedutiva, uma vez que "parte de um material empírico, a linguagem, para extrair as características dos comportamentos linguageiros (o como dizer) em função dos elementos psicossociais que determinam

aquele tipo de troca" (LYSARDO-DIAS, 2010, p.169). O evento enunciativo pré-analisado foi uma apresentação do espetáculo de Teatro Documentário *As rosas no jardim de Zula* ocorrida na cidade de Belo Horizonte no ano de 2014. Foi feita a transcrição livre de algumas falas do espetáculo disponível em um vídeo no *site* YouTube.

2. Pressupostos teóricos

2.1 Imaginários sociodiscursivos

Ancorado na Semiolinguística, o trabalho proposto tem os *imaginários sociodiscursivos* (CHARAUDEAU, 2008) como conceito norteador por compreender, conforme elucida Lima (2015), que o ser mulher é produzido no discurso e que o lugar da mulher na sociedade contemporânea ainda é marcado pela inferioridade, pela estrutura binária 'homem-mulher', com seus lugares delimitados historicamente.

Nos dizeres de Lysardo-Dias (2010), o referencial teórico metodológico semiolinguístico corresponde a uma crítica social, entendida como uma postura de busca constante de desvelamento do não-dito e de explicitação das signiicações possíveis em diferentes manifestações discursivas. Segundo ela, esse modelo de análise coloca em evidência o jogo interlocutivo e relacional que se estabelece entre os sujeitos comunicantes inscritos em um universo coletivo de práticas, saberes e convenções. Essa autora explica que Charaudeau amplia a discussão a respeito da ideologia, postulando que saberes e crenças envolvem todos os dizeres, sem reduzir a atividade verbal apenas a interesses de falseamento ou distorção da realidade.

Ao explicar seu posicionamento a respeito da problemática das representações sociais, Charaudeau (2008) opta, dentre as diversas nomeações surgidas nas ciências sociais para estudar a maneira como o homem representa o mundo, pela deinição de *imaginários sociodiscursivos*. O autor airma que é a linguagem que ao mesmo tempo funda e conigura sistema de valores. Ele defende a abordagem da "representação social como fenômeno cognitivo-discursivo geral que engendra sistemas de saber, nos quais se distinguem os *saberes de conhecimento* e os *de crença*." (CHARAUDEAU, 2008, p.193-4).

A Semiolinguística compreende tais saberes não como categorias abstratas da mente, mas maneiras de dizer coniguradas **pela** e dependentes **da** linguagem. Os *saberes de conhecimento* visam uma verdade sobre os fenômenos do mundo, participam de uma razão cientíica que constrói a representação da realidade. Já os *saberes de crença* sustentam um julgamento sobre o mundo, referindo-se a valores, pois "o sujeito que fala faz sua escolha segundo uma lógica do necessário e do verossímil, na qual pode intervir tanto a razão quanto a emoção." (CHARAUDEAU, 2008, p.198). O autor resume da seguinte forma a questão das representações:

> Assim formulamos a hipótese de que essas representações constituem *maneiras de ver* (discriminar e classiicar) e de *julgar* (atribuir um valor) o mundo, mediante *discursos* que engendram *saberes*, sendo que é com esses últimos que se elaboram sistemas de pensamento, misturas de conhecimento, de julgamento e de afeto. (CHARAUDEAU, 2008, p.197).

No entender de Charaudeau (2008), os saberes estruturam as representações sociais e ainda contribuem para construir os sistemas de pensamento, resultantes de determinado ordenamento dos saberes - em sistemas de conhecimento e de crença - com o objetivo de tentar fornecer uma explicação global sobre o mundo e sobre o ser humano. Para o semiolinguista, os sistemas de pensamento se subdividem em teorias, doutrinas e ideologias.

À medida que esses saberes, enquanto representações sociais constroem o "real" como universo de signiicação, segundo o princípio de coerência, Charaudeau (2008) defende que eles são "imaginários". Tendo em vista que estes imaginários são identiicados por enunciados linguageiros, o autor os chama de "imaginários discursivos" e, enim, "considerando que circulam no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros, falaremos em "imaginários sociodiscursivos**"** (CHARAUDEAU, 2008, p.203).

O conceito semiolinguístico de *imaginários sociodiscursivos*, assim, diz respeito aos imaginários materializados em racionalizações discursivas, circulando em um espaço de interdiscursividade. De acordo com Charaudeau (2008), eles dão testemunhos das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos sociais têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas vidas sociais.

No contexto teatral, por meio do contrato comunicacional cênico postulado por Cordeiro (2005), o público é estimulado a evocar registros de emoções que residem em sua memória, ao ver a ação encenada, por meio do acionamento dos *imaginários sociodiscursivos*. Para esse autor, os imaginários são representações de mundo, são "categorias de classiicação de mundo partilhadas pelos sujeitos da troca comunicacional" (CORDEIRO, 2005, p.88).

2.2 Estudos de Gênero

Desde meados dos anos 1960 os Estudos de Gênero surgem com o desenvolvimento do pensamento pós-colonialista e se aproximam das relexões que a noção de *imaginários sociodiscursivos* também abarca, como as questões identitárias ou ideológicas, por exemplo.

No entender de Scott (1995), o interesse pelas categorias de classe, raça e gênero assinalavam o compromisso do(a) pesquisador(a) com a história que incluía a fala do(a)s oprimido(a)s e com uma análise de sentido da natureza de sua opressão. Entendendo o gênero como categoria de análise, a autora airma que ele torna-se uma maneira de indicar as construções sociais, "uma maneira de se referir às origens

exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres" (SCOTT, 1995, p.77).

Para ela, o gênero é um meio de decodiicar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana, por isso, as signiicações de gênero e poder se constroem reciprocamente. Por im, essa autora entende a necessidade de reconhecer que:

> "homem" e "mulher" são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum signiicado deinitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem ixadas, elas contém ainda dentro delas deinições alternativas negadas ou reprimidas.
> (SCOTT, 1995, p.92)

Judith Butler ([1990] 2016) também teorizou os Estudos de Gênero, baseando-se, por sua vez, em uma teoria performativa de atos de gênero, que rompesse com as categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade. Sua intenção foi uma ressigniicação subversiva e uma proliferação para além da estrutura binária homem-mulher.

Rodrigues (2005) airma que repensar teoricamente a "identidade deinida" das mulheres como categoria a ser defendida e emancipada do movimento feminista parece ter sido a principal tarefa de Butler, pois o problema que ela apontou foi o da inexistência desse sujeito que o feminismo quer representar. Essa autora relembra que tal debate era preexistente no âmbito acadêmico e Butler radicalizou o que a teoria feminista já problematizava – identidade das mulheres já posta – acrescentando a crítica ao modelo binário, que foi fundamental na discussão a respeito da distinção sexo/gênero.

Segundo Rodrigues (2005), Butler entende que a teoria feminista defende a identidade dada pelo gênero e não pelo sexo, escondendo a aproximação entre gênero e essência, entre gênero e substância. Em sua leitura de Butler, ela compreende que aceitar o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, seria aceitar também que o gênero expressaria a essência do sujeito humano, porém, Butler defendeu que haveria nessa relação uma unidade metafísica, cunhada de paradigma expressivo autêntico "no qual se diz que um eu verdadeiro é simultâneo ou sucessivamente revelado no sexo, no gênero e no desejo" (BUTLER *apud* RODRIGUES, 2005, p.180).

Para Butler ([1990] 2016), não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero, pois essa identidade é performativamente constituída. Segundo a pesquisadora os atributos de gênero não são expressivos, mas performativos, constituindo a identidade que pretensamente expressariam. Dessa forma, "não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido [pois] a realidade de gênero [é] criada mediante performances sociais contínuas" (BUTLER, [1990] 2016, p.243-4).

O gênero, para Butler ([1990] 2016) seria, por im, inconstante, contextual

e convergiria relações, culturas e história. Com esse caráter de efeito de gênero, as identidades seriam, assim, expressões, efeitos do sujeito e não o sujeito em si, para essa autora.

3. Pré-análise

3.1 Sujeitos

> As cenas do espetáculo oscilam entre os tempos presente e passado, real e imaginário e as atrizes intercalam narrativas autobiográicas dialogando com a história da personagem principal Rosângela Mara Murta Braga, tanto "no plano épico – da mãe que narra e rememora os acontecimentos de sua vida – e no plano dramático – da mãe que realiza as ações narradas no depoimento" (MENDES, 2013, p. 7).

Assim, ao colocarem a própria estrutura dramática em cena interferindo na história "real" de Rosângela, utilizada como eixo dramatúrgico, a Cia. Zula mescla cinco sujeitos femininos no palco: Talita, Andréia, Rosângela representada em fase jovem por Talita, Rosângela representada em fase adulta por Andréia e a própria Rosângela em voz *of* e projeção audiovisual.

Os sujeitos da peça se mesclam em iccionais, no nível discursivo, e efetivos, no nível da interação comunicativa, em dois planos teatrais: épico e dramático. O plano dramático é da ordem da representação, possui personagens iccionais e espaços imaginários suscitados pela encenação, é provido de efeitos de ilusão e se ancora no estético. Já o plano épico rompe com o iccional (quebra a quarta parede da caixa cênica), é da ordem da presença, ancora-se na vivência e na ética, desestabilizando as convenções cênicas clássicas e suscitando um posicionamento crítico.

Para melhor compreensão das falas dos sujeitos femininos optou-se por sistematizar a análise nesses dois planos teatrais.

3.2 Imaginários sociodiscursivos de plano épico

Nesse plano/ categoria analítica existem duas maneiras de desvendar os *imaginários sociodiscursivos*. Em um primeiro momento os sujeitos são apresentados por um outro sujeito, por meio de um discurso indireto, na terceira pessoa. Já em um segundo momento, os sujeitos revelam seus *imaginários sociodiscursivos* por meio do discurso direto livre, em primeira pessoa.

Os sujeitos Talita, Andréia e Rosângela são apresentados no início do espetáculo pelas atrizes Talita e Andréia da seguinte maneira:

> **Talita apresentada por Andréia**: Talita Braga, 31 anos, atriz, casada e ainda não tem ilhos. Sofre de hipoglicemia reativa. Quando criança tinha certeza de que seria a Miss Brasil 2000. Sua maior alegria é estar no palco.

Andréia apresentada por Talita: Andreia Quaresma, atriz e dona de casa, 41 anos, casada e não tem ilhos.

Andréia: Não tenho ilhos?

Talita: Quer dizer, tem. Sete: Spike, Kika, Nininha, Tunico, Chiquinho, Vivi e Zorro *in memorian.*

[...] Pausa.

Talita: (apontando para Andréia) O que ela mais ama? A liberdade.

Rosângela apresentada por Talita: Esta é a história de uma empregada doméstica de 52 anos, casada, um metro e setenta de altura e 97 quilos. Perdeu os dentes de baixo, mas não se adaptou à dentadura. Sofre de dor na coluna. Gosta de chocolate. Tem medo de chuva. Tem orgulho dos ilhos. Sente saudade, culpa. Gosta da Roberta Miranda, ronca e só cozinha na gordura de porco. Quando ri muito ela faz xixi na calça. Gosta da casa cheia de gente. Fala palavrão. Tem medo da solidão. Coleciona ursinhos de pelúcia. É avó hoje e essa é sua maior alegria. Sua arma agora (pausa) é a boca.

Reunindo as informações comuns as três, podemos desvendar *imaginários sociodiscursivos* referentes às suas idades, proissões, estado civil, relação maternal e gostos, conforme a tabela a seguir:

	Talita	**Andréia**	**Rosângela**
Idade	31	41	52
Proissão	Atriz	atriz e dona de casa	empregada doméstica
Estado civil	Casada	casada	casada
Filhos	ainda não	7 animais de estimação	3 abandonados na infância
Gostos	estar no palco	liberdade	chocolate, Roberta Miranda, ursinhos de pelúcia e casa cheia de gente

Além das apresentações, os sujeitos efetivos Andréia e Talita, ao interferirem nas cenas que encenam como Rosângela, revelam *imaginários* de preconceito com a proissão de atriz, distúrbios psíquicos e relexão sobre a

maternidade. Essas questões podem ser veriicadas nas expressões sublinhadas nos seguintes discursos diretos em primeira pessoa:

Talita: Esse negócio de sentindo é muito engraçado, porque onde cada um vai buscar é muito particular. Eu vivi uma fase que eu não conseguia mais entrar em cena. Quando chegava a hora o coração ia a mil por hora, as vistas escureciam, o coração parecia que ia sair pela boca, a perna tremia... eu não conseguia. Aí eu fui procurar um psiquiatra. Um homem que sem olhar nos meus olhos me disse "Graças a Deus que você veio parar aqui, porque o pessoal do seu meio, quando tem algum problema, cai no álcool e nas drogas." E me prescreveu Rivotril e Paroxetina. Eu parei de ter uma ansiedade fora do comum para entrar em cena, mas eu parei de sentir. Eu parei de criar. Eu parei de desejar. E aí eu pensei: eu não aceito que a vida seja isso.

Andréia: É, falar de sentido, eu lembrei de uma conversa que eu tive com a minha mãe. A minha mãe disse que teve ilhos porque na cabeça dela tinha que ter. Casou, tem que ter ilhos. Aí eu pensei... será que se toda mulher pudesse escolher sem pressão, sem nenhuma cobrança, ter ou não ter ilhos, será que todas teriam? Eu mesma fui uma que escolhi não ter. Eu não acho que para me realizar enquanto mulher, para minha vida fazer sentido eu precise gerar um ilho. Mas a minha mãe teve os ilhos e tudo bem. Ela foi muito feliz, cuidou muito bem dos ilhos e cuida até hoje e agora também dos netos. Esse processo me fez pensar muito na minha mãe.

A personagem principal aparece no plano épico por meio de duas vozes *of* e uma projeção audiovisual, que permitem que esse sujeito enuncie em primeira pessoa por meio do discurso direto livre. Rosângela traz *imaginários sociodiscursivos* relativos à feminilidade, questionando os estereótipos da vestimenta feminina e a relação com a sexualidade e sobrevivência (no meio em que ela vivia) que tais trajes suscitavam:

Voz *of* 1: E os homens não sabiam se eu era mulher, se eu era homem... Porque as meninas falavam que eu tinha que vestir mais feminina, eu não aceitava. Até as bichas lá punham io dental, punham os shorts eniados bem no botão, sabe? Eu não. Eu punha calça até lá embaixo, uma botina, uma gravata e... sabe? Aí eles icavam em dúvida se eu era mulher, se eu era homem... Punha um treco fechado até aqui, olha. Ninguém podia ver nada meu. Muitos homens falavam assim "deixa eu ver se você é mulher". Ah, vai por a mão na puta que pariu da sua mãe, desgraçado. Aí começavam as brigas no bar, aqueles socos, garrafa voando, e tudo quanto... Qualquer coisinha eu brigava. Só que eu icava no meu canto ali quietinha. Só se alguém me conhecia que chegava perto de mim e sabia que eu era legal, mas... Chamavam eu de Sargentona.

Rosângela ainda evoca *imaginários* de proteção, súplica, ajuda, utilizando um vocativo que pode ser entendido como uma igura materna que possui certa distância física (podendo ser religiosa – Santa Maria, ou propriamente a sua mãe), quando enuncia:

Voz *of* 2: E ao mesmo tempo eu... Ô minha mãe, me leva embora daqui, eu não aguento isso mais. Eu não aguento essa vida.

Essa mesma fala é retomada ao inal do espetáculo sendo, dessa vez, ampliada e projetada audiovisualmente. Os *imaginários* que emergem são de arrependimento das escolhas feitas e, ao mesmo tempo, de constatação e aceitação da própria história passada como proporcionadora do agora. Ela enuncia:

Projeção audiovisual: E ao mesmo eu tempo eu... Ô minha mãe, me leva embora daqui. Eu não aguento isso mais. Eu não quero icar aqui. Eu não aguento essa vida... e de ser o que eu não era. Eu não quero ser assim. Tinha dia que eu cansava. De ser puta, de ser droguista, de ser cambalacheira, de ser macumbeira... porque eu sabia fazer macumba muito bem também. Quando eu lembro dessa vida me dá nojo... tudo que eu já passei me dá... Ao mesmo tempo que eu gloriico, né, graças a Deus [...] graças a Deus que eu saí disso. E viva.

3.3 Imaginários sociodiscursivos do plano dramático

Nesse plano/ categoria analítica os *imaginários sociodiscursivos* são desvendados por meio da representação da personagem principal, Rosângela, em duas etapas de sua vida. Rosângela jovem é representada por Talita na fase em que viveu na rua. Rosângela adulta é representada por Andréia em seu momento após vida de rua, de acordo com as três horas de entrevista cedidas à ilha, que serviram como base documental para a dramaturgia do espetáculo. A tabela a seguir sintetiza os *imaginários sociodiscursivos* evocados nas duas etapas da vida da personagem principal no plano dramático:

Jovem	Capeta, autocrítica. Droguista: embriagada. Puta que mantém a identidade de batismo.
Adulta	Casou virgem. Trem de doido aprontava o maior regaço. Cambalacheira (roubava e não tinha que fazer sexo com os velhos). Droguista: pico, beladona, artane, eritrose. Violenta e violentada, talvez assassina (punhal). Puta que não se sujeita a fazer sexo anal. Busca de um amor e de sua identidade feminina. Autocrítica.

Podemos veriicar tais *imaginário*s na fase jovem por meio das expressões destacadas nas seguintes falas:

Rosângela representada em fase jovem: Velho nojento, aleijado. Eu sou o capeta, ia. (bebe). Vamos beber, putada!

Rosângela representada em fase jovem: (embriagada) E para achar sentido, eu tive que sair de casa, entendeu? Deixa eu ver como eu vou falar para você. Deixa eu ver o que eu vou falar para você. Porque eu não quero proteger eu não, eu sou sem-vergonha também. Porque têm muitas... jeito de viver minha vida sem ter feito o que eu iz. Porque eu nunca me importei com luxo, eu nunca me importei com riquezas... Tanto que eu vim parar aqui onde todo mundo tem outro nome. A Janete, por exemplo, chama Henriqueta. A Baiana chama Marta. Eu não. Eu sempre fui Rosângela.

Já na fase adulta, há destaque nas expressões das seguintes falas:

Rosângela representada em fase adulta: Casei virgem. Casei virgem porque meu pai obrigou, porque por mim? Por mim eu tinha dado antes. E dado é muito. Esse negócio de virgindade é uma palhaçada. Quando eu era moça meu pai me levou num médico. Um velho cego lá que mal sabia onde estava meu rabo. E ele me deu atestado de virgindade. Palhaçada.

(pausa - como se estivesse ouvindo a pergunta da entrevistadora. Acende um cigarro)

Rosângela representada em fase adulta: Vivi um tempo na rua sim. Nossa, eu virei um trem de doido. Aprontava o maior regaço. O que uma pessoa gasta 20 anos pra fazer eu iz em 2.

Rosângela representada em fase adulta: Homem de zona eu não tinha não. Eu gostava era de velho, porque velho é bobo e eu não tinha que fazer sexo. Aí eu roubava e saía correndo.

Rosângela representada em fase adulta: Eu não gostava de maconha não. Eu gostava da droga era pesada. Eu gostava de pico. Eu não sei nem o que eles punham na seringa. Beladona, o chá de beladona. Artane, um remédio para a cabeça. Eritrose, um xaropinho que tinha que tomar 5 gotas, eu tomava um vidrinho com bebida.

Rosângela representada em fase adulta: Eu sempre ando armada. Andava. Minha arma agora é a boca. Esse punhal era dos mais chiques que eu tinha. Aqui (mostrando o cabo) tinham uns peixinhos que pareciam que estavam nadando.

Rosângela representada em fase adulta: (Guarda o punhal numa caixa, olha para cima reletindo) Ele era um moreno. Foi no quarto 28. Ele chegou na zona e quis icar comigo. Aí a gente ia para o quarto, voltava para o bar, ia para o quarto de novo... isso muitas vezes e sempre tomando todas. Ele morria de rir de mim porque eu era uma palhaça. Só que lá pelas tantas ele me chamou para ir para o quarto de novo. Aí quis comer minha bunda. Bunda não. Nem para marido.

Rosângela representada em fase adulta: (Imitando ele) Você sabe que você é uma vagabunda. Você sabe que você merece apanhar. Aí foi para me bater. (mostra o punhal) Aí eu peguei meu punhal (olha par ao punhal).

Rosângela representada em fase adulta: Eu apanhava, eu batia, eu ia vivendo aquela vidinha. Cada dia pior. Cada dia pior.

Rosângela representada em fase adulta: Eu era doida, ilha. Porque que vocês acham que eu estou viva? Primeiro é Deus. Depois vocês. Eu não queria viver mais não. Eu queria morrer. Eu achava a vidinha tão boba. Mas eu nunca deixei a peteca cair e a depressão vir, isso não. Na verdade, eu queria um homem para mim, sabe? Um homem para me abraçar, para me beijar. Para eu fazer carinho nele, para ele me fazer carinho. Para eu me sentir mulher. Porque teve uma época que eu achava que eu não era mulher não.

Rosângela representada em fase adulta: (rindo envergonhada) Tem que falar tudo? Eles vão ver que eu não fui santa

4. Comentários Finais

De acordo com as relexões de Lima (2015), percebe-se a importância de pensar esses textos como se fossem um processo, uma reação em cadeia que abarca, a partir das personagens femininas, uma rede de relações de poder, pois para ela, o gênero, entendido como construção, é efeito de discursos(s).

Tais relações podem ser reveladas, desvendadas por meio da noção semiolinguística de *imaginários sociodiscursivos*, noção que "é mediatamente acionada ao se estabelecer um contato com uma cena" (CORDEIRO, 2005). De maneira geral, por meio das transcrições das falas dos sujeitos femininos nas cenas d'*As rosas no jardim de Zula*, podemos perceber, dentre outras coisas, questões relativas à relação maternal (ter ilhos ou não ter ilhos) e preconceitos proissionais (atriz ou prostituta).

As opressões ou preconceitos vivenciados por esses sujeitos, tanto no plano épico quanto no plano dramático, estão direta e unicamente relacionadas às escolhas feitas por essas mulheres e à necessidade de sobrevivência vivenciadas por elas em suas trajetórias de vida. Tais opressões ocorrem, no entender de Lima (2015), devido à visão de mundo apoiada no patriarcado, no capitalismo e no poder em geral. "O excluído é produzido no discurso, seu lugar é ancorado na injustiça de não poder existir. Do mesmo, o ser mulher é produzido no discurso e, por isso, ligado às relações de poder" (LIMA, 2015, p.174).

As identidades dos cinco sujeitos do espetáculo também podem ser percebidas no âmbito enunciativo da encenação teatral. A respeito dessa questão, Lima (2015) relembra que "não podemos falar em sujeito uno" (p.172) e Butler (2016) airma que identidade é expressão, é efeito do sujeito e não o sujeito em si. Dessa forma, as identidades de Talita, Andréia, Rosângela representada em fase jovem por Talita, Rosângela representada em fase adulta por Andréia e a própria Rosângela estão

em trânsito, em construção, pois o lugar conferido às mulheres contemporâneas não é um lugar, "o que parece haver são entrelugares, transição, trânsito, tráfego" (LIMA, 2015, p.172).

Todos esses sujeitos utilizam a dor, a opressão, o preconceito sofrido como mola impulsionadora, movimentando-as a protagonizarem as próprias histórias. O que as coloca à margem não faz com que elas assumam um papel vitimizador, mas constituem provas da vida passada, servindo de elaboração para mudanças, movimentos, travessias de suas vidas. As falas que comprovam tal protagonismo e movimento são:

Talita: Eu não aceito que a vida seja isso

Andréia: "Eu não acho que para me realizar enquanto [sic] mulher, para minha vida fazer sentido eu precise gerar um ilho.

Rosângela: Eu nunca deixei a peteca cair e a depressão vir, isso não.

Assim, os *imaginários sociodiscursivos* d'*As rosas no jardim de Zula* revelam sujeitos protagonistas de suas narrativas de vida. As mulheres representadas no espetáculo lidam com concepções de busca, resgate, aceitação e respeito, revelando identidades múltiplas e fragmentadas. Pode-se perceber então o teatro documentário como *lócus* de denúncia e resistência de sujeitos e como um espaço de passagem de concepções socialmente cristalizadas.

Referências Bibliográicas

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1990] 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). *Da língua ao discurso*: relexões para o ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, pp. 7-31.

_____. Da ideologia aos imaginários sociodiscursivos. In: *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Identidade social e identidade discursiva*: o fundamento da competência comunicacional. In: <www.patrick-charaudeau.com>, 2009.

_____. *Linguagem e discurso*: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2014.

CORDEIRO, Marcelo. *Uma análise das artes cênicas na perspectiva da Análise do Discurso*. 2005. 98 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2005.

GIORDANO, David Fernandes. *Breve Ensaio sobre o conceito de Teatro Documentário*. In: Revista Performatus, v.1, p.performatus.net, Lisboa, 2013.

LIMA, Helcira. Mulheres e emoções em cena. In: LARA, G.P., LIMBERTINI, R.P. (Orgs.). *Discurso e desigualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015.

LYSARDO-DIAS, Dylia. As contribuições de Patrick Charaudeau para o desenvolvimento da AD no Brasil. In: de PAULA, L.; STAFUZZA, G. (Orgs.). *Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil*: três épocas histórico-analíticas. Uberlândia: EDUFU, 2010.

MACHADO, Ida Lúcia. *Algumas relexões sobre a teoria semiolinguística*. In: *Revista Letras & Letras*, n. 22/2. Uberlândia, 2006.

MENDES, Julia Guimarães. *Teatralidades do real*: signiicados e práticas na cena contemporânea. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado Artes) – Faculdade de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011.

_____. Teatros do real, teatros do outro: a construção de territórios da alteridade a partir da presença de não-atores em espetáculos contemporâneos. *Revista Sala Preta*, Teatros do Real: Memórias, autobiograias e documentos em cena. São Paulo, v.12, n.2, p. 45- 55, 2013

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1):216, janeiro-abril/2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, v.20, n.2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

A IGU*ALDA*DE DE GÊNERO E O EMPODER*A*MENTO FEMININO COMO OBJETIVO P*ARA* O DESENVOLVIMENTO SUSTENT*Á*VEL

Ana Claudia Lopes Venga[1]
Larissa Valim de Oliveira Farias[2]

RESUMO: O presente trabalho trata de uma análise do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 5, a saber *alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as meninas e mulheres* como meta para o desenvolvimento sustentável. A metodologia utilizada foi uma breve análise dos componentes da meta, seguida por um estudo de sua interligação.

Palavras-chave: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. Desenvolvimento sustentável. Empoderamento feminino. Igualdade de gênero.

ABSTRACT: he following paper was conceived as an analysis of the 5th SDG, which reads *achieve gender equality and empower all women and girls* as a goal for sustainable development. he methodology used was a brief analysis os the goal components and a subsequent study of how they interwine themselves.

Keywords: Sustainable Development Goals. Sustainable development. Female empowerment. Gender equality.

1. Introdução

O presente trabalho tem como proposta analisar o Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável número 5 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), a saber: "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas". Para tratar da convergência entre igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável, o trabalho busca, em um primeiro momento, caracterizá-los separadamente.

Através de um panorama histórico da inclusão das demandas feministas na agenda internacional e da caracterização estatística da atual situação das mulheres no mundo, atende-se a caracterização da igualdade de gênero em si. O desenvolvimento sustentável será tratado através da perspectiva de diversos autores e autoras, na tentativa de demonstrar o constante e plural debate a seu respeito.

1 Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Lavras. Monitora voluntária de Direito Constitucional I. Membro dos Núcleos de Estudos Direito, Modernidade e Capitalismo e Trabalho, História e Direitos Sociais. Brasil. Endereço eletrônico para contato: acvenga@direito.ula.br

2 Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Lavras. Membro do Núcleo de Estudos em Direito e Relações Internacionais e do Núcleo de Estudos Trabalho, História e Direitos Sociais. Brasil. Endereço eletrônico para contato: larissavalim@outlook.com

No que tange ao encontro entre os conceitos, recorre-se tanto a caracterização feita pelo artigo quanto ao trabalho de outros autores sobre o tema. Também será feita uma análise especíica das diretrizes oiciais da ONU para o alcance do Objetivo, uma vez que este trata precisamente da convergência entre a sustentabilidade e a igualdade de gênero. Dessa forma, busca-se fazer uma análise ampla e detida a respeito do tópico em questão.

2. O Objetivo De Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 5

No inal de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a chamada "Agenda 2030", sendo esta apresentada como "um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade", que "busca fortalecer a paz universal com mais liberdade" (ONUBR, 2015). Esta agenda traz consigo uma lista de objetivos que devem ser alcançados internacionalmente até 2030. Tais objetivos foram intitulados os "17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável", abrangendo uma grande gama de problemas mundiais atuais.

O Objetivo de desenvolvimento sustentável a ser abordado no presente trabalho é o objetivo número cinco, denominado "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas". Tal Objetivo possui seis submetas que tentam oferecer *guidelines* de práticas que devem ser realizadas para que se alcance tal objetivo em questão.

Neste tópico será apresentada uma breve cronologia na tentativa se analisar o surgimento e desenvolvimento desta preocupação com a igualdade de gênero e com o empoderamento feminino na agenda internacional, apresentando-se assim a fundamentação e relevância desse objetivo. Em um segundo momento, buscar-se a uma problematização: como concretizar tal Objetivo? O que o difere de outras tentativas prévias, apresentadas na cronologia histórica?

2.1 Cronologia histórica: como a igualdade de gênero e o empoderamento feminino se tornaram pauta da agenda internacional

A igualdade de gênero e o empoderamento feminino apresentam-se como uma luta internacional, que com o passar dos anos foi se tornando uma pauta reconhecida, sendo inserida na agenda internacional.

Diversos são os marcos históricos que podem ser apresentados no desenvolvimento dessa pauta internacional, como, por exemplo: as ondas do movimento feminista; a criação da Comissão Sobre o Status da Mulher (*CSW*) em 1946; a "Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres", adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1979; a "Declaração e Plataforma de Ação de Pequim", de 1995, adotada por 189 e considerada como a fórmula mais progressista de roteiro para o avanço dos direitos das mulheres (ONU, *Sustainable Development Knowledge Plataform, online*); a Declaração do Milênio de 2000,

com seu Objetivo de Desenvolvimento do Milênio número 3; a criação da ONU Mulheres em 2010; o destaque e reairmação do papel vital das mulheres e da necessidade de uma igualdade de participação e liderança em todas as áreas de desenvolvimento sustentável no documento inal (denominado *"Future We Want")* da Conferência das Nações unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio +20); o ODS número 5 da Agenda 2030 em 2015; e em 2016 a 60ª sessão da CSW, que teve como tema prioritário de debate "O Empoderamento das Mulheres e sua Conexão com o Desenvolvimento Sustentável".

Pode-se entender que através de tais marcos históricos as mulheres obtiveram diversos direitos voltados para a sua promoção da igualdade frente ao sexo masculino e a sociedade internacional passou a colocar em pauta a igualdade de gênero. Neste diapasão, faz-se *mister* ressaltar-se que:

> A elaboração destes direitos nos inúmeros documentos internacionais é fruto da evolução do direito internacional público gestado após a II Guerra Mundial. Esse direito, partindo da necessária airmação da dignidade de todos os seres humanos como reação às consequências dos totalitarismos, racismos "cientíicos" e à presença dos neocolonialismos, foi tendo que reconhecer as especiicidades abrindo espaço para o reconhecimento de minorias étnicas, linguísticas e religiosas, chegando então à situação particular de vulnerabilidade feminina, como atestam os diversos encontros, conferências e instrumentos acima citados. (RIOS, 2006, p. 81).

Contudo, como é sabido, por vezes a mera formalização de um direito não representa, na prática, a sua eicácia e respeito. Assim, apesar das mulheres já possuírem inúmeros direitos e a sociedade internacional avançado imensamente no quesito da igualdade, até hoje não se pode airmar que a igualdade de gênero é uma realidade universal. Consequentemente, tem-se o ODS número 5, demonstrando justamente que tal realidade ainda deve ser alcançada e, ainda mais, que é necessária para um desenvolvimento sustentável do planeta.

Nesse sentido, quais são as previsões para concretização deste ODS? Essa é a questão que será trabalhada no próximo tópico.

2.2 Concretização do ODS número 5

Levando-se em consideração a perspectiva história apresentada no tópico anterior, pode-se perceber que os debates e lutas internacionais pela concretização da igualdade de gênero e pelo empoderamento feminino não são novidades. Assim, questionamentos emergem. O que difere o ODS número 5 de outras tentativas prévias de concretização da igualdade de gênero, apresentadas no tópico anterior? Quais mecanismos e ferramentas são previstos para que ela se torne uma realidade?

Observando-se as seis metas do ODS número 5, estabelecidas pela ONU,

é fácil e imediata a percepção da generalidade e abstração das tais metas. Além disso, possui um conteúdo bem diversiicado, abrangendo desde questões trabalhistas, participativas e representativas, de violência de gênero, até a criação e fortalecimento de políticas e legislações gênero-sensitivas.

Conforme apresentado no seu website oicial, entende-se que a ONU prevê um meio de acompanhamento e avaliação da Agenda 2030, se encontrando dentro desta o ODS número 5. Neste diapasão, a ONU airma pertencer aos governos estatais a responsabilidade primária de acompanhamento e avaliação, "nos níveis nacional, regional e global, em relação ao progresso alcançado na implementação dos Objetivos e metas para os próximos 15 anos", airmando que subsidiariamente caberá a ela mesma, especialmente por meio do ECOSOC, "que terá papel central na supervisão e acompanhamento da avaliação em nível global", "fornecer um acompanhamento e avaliação sistemáticos em vários níveis" (ONUBR, *online,* 2015).

Contudo, tais compromissos também aparentam ser abstratos e de difícil concretização, especialmente quando se leva em consideração que a Agenda 2030 não é um tratado, assinado pelos países (apesar destes terem assinado a Carta da ONU), não possuindo força vinculativa e/ou sancionatória. Nesse sentido, a própria ONU se posiciona airmando que:

> Apesar de os ODS não serem juridicamente vinculativos, espera-se que os governos assumam o compromisso e estabeleçam quadros nacionais para a realização dos 17 Objetivos. Os países têm a responsabilidade primária de acompanhamento e avaliação dos progressos realizados na implementação dos Objetivos, o que exigirá coleta de dados de qualidade, acessível e oportuna. O acompanhamento e a avaliação regional serão baseados em análises de nível nacional e contribuirão para o acompanhamento e avaliação a nível global. (ONU, *online*, tradução nossa).

Ainda neste diapasão, a ONU promete a elaboração de indicadores para auxiliar nesta tarefa airmando que:

> Indicadores estão sendo desenvolvidos para ajudar neste trabalho. (...) Concordamos em intensiicar nossos esforços para reforçar as capacidades estatísticas nos países em desenvolvimento, particularmente os países africanos, os países menos desenvolvidos, os países em desenvolvimento sem litoral, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de renda média. Estamos comprometidos em desenvolver medidas mais amplas de progresso para complementar o produto interno bruto (PIB). (ONUBR, *online,* 2015).

Apesar do exposto acima, a concretização desta meta ainda aparenta depender muito do consentimento e atuação estatal, o que, sem dúvidas, será um

fator de diiculdade para a sua implementação integral e rápida. Porém, tal realidade já era de ser esperada, como se pode observar pela cronologia apontada no tópico anterior e levando-se em consideração a realidade clássica da ordem internacional que tem a soberania estatal como elemento basilar e central.

Nesse diapasão, quando tratando dos antigos Objetivos do Milênio (que previam no objetivo três a "igualdade entre os sexos e a valorização da mulher") e sua diiculdade de concretização, Schrijver chegou a airmar que:

> (…) o conjunto internacional global de instrumentos jurídicos ainda é inadequado para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e do Plano de Implementação do Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo. Isto não é apenas devido às indecisões do direito internacional do desenvolvimento sustentável, mas também a certas características fundamentais do direito internacional contemporâneo como tal (SCHRIJVER, 2008, p. 221, tradução nossa).

Seguindo esse ponto de vista, o autor chega a apresentar alguns desaios à concretização do desenvolvimento sustentável e das metas a ele relacionadas, como: a) delineação do conceito de sustentabilidade, b) a criação de uma base coerente do direito internacional do desenvolvimento sustentável, que consiga formar uma fundação comum para novos acordos; c) adequada legitimação e representação nos processos de tomada de decisões; d) necessidade de instrumentos de monitoração e implementação adequados e bem equipados para realizar *follow-up* quanto a tratados e princípios gerais do direito internacional na legislação nacional e internacional (SCHRIJVER, 2008).

Porém, o que se busca analisar no presente trabalho é se existe, de fato, uma conexão entre igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável e se tal conexão é capaz de ajudar a auxiliar na efetivação da igualdade de gênero e do empoderamento feminino em escala global ou não.

Nesse sentido, no tópico seguinte serão apresentados os conceitos centrais envolvidos, desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero, de maneira individual, para que posteriormente se possa realizar a tentativa de conexão entre estes.

3. Componentes do ODS número 5

Há que se tratar no presente tópico dos dois componentes do Objetivo em questão: a diretriz em si e aquilo ao qual direciona, ou seja, a igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável, respectivamente. Assim, tais conceitos básicos serão individualmente apresentados para possibilitar uma compreensão mais fácil sobre a possível conexão entre eles.

3.1 Desenvolvimento sustentável

Se o Objetivo a ser tratado no artigo é um objetivo relacionado ao alcance do desenvolvimento sustentável, é preciso então conceituá-lo. Porém, um estudo sobre o tema demonstrará que sua conceituação não é tema paciicado e gera um debate controverso entre estudiosos ao longo dos últimos anos. Uma das ideias mais difundidas é a de que um desenvolvimento pode ser considerado sustentável através de sua capacidade de perdurar-se no tempo sem causar quaisquer prejuízos para gerações futuras. A demanda por sustentabilidade é, na verdade, uma relexão particular da universalidade da querela de que os interesses das gerações futuras recebam a mesma atenção que aqueles das gerações atuais (SEN, 2000).

A origem do termo "sustentável" remonta à década de 1970, quando era um jargão técnico utilizado por algumas comunidades cientíicas para evocar a possibilidade de um ecossistema não perder sua resiliência, mesmo estando sujeito à agressão humana recorrente. Só em 1980 começou a ser utilizada para qualiicar o desenvolvimento, sendo um tema tratado com certo receio advindo do medo de uma provável concorrência que os temas ambientais poderiam vir a oferecer a outras prioridades, como o mercado (VEIGA, 2010). Os debates de sustentabilidade encontram suas raízes em duas ciências: ecologia e economia.

No âmbito da ecologia, de início, rejeita-se a ideia de que a sustentabilidade ecossistêmica corresponderia a um "equilíbrio". Ao invés, um outro conceito é considerado mais adequado, a saber, o conceito de resiliência. O que signiica dizer que, independentemente do equilíbrio, se um ecossistema conseguir se mantiver resiliente – ou seja, for capaz de absorver choques, enfrentar distúrbios mantendo suas funções e estruturas e tirando deles até mesmo benefícios por meio de adaptação e reorganização – este ambiente se sustenta.

Quanto à perspectiva da economia, três concepções principais são abordadas. A primeira, chamada sustentabilidade fraca, considera que cada geração deve deixar à próxima a somatória de três tipos de capitais intersubstituíveis: o propriamente dito, o natural-ecológico e o humano-social. Sendo intersubstituíveis entre si, entende-se que caso necessário seja, é possível enfatizar algum dos capitais mesmo em face de *déicit* a outro. O que não deveria acontecer, de acordo com a segunda concepção, denominada de sustentabilidade forte.

Nesta última, supõe-se a obrigatoriedade em se manter constantes pelo menos os serviços do capital natural-ecológico, que não deve sofrer prejuízo em momento algum caso se faça necessária a ênfase em algum dos outros capitais. Junto a essas duas concepções aparentemente opostas, encontra-se também a perspectiva biofísica, que entende que a economia não é um sistema autônomo, sendo um subsistema dependente da evolução darwiniana e da segunda lei da termodinâmica ("a quantidade de entropia de qualquer sistema isolado termodinamicamente tende a incrementar-se com o tempo, até alcançar um valor máximo").

Nessa visão, só se pode haver sustentabilidade com a minimização dos luxos de energia e matéria que atravessa o subsistema econômico. Assim, engendra a

necessidade de desvincular os avanços sociais qualitativos dos aumentos quantitativos de produção e consumo e explica a ausência de um indicador de sustentabilidade (VEIGA, 2010).

Conclui-se, assim, que qualquer que seja o desenvolvimento sustentável, ele será mais identiicável na ausência do que na presença. É mais fácil identiicar uma ação insustentável para combatê-la do que uma política sustentável para a endossar. E está claro que um mundo onde um fato de sorte bruta como nascer sob determinado gênero signiicar uma vida de opressão para uns e privilégio para outros não tende em nada ao sustentável.

3.1.1 Igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres

> A linguagem e a retórica assim como a realidade dos direitos no mundo contemporâneo são frequentemente caracterizados pela negligência de seções particulares da população menos privilegiada, grupos étnicos, classes exploradas, mulheres isoladas. (...) Esse universalismo também requer que em nossa ansiedade para proteger as gerações futuras, nós não ignoremos as reivindicações urgentes dos menos favorecidos hoje. Uma abordagem universalista não pode ignorar as pessoas desfavorecidas hoje na tentativa de evitar o desfavorecimento no futuro. (SEN, 2000, p. 2029, tradução nossa).

Ao se falar em "igualdade de gênero", evocando-se um termo que soa autor-referente, portanto uma explicação a respeito corre o risco de tornar-se redundante. Dessa forma, o melhor caminho para demonstrar a necessidade de sua concretização é justamente conceituá-la em sua ausência. Nesse sentido, a pesquisa anual *he Global Gender Gap Report*, consegue traçar o hiato de oportunidades entre gêneros, convertendo-o em um número chamado *ratio*. O *ratio* indica a razão de mulheres dividida pela razão de homens em cada aspecto mapeado pela pesquisa. Portanto, um *ratio* de 0,000 equivale à completa desigualdade, enquanto um de 1,000 equivale à completa igualdade de gêneros em determinado quesito. O cálculo é feito dessa forma justamente para que se leve em consideração a diferença entre os níveis de realização de ambos os gêneros, ao invés de explicitar apenas os níveis em si mesmos.

A pesquisa tem sido realizada anualmente desde 2006, e dentre os 111 países medidos no período 2006-2014, 105 obtiveram algum progresso em direção à igualdade de gênero. O empoderamento político é o campo cujo salto em termos de igualdade foi maior durante o ciclo da pesquisa, partindo de 14% de mulheres em posições políticas em 2004 para 24% em 2015. Porém, mesmo em face de signiicativo progresso, o empoderamento político ainda é a categoria que apresenta resultados mais desiguais e preocupantes.

Esta frente de pesquisa leva em consideração o número de mulheres ocupan-

do quaisquer cargos políticos dentro de um país. A Islândia, país em primeiro lugar do ranking no quesito tinha um *ratio* de 0,6554 em 2014 e agora marca 0.719. O segundo lugar, no entanto, tem um *ratio* de 0.607 (Finlândia). Nos Estados Unidos, a representação feminina na política é de 0.162. Há países como o Yemen onde o *ratio* é de 0.026 ou o Qatar com 0.013. O Brasil marca 0.123, enquanto a Rússia marca 0.066. Brunei Darussalam tem o alarmante índice de 0.000, que indica não haver nenhuma mulher em cargos políticos.

O que se observa é que dentro dos quatro subíndexes da pesquisa (Participação e Oportunidades Econômicas, Saúde e Sobrevivência, Obtenção de Educação e Empoderamento Político) o último é o mais deiciente em todos os países mapeados, enquanto a Obtenção de Educação é a que se mostra mais avançada, com 26 países já tendo eliminado o hiato da desigualdade de gênero nesse aspecto. Apesar disso, neste quesito há mais desigualdades de pontuação dos países entre si do que no quesito da Saúde e Sobrevivência, onde nenhum país conseguiu ainda fechar o intervalo, mas a média entre todos é elevada e próxima.

Enquanto dez países – Áustria, Bahamas, Brasil, Franca, Finlândia, Guiana, Letônia, Lesoto, Nicarágua e Namíbia – fecharam completamente o hiato em ambos os subíndexes de Saúde e Sobrevivência e Obtenção de Educação, nenhum país pesquisado encerrou o intervalo nos quesitos de Oportunidade e Participação Econômica ou Empoderamento Político.

Dessa forma, nenhum dentre os 145 países mapeados fechou o hiato total entre gêneros. Portanto, se o conceito de igualdade de gênero pode soar intuitivo e autorreferente, tal conceituação estatística de seu oposto demonstra claramente sua pertinência como meta a ser alcançada.

4. Conexão entre a igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável

Conforme ensina Stevens,

> Os três pilares do desenvolvimento sustentável – econômico, ambiental e social – são também relevantes às discussões sobre igualdade de gênero. Essas dimensões possuem igual e inter-relacionada importância, como ilustrado em simples equações. (...) Focar na economia e no ambiente sem atenção aos fatores sociais podem levar ao crescimento para poucos. Dada a questão do gênero mundialmente, esses poucos tendem a ser, em sua maioria, homens.
>
> Um crescente número de estudos indicam que as desigualdades de gênero estão extraindo elevados custos econômicos e levando a desigualdades sociais e degradação ambiental ao redor do mundo. (STEVENS, 2010, p. 1, tradução nossa).

Frente a essa breve explanação, já se torna possível a visualização inicial de

uma conexão entre o desenvolvimento sustentável e a igualdade de gênero, sendo esta última considerada como um fator necessário para o alcance do primeiro. Coerentemente com tal airmação, tem-se a declaração na Resolução do ECOSOC, denominada E/CN.6/2016/5, de que:

> Considerações sobre a igualdade de gênero são reletidas de modo integrado por toda a Agenda 2030, inclusive na declaração, metas e diretrizes, meios de implementação, parcerias globais e revisões posteriores. São críticas por seus ganhos: perceber que igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas farão uma contribuição crucial para o progresso de todas as metas e diretrizes. (…) *Essas diretrizes gênero-sensitivas são necessárias mas não suicientes. Toda a Agenda 2030 deve proporcionar benefícios para mulheres e meninas através de implementação gênero-responsiva.* (ECOSOC, 2016, p. 3-4, tradução nossa, destaque nosso).

Portanto, é perceptível a existência de um reconhecimento internacional da igualdade de gênero como um objetivo necessário de concretização para que, de fato, se tenha o desenvolvimento sustentável almejado pela Agenda 2030. Nesse sentido, entende-se que todas as previsões dessa agenda, todos os Objetivos e suas respectivas metas devem ser lidos sob uma perspectiva gênero-sensitiva. Ademais, percebe-se a difusão cada vez maior da noção de que a igualdade de gênero deve ser levada em consideração sob a ótica de qualquer política pública para que esta seja plenamente efetiva, e não seria diferente com o desenvolvimento sustentável. Conforme ensina Amartya Sen, sustentar a privação não deve ser nosso objetivo, nem devemos negar aos menos privilegiados de hoje a atenção que dedicamos às gerações do futuro. (SEN, 2000)

Portanto, em um primeiro momento, a igualdade de gênero se faz de extrema importância ao desenvolvimento sustentável no âmbito do presente. Não parece razoável que se pretenda sustentar uma sociedade desigual, na qual metade da população vive diariamente subjugada aos interesses da outra metade. Da mesma forma, não se pode chamar uma sociedade na qual isso acontece de "sustentável". Assim, por mais imprecisa que seja a conceituação do que é o desenvolvimento sustentável, novamente nos deparamos com a sua mais fácil identiicação pela ausência. A presente situação das mulheres ao redor do mundo é um claro exemplo de insustentabilidade e um quadro que necessita de urgente correção para que estejamos mais próximos do desenvolvimento sustentável. Desta feita, parece que o principal vínculo entre a igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável pertence ao âmbito social, em sobreposição ao econômico ou ambiental.

Porém, há que se dizer que uma plena situação de igualdade entre os gêneros reverberaria de forma positiva na esfera econômica, o que por sua vez traria benefícios ambientais ao desenvolvimento sustentável sob a perspectiva de alguns autores[3]. Explica-se: a renda das mulheres ainda é, globalmente, desproporcional a

dos homens que exercem a mesma função. O que se conclui é que não só não existe consequência prejudicial ao tratar-se de todas as pautas da Agenda 2030 como um todo de maneira gênero-sensitiva, vez que tais pautas correm o risco de tornarem-se completamente ineicazes se este não for o caso. Sua abrangência reduz-se pela metade e sustenta-se apenas a presente situação de opressão. Contudo, existem desaios para a aplicação prática dessa constatação. Estes serão trabalhados no próximo tópico.

5. Alcançando a meta: desaios e ultrapassagens

Conforme explanado previamente, a Agenda 2030 arrola diretrizes especíi-cas rumo ao alcance de cada um de seus Objetivos, para que ações direcionadas a cada

3 Nesse sentido, ver a obra de José Eli da Veiga (2010).

temática sejam delimitadas. Porém, na prática, o que se observa é que tal taxação não é completa nem suiciente para a efetivação de tais Objetivos.

A primeira diiculdade geral que se observa está no fato de a Agenda 2030 não ser um documento vinculante, com força sancionatória, conforme já mencionado previamente. Ela depende da soberania estatal, da vontade do Estado, para ser aplicada e concretizada, o que constitui entrave para sua realização plena, que inclui a concretização do ODS número 5.

Outra diiculdade que se apresenta à aplicação da Agenda 2030 está também vinculada à questão da soberania. Quanto ao ODS número 5, especiicamente, apesar de a igualdade de gênero gozar de reconhecimento internacional como pauta de importante discussão e consumação, não possui o mesmo reconhecimento e importância no âmbito interno de alguns países. Isso, devido, por exemplo, a questões culturais presentes de maneira forte em determinados territórios.

Justamente por não constituir documento de *hard law,* que possa gerar sanção internacional, a Agenda 2030, suas metas icam à mercê da atuação estatal de cada país para sua efetiva implementação. Em relação ao ODS número 5, como previamente apresentado, alguns países sequer possuem mulheres em posições políticas, então não se pode esperar, necessariamente, que irão cuidar para a melhor aplicação do ODS número 5 dentro de seus limites nacionais.

Outrossim, mais uma diiculdade que pode ser analisada está na amplitude e abrangência dos Objetivos e de suas respectivas metas. Em sua pretensão de universalidade, muitas vezes caem em diretrizes genéricas mesmo nos Objetivos mais especíicos, o que resulta em problemas para se deinir estratégias delimitadas a cada meta de ação. São as chamadas "*catch-all phrases*", tentam abarcar a gama mais completa possível em poucas palavras e acabam por falhar em promover uma aplicação direta do tema. Isso se mostra claramente perceptível no ODS número 5 e em suas respectivas metas.

Porém, não é porque são impostos desaios interpretativos ou estatais aos Objetivos que se deve desistir de suas aplicações. Para tanto, especiicamente em relação do ODS tema deste trabalho, apresenta-se aqui algumas alternativas de ação mais delimitada. Dentre elas, a intensiicação da iscalização relacionada a questões de gênero, tanto no âmbito internacional e interno.

Ainda no âmbito internacional, propõe-se traçar maneiras de como a ONU pode iscalizar o cumprimento estatal do ODS número 5, de modo mais efetivo e que garanta que ele de fato seja alcançado até 2030; o que poderia ocorrer, por exemplo, por meio de mecanismos especíicos previstos em acordos sobre o tema, como *treaty-bodies* ou comissões. No âmbito interno, destaca-se o papel essencial das pressões sociais, como por exemplo, por meio do movimento feminista e suas lutas. Sobre a importância da participação popular, tem-se o seguinte posicionamento:

> E sinceros ou não, possíveis ou não, a validade desses acordos não-vinculantes da ONU é que estes podem servir como ferramentas, em âmbito nacional, para que cobremos. (...) É certo que nada força um país que se comprometeu com esta agenda a implementá-la, a não ser a consciência política nacional de honrar sua palavra diante da comunidade internacional. Mas quando a consciência política falha, ou falta aos governos, a pressão da sociedade civil organizada passa a ser fundamental, às vezes o único caminho possível (FERNANDES, *online*, 2016).

Ainda neste diapasão, destaca-se a necessidade de atuação de todos os entes da sociedade internacional para que o ODS número 5 tenha maiores chances de ser alcançado. Estados, ONGS e indivíduos possuem papel importante para a concretização dessa meta. Frente à soberania estatal, ONGS e indivíduos possuem destaque no dever de iscalização nacional e internacional das metas referentes ao Objetivo em questão. Para isso, tem-se, assim, a necessidade de implementação e fortalecimento de mecanismos institucionais internacionais e nacionais que permitam aos indivíduos e ONGS a participação e possibilidade de controle democrático das ações estatais voltadas às questões gênero-sensitivas. Novamente as lutas sociais se mostram aqui importantes, para o alcance destes mecanismos onde não existirem. Sobre isso, tem-se o seguinte ensinamento:

> Se algo icou claro na discussão sobre o desenvolvimento sustentável, é que apesar dos Estados nacionais ainda serem muito importantes eles não podem mais icar sozinhos. A cooperação internacional entre os Estados e outros atores relevantes, tais como os setores privado, ambiental cientíico e não governamental, de direitos humanos e organizações de desenvolvimento é necessária. (...) No entanto, é interessante observar que, além dos Estados e de suas organizações internacionais, empresas multinacionais, cidadãos e organizações não governamentais tornaram-se

> importantes atores no direito internacional do desenvolvimento sustentável. Eles agem tanto como peticionários quanto como implementadores de acordos internacionais, além de atuarem em ações judiciais ambientais internacionais contra os Estados. (SCHRIJVER, 2008, p. 225-266, tradução nossa).

Pode-se também almejar a aplicação mais efetiva do ODS número 5 e suas metas através da intensiicação e do fortalecimento de acordos internacionais gênero-sensitivos, com mecanismos especíicos e funcionais de iscalização e implementação das normas previstas, bem como com o incentivo à criação, assim como ao fortalecimento, de legislações nacionais gênero-sensitivas, com previsões de sanções internas reais em caso de descumprimento das normas previstas.

Outrossim, seria interessante a propositura de aumento de inanciamento às agências e organizações da ONU especializadas no tratamento das questões de gênero, juntamente ao incentivo à coleta, análise e produção de dados gênero-sensitivos tanto no âmbito internacional quanto no âmbito nacional. Nesse sentido, tem-se:

> A Agenda 2030 proporciona uma oportunidade fundamental para fazer investimentos importantes no desenvolvimento sustentável sensível ao gênero, de forma transparente, responsável e mensurável. Enquanto a comunidade internacional começa a implementar a nova agenda universal para o desenvolvimento sustentável, as condições favoráveis à realização da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres e dos direitos humanos devem ser reforçadas. *A escala e a ambição da nova Agenda pedem por inanciamento transformador e por fortalecimento de parcerias, políticas e instituições, para garantir a sua implementação*. (ECOSOC, 2016, p. 4, tradução nossa, destaque nosso).

Ou seja, tem-se ainda a necessidade, observando-se a igualdade de gênero como um objetivo comum de todos os países e necessário para um melhor desenvolvimento dos âmbitos econômico, social e ambiental da sociedade internacional como um todo, de inanciamentos e fortalecimento de parcerias que visem auxiliar na conquista desta realidade.

6. Conclusão

O trabalho buscou, através de análise doutrinária e estatística, comprovar a pertinência da igualdade de gênero como meta para o desenvolvimento sustentável. Ao longo do esforço, tornou-se claro que para sustentar uma determinada sociedade ela precisa ser, em primeiro lugar, uma que se queira manter para o futuro. Não é razoável buscar sustentar a opressão e a dominação, que são o presente estado da

sociedade no que tange à situação das mulheres. Dessa forma, conclui-se que para o pleno desenvolvimento sustentável faz-se extremamente pertinente o Objetivo de número 5 da Agenda 2030: a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres ao redor do mundo.

Foi perceptível que, apesar de tal conclusão, existem diversos entraves e dificuldades para a aplicação prática desse Objetivo na sociedade internacional atual, porém sugestões iniciais para a sua implementação eicaz, frente a tais problemáticas, também foram apresentadas.

Referências Bibliográicas

BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de Direito do Trabalho*. 10. ed., São Paulo: LTr. 2016.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geograia e Estatística. *Censo Demográico de 2010*. 2010. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 Ago. 2016.

FERNANDES, Claudio Guedes. A Agenda 2030 e os desaios do desenvolvimento sustentável. *Carta Capital*. 2016. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-agenda-2030-e-os-desaios-do-desenvolvimento-sustentavel> Acesso em: 28 Jul. 2016.

OECD. *Education at a Glance 2015*: OECD Indicators, OECD Publishing. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2015_eag-2015-en>. Acesso em: 11 Ago. 2016

ONU, Sustainable Development Knowledge Platform. *Gender equality and women's empowerment*. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/topics/genderequalityandwomensempowerment> Acesso em: 28. Jul. 2016.

ONUBR. *Transformando Nosso Mundo*: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em: 28 Jul. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Women at work*: 2016 trends. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_457317.pdf>. Acesso em: 15 Jul. 2016.

RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, jul./dez. 2006, ano 12, n. 26, p. 71-100.

SCHRIJVER, Nico. *he evolution of sustainable development in international law*: inception, meaning and status. Hague Academy of International Law. Boston: Martinus Nijhof Publishers, 2008, p. 208-235.

SEN, Amartya. SUDHIR, Anad. Human Development and Economic Sustainability. In: *World Development*, 2000, vol. 28.

STEVENS, Candice. *Are women the key to sustainable development?* Sustainable development insights, Boston, n. 3, ps. 5-8, abr. 2010. Disponível em: <http://www.bu.edu/pardee/iles/2010/04/UNsdkp003fsingle.pdf> Acesso em: 03 jul. 2016.

VEIGA, José Eli da. *Sustentabilidade*: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

WORLD ECONOMIC FORUM. *he Global Gender Gap Report.* 2014. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/GGGR14/GGGR_CompleteReport_2014.pdf> Acesso em: 08 Jul. 2016.

WORLD ECONOMIC FORUM. *he Global Gender Gap Report*. 2015. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/GGGR2015/cover.pdf> Acesso em: 08 Jul. 2016.

“O QUE PENSAM OS GAYS QUE APOIAM BOLSONARO?”: INDÍCIOS DE UM RECONHECIMENTO IDEOLÓGICO E A CRÍTICA À IDEOLOGIA[1]

Lucas Afonso Sepulveda[2]
Laura Antônio Lima[3]

RESUMO: Este trabalho se debruça sobre um fenômeno complexo: o reconhecimento airmado pelos LGBTs que apoiam a controversa igura pública do deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) e o papel da mídia na crítica da ideologia. Buscamos encontrar alguns indícios de um reconhecimento ideológico e uma possível crítica à ideologia (HONNETH, 2014; MAIA e CAL, 2014) a partir de uma reportagem da web de grande repercussão, “O que pensam os gays que apoiam Bolsonaro?”, produzida pela BBC. Olhamos principalmente para a fala dos apoiadores LGBTs do político, a fala dos especialistas e a condução narrativa da reportagem. Notamos uma tentativa, por parte dos apoiadores, de construir uma autoimagem distanciada da opressão sofrida e da militância organizada LGBT, nesta reportagem. A partir deste indício, notamos outro sinal consequente: é possível que estas pessoas não enxerguem a própria injustiça cometida contra si pelos discursos de ódio político e apoiem Jair Bolsonaro em projetos de retirada de direitos e proteção jurídica que ferem este grupo diretamente. No entanto, reconhecemos, assim como apontado por Axel Honneth (2014) e Rousiley Maia e Danila Cal (2014) que a crítica às formas de reconhecimento ideológico são processuais e constantes, resultado de uma troca entre diversos falantes de diferentes lugares sociais – e este é o papel da reportagem, ao trazer discursos contrários e favoráveis a Bolsonaro, além de especialistas que tentam problematizar o fenômeno dos LGBTs que apoiam o político reconhecido por suas falas homofóbicas.

Palavras-chave: Jair Bolsonaro. LGBT. Discurso de ódio. Teoria do reconhecimento. Reconhecimento ideológico.

1. Introdução

Como sujeitos de uma categoria social oprimida podem se sentir, muitas

1 Trabalho apresentado no GT “Mídia, Mulheres, LGBT e Discurso de Ódio” do II Congresso da Diversidade Sexual e de Gênero, realizado em outubro de 2016, na Faculdade de Direito da UFMG.

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Integrante do Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Email: afonsepuv@gmail.com

3 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Integrante do Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Email: lauraantoniolima@gmail.com

vezes, reconhecidos em um sistema de convicções que perpetua e favorece a injustiça que lhes é sofrida? Ao serem confrontados com formas de reconhecimento ideológicas (HONNETH, 2014; MAIA e CAL, 2014) como a sociedade e seus *media* conse-
guem (ou não) esboçar uma crítica que identiique a injustiça tornada invisível nestes tipos de falso reconhecimento?

Neste ensaio, desejamos discutir o problema da ideologia no âmbito da teoria do reconhecimento e como ele pode ser enfrentado pelos *media*. Para tal, iremos, primeiramente, retomar o conceito de reconhecimento segundo Honneth e o seu critério para distinguir formas de reconhecimento *válidas* de formas de reconhecimento como ideologia. Em um segundo momento, tentaremos aplicar este critério para enxergarmos nos discursos de uma reportagem da BBC sobre homossexuais apoiadores do deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ), indícios de um *reconhecimento ideológico*. Por im, iremos reletir sobre como, neste caso, os *media* enfrentaram o problema do reconhecimento como ideologia.

2. Axel Honneth e a Teoria do Reconhecimento

Partindo de uma perspectiva intersubjetiva da construção do sujeito, presente em Mead; da importância da linguagem na constituição de uma ordem social assim como Habermas; e da ilosoia de Hegel, Axel Honneth elabora sua teoria do reconhecimento.

Através da investigação da constituição do sujeito em três esferas – privada, social, legal – o autor identiica as condições para as relações de reconhecimento intersubjetivo: amor, solidariedade e direito. Ele diz que "a formação prática da ID humana pressupõe a experiência do reconhecimento intersubjetivo" (HONNETH, 2003, p.155), adotando um movimento teórico que leva em conta não só aspectos psicológicos, como também sociais. Honneth também conjuga estes padrões, padrões porque são coletivamente entendidos, de reconhecimento ao conlito e ao desrespeito (momentos em que o reconhecimento é denegado) como bases que dão motivação às pessoas para tentarem sair de uma situação de degradação, lutarem pelo reconhecimento. O conlito, além de fazer parte do impulso necessário à mobilização, também é constituidor dos próprios indivíduos.

Para a teoria honnethiana, as pessoas fazem parte de um determinado contexto social: a coletividade em que elas se inserem e são socializadas possui códigos culturais e simbólicos inluenciadores. A cultura, as relações institucionais e os vários componentes de uma vida em sociedade constituem uma gramática moral que será determinante para os sujeitos se localizarem. Durante as fases da vida e a constituição da subjetividade, procuramos o bem viver e a autorrealização pelo reconhecimento,

a "chave dessa perspectiva é, portanto, a compreensão da identidade como possibilidade de autorrealização" (MENDONÇA, 2007, p.170).

Mas o reconhecimento nestas três esferas nem sempre acontece automaticamente. Os sentimentos de injustiça e de dano são a maneira encontrada pelo autor de identiicar a negação do reconhecimento aos indivíduos em alguma (ou mais de uma) esfera. A violência física na esfera privada ou o estigma que as pessoas deicientes recebem na esfera social, são exemplos de dano, os quais afetam os sujeitos no nível da subjetividade, causando sentimentos não só de injustiça, mas também de sofrimento e dor. O sentimento de se perceber indigno ou menos valorado pela sociedade, pela família ou pelo Estado, é o propulsor da ação para as mudanças sociais acontecerem, segundo Honneth, pois é através da luta pelo reconhecimento que a gramática moral que rege a comunidade pode ser alterada, conduzindo a igualdade de direitos, garantias nas esferas legais e mudanças nos padrões culturais.

3. O Reconhecimento como ideologia

E quando o "sentimento negativo" não emerge em sujeitos vítimas de alguma opressão/injustiça? Este problema é abordado por Honneth (2014) em seu texto *Reconhecimento como ideologia: sobre a correlação entre moral e poder*. Para o teórico, existem determinadas formas de reconhecimento que são "´[...] falsas ou injustiicáveis, já que elas não possuem a função de aumentar a autonomia pessoal, mas ao contrário, a de produzir concepções conformes a dominação" (HONNETH, 2014). Faz-se necessário, portanto, discernir o reconhecimento em sua forma *justiicada* e o reconhecimento como *formas de ideologia*. Os reconhecimentos válidos são, para Honneth, *posturas morais airmativas positivas*: reconhecer o outro é se acionar moralmente perante a ele e conferi-lo, em suas particularidades, um *valor social* positivo, o capaz de reverberar em uma mudança *material* nas ordens vigentes. Já as formas de reconhecimento como ideologia, apesar de oferecerem um *potencial valorativo* aos sujeitos aderidos, são incapazes de promover um *preenchimento material*: "[...] elas são irracionais na medida em que não levam a cabo o ato do reconhecimento para além do plano meramente simbólico atingindo o preenchimento material" (HONNETH, 2014). As *ideologias* possuem, portanto, um caráter funcionalista: oferecem aos sujeitos um determinado valor social crível, enquanto mantêm o *dano* e as negações nas esferas de reconhecimento – regulando as dominações.

Rousiley C. M. Maia e Danila Cal (2014) ao abordarem a injustiça percebida nos casos de trabalho doméstico infantil, retomam a distinção do reconhecimento e do reconhecimento como ideologia e acreditam que esta diferenciação deve ser melhor estudada de forma a compreender como o *dano* e a *injustiça* às vezes não são percebidos ou mesmo sentidos por determinados grupos sujeitos a opressões. Elas apontam que um sistema ideológico, segundo a teoria honnethiana, opera em três eixos: 1) promove a expressão de uma autoimagem positiva para os sujeitos; 2) precisa ser, de alguma forma, realista e crível para quem se direciona; 3) precisa

possibilitar "a criação de um novo valor para si mesmos ou conquistas futuras, em comparação a situações passadas (MAIA e CAL, 2014, p. 78).

As autoras ainda apontam que a diferenciação feita por Honneth garante que se separe reivindicações válidas das reivindicações de *ideologias* – que oferecem aos sujeitos "evidências com poder persuasivo suiciente para que eles expliquem suas próprias escolhas e ações como positivas a eles" (MAIA e CAL, 2014, p. 79) – isto sem tornar estes indivíduos mais vítimas do que já são. No entanto, quem seria então, os responsáveis por apontar os *danos* invisíveis e as injustiças não percebidas por pessoas oprimidas? Para Maia e Cal, em muitos casos, os *defensores morais* como os "acadêmicos, intelectuais, artistas, associações voluntárias e agentes de mídia [...] são os que nomeiam a injustiça, defendem valores, e representam e agem em nome de indivíduos subjugados" (2014, p. 80). As críticas às formas de ideologias, segundo as autoras, não solucionam os problemas das estruturas de *dominação*, mas "[...] têm o potencial de iniciar atos de relexão em obstáculos ou forças repressivas que restringem a vida dos outros em uma forma arbitrária ou injustiicável" (p. 96). É importante destacar que as formas de ideologia se adaptam às diferentes condições sociais implicadas – a crítica à injustiça, como apontado por Maia e Cal, precisa ser um processo de "contestação permanente".

4. "O que pensam os gays que apoiam Bolsonaro e rechaçam Jean Wyllys?"

Para entender como o problema do reconhecimento como ideologia é enfrentado pelos *media*, aplicamos a distinção teórica de Honneth (2014) nas falas evidenciadas pela reportagem da BBC Brasil, publicada em 8 de junho de 2016: "O que pensam os gays que apoiam Bolsonaro e rechaçam Jean Wyllys?". A matéria (FAGUNDES; BARIFOUSE, 2016) convoca homossexuais que ganharam visibilidade na internet ao expressar em suas páginas um posicionamento alinhado aos discursos do deputado ex-militar Jair Bolsonaro (PSC-RJ). Muitos deles, possuem, inclusive, uma relação pessoal com o parlamentar. Os repórteres Ingrid Fagundez e Rafael Barifouse tentam responder: por que estes indivíduos homossexuais, "contrariando o senso comum", apoiam e se sentem contemplados por um político reconhecido pelo seu ódio contra LGBTs? Por que muitos deles rejeitam a representação política de militâncias LGBTs ou do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), o único parlamentar abertamente gay do Congresso? A reportagem também recorre a especialistas – dois pesquisadores de gênero e sexualidade, um professor de Direito, uma pesquisadora de Direitos Humanos – para que eles tentem explicar criticamente o surgimento e organização destes grupos gays apoiadores de Bolsonaro.

É essencial retomarmos aqui o histórico de conlitos de Jair Bolsonaro. O deputado federal ex-militar – parlamentar eleito com o maior número de votos no Rio de Janeiro em 2014 e pré-candidato a presidência pelo PSC – é uma igura controversa e declaradamente contrária às reivindicações de movimentos sociais LGBT no Brasil. O site *Lado A* (2016) elencou as 100 frases homofóbicas já ditas por

Bolsonaro, publicadas pela imprensa: para o ex-militar, a homossexualidade "se cura" com violência e gays "não têm nada para oferecer"; ele não apoia a adoção por casais LGBTs e já alegou que "90% dos adotados vão ser homossexuais e [...] garotos de programa deste casal"; se opõe à ideia que a homossexualidade seja ensinada nas escolas como algo natural; defende a restrição da doação de sangue por LGBTs por achar que o "sangue de um homossexual pode contaminar o sangue de um heterossexual".

Questionamos, portanto: a partir da reportagem selecionada, que *indícios* de um *reconhecimento como ideologia* (HONNETH, 2014) (MAIA e CAL, 2014) podemos identiicar pelos depoimentos dos homossexuais que se entendem reconhecidos nos discursos de Jair Bolsonaro? Estamos em busca apenas de indícios – acreditamos que, para compreender a totalidade da relação entre estes sujeitos e a *ideologia* reairmada por Bolsonaro, torna-se necessária uma investigação mais extensa e particular tanto do modo como estes indivíduos percebem ou não a *injustiça* contra si, quanto da relação que mantém com suas próprias identidades e outras questões morais. São estes indícios que nos ajudarão a entender como os *media* podem enfrentar os desaios oferecidos por formas de reconhecimento que se apresentam como *ideologias*. Por sua vez, argumentamos que a distinção de Honneth de *reconhecimento* e *reconhecimento como ideologia* é eicaz para revelar algumas das possíveis condições pelas quais estes indivíduos, ao não perceberem a injustiça sofrida, conseguem articular uma *autoestima* a partir dos proferimentos pelos quais se posiciona o deputado federal Jair Bolsonaro. Nossa suposição é de que essa forma de reconhecimento atribuída pelos discursos de Bolsonaro é *ideológica*: apesar de criar um "novo valor" para estes sujeitos, não os propõe um *preenchimento material*; ou seja, perpetua o *dano* nas esferas de reconhecimento e não gera uma luta contra as formas institucionalizadas da homofobia na sociedade.

Acreditamos que, assim, como as mulheres que passaram por trabalho doméstico infantil, no estudo de Maia e Cal (2014), estes indivíduos possuem um desejo de encontrar o que é o "melhor para si" – as críticas às *ideologias* junto aos esforços emancipatórios destas pessoas podem ser um caminho para que elas "concebam si mesmos como capazes de superar obstáculos para alcançar um sentimento de auto realização" (MAIA e CAL, 2014, p. 96). Assim como as autoras, reforçamos que tais críticas, muitas vezes, serão feitas por *defensores morais de uma justiça*, como a própria mídia, acadêmicos e outras pessoas que irão apontar a irracionalidade e as lacunas materiais de um sistema de convicções.

Portanto, a partir dos indícios que os depoimentos expostos pela reportagem da BBC nos dão, apontamos aqui duas hipóteses: 1) alguns destes sujeitos não enxergam o *dano contra si mesmas* causado pelo discurso de Bolsonaro; 2) estes sujeitos encontram um "novo valor" ao construírem uma autoimagem de "pessoa comum", afastada da subalternidade de quem sofre a opressão, favorecendo, inclusive, o apoio a movimentos *não inclusivos*, danosos ao reconhecimento nas esferas, como a oposição a leis favoráveis aos LGBTs no Brasil; 3) por im, notamos também a possibilidade de uma adesão à imagem pública de Bolsonaro a partir de

outras pautas políticas que não tocam diretamente os discursos homofóbicos do deputado federal.

4.1 A invisibilidade do dano

Nossa primeira hipótese, a partir das falas proferidas na reportagem da BBC, é a de que boa parte dos gays apoiadores de Jair Bolsonaro não parecem enxergar o *dano homofóbico* causado pelos discursos do ex-militar, ou tentam, de alguma forma, justiicá-lo. De fato, o apoio à Bolsonaro se dá por diversos motivos: a expansão do porte de armas e a defesa da pena de morte pelo deputado são apontados pela reportagem como os posicionamentos do ex-militar mais endossados pelos jovens. Mas, ao serem confrontados pela reportagem com os discursos de ódio a gays do deputado federal, como esses sujeitos se posicionam? L.E., artista plástico, justiica o *dano*, alegando que o ex-militar já se retratou publicamente: "[Bolsonaro] Pensava que gays eram todos do mesmo tipo, mas viu que há gays casados, que pagam impostos e têm um relacionamento sem afrontar a sociedade", diz à reportagem. Portanto, para L.E., fora estes gays, existiria outro «tipo» de gay (que não ele), validamente criticado por Jair Bolsonaro. O arquiteto C.S.H. também tenta justiicar os discursos agressivos de Bolsonaro: "Talvez ele tenha errado em algumas airmações porque confundia ativismo com gays".

O *dano* promovido pelos discursos homofóbicos de Bolsonaro é muitas vezes apontado pelos sujeitos entrevistados como um *dano a um grupo gay específico*, do qual eles não fazem parte. É o caso dos militantes: "A militância é descrita por eles [apoiadores de Bolsonaro] como 'intolerante' e 'promíscua'". O artista plástico L.E. vai além, ao criticar o deputado federal Jean Wyllys e o ativismo LGBT que o apoia: "É inaceitável que as pessoas se orgulhem de um homossexual vestindo uma camisa de Che Guevara. Como a gente pode elogiar um cara que detestava homossexuais?", questiona. Ou seja, estes jovens não se sentem injustiçados por Bolsonaro porque não se identiicam como os alvos de suas agressões homofóbicas O dano não é sentido porque não é interpretado como dano a si: quando o ex-militar se dirige aos "gays", não se trata de mim, se trata do outro. O próprio L.E. sente o *dano* ao ver Wyllys apoiar "um cara que detestava homossexuais [Che]", mas não identiica a injustiça nos proferimentos de Jair Bolsonaro.

Segundo Honneth, as ideologias só conseguem cumprir sua função ao "darem uma chance ao indivíduo de relacionar-se consigo mesmo de uma maneira airmativa, de tal modo que eles se vejam motivados a assunção voluntária de determinadas tarefas" (2014). É a autoestima destes sujeitos que deve ser estimulada, para que consigam enxergar em um determinado sistema de convicções algo positivo para si. Honneth (2014), no entanto, faz uma distinção, ao alegar que sistemas de convicção que propagam uma imagem negativa a determinados grupos, como no racismo, não podem ser considerados uma ideologia de reconhecimento a estes indivíduos negados, por não possibilitarem a construção de uma autoimagem positiva. Ideologias eicazes "não deveriam contribuir para a exclusão dos grupos de

pessoas a que elas se destinam, mas, ao contrário, teriam de contribuir para sua integração (HONNETH, 2014). Mas como explicar o caso de Bolsonaro e seus apoiadores gays? Observamos aqui indício revelador: o discurso é calibrado por uma interpretação que *impede* os sentimentos de injustiça, essenciais para a verdadeira luta por reconhecimento. É essa invisibilidade que garante "sem recorrer à repressão, o escopo de criar um tipo de sentimento de autoestima que providencia os recursos motivacionais para formas de sujeição voluntária" (HONNETH, 2014). Já o sentimento de *integração* expresso por esta ideologia poderia ser explicado pelo "novo valor" que ele atribui aos sujeitos; o que nos leva a nossa segunda hipótese.

4.2 A atribuição de um "novo valor"

Defendemos que neste caso empírico o *dano* não é entendido como algo direcionado a um *nós* e, sim, a *outros* homossexuais, portanto, há no sistema de convicções compartilhado por Jair Bolsonaro alguma possibilidade de construção de autoimagem positiva para estes indivíduos. Nossa segunda hipótese é de que estas pessoas se sentem reconhecidas ao encontrar um "novo valor" a partir dos discursos de Jair Bolsonaro. C.S.H. diz à reportagem que se sente apreciado pelo parlamentar do PSC por que ele o trata como "como um ser humano, como qualquer pessoa". O especialista acionado, o sociólogo da UFScar Richard Miskolci, enxerga essa construção de um novo valor: para ele, há, nestes sujeitos, a vontade de se airmar como um "bom cidadão" e se separar socialmente daqueles que usam o preconceito sofrido como ferramenta por luta política. estariam estes jovens encontrando, nos discursos de Bolsonaro, uma forma de construir uma visão e valor de si distanciados da subalternidade atribuída aos homossexuais?

A autoimagem destes sujeitos parece ganhar valor ao se afastar de determinados "tipos" de homossexuais – os que usam a opressão como formadora de identidade e mobilizadora de luta. Se, na ideologia, "os indivíduos só possuem a possibilidade de se identiicar com determinações que lhes são válidas, se, à sua luz, eles puderem se sentir distinguidos" (HONNETH, 2014), a forma de distinção oferecida nos discursos do Bolsonaro é a do "novo valor" do gay civilizado, bom cidadão, cuja identidade não é subalternizada pela opressão sofrida – já que se recusa, de alguma forma, a ver uma opressão. Esse *valor social* consequentemente pode favorecer o apelo de legislações que se baseiam numa igualdade assimétrica, que escondem as injustiças sofridas no mundo. Segundo a reportagem, a maioria "dos entrevistados é contra a lei que criminaliza a homofobia", por acreditar que as "agressões contra qualquer pessoa já são punidas" pelas leis existentes. A lógica é: se somos *pessoas comuns,* devemos, portanto, sermos tratados pelas mesmas leis e não recebermos algum "tratamento especial". No entanto, vivemos em um país em que LGBTs são vítimas fatais e exclusivas de um ódio homofóbico: em 2015 pelo menos 318 foram mortos em crimes motivados por homofobia[4]. Alguns dos jovens da reportagem, inclusive, compactuam com crenças que vão diretamente contra o seu reconhecimento social legal: "Há pessoas [homossexuais] que não tem condições de

adotar, porque vão fazer com que as crianças cresçam sexualizadas, sejam abusadas sexualmente" airma J.O., um dos gays entrevistados. Aqui vemos o que nos parece ser um indício de uma lacuna desta ideologia: a autoimagem valorativa se inda no momento que é legitimado e perpetuado o dano ao reconhecimento real, principalmente nas esferas do direito e da solidariedade, na qual "[...] uma pessoa só pode se sentir 'valiosa' quando se sabe reconhecida em realizações que ela justamente não partilha de maneira indistinta com todos os demais" (HONNETH, 2003, p. 204).

4.3 Outras pautas políticas

Também é preciso considerar que a adesão deste grupo de apoiadores da imagem de Jair Bolsonaro se forme também a partir de outras pautas políticas defen-

4 GRUPO GAY DA BAHIA. he murder of lesbian, gay, bissexual, transexual and tranvestite (LGBT) persons in Brazil. 2015. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/0046502184820246ba018>. Acesso em: 2 de julho de 2015.

didas por Jair Bolsonaro, como apontado pela reportagem da BBC: a defesa do porte de armas, a castração química para estupradores e o posicionamento contrário a outras militâncias de esquerda minoritárias, que não a LGBT. Essas conexões mostram outra forma de adesão e reconhecimento que não tocam exatamente a sexualidade e o discurso de ódios a LGBTs.

5. A crítica da ideologia: oportunidades e obstáculos nos media

Maia e Cal (2014) airmam que, apesar de acreditarem nas estruturas de poder como mantenedoras da permanência de ideologias, as "críticas sociais tem o potencial de iniciar atos de relexão em obstáculos ou forças repressivas que restringem as vidas de outras pessoas de forma arbitrária e injustiicável" (p. 96). Ao verem o diagnóstico das formas de reconhecimento ideológicas como um processo, as autoras destacam a função de diferentes atores sociais e *advocates* nas contestações e revindicações. Mas como os *media* podem servir dentro deste diagnóstico?

Percebemos, na reportagem da BBC, que a crítica vem a partir da convocação de especialistas e acadêmicos que, de alguma forma, servem como *defensores morais de uma justiça*. O sociólogo Richard Miskolci (UFScar) critica o posicionamento de Bolsonaro e de seus apoiadores homossexuais: segundo ele, chamar uma militância LGBT de "autoritária" é estratégico. "Como um político vinculado à ditadura militar e que defende torturadores pode considerar 'autoritário' um defensor dos direitos humanos?", questiona. Ele também problematiza a formação da autoimagem dos gays apoiadores de Bolsonaro, ao dizer que a vontade "de parecer 'bom cidadão' e se dissociar dos que sofrem preconceito gera uma despolitização desses sujeitos, os quais preferem uma pauta moral a uma política".

O professor de Direito José Reinado airma que, diferentemente do que é dito pelos entrevistados homossexuais, não há privilégio em ter uma legislação especíica, já que ela "vem para compensar o preconceito em uma sociedade. Hoje,

não temos uma situação de igualdade. O importante é que haja condições para que todos exerçam direitos considerados universais". Se o diagnóstico de uma ideologia é um processo de diversas contestações (MAIA e CAL, 2014), a contra-crítica também é evidenciada na reportagem. A educadora Adla Teixeira (UFMG) diz "Esses gays são pessoas discretas, que têm o direito de não se envolver numa militância. Há diiculdade de aceitar que o outro pode não querer entrar (na luta)". O professor da USP demonstra que este grupo de gays convocados pela reportagem fazem parte de uma categoria maior, podendo ser associados aos grupos LGBTs republicanos nos EUA: "A orientação sexual não determina ideologia política", diz.

É preciso tomar um cuidado, no entanto, ao entender que a crítica não se tornar alguma forma de paternalismo: Maia e Cal apontam a importância de que os próprios sujeitos sejam vistos como *agentes* com autonomia "de pensar por si mesmos e de falar ao público sobre suas próprias imediações em relação as suas identidades, aspirações e necessidades" (p. 80-81). Por isto, argumentamos que a matéria em si, reconhecendo a existência destes grupos de homossexuais apoiadores a Jair Bolsonaro, pode fazer emergir uma discussão, uma crítica e uma possível autorrelexão sobre a identidade, relações e emancipação social dos indivíduos envolvidos.

6. Considerações Finais

Neste ensaio, tentamos evidenciar os modos como o problema da ideologia pode se articular tomando como local empírico a reportagem da BCC sobre os homossexuais que apoiam Jair Bolsonaro. A partir dos depoimentos da matéria, buscamos, primeiramente, indícios que poderiam nos revelar um reconhecimento como ideologia na relação entre os sujeitos com os posicionamentos do deputado federal: parece haver um apagamento do *dano homofóbico* e *injustiça contra gays* nos discursos de Bolsonaro; ao se distanciarem da identidade dos gays militantes – grupo no qual os apoiadores do parlamentar acreditam ser o alvo de seu *dano* – há a possibilidade de surgir um "novo valor" no qual estes indivíduos podem construir uma autoimagem positiva, não subalternizada pela opressão social. Neste reconhecimento dado por Bolsonaro não parece haver, por sua vez, um *preenchimento material* (HONNETH, 2014): os sujeitos muitas vezes são contrários a legislações que protege direitos LGBTs.

Em um segundo momento, tentamos reletir sobre como os *media* podem enfrentar o problema da ideologia. No caso da BBC, a própria reportagem traz uma problematização ao reconhecimento expresso por estes indivíduos, ao convocar a fala de acadêmicos que impulsionam tanto uma "crítica" quanto uma "crítica da crítica". Se o diagnóstico social de uma ideologia decorre entre diferentes partes como um processo (MAIA e CAL, 2014), o próprio surgimento da reportagem pode conduzir diferentes sujeitos envolvidos a uma contestação ou defesa deste reconhecimento – assim como os próprios apoiadores de Bolsonaro podem, a partir

deste debate, atingir uma autorrelexão que os ofereça um caminho para a emancipação moral.

Referências Bibliográicas

100 FRASES homofóbicas de Jair Bolsonaro. Lado A. 16 de março de 2016. Disponível em: <http://revistaladoa.com.br/2016/03/noticias/100-frases-homofobicas-jair-bolsonaro>. Acesso em: 1 de julho de 2016.

FAGUNDEZ, Ingrid; BARIFOUSE, Rafael. *O que pensam os gays que apoiam Bolsonaro e rechaçam Jean Wyllys*. BBB Brasil, São Paulo. 8 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36475717>. Acesso em: 1 de julho de 2016.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento:* a gramática moral dos conlitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, Axel. *Reconhecimento como ideologia*: sobre a correlação entre moral e poder. Tradução de Ricardo Crissiuma. In: *Revista Fevereiro*. julho de 2014. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=07&t=09>. Acesso em: 29 de junho de 2016.

MAIA, Rousiley. C. M; CAL, Danila. Recognition and ideology: assessing justice and injustice in the case of child domestic labor. In: *Recognition and the Media*. Londres: Palgrave McMillan, 2014. p. 73-99.

MAIA, Rousiley; GARCÊZ, Regiane L. O. Recognition, feelings of injustice and claim justiication: deaf people's storytelling on the Internet. In: *Recognition and the Media*. Londres: Palgrave McMillan, 2004. p. 123-147.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento em debate. In: *Revista de Sociologia e Política*, 2007, n. 29.

O ÓDIO SAIU DO ARMÁRIO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS ACERCA DO DISCURSO DE ÓDIO CONTRA LGBTTIS NAS REDES SOCIAIS

Renato Contente Freire de Menezes[1]

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo contribuir para os estudos do discurso de ódio contra LGBTTIs nas redes sociais a partir do cruzamento de perspectivas teóricas de campos distintos. Para ampliar a percepção deste fenômeno, que vem incorporando alarmante robustez nos últimos anos, foram articuladas em conjunto relexões advindas dos estudos das redes sociais, do campo jurídico, da ideologia e das relações de poder atreladas ao gênero e à sexualidade, através de autores como Raquel Recuero, Michel Foucault, Mikhail Bakhtin, Judith Butler e Slavoj Žižek.

Palavras-chave: Discurso de ódio. Ideologia. Homotransfobia. Gênero e sexualidade. Relações de poder.

ABSTRACT: his article aims to contribute to the studies of hate speech against LGBTTIs on social networks by crossing theoretical perspectives of diferent knowledge areas. To increase the awareness of this phenomenon, which has been incorporating alarming strength in recent years, it was decided to articulate relections arising from studies of social networks, ideology and power relations linked to gender and sexuality, from the perspective of authors like Rachel Recuero, Michel Foucault, Mikhail Bakhtin, Pêcheux, Judith Butler and Slavoj Žižek.

Keywords: Hate speech. Ideology. Homotransphobia. Gender and sexuality. Power relations.

1. Introdução

Com a popularização dos sites de redes sociais, nos últimos anos, atestou-se um crescimento exponencial de internautas brasileiros[2] ocupando esses espaços de interação, que deinidos como sendo "constituídos por representações de atores sociais e suas conexões" (RECUERO, 2009, p. 24). Sobretudo no mais acessado desses endereços, o Facebook[3], é perceptível a formação de ambientes coletivos de discussão,

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. E-mail: rcontente@gmail.com.

2 De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, 92% dos internautas brasileiros estão conectados por meio de redes sociais. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-

pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>. Acesso em 13 de julho de 2016.

3 A mesma pesquisa levantou que o Facebook lidera os acessos a redes sociais (83%) no País, à frente do

questionamento e emissão de opiniões, que reproduzem no ciberespaço dinâmicas sociais atreladas à realidade "oline" (AMARAL, 2011). Com a diversidade de opiniões e perspectivas em relação aos mais diversos assuntos, emergiram e ganharam visibilidade nessas plataformas discursos de cunho conservador, que discriminam e incitam o ódio contra determinadas minorias sociais, entre elas, a comunidade LGBTTI, sigla que engloba lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e intersexuais.

Praticado "quando um indivíduo se utiliza do seu direito à liberdade de expressão para inferiorizar e discriminar outrem baseado em suas características, como sexo, etnia, orientação sexual, religião, entre outras" (SILVA, 2014), o discurso de ódio encontrou nas redes sociais um terreno de ampliicação de ideias que, no geral, icavam restritas a situações do âmbito privado e eram dirigidas a um número controlado de interlocutores. Para Jeremy Waldron (SILVA et al, 2011), o problema adquire novas proporções quando esse tipo de discurso é materializado e posto ao alcance daqueles a quem busca atingir e daqueles a quem busca incitar contra os atingidos. Dessa maneira, estaria apto a produzir efeitos nocivos como violações a direitos fundamentais e ataques à dignidade humana.

No tangente às LGBTTIs, o sentimento manifestado nas redes não deixa de ser relexo direto da realidade do grupo referido no país: de acordo com dados levantados pelo Grupo Gay da Bahia[4], em 2015, a cada 27 horas foi cometido um crime fatal por motivações homotransfóbicas. Ao todo, 318 pessoas perderam suas vidas no último ano, entre gays (52%), travestis (37%), lésbicas (16%) e bissexuais (10%), além de heterossexuais confundidos com gays (7%) e amantes de travestis (1%). O relatório destaca ainda que travestis e transexuais têm 14 vezes mais chances de serem assassinadas do que um gay no Brasil, país onde ocorreu mais da metade dos crimes contra essa população em 2015.

Desse cenário, emerge a necessidade de se analisar tal fenômeno à luz de perspectivas teóricas distintas, abarcando campos como os estudos das redes sociais, a análise do discurso, a ideologia e as relações de poder atreladas a questões de gênero e sexualidade. O presente artigo é uma tentativa de elucidar alguns dos mecanismos engendrados na produção de discursos de ódio contra LGBTTIs nas redes sociais, sustentando o argumento de que esses processos, ao mesmo tempo em que incorporam práticas de intolerância da realidade concreta, não virtual, são potenciais agentes sobre esta mesma realidade no sentido de estimular novas situações de violência, seja de ordem física ou simbólica. Para construir um panorama teórico do discurso de ódio contra LGBTTIs no ciberespaço, serão utilizadas como base considerações de autores como Raquel Recuero, Michel Foucault, Mikhail Bakhtin, Michel Pêcheux, Judith Butler e Slavoj Žižek.

2. Discurso(s) de ódio e redes sociais

Whatsapp (58%) e do YouTube (17%).

4 Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015/≥. Acesso em 19 de julho de 2016.

Diversos autores, sobretudo do campo jurídico, teceram diferentes deinições para a prática do discurso de ódio, como levantaram Schäfer, Leivas e Santos (2015). Para Winfried Brugger, o discurso do ódio se caracteriza pela presença de palavras "que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião", ressaltando sua "capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas". Já para Samantha Ribeiro Meyer-Plug, pode-se conceituar o fenômeno como a manifestação de "ideias que incitem a discriminação racial, social ou religiosa em determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias", enquanto Alvaro Paul Diaz defende que tal fenômeno "deve ser mais que uma manifestação de antipatia, deve indicar a hostilidade contra determinado grupo" (SCHÄFER et al, 2015).

A noção de hostilidade no âmbito do discurso de ódio é esmiuçada por Schäfer, Leivas e Santos (2015) em sua própria conceituação para o fenômeno, tratado por esses autores como uma prática que prescinde da estigmatização e escolha de um inimigo, com o objetivo de manter ou alterar um estado de coisas – ao exemplo de hierarquizações sociais, raciais e de gênero -, tendo como base uma segregação. Os autores ainda destacam a diferenciação conceitual empreendida por Michel Rosenfeld, que, dentro da prática jurídica, destacou dois tipos principais de discursos de ódio que encontram pleno eco nas redes sociais: o "hate speech in form" e o "hate speech in substance". A primeira categoria diz respeito às manifestações explícitas de ódio, como ofensas diretas e ameaças de morte, enquanto a segunda dá conta de um tipo de discurso velado que reforça preconceitos e opressões enraizadas nas práticas sociais do dia a dia.

> O 'hate speech in substance' pode apresentar- se disfarçado por argumentos de proteção moral e social, o que, no contexto de uma democracia em fase de consolidação, que ainda sofre com as reminiscências de uma ditadura recente, pode provocar agressões a grupos não dominantes. Ele produz violência moral, preconceito, discriminação e ódio contra grupos vulneráveis e intenciona articuladamente a sua segregação. Quanto aos envolvidos, especialmente no tocante aos grupos atingidos pelo discurso do ódio, de fato, o discurso invariavelmente12 é direcionado a sujeitos e grupos em condições de vulnerabilidade, que tratamos como grupo não dominante (SCHÄFER et al, 2015).

Os sites de rede social são estratégicos para a análise do discurso de ódio por terem alterado substancialmente a maneira como as pessoas se relacionam, constroem e percebem valores, signiicados e sentidos (RECUERO, 2012). Para Raquel Recuero, o ponto fundamental é aquele onde a conversação virtual reconstrói práticas do dia a dia, "que, no impacto da mediação, ampliica-se e traz novos desaios para a compreensão de seus impactos nos atores sociais". A autora defende que as mensagens veiculadas nesses espaços constroem territórios de discussão, conlitos e disputas ideológicas. Sobre conversações nas redes sociais, tratando-se de novas formas de 'ser' social que possuem impactos diversos na sociedade contemporânea a partir das práticas estabelecidas no ciberespaço, Recuero pontua que:

> As conversações que acontecem no Twitter, no Orkut, no Facebook e em outras ferramentas com características semelhantes são muito mais públicas, mais permanentes e rastreáveis do que outras. Essas características e sua apropriação são capazes de delinear redes, trazer informações sobre sentimentos coletivos, tendências, interesses e intenções de grandes grupos de pessoas. São essas conversas públicas e coletivas que hoje inluenciam a cultura, constroem fenômenos e espalham informações e memes, debatem e organizam protestos, criticam e acompanham ações políticas públicas. É nessa conversação em rede que nossa cultura está sendo interpretada e reconstruída (RECUERO, 2012, p. 17).

Para a autora, não há um único fator que justiique a proliferação de discursos de ódio nas redes sociais, mas algumas hipóteses são articuladas por ela. Embora as conversações na mídia social tenham características em comum com as interações face a face, elas geralmente têm uma dinâmica de feedback assíncrona – dessa maneira, aberta a desencontros e desentendimentos que são evitados, em geral, pelo diálogo instantâneo -, o que faz com que os turnos de resposta sejam subsequentes e a organização da conversação, caótica (RECUERO, 2015). Recuero pontua que, no geral, os internautas se comunicam com uma "tela", que não necessariamente apresenta feedback imediato. Assim, eles se sentiriam livres para 'despejar' tudo o que diriam numa conversa onde há concordância, imaginando uma audiência potencial com a qual provavelmente já interagiu e que está de acordo com ela.

Entre as hipóteses de Recuero (2015) também estão: as "audiências invisíveis", ou seja, as audiências gerais que os internautas não levam em consideração quando publicam determinadas mensagens nas redes; a "confusão dos espaços sociais" do sujeito, situação que se dá quando esses espaços, onde determinadas coisas podem ou não ser ditas, se imbricam e entram em conlito; e o "colapso dos contextos", em parte gerado pela falta de feedback, o que gera um ambiente propício a mensagens agressivas. A autora também considera a presença de usuários "robôs" (*bots* e contas falsas, programados para proliferar discursos ofensivos) e, sobretudo, a maior visibilidade de discursos presentes na sociedade, como a homotransfobia, já

que elementos de preconceito que são mais modulados na interação face a face ganham maior destaque no ciberespaço.

Especiicamente em relação à comunidade LGBTTI, os discursos de ódio proliferados nas redes sociais se relacionam, para a estadunidense Judith Butler, ao medo que sociedades conservadoras nutrem de qualquer desvio à heteronormatividade nelas regente, seja por valores morais ou religiosos. Nome-chave por trás da teoria *queer*, que deine gênero como um ato performativo e socialmente construído, Butler (2015) defende que, enquanto alguns entendem que vidas podem ter várias trajetórias de gênero e sexuais, os que temem gênero querem que haja só uma única forma de viver, "ixada por Deus ou por lei natural". Ela sustenta que, na perspectiva dessas pessoas, qualquer desvio do padrão heteronormativo é "caos amedrontador" e, dessa maneira, com frequência escolhem o ódio como forma de lidar com seus medos. "Podemos recusar e mudar gêneros, tentar viver fora das normas, mas lidamos com um mundo social que vai desaiar isso. Mesmo a quebra mais radical de gênero tem de lidar com instituições, discursos e autoridades que buscarão designações pelo gênero", argumenta Butler (2015), reiterando tratar-se de uma "luta".

3. Ideologia, gênero e poder

Para Bakhtin, a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, sendo a linguagem construída a partir do dialogismo e marcada por aspectos sociais e ideológicos dos sujeitos (BRANDÃO, 2012, p. 32). Dessa maneira, a linguagem está intimamente ligada à noção de ideologia, descrita pelo ilósofo russo como o "conjunto de relexos e interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras ou outras formas sígnicas" (MIOTELLO, 2005, p. 169). Dentro dessa perspectiva, os discursos homotransfóbicos veiculados nas redes sociais ganham uma materialidade – seja através de texto, imagem, áudio, vídeo ou "meme" - que corporiica um valor ideológico deinido, dentro de um universo de signos especíico.

No contexto de produção de discursos de ódio contra LGBTTIs nas redes sociais, essa dinâmica condiz com as disputas ideológicas que surgem a partir dos conlitos ativados pelos diversos enunciados em circulação, sejam eles contra ou a favor da causa LGBTTI. Nos espaços conversacionais possibilitados pelos sites de redes sociais, os atores envolvidos no ato de enunciação, sob anonimato ou não, podem rebater, reforçar, reproduzir, denunciar ou mesmo legitimar determinado comentário. Assim, mais do que uma simples réplica a um enunciado, essas reações diversas corroboram com a conclusão de Bakhtin de que:

> [...] o centro organizador de toda a enunciação, de toda a expressão, não é interior, mas exterior, está situado no meio social que envolve o indivíduo. Toda palavra é ideológica e toda utilização da língua está ligada à evolução ideológica, a estrutura da enunciação é uma estrutura puramente social, a

> enunciação como tal só se torna efetiva entre falantes (BAKHTIN, 2004, p. 121).

O que Butler (2015) deiniu como "luta" é, para Bakhtin, um tipo de combate travado através do discurso, "na arena da ideologia oicial constituída" (BAKHTIN, 2004, p. 120). Para além dos ilósofos marxistas que, até meados da década de 1930, entendiam a ideologia meramente como "falsa consciência" - ou seja, "vista como disfarce e ocultamento da realidade social, escurecimento e não percepção da existência das contradições e da existência de classes sociais, promovida pelas forças dominantes" (MIOTELLO, 2005, p. 168) -, Bakhtin refaz parte dessa concepção ao reconhecer a presença da ideologia do cotidiano. Se a ideologia oicial corresponde à ideologia dominante, que tem como objetivo implantar uma concepção única de produção de mundo, "a ideologia do cotidiano é considerada como a que brota e é constituída nos encontros casuais e fortuitos, no lugar do nascedouro dos sistemas de referência, na proximidade social e com as condições de produção e reprodução da vida" (MIOTELLO, 2005, p. 169).

Dentro da perspectiva bakhtiniana, é possível traçar um paralelo entre essa relação dialógica e os ambientes das redes sociais, onde discursos hegemônicos e contra-hegemônicos se cruzam e entram em conlito diariamente. Se as mensagens homotransfóbicas publicadas nesses espaços reforçam o discurso hegemônico, uma vez que nos situamos em uma sociedade essencialmente falocêntrica e de condução heteronormativa (BUTLER, 2003), as falas da militância LGBTTI, no âmbito dos comentários nas redes sociais, estariam situadas no contexto da ideologia cotidiana, tendo em vista que constituem "encontros, casuais e fortuitos, que se dão no dia a dia, e em qualquer situação, aparentemente sem maiores consequências para o desenvolvimento do pensamento, mas base fundamental para que a ideologia encontre solo propício para sua instalação" (MIOTELLO, 2005, p. 171).

Dessa maneira, são esses encontros que aos poucos povoam o universo dos signos, e cada signo vai se tornando parte da unidade da consciência verbal constituída (MIOTELLO, 2005). Para Bakhtin, "os níveis superiores da ideologia do cotidiano que estão em contato direto com os sistemas ideológicos são mais móveis e sensíveis que as ideologias constituídas" (2004, p. 120), sendo, assim, capazes de repercutir as mudanças da infraestrutura socioeconômica de maneira mais efetiva. Para o autor russo, é justamente aí que se acumulam as "energias criadoras" que auxiliarão nas revisões parciais ou totais dos sistemas ideológicos. Sobre esse movimento de disputa entre a ideologia oicial e a ideologia cotidiana, Bakhtin concedeu à palavra, materialidade do discurso, papel de protagonismo:

> Tanto é verdade que a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de ios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os

> domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados (BAKTHIN, 2004, p. 41).

Como lembrado por Recuero e Soares (2013), o conceito de violência simbólica defendido por Žižek abrange as nuances do discurso de ódio nas redes sociais ao ser entendido como uma categoria da violência que se manifesta essencialmente através do discurso. Na perspectiva de Žižek (2014), a violência é compreendida em três vertentes: subjetiva, objetiva e simbólica. A subjetiva constitui os tipos mais visíveis de violência - a exemplo de um atentado terrorista -, enquanto a objetiva, invisível, diz respeito à violência enraizada nas estruturas sociais, normatizada em nosso cotidiano. Já a violência simbólica é aquela que acontece através da linguagem, das imposições discursivas, sendo em grande parte responsável pela reprodução dos estereótipos e estigmas sociais. Para o autor esloveno, "a violência simbólica não é menos real por ser simbólica, e cumpre a função de tornar possível a violência real. Mais que isso, torna-a invisível" (ŽIŽEK, 2014, p. 219).

Se discursos de ódio dirigidos a determinado grupo social têm relação intrínseca com a expressão da carga ideológica de seus falantes, no caso dos comentários contra os LGBTTs, a intolerância aponta, essencialmente, para a regulação das sexualidades desviantes do padrão social heteronormativo (BUTLER, 2003). Na perspectiva de Butler, esse processo se dá no sentido de restringir a produção de identidades que extrapolam o eixo do desejo heterossexual. De acordo com a estadunidense, a sexualidade sempre é construída nos termos do discurso e do poder, sendo o poder em parte entendido através das convenções culturais heterossexuais e fálicas. A partir dessa lógica, a autora defende que:

> [...] a "unidade" do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade de gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessa prática é, mediante um aparelho de produção excludente, restringir os signiicados relativos de "heterossexualidade", "homossexualidade" e "bissexualidade", bem como os lugares subversivos de sua convergência e re-signiicação (BUTLER, 2003, p. 57).

O poder de que fala Butler é destrinchado por Foucault, que estabelece um contraponto com a teoria do signo ideológico de Bakhtin, para quem "tudo o que é ideológico possui um signiicado" e constitui um signo (BAKHTIN, 2004, p. 31). Diferente do autor russo, o francês não adere à noção tradicional de ideologia, mas opta por desenvolver seus argumentos sob o prisma da formação de poder. Para ele, "aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é

belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido" (FOUCAULT, 2005, p. 5). Dessa maneira, o poder não é unitário e global, como se dizia da igura do Estado, por exemplo, mas se constitui de formas díspares, heterogêneas e em constante transformação. O autor denomina essa forma "capilarizada" de poder de micropoderes, que "intervêm materialmente e atingem os indivíduos – na concretude de seus corpos – e penetram no seu cotidiano" (GREGOLIN, 2006, p. 43).

A argumentação de Foucault em torno da formação dos poderes se opõe não apenas a parte dos escritos de Bakhtin, mas a Michel Pêcheux e outros autores de tradição marxista que, nas décadas de 1960 e 1970, tentavam "atualizar" o ilósofo russo a partir dos preceitos centrais de Louis Althusser (os aparelhos ideológicos, a centralidade do poder de Estado, a interpelação ideológica, o assujeitamento, a luta de classes, etc.). Em contrapartida a essa corrente mais dogmática, Foucault entendia o poder como uma prática social constituída historicamente e, dentro de suas análises da genealogia do poder[5], mobilizou um afastamento em relação à ideia dos aparelhos ideológicos do Estado, pois propunha que "não há uma relação direta entre poder e Estado (considerado como um aparelho central e exclusivo de poder), mas que ele se manifesta em uma articulação de poderes locais, especíicos, circunscritos a uma pequena área de ação ("instituição")" (GREGOLIN, 2006, p. 43).

Como aponta Gregolin (2006), a concepção de Foucault sobre a microfísica do poder fragilizou as noções de "aparelhos ideológicos" e "luta de classes", uma vez que, na perspectiva do francês, os micropoderes se iniltram em toda a estrutura social, dinâmica distante da polarização defendida por Althusser.

> Como os poderes não estão situados em nenhum ponto especíico da estrutura social, se eles funcionam como uma rede de dispositivos sem um exterior possível, limites ou fronteiras, para Foucault não existe, de um lado, aqueles que têm poder ("classe dominante"), e, de outro, os que estão dele alijado ("classe dominada"). Os micropoderes se disseminam por toda a estrutura social. Do mesmo modo, a resistência não tem um ponto ixo, mas pontos móveis, transitórios que também se distribuem por toda estrutura social, e há, no interior das próprias "classes", microlutas pelo poder. (GREGOLIN, 2006, p. 44).

Embora lide com questões referentes à ideologia, como a ideia de luta pelo poder, Foucault sempre teve cautela ao utilizar o termo por enxergar nele uma gama de signiicados que excedem suas crenças acerca do tema. Em "Microfísica do poder" (2005), o autor enumera três razões pelas quais evita utilizar a noção de ideologia. A primeira diz respeito à sua ideia de a ideologia sempre estar em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade, uma vez que, para ele, faz-se necessário observar historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são, em si, nem verdadeiros nem falsos. Foucault aponta também para a questão do termo referir-se "necessariamente a alguma coisa como o sujeito", além de estar

"em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infraestrutura ou determinação econômica, material, etc." (2005, p. 7).

3.1 Poder, corpo e sexualidade

Os poderes moleculares de que fala Foucault se articulam a saberes determinados, como a sexualidade, com o intuito de "gerir, controlar, aumentar a produtividade dos corpos (objetivo econômico e político)" (GREGOLIN, 2006, p. 44). Essa gestão dos corpos é um elemento basilar para a constituição de sociedades reguladoras cujos campos das práticas e dos prazeres continuam a apontar a monogamia heteros-

5 A produção de Foucault é concentrada em três fases metodológicas distintas: arqueologia, genealogia e ética. De acordo com Ferreirinha e Raitz (2010), para cada uma delas ele elaborou perguntas fundamentais: que posso saber; que posso fazer; e quem eu sou? As autoras destacam que Veiga-Neto (2003) cita a obra de Miguel Morey para compreender melhor as três fases: ser-saber (saber); ser-poder (ação de uns com os outros); e ser-consigo (ação de cada um consigo próprio).

sexual como regra interna (FOUCAULT, 1999, p. 39). De acordo com o ilósofo, as práticas tidas como "heresias sexuais" ao longo da história da sexualidade, a exemplo da própria homossexualidade, resistem a partir de afrontamentos com o poder, cujas estratégias difusas e polimorfas podem tomar corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei e nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1999, p. 88).

A relação entre poder e corpo é esmiuçada por Foucault (2005) desde as monarquias do século XVII, quando o corpo do rei – ou seja, a presença física do soberano - não era apenas uma metáfora para o bom funcionamento da monarquia, mas uma necessidade primária. Seguindo a cronologia histórica, o autor pontua que, a partir do século XIX, a relação poder-corpo fez do corpo da sociedade o novo princípio ativo do bom funcionamento social. Dessa maneira, esse novo corpo passou a demandar proteção e certa assepsia, já que, ao invés dos antigos rituais de cura destinados ao corpo do monarca, passaram a ser desenvolvidas iniciativas para a eliminação dos doentes, o controle dos contagiosos e a exclusão dos delinquentes. "A eliminação pelo suplício é, assim, substituída por métodos de assepsia: a criminologia, a eugenia, a exclusão dos 'degenerados'", pontua Foucault (2005, p. 145), para quem "não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos (2005, p. 146).

Quando perguntado sobre o século XVIII ser visto sob o ângulo da libertação de amarras dos séculos anteriores, Foucault destaca que, nas relações de poder, há fenômenos complexos que passam longe de obedecer à forma hegeliana da dialética. Para ele, o domínio e a consciência de um sujeito em relação ao seu próprio corpo só puderam ser conquistados pelo efeito do investimento do corpo pelo poder (a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do corpo belo). De acordo com Foucault, isso levou o sujeito ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho contínuo e meticuloso que o poder exerceu sobre o corpo

considerado sadio. No momento em que o poder produziu esse efeito, teria conduzido o sujeito à reivindicação de seu próprio corpo contra o poder (o prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento e do pudor, por exemplo), o que não altera seu funcionamento geral: "o poder penetrou no corpo, encontra−se exposto no próprio corpo. [...] Na realidade, a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua" (FOUCAULT, 2005, p. 146).

Ao falar da relação entre prazer e poder ao longo da história da sexualidade, Foucault sustenta que os controles familiares - assim como o exame médico, a investigação psiquiátrica e os relatórios pedagógicos - não têm apenas a função de proibir ou limitar todas as sexualidades errantes ou improdutivas, mas expressam a condição de dupla incitação na relação estabelecida entre prazer e poder. O autor destaca o prazer sentido por aqueles que exercem um poder que "questiona, iscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa e revela", ao mesmo tempo em que considera a existência do prazer sentido por aqueles sobre os quais os detentores do poder exercem controle, um "prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travestí-lo" (1999, p. 45). Foucault airma que essas nuances ambíguas não se organizaram em torno dos sexos e dos corpos como fronteiras a não serem ultrapassadas, mas constituem simplesmente as perpétuas espirais de poder e prazer.

O teórico francês destaca que uma série de discursos sobre as manifestações da homossexualidade surgiram no século XIX, sobretudo atreladas aos campos da psiquiatria, do direito e da literatura. Esses discursos, que falavam de "pederastia" e "hermafroditismo psíquico", representaram um fortalecimento dos controles sociais na região da "perversidade", mas também possibilitou a constituição de um discurso de reação: "a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua 'naturalidade' e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualiicada do ponto de vista médico" (FOUCAULT, 1999, p. 96). Para o autor, não existe um discurso de poder de um lado e outro contraposto a ele, uma vez que, em sua perspectiva, os discursos são elementos estáticos no campo das correlações de força que, se por muito tempo tinham encontrado sua principal expressão na guerra, nas sociedades ocidentais, passou a se manifestar essencialmente através da ordem do poder político.

4. Considerações Finais

Neste artigo, sustentou-se que a produção de discursos de ódio contra LGBTTIs nas redes sociais mobiliza uma série de campos distintos. O discurso homotransfóbico, enraizado na sociedade há séculos, encontrou nas novas tecnologias um modo singular de circulação, mas não sem conlitos e atritos com outros discursos, travando uma disputa entre ideologias hegemônicas e contra-hegemônicas nos ambientes virtuais. Assim, as dinâmicas observadas no ciberespaço, que por sua vez reproduzem aspectos da realidade "oline", estão atreladas a

estratégias discursivas diversas, que perpetuam percepções marginalizantes de questões ligadas à diversidade sexual e de gênero.

Referências Bibliográicas

AMARAL, Adriana. Redes sociais, linguagem e disputas simbólicas. *ComCiência*, Campinas, n. 131, 2011. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000700009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 de outubro de 2016.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e ilosoia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRANDÃO, Helena Nagamine. Enunciação e construção de sentido. In: FIGARO, Roseli (org.). *Comunicação e Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 1943.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Sem medo de fazer gênero*. Entrevista concedida a Úrsula Passos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20 set. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/233613-sem-medo-de-fazer-genero.shtml>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

FERREIRINHA, A. M. N.; RAITZ, T. R. As relações de poder em Michel Foucault: considerações teóricas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 2010, v. 44, n. 2, p. 367-83.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. *História da Sexualidade I* – A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin* – Outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006. p. 34-52.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin* – Conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. p. 167-176.

RECUERO, Raquel. *A Conversação em Rede*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

_____. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____. *Sobre o ódio na mídia social*. Pelotas, 24 nov. 2015. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/2015/11/sobre-o-odio-da-midia-social.html>. Acesso em 20 de julho de 2016.

_____; SOARES, Pricilla. *Violência simbólica e redes sociais no Facebook*: o caso da fanpage "Diva Depressão". Galáxia, São Paulo, dez. 2013, v. 13, n. 26, p. 239-254.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1982-25532013000300019>. Acesso em 15 de julho de 2016.

SCHÄFER, Gilberto; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; SANTOS, Rodrigo Hamilton. Discurso de ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. *RIL Brasília*, Brasília, a. 52, n. 207, p.143-158, jul./set. 2015. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/515193/001049120.pdf>. Acesso em 22 de outubro de 2016.

SILVA, Gustavo A. A liberdade de expressão e o discurso de ódio. *JusBrasil*, 2014. Disponível em: <http://gus91sp.jusbrasil.com.br/artigos/152277318/a-liberdade-de-expressao-e-o-discurso-de-odio>. Acesso em 16 de julho de 2016.

SILVA, Rosane Leal da et al. Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. *Rev. Direito GV*, São Paulo, dez. 2011, v. 7, n. 2, p. 445-468. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322011000200004>. Acesso em 19 de julho de 2016.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência*: seis relexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

CIBERMILITÂNCIA: O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA DISSEMINAÇÃO DO DEBATE ACERCA DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Rafaela Sanches[1]
Priscila Mendes[2]
Stephany Brum[3]

RESUMO: Este trabalho busca compreender como as novas tecnologias de informação e comunicação contribuem para a deliberação popular acerca de temas relativos a gênero e sexualidade. O objetivo do artigo é apresentar como é feita essa deliberação por meio do ciberespaço, tendo em vista que atualmente a sociedade vive conectada ao mundo virtual, e dessa forma a internet colabora para a discussão dessas temáticas. Com isso em mente, observa-se que o poder da deliberação virtual pode gerar impactos no meio real.

Palavras-chave: Ciberespaço. Gênero. Sexualidade.

ABSTRACT: his work seeks to understand how new information and communication technologies contribute to popular deliberation about issues related to gender and sexuality. he aim of the paper is to present how is this decision through cyberspace, considering that currently the society lives connected to the virtual world, and thus the internet contributes to the discussion of these issues. With that in mind, it is observed that the power of the virtual decision may impact their real life.
Keywords: Cyberspace. Gender. Sexuality.

1. Introdução

Não há dúvidas acerca dos problemas causados ou potencializados pelo processo de globalização, como a feminização da pobreza e a concentração da riqueza por uma pequena elite. Contudo, o grande avanço dos meios de comunicação e transporte em conjunto com o aumento do multilateralismo no cenário internacional, principalmente a partir da década de 1970, facilitaram o contato, bem como a troca de experiências, entre grupos de interesses em comum localizados em diversas partes

1 Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH) e Mestranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Brasil. E-mail: contato.rafaelasanches@gmail.com

2 Graduanda em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH). Brasil. E-mail: priscilamendes.2@hotmail.com

3 Graduanda em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH). Brasil. E-mail: brumstephany@gmail.com

do mundo. Desta forma, a ascensão de novos atores não estatais, como movimentos sociais, organizações não governamentais e uma série de outros grupos de interesse formam uma sociedade civil global que pode agir como uma força contra-hegemônica de modo a reduzir os danos causados pela globalização neoliberal, visto que possui grande capacidade de inluenciar a agenda internacional com suas pautas (MOGHADAM, 2016; GARDNER, 2006).

As discussões a respeito da diversidade sexual e de gênero têm ganhado cada vez mais força no cenário global e, dessa forma, acredita-se que inúmeros movimentos a favor dos Direitos Humanos (DH) e das minorias sexuais têm pressionado Estados e organizações internacionais em prol da elaboração e adoção de novos mecanismos de proteção a im de atender as demandas de parte da população que não conta com as mesmas oportunidades reais de vivenciar a cidadania de forma plena graças à cultura patriarcal vigente. Sendo assim, percebe-se a mudança no comportamento desses atores que, mesmo de forma lenta, adquirem novos interesses, valores e preferências favoráveis às questões relacionadas ao gênero e sexualidade (GARDNER, 2006).

A disseminação de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) facilitam o processo de interação social e, assim, a propagação da questão de gênero e sexualidade, enriquecendo o debate (CASTELLS, 1999; STABILLE, 2012) Com essas perspectivas aplicadas ao mundo WEB, este trabalho busca apresentar como o ciberespaço contribui para a propagação dessas informações e compreender a inluência das redes sociais no que tange à disseminação das questões sobre gênero e sexualidade, formando assim uma cibermilitância. A transversalidade do mundo web se pauta em um ambiente descentralizado capaz de potencializar uma inteligência coletiva (SILVA, 2010; MENDONÇA, 2009). Por conseguinte, propiciando mudanças na agenda política no nível nacional e no internacional. O fomento das ideias feministas e favoráveis à população LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais) no ciberespaço pode contribuir para a ocorrência de transformações no meio social, tendo em vista o crescimento de páginas voltadas à temática, que possuem o objetivo de compartilhar informações e, dessa forma, conduzir e conscientizar em prol de mudanças na esfera política. Para a execução deste trabalho, deve-se primeiramente fazer uma breve abordagem sobre a democracia deliberativa, o papel da arena deliberativa, após uma breve apresentação dos termos: ciberespaço, gênero e sexualidade; para então explicar a conexão entre os mesmos.

2. A arena da liberação

A democracia deliberativa busca fazer com que as decisões governamentais sejam pautadas pela deliberação de amplos fóruns de debate, ou seja, visa retomar a soberania popular como elemento central do regime democrático e a deliberação de todos nas decisões. Assim, cria-se um vínculo entre a participação e legitimidade. Por essa perspectiva, a

participação não é apenas possível, mas sim necessária (AIRES, 2010; FARIA 2000). Habermas (1997) identiica uma esfera pública que agiria como uma "caixa de ressonância" dos problemas, que devem ser trabalhados pelo sistema político. Tal esfera pública deverá gozar do apoio de uma base social nas quais os direitos iguais de cidadania tenham sido alcançados efetivamente. O modelo habermasiano não elucida apenas o sistema político-administrativo que toma as decisões, como também não aborda apenas a sociedade. O autor propõe que se deve analisar a democracia observando a relação dessas extremidades (HABERMAS, 1997). A argumentação é a base para que os indivíduos possam se convencer sobre as questões políticas sobre a quais estão deliberando (YOUNG, 2001). O argumento de Habermas baseia-se na capacidade dos movimentos sociais como sensores dispersos na esfera pública para detectar as preocupações populares que estão fora da agenda pública, propor novas soluções e inluenciar o poder legislativo e a administração (AVRITZER, 2000).

Para Cohen, "a democracia deliberativa está ligada ao ideal intuitivo de uma associação democrática, na qual a justiicação dos termos e condições da associação procede através dos argumentos públicos e do raciocínio entre cidadãos iguais" (COHEN *apud* FARIA, 2000, p. 50). Cohen apresenta as adversidades na proposta de Habermas. Para ele, Habermas torna a democracia "estranha às rotinas institucionais estabelecidas pela política moderna" (COHEN *apud* FARIA, 2000, p. 50). Ainda em conformidade com Faria (2000), a democracia deliberativa proposta por Habermas utiliza uma estratégia dual, na qual se apresentam fóruns institucionais e extra institucionais que se apoiam sujeitos da sociedade civil, como também utilizam o de outros atores políticos como sindicatos, partidos e grupos de interesse.

As dinâmicas das redes sociais criam uma estrutura social baseada nas conexões de rede que colaboram com discussões livres e abertas, permitindo assim, criar uma sociedade na qual os indivíduos compartilhem das mesmas ferramentas de comunicação. Ferramenta essa fundamental na globalização, não apenas no âmbito da comunicação interpessoal, por lazer, mas sim como fonte de compartilhamento de ideais e local para debates e estudos. Os avanços nas temáticas de gênero e sexualidade podem estar intrinsecamente ligados à popularização dos meios digitais (FRAISSE, 1995; JONES, 1994; LOURO, 1999; SCOTT, 1986).

A contribuição de Wendt (1999) está ligada à prerrogativa de que o "conhecimento compartilhado é um conhecimento que é comum e conectado entre indivíduos" (WENDT, 1999, p.141). Esse conhecimento compartilhado não é necessariamente conlitivo ou cooperativo. A análise da cultura é analiticamente indiferente sobre o conteúdo dessas relações sociais. A inimizade também é um fato cultural. A cultura da mesma forma não é um setor ou esfera distinta da sociedade, mas está presente sempre que houver conhecimento compartilhado. A cultura é mais do que a soma das ideias compartilhadas que indivíduos têm em suas mentes, em contraste com o conhecimento comum, estruturas de conhecimento coletivo e o

comportamento que geram ou mudam automaticamente junto com seus elementos, mas pela superveniência, uma mudança no nível macro implica em uma mudança no nível micro (WENDT, 1999).

3. Ciberespaço, gênero e sexualidade

O Ciberespaço é denominado como uma "rede global de infraestruturas de tecnologias de informação interligadas entre si, especialmente as redes de telecomunicações e os sistemas de processamento dos computadores" (FERNANDES, 2011, p.11). A Revolução da Informação, abordada por Mendonça (2009), entre as décadas de 1960 e 1970, transformou todo o ambiente comunicacional em um ritmo proeminente, submetendo a um empenho maior de todos os atores sociais. Castells (2009) complementa a relevância dos avanços tecnológicos para meios de comunicação contribuíram para houvesse uma alteração na WEB 2.0. Diversos autores defendem que a popularização da internet junto com as novas tecnologias de informação e comunicação ensejarão mudanças nas interações humanas, e dessa forma, resultando em uma quebra de hierarquias.

Para Stabile (2012), no meio virtual vêm se criando um novo peril de sociedade que demanda mais interação social e política e, assim, a WEB 2.0 proporciona esta nova forma de agir, com base na premissa de que a "geração atual é rápida, ágil e, principalmente, conectada" (STABILE, 2012, p. 37). Sorj (2006), compreende que as inovações proporcionadas pelo ciberespaço contribuíram para que houvesse uma "articulação global" e ampliando a interação e a "expressão de ideias e acesso a informações que lhe conferem uma dimensão política fundamental" (SORJ, 2006, p.31).

A disseminação da internet colaborou para o rompimento de diversos paradigmas, pois a internet provê para o indivíduo facilidade para acessar as informações. Stabile (2012) acredita que a interação no mundo real e no mundo virtual ocorrem de maneiras totalmente diversas, o que Babst (2011) acrescenta que alegando que o meio virtual modiica a forma em se dar e receber notícias, pois os cidadãos fogem dos meios convencionais e vão procurar informações em blogs, posts e comentários.

> O mundo 2.0 é muito mais que um conjunto de novas ferramentas disponíveis. São ferramentas que possibilitam um novo tipo de agir. É a ação que não espera um espaço próprio, cria o seu; não espera um canal de TV para divulgar o seu ilme, posta no YouTube; não espera grandes jornais e editoras descobrirem novos escritores, abre um blog; não espera ligar para todos os amigos para contar alguma novidade, posta no *Facebook*. Essa nova geração, expoente desse novo tipo de agir, é a geração que - bem ou mal – não gosta de esperar por nada (STABILE, 2012, p. 37).

Dessa maneira, o ciberespaço consegue utilizar das inovações tecnológicas da telecomunicação para contribuir para o avanço de políticas sociais pois, de acordo com Silva (2010), a agilidade da comunicação altera a forma na qual os indivíduos vão interagir no mundo e, por conseguinte, moldar a sua identidade. É um mundo onde milhares de usuários estão conectados, compartilhando seus gostos, preferências, expondo suas críticas e elogios sem que haja censura, ou seja, buscando a sua liberdade. O ciberespaço é mais do que uma inovação tecnológica, vem se tornando o principal mecanismo de comunicação, pois a rede atravessa o mundo, conectando pessoas, empresas, organizações, governos e diversos grupos sociais (SILVA, 2010; MELO, 2010).

Silva (2010), acredita que o meio virtual, através da interação dos usuários, promove experiências de cidadania e participação social. E Stabile (2012) adiciona a ideia de que a transversalidade digital possibilita um ambiente "descentralizado que pode construir e desenvolver uma inteligência coletiva" (STABILE, 2012, p. 37). O que Castells (1999) discute como fundamental para que a sociedade se transforme e forneça para as futuras gerações condições favoráveis de qualidade de vida. Através da busca de liberdade e de representatividade, essa geração utiliza do meio virtual para expressar seus posicionamentos políticas, criando assim uma nova forma de ver as relações políticas.

O termo *gênero* foi adotado pelo movimento feminista a partir da década de 1960 para explicar a construção social e histórica do que é considerado masculino ou feminino (GARDNER, 2006) que, para Saiotti (2004a), revela-se como uma gramática sexual capaz de nortear as relações entre os indivíduos em sociedade. Além disso, também serve para afastar a ideia de que o sexo biológico de uma pessoa deve determinar seu destino, visto que mulheres e homens são submetidos a viverem de acordo com padrões pré-estabelecidos em virtude de seus corpos (BUTLER, 2015; GARDNER, 2006). Nesse sentido, Butler (2015) airma que,

> Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente ixo quanto o sexo. (BUTLER, 2015, p. 26).

Segundo Butler (2015), aqueles indivíduos capazes de sustentar uma "ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a 'expressão' ou 'efeito' de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual" (BUTLER, 2015, p. 44) fazem parte de uma matriz de inteligibilidade de gênero socialmente aceita e hegemônica, enquanto os que não conseguem manter essa consonância são considerados incorretos. A diversidade sexual e de gênero, portanto, afronta os padrões do sistema binário e heteronormativo em que essa matriz se encontra inserida. Em consequência, é possível perceber as diiculdades enfrentadas

pela população LGBTI para vivenciar a cidadania em sua totalidade, visto que precisa enfrentar desde a discriminação no âmbito familiar até falta de suporte do Estado, que carece de políticas públicas adequadas (MONRO, 2005).

Ademais, é necessário atentar-se ao fato de que a inteligibilidade do gênero não é o único elemento que interfere na vida do indivíduo, sendo a classe social e a raça/etnia também fundamentais para a formação de sua identidade. Em conjunto, classe social, raça/etnia e gênero podem fazer com que a cidadania seja experimentada de forma mais ou menos plena. Assim, a mulher branca e de classe média, apesar se sofrer com os problemas decorrentes do sistema patriarcal, conta com mais privilégios que a mulher negra e pobre em razão do racismo e do preconceito de classe (SAFFIOTI, 2004b). Essas desigualdades são passíveis de ocorrer em outras diversas combinações entre os três elementos, mostrando que, conforme Saiotti (2004),

> A tripla constituição do sujeito-gênero, raça/etnia e classe afasta a ideia de sua unicidade. Ao contrário, ele é múltiplo e contraditório, mas não-fragmentado. Com efeito, esses três antagonismos constituem um nó [...] que potencia o efeito dessas contradições tomadas, cada uma de per si, isoladamente. (SAFIOTTI, 2004b, p. 37).

Discussões que envolvem a diversidade sexual e de gênero têm conquistado espaços cada vez signiicativos devido ao cenário de injustiça social enfrentado por esses grupos que, mobilizados, dão origem ou fortalecem novos movimentos sociais e organizações capazes de pressionar governos locais, Estados e até mesmo organizações internacionais em prol de uma sociedade mais igualitária, desenvolvendo dessa forma uma sociedade civil global que, segundo Katz (2007, p. 2) "é apresentada como uma força reformista que desembocará num movimento global, corrigirá as desigualdades inerentes ao sistema de governação global, e atenuará e humanizará a globalização". Nessa perspectiva, a globalização, apesar de contribuir para intensiicação de sérios problemas como a concentração de renda por uma pequena parte da população e a feminização da pobreza, ao facilitar o compartilhamento de informações, experiências e ideias entre indivíduos espalhados por todo mundo, possui grande potencial para reverter o quadro de desigualdade atual (KATZ, 2007; MOGHADAM, 1999; MONRO, 2005).

O ciberativismo aparece como uma forma de potenciar ações políticas através dos fóruns descentralizados da esfera virtual. De acordo com Vegh (2003), o objetivo do ciberativismo é primeiramente conscientizar e apoiar determinadas causas por meio da propagação de informações pela internet. Em especial, o ciberativismo é utilizado por ONGs (Organizações Não Governamentais) de ativistas que buscam levar para a sociedade civil temas problemáticos, injustiçados ou desconhecidos, buscando assim apoio para os mesmos. Esse tipo de manifestação virtual busca, nessa esfera, esquivar dos meios convencionais de comunicação, onde

as demandas das minorias são ignoradas, e tornar público o problema sem que tenha a necessidade de um ambiente físico para otimizar as suas ideais. Todavia, o crescente uso de redes sociais, como *Twitter*, *Facebook* e *YouTube*, colabora para temáticas como as de diversidade sexual e de gênero ganhem um espaço para deliberação, deixando de ser apenas um ambiente de lazer e tornando-se uma ferramenta dos movimentos sociais, ou seja, possibilita a criação de um coletivo imaginário, onde os indivíduos podem destituídos de visões e opiniões políticas que outrora poderiam ser reprimidas e repreendidas (VEGH, 2003; COTTA, 2014; CALEIRO E DINIZ, 2011).

Movimentos sociais podem ser compreendidos como ações coletivas de grupos organizados com o intuito de estabelecer mudanças sociais no debate política em uma determinada sociedade e/ou contexto. Os Movimentos sociais são fundamentais para que a sociedade civil expresse suas demandas por meio de manifestações e protestos. A sua existência é compreendida por Rigitano (2003), ao se observar as estruturas sociais e os contextos históricos nas quais estão envolvidos. Nesse sentindo, com a facilidade de comunicação no meio virtual, cria-se uma arena virtual de deliberação e, por conseguinte, uma nova forma de manifestar, a cibermilitância. As redes sociais entram para o debate como uma ferramenta para ampliar o alcance das lutas dos movimentos sociais (RIGITANO, 2003).

Com a lente construtivista das Relações Internacionais é possível abranger a construção de estruturas sociais criadas por meio do compartilhamento de ideias, da junção de identidades que formulam os interesses dos atores via compartilhamento e, assim, gerando uma cultura. A cultura, da mesma forma, não é um setor ou esfera distinta da sociedade, mas está presente sempre que houver conhecimento compartilhado. No âmbito das redes sociais, a disseminação de informações gera uma cultura. Na temática abordada, gênero e sexualidade, busca-se explicar o efeito que o compartilhamento de informações agrega na luta contra a discriminação dos mesmos. Estruturas de conhecimento coletivo e o comportamento que geram ou mudam automaticamente junto com seus elementos, mas pela superveniência, uma mudança no nível macro implica em uma mudança no nível micro (WENDT,1999).

> Esse imaginário, sendo uma inteligência coletiva, por sua organização e conduta, gera, certo modo, decisões políticas que podem substituir àquelas tradicionais. As Redes Sociais, como ferramentas que protagoniza um dos atuais fundamentos do ciberespaço, são aliadas aos trabalhos das ONG que vêem na internet um modo democrático de discussão, ampliação e estudos de novos conceitos e opiniões aos mais diferentes grupos existentes na sociedade civil (CALEIRO E DINIZ, 2011, p. 6).

Pode-se destacar importantes políticas que rompem com a lógica patriarcal a favor das mulheres e da população LGBT, como a Lei de Identidade de Gênero e a aprovação do casamento homoafetivo, a Lei de Paridade e Alternância no Código Eleitoral da Costa Rica e a Lei do Feminicídio no Brasil. Exempliicando o poder da

cibermilitância, a aprovação do casamento homoafetivo nos Estados Unidos comoveu inúmeros indivíduos que não estão ligados diretamente a causa, mas que alteraram o seu avatar no Facebook em prol da causa. Ou seja, há uma relação de conhecimento sendo compartilhado, que mesmo em pequenas escalas caracterizam mudanças nos padrões sociais.

A APOGLBT (Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo), de acordo com Pontes (2011), utiliza do meio virtual para conquistar apoio da sociedade civil, para difundir "suas raízes e abrigando aos que, de alguma forma, fazem parte desse grupo social" (PONTES, 2008, p. 10). Atuando como uma cobertura jornalística do próprio conteúdo e assim manter a organização e a temática em evidência no cenário internacional para a promoção de temas alusivos à população LGBT. Quanto à questão de gênero, Wakeford (1997) aponta que o feminismo encontrou na internet uma ferramenta de libertar da banalização e da invisibilidade dentro da sociedade. A autora acredita que os movimentos feministas no meio virtual possibilitaram que as mulheres se encontrassem para revolucionar o meio na qual vivem e, assim, proliferar seus ideais.

> Nessa nova onda do feminismo mulheres têm contato com os ideais do movimento cada vez mais jovens, por isso o debate e contestação do sistema patriarcal vigente estão deixando o recluso ambiente das universidades e reverberando em adolescentes dentro de suas escolas e salas de aula. As meninas passam a questionar e a enxergar de forma não naturalizada os comportamentos machistas reproduzidos por seus professores (WAKEFORD, 1997, p.).

Essas mudanças estão relacionadas na lógica agente x estrutura discutida por Alexander Wendt (1999), na qual caracteriza que as ideias ordenam as ações dos agentes na estrutura. Ou seja, um fenômeno social, e não apenas material. Nesse sentido, quanto mais agentes mobilizam-se na busca de políticas acerca de gênero e sexualidade, maior será a força de ação para que ocorram mudanças nas estruturas. Sendo que essa ação só ocorre devido o que acontece naquela estrutura. Com isso, a interação entre os agentes se concretiza pela distribuição de conhecimento, que é caracterizada como uma cultura de troca de conhecimentos, experiências e habilidades. Assim, enfatiza o poder da comunicação e do uso das redes sociais para o crescimento dessas temáticas.

4. Conclusão

O ciberespaço contribuiu para um novo tipo de ação dos agentes. O indivíduo atual não ica esperando que tenha um espaço onde ele poderá debater a temática, ele se torna agente quando compartilha a sua vivência, seu conhecimento, seus problemas e soluções em canais como *Youtube*, *Tumblr*, *Facebook*, *Twitter*, blogs e

outros, e sensibiliza outros indivíduos. A internet cria um novo peril de sociedade, que busca uma interação social e política. Dessa forma, abre para o cidadão comum um meio no qual ele possa ter visibilidade e transmudar opiniões que arduamente seriam obtidas dentro de grandes estruturas midiáticas e fóruns políticos institucionalizados.

Destarte, o ciberespaço atua como uma arena deliberativa poderosa devido a rapidez na qual as informações são distribuídas e alcançadas, se tornando a principal referência espacial de uma rede que transpõe o mundo, unindo pessoas, ideias, empresas, organizações, governos de diversos grupos sociais. Conectando milhões de usuários em diversas partes do globo através da rede e da liberdade em evidenciar opiniões. Dessa maneira, a dimensão virtual articula em um novo formato de interações humanas, possibilitando uma comunicação mais ágil e soisticada, e que se adequa ao trato do indivíduo com o mundo e a formulação da identidade do mesmo.

Referências Bibliográicas

AIRES, M.C. *A Dimensão Representativa Da Participação Na Teoria Democrática Contemporânea*: Limites E Possibilidades Da Inclusão Política. 2010. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais.

AVRITZER, Leonardo. Teoria Democrática e Deliberação Pública. *Lua Nova* – Revista de Cultura e Política nº 50, 2000 p. 25-46.

BABST, Stefanie (2011). *Security Policies 2.0*: Can Facebook, Twitter and Co. Make an Impact? Disponível em: <www.atlantic-community.org/ index/articles/view/ Security_Policies_2.0%3A_Can_Facebook%2C_Twitter_ and_Co_make_an_Impact%3F>. Acesso em: 28 de Agosto de 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 287 p.

CALEIRO, Maurício; DINIZ, Iara Gabriela Faleiro. WEB 2.0 e ciberativismo: o poder das redes na difusão de movimentos sociais. *Cambiassu* – Revista Cientíica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA (Edição eletrônica), jan./jun. 2011, v.19, n. 8, p. 41-53. Disponível em: <http://www.cambiassu.ufma.br/cambi_2011_1/iara.pdf>. Acesso em: 19 set. 2016.

CASTELLS, Manuel. *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

COTTA, Camylla; PEREIRA, Jessica; FONSECA, Carina. Networks social movements: the network action of the feminist movement in Latin America. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, jul./dez. 2014, n. 20.

FARIA, Cláudia Feres. Democracia Deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. *Lua Nova* – Revista de Cultura e Política, 2000, nº 50, p. 47-68.

FERNANDES, J.P. Teixeira. Utopia, Liberdade e ciberespaço. *Nação e Defesa*, Revista Quadrimestral, 2011, n. 133.

FRAISSE, G. El concepto ilosóico de género. In: TUBERT, S. (Org.). *Del sexo al género*: los equívocos de un concepto. Madrid: Cátedra Universitat de Valéncia, Instituto de la Mujer, 2003. p.39-45.

GARDNER, Catherine Villanueva. *Historical dictionary of feminist philosophy*. Lanham, Maryland: Scarecrow Press, 2006. 275 p.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia*: Entre Facticidade e Validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

JONES, E. (1994). Feminismo e terapia de família: os casamentos complicados podem dar certo? In: Perelberg, R. J. & Miller, A. C. (Eds.). *Os sexos e o poder nas famílias*. Rio de Janeiro: Imago, p. 75-93

KATZ, Hagai. Gramsci, hegemonia e as redes da sociedade civil global. *Revista hispana para el análisis de redes sociales*. jun. 2007, v. 2, n. 2. Disponível em: <http:// revista-redes.rediris.es/pdf-vol12/Vol12_2.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2016.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. *O Futuro da Internet*: Em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus. 2010.

LÉVY, Pierre. *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

LOURO, Guacira L. *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, 176 p.

MELO, Daniele. Et al. As redes sociais como nova ferramenta da comunicação empresarial e uma análise do Twitter e do Facebook do GBarbosa. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIV. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011.

MENDONÇA, António S. *Diplomacia na Era da Informação e Gestão do Conhecimento*. Dissertação de Mestrado em Sistemas de Informação defendida em 14 de dezembro de 2009, na Escola de Engenharia da Universidade do Minho sob orientação da Professora Doutora Isabel Ramos Guimarães.

MOGHADAM, Valentine M. *Gender and Globalization*: Female labor and women's mobilization. Journal of World-Systems Research, 1999, v. 5, n. 2, p. 367-388. Disponível em: <http://jwsr.pitt.edu/ojs/index.php/jwsr/article/view/139/151>. Acesso em: 31 jul. 2016.

MONRO, Surya. *Gender politics*: citizenship, activism and sexual diversity. Londres: Pluto Press, 2005. 230 p.

PONTES, Heloísa. (2008), "Crítica de cultura no feminino". *Mana* – Estudos de Antropologia Social, 2 (14). p. 511-541.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Posfácio: Conceituando o gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B; MUÑOZ-VARGAS, Monica. *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

SCOTT, J. W. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis". *he American Historical Review*, Dec. 1986, vol. 91, n. 5. p. 1053-1075.

RIGITANO, Maria E.C. *Redes e Ciberativismo*: notas para uma análise do centro de mídia indepentende. 2003. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016.

SILVA, Maria do Rosário. *Ciberespaço*: um espaço público virtual para a democracia? Centro Universitário de Belo Horizonte. 2010.
SORJ, Bernardo. Internet, espaço público e marketing político. *Novos Estudos*. CEBRAP, 2006. v. 76, p. 123-136.

STABILE, Max. Jovens e novas tecnologias: Em busca de uma democracia colaborativa. *Debate*, Belo Horizonte, nov. 2012, v.4, n.8, p. 35-39.

VEGH, S. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against he World Bank. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). *Cyberactivism*: online activism in theory and practice. London: Routledge, 2003.

WAKEFORD, Nina. "Cyberqueer." In: MUNT, Sally; MEDHURST, Aandy (Org.). *he Lesbian and Gay Studies Reader*: A Critical Introduction. 1. ed. Londres: Cassel, 1998. p. 20-38.

WENDT, Alexander. *Social heory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

YOUNG, Iris Marion. Comunicação e o Outro: Além da Democracia Deliberativa. In: *Democracia Hoje*: Novos Desaios para a Teoria Democrática Contemporânea, 2001.

COLETIVIZAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO NO PROCESSO DE LUTAS POR RECONHECIMENTO:
O CASO DAS *HASHTAGS* #MEUPRIMEIROASSÉDIO #PRECISAMOSFALARSOBREABORTO #BELARECATADAEDOLAR NO DESENVOLVIMENTO DAS QUESTÕES FEMINISTAS NO BRASIL

Bárbara Monteiro

Paula Lopes

haís Choucair[1]

RESUMO: Neste artigo, procuramos responder qual o potencial das *hashtags* #MeuPrimeiroAssédio #PrecisamosFalarSobreAborto e #BelaRecatadaEDoLar para as lutas por reconhecimento das mulheres no Brasil assim como na inserção e desenvolvimento das questões feministas na esfera pública. Para tanto, revisitamos alguns momentos importantes da luta feminista no Brasil, embasadas em Matos (2010) e Pinto (2003). Em seguida, nos adentramos nas noções de luta por reconhecimento e construção de semânticas coletivas através da teoria de Axel Honneth (2003). O corpus da pesquisa é constituído posts no Facebook que mencionavam uma das três *tags*. Analisamos e concluímos os potenciais dessas campanhas a partir das três variáveis: *argumentação e controvérsia, coletivização* e *experiências pessoais*.

Palavras-chave: *Hashtag*. Movimento feminista. Reconhecimento. Ativismo online.

ABSTRACT: In this paper, we aimed to answer what was the potential of the *hashtags* #MeuPrimeiroAssédio (First time I was catcalled), #PrecisamosFalarSobreAborto (We need to talk about abortion) and #BelaRecatadaEDoLar (Pretty, maidenlike and a housewife) in women's struggle for recognition in Brazil, as well as their potential to insert and develop feminist issues in the public sphere. herefore, we irst revisit few important moments of feminist struggle in Brazil, based on the work of Matos (2010) and Pinto (2003). After it, we look at the notion of struggle for recognition and the existence of a collective semantics, with the theory of Axel Honneth (2003). he corpus was constituted by Facebook posts that mentioned one of the three tags. We analyse and conclude the potential of these three campaigns according to three variables: *reasoning; collectivization and personal experiences*.

Keywords: Hashtag. Feminist movement. Recognition. Online activism.

1 Mestrandas em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Brasil. Emails: barbaradcmonteiro@gmail.com; cpaulalopes@gmail.com e choucair.thais@gmail.com.

1. Introdução

O uso de *hashtags* de cunho político em redes sociais online em todo o mundo tem sido objeto de estudo no campo da comunicação e da ciência política. As temáticas feministas e em referência às mulheres tem aparecido especialmente nesses movimentos online, trazendo à tona questões muitas vezes submersas e não ditas. (DIXON, 2014). No Brasil, várias *hashtags* tem surgido nos últimos anos nesse sentido, dentre elas as três que são o objeto desse trabalho e que tiveram grande destaque e alcance na esfera pública: #PrecisamosFalarSobreAborto, #MeuPrimeiroAssédio e #BelaRecatadaEDoLar.

A *hashtag* #PrecisamosFalarSobreAborto foi criada em novembro de 2014 por iniciativa da Revista TPM, que havia lançado no mesmo período uma capa com a temática do aborto, e veio como suporte para a campanha que sucedeu dessa edição, inicialmente, composta por celebridades como Leandra Leal, Alessandra Negrini e Gregório Duvivier. Embora a campanha da Revista tenha sido alvo de severas críticas por várias feministas[2], por conter um homem na capa e por não ter participação de nenhuma mulher negra, o desdobramento da *hashtag* viralizou entre várias ativistas, coletivos, blogs e outros veículos que a divulgaram e posicionaram-se sobre a questão do aborto no Brasil.

Na sequência, em 2015, a *hashtag* #MeuPrimérioAssédio foi criada por Juliana Faria, a idealizadora da ONG hink Olga, cuja missão é "o empoderamento feminino por meio da informação" (Site Oicial). A ideia surgiu em resposta ao episódio que uma garota de 12 anos, participante do *reality show* Master Chef Júnior, sofreu comentários de cunho sexual nas redes sociais, após sua primeira aparição no programa. Em uma postagem no Twitter, Juliana relatou sua experiência pessoal, aos 11 anos de idade, e, a partir do seu depoimento, várias mulheres se uniram para expor suas histórias com casos de abuso sexual e/ou provocar relexões acerca da temática. Segundo dados lançados pela própria ONG[3], só no primeiro dia, a *hashtag* foi compartilhada mais de 82 mil vezes no Twitter, e o desdobramento se deu também no Facebook. Após analisarem 3.111 histórias, a média de idade do primeiro assédio entre as mulheres que deram seus depoimentos foi 9,7 anos.

A última *hashtag* analisada no presente trabalho, #BelaRecatadaEDoLar, foi criada em abril de 2016, em resposta à matéria da Revista Veja[4] que traçava um peril da esposa do então vice-presidente Michel Temer, Marcela Temer, e a deinia como bela, recatada e do lar, de forma a valorizar esses atributos em uma mulher. A Revista inalizava a matéria dizendo "Michel Temer é um homem de sorte", mas, após a reverberação em postagens com a *hashtag*, que criticava o discurso da publicação, sugeriu que tudo não passava de uma ironia[5].

Procuramos responder nesse trabalho: qual o potencial dessas *hashtags* para

2 Blog Lugar de Mulher.

3 Site Oicial da ONG hink Olga.

4 Revista Veja. Marcela Temer: bela recatada e "do lar".

5 Revista Veja. Bela, recatada e do lar: os memes sobre a reportagem de Veja.

as lutas por reconhecimento das mulheres e para a inserção e desenvolvimento das questões feministas na esfera pública? Para responder tal pergunta, revisitamos, brevemente, algumas discussões sobre a questão das mulheres. Depois, explicamos as noções de luta por reconhecimento e construção de semânticas coletivas de Axel Honneth (2003). O corpus é constituído dos posts no Facebook que mencionam uma das três tags. Descrevemos tais posts a partir de três variáveis: a) Argumentação b) Coletivização e c) Experiências pessoais.

2. A luta das mulheres e a internet

Os estudos pautados em uma perspectiva de gênero (ou estudos feministas) surgem, de maneira mais sistemática, no inal dos anos setenta (GRAF, 2012:21) e, desde então, vem construindo um arcabouço teórico fundamental para se pensar nos efeitos das desigualdades de gênero na vida social. A atividade intelectual voltada para essas questões de gênero sempre esteve fortemente imbricada com a luta feminista (BIROLI, 2014:8), ainal, à medida que os movimentos feministas foram expandindo-se, "somaram forças para conquistar a inclusão da temática de gênero na agenda pública e estatal" (MATOS, 2010:84). Dito isso, é fundamental observar a dinâmica dos movimentos feministas, tanto no sentido de construção de coletividades, quanto na busca pela visibilidade de suas reivindicações e pautas.

Em linhas gerais, o primeiro momento feminista no país, conforme Pinto (2003), deu-se no âmbito do movimento *sufragista*, por uma luta que reivindicava os mesmos direitos políticos dos homens, especialmente no que concerne o direito de votar (MATOS, 2010:68). O segundo momento, no contexto dos anos 70, no período de ditadura militar, carregou a frustração política do país e "caracterizou-se, no Brasil e nos demais países latino-americanos então como uma resistência contra a ditadura militar e, por outro lado, em uma luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer" (MATOS, 2016:68). Por im, um terceiro momento da luta feminista, inserido no contexto da redemocratização do país, "marca o início de uma aproximação cautelosamente construída junto ao Estado" (MATOS, 2016:68), em que as mulheres atuaram fortemente na busca por reformas políticas, como a exigência de delegacias especializadas em mulheres, e na reconiguração dos espaços públicos, através da articulação de movimentos de mulheres negras, lésbicas, indígenas, rurais, etc.

Muito se tem discutido sobre uma quarta onda do feminismo que, segundo Matos (2010), no Brasil, seria marcada por especiicidades do contexto latino-americano (ou do Sul) e caracterizaria-se pela luta por maior poder político e pela tentativa de implementar políticas públicas, levando em conta, mais atentamente, outras questões que atravessam os feminismos, tais como raça, faixa etária e

sexualidade (MATOS, 2010:68). Além disso, esse quarto momento seria marcado pela criação de várias ONGs e redes comunicativas dos diversos feminismos para colocar suas pautas na esfera pública.

De uma forma geral, pensando na atuação feminista nos dias atuais, "movimentos de mulheres inluenciam agendas e política não apenas com os esforços de afetar processos legislativos, como *lobbying*, mas também de forma indireta, como na busca por mudança na opinião pública e sensibilização para a causa." (BAHU & WELDON, 2011:129 *tradução nossa*). Nesse sentido, é impossível não atribuir fundamental papel à internet e, principalmente, às redes sociais, como espaço importante para visibilizar as reivindicações dos movimentos sociais.

No contexto online, feministas com distintas demandas e argumentos se reúnem e discutem questões com foco na desigualdade gênero, de forma a criar uma comunidade (McLEAN e MAALSEN, 2015), ainda que não necessariamente acordem sobre distintas questões que envolvem as mulheres. Dessa forma, as *hashtags feministas*, extremamente populares nas redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*, são estratégias importantes dos feminismos contemporâneos e uma forma de "criar um espaço virtual em que vítimas de desigualdade conseguem coexistir juntas, em um ambiente que reconhece suas dores, narrativas e solidões" (DIXON, 2014:34, *tradução nossa*). Com essas *hashtags*, diferentes mulheres, com distintas histórias de vida, tem colocado suas vivências afetivas e se reconhecido como coletividades.

O presente trabalho não objetivou aprofundar nas teorias políticas feministas, tampouco nas nuances dos diferentes momentos dos feminismos no Brasil. Essa breve trajetória foi posta apenas para salientar a importância desse campo teórico e observar, de forma mais ampla, em que momento a luta feminista se encontra. Para respondermos sobre o potencial dessas *hashtags* no desenvolvimento das questões feministas, pensaremos na inserção desses temas na esfera pública e em como o uso dessas *hashtags* suscita discussões e fazem as pessoas se posicionarem e argumentarem sobre os temas em questão. Para observar como essas trocas de experiências no ambiente online podem impulsionar uma luta por reconhecimento das mulheres como grupo marginalizado, recorremos ao pensamento de Axel Honneth, na sequência.

3. As *hashtags* e questão do reconhecimento

O ilósofo alemão Axel Honneth é da expoente da terceira geração da Teoria Crítica, succedendo uma segunda geração que teve como expoente o também alemão Jürgen Habermas[6]. Um dos conceitos que Habermas trás para se pensar o processo político é o da ação comunicativa: aquela ação em que o indivíduo se volta para o entendimento com o outro, ao contrário da ação estratégica, que é voltada para a manipulação ou alcance de determinados resultados, permeando-se por processos de barganha, por exemplo (HABERMAS, 1988:220-222). Normativamente, os processos políticos se dariam através dessa ação comunicativa, constituída numa troca pública de razões, que é o que Habermas entende como processo deliberativo.

A teoria habermasiana sofreu inúmeras críticas no sentido de que a racionalidade do agir comunicativo privilegiada por Habermas deixaria de fora outras formas de comunicação (YOUNG, 1996). Nesse viés, durante os últimos anos, alguns auto-

6 Antes de entrar no processo político honnethiano, é preciso explicitar ao menos rapidamente e superficialmente como esse processo é entendido na teoria habermasiana. Habermas. Honneth apresenta uma série de críticas à Habermas, mas entrar nessas críticas não é o objetivo desse trabalho, devido ao curto espaço e, também, ao nosso objetivo.

res têm pesquisado a potencialidade das histórias pessoais para os processos deliberativos (GARCÊZ, 2009; MAIA, 2012). Além disso, o desenvolvimento da abordagem sistêmica da deliberação permite que essas outras formas de comunicação sejam pensadas num contexto mais ampliado (MAIA, 2012; MANSBRIDGE, 1999; MANSBRIDGE et al, 2012) - elas podem não ser deliberação em si, mas podem contribuir para o sistema deliberativo ao expor problemas, suscitar discussões, entre outras coisas

Axel Honneth, sucessor de Habermas, também vê as relações e interações marcadas pela intersubjetividade e pela moralidade. Mas indo além em relação à teoria habermasiana, Honneth "calca sua crítica nas experiências de não-reconhecimento como forças motivacionais e normativas para as lutas contra injustiça" (MAIA, 2012:1 tradução nossa). O diferencial do pensamento honnethiano, é então, o potencial teórico que o autor apresenta para visada nas lutas por reconhecimento, numa perspectiva de emancipação diferente de seus predecessores. Ainda em relação à Habermas, para Honneth, a racionalidade comunicativa não seria prévia ao conlito, e sim, os conlitos seriam a base das relações de interação - ainal, é a violação de alguma forma de reconhecimento que permitiria as lutas. A noção de reconhecimento de Honneth articula a intersubjetividade de Mead com a teoria de reconhecimento de Hegel, "a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma auto-relação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais." (HONNETH, 2003:155).

Honneth vê tais processos de reconhecimento em três esferas: amor, direito e estima. O nível do *amor* estaria ligado às relações íntimas e de coniança: "por relações amorosas devem ser entendidas aqui todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas" (HONNETH, 2003:159). A forma de violação inscrita nessa esfera seria representada pelos *maus-tratos físicos* - violação que destrói a autoconiança elementar de um indivíduo, pois tira-lhe, de maneira violenta, "todas as possibilidades da livre disposição sobre o seu corpo" (HONNETH, 2009:215). A violência sexual, discutida com a hashtag #MeuPrimeiroAssedio, enquadrara-se, claramente, nesse tipo de dano, já que "toda tentativa de se apoderar do corpo de uma pessoa, empreendida contra a sua vontade e com qualquer intenção que seja, provoca um grau de humilhação" (HONNETH, 2009: 215).

A segunda esfera é a do *direito,* na qual Honneth apresenta aspectos jurídicos

de reconhecimento: "um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo"'. (HONNETH, 2003:197). O tipo de dano aqui seria a privação de direitos, o que afeta o autorrespeito moral do indivídio, "pelo fato de ele permanecer excluído da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade" (HONNETH, 2009: 216). O debate trazido com a hashtag #PrecisamosFalarSobreAborto levantou a reivindicação das mulheres em relação à legalidade do aborto, como uma forma de luta, justamente, pelo direito das mulheres de decidir sobre o seu corpo.

Por im, a esfera da *estima,* das relações sociais mais amplas capazes reconhecer o valor do indivíduo para a sociedade e gerar para os sujeitos a auto estima. O tipo de dano, a degradação, refere-se à atribuição negativa de valores sociais de indivíduos ou grupos (HONNETH, 2009:217), pois "degrada formas de vida ou modos de crença, considerando-as de menor valor ou deicientes" (HONNETH, 2009:217). As críticas com a *hashtag* #BelaRecatadaEDoLar exprimem às formas de degradação valorativas em relação às mulheres.

A luta por reconhecimento se daria através, primeiramente, da percepção do dano e da violação por parte dos indivíduos concernidos. A partir daí, se constituiria a criação de semânticas coletivas, ou seja, a conscientização e o compartilhamento de sentimentos comuns diante de um não-reconhecimento. Desta forma, os concernidos construiriam gramáticas morais que se embatem com gramáticas morais já existentes, como podemos perceber no caso das *hashtags* que compõem este estudo: a desnaturalização das práticas de assédio sexual à mulheres, a substituição da escassez dos debates que concernem à legalização do aborto por um diálogo mais aberto e aprofundado e uma revisão crítica aos valores normativos que concernem as expectativas sociais do papel da mulher.

4. Metodologia

Olhamos para os conteúdos produzidos por usuários e páginas no Facebook que continham as *hashtags* #PrecisamosFalarSobreAborto, #MeuPrimeiroAssédio, e #BelaRecatadaEDoLar. Coletamos os posts fornecidos pelo mecanismo de busca do próprio Facebook.[7] Para analisar o corpus, optamos por seguir o mesmo caminho metodológico adotado por Garcêz (2009): trabalhar com operadores analíticos para analisar qualitativamente o material pretendido. No caso deste artigo, utilizaremos as seguintes variáveis:

a) *Argumentação e controvérsia;* Considerando a internet como um fórum importante no sistema deliberativo, com este operador analítico observamos como as pessoas oferecem argumentos contrários ou favoráveis aos temas em questão. Partimos do pressuposto que as lutas por reconhecimento não são simples e

dependem de debates na esfera pública para se desenvolverem. Conforme Habermas, é preciso que se dê a troca pública de razões para que as questões pré-políticas se transformem em questões de interesse coletivo.

b) *Coletivização*; Há postagens que reivindicam pautas comuns ao conjunto das mulheres, enquanto outras se restringem a questões individuais. Segundo Honneth, "a luta por reconhecimento é concebida como um processo social que leva a um

7 É importante ressaltar que esses posts são apenas representativos do total de utilizações das *hashtags*, por dois motivos. Primeiro, porque só temos acesso aos posts públicos - e, especialmente no caso do compartilhamento de experiências pessoais, na maioria dos casos as pessoas optam por publicar de forma privada, disponível apenas para amigos. Segundo, porque o mecanismo de busca do Facebook não fornece o número total de posts públicos, mas apenas uma parte.

aumento de comunitarização, no sentido de um descentramento das formas individuais de consciência" (HONNETH, 2003:64). Dito isso, neste operador pretendemos dar a ver os discursos que ampliam os temas discutidos às coletividades feministas mais amplas.

c) *Experiências pessoais;* Com este operador, observamos como as experiências pessoais aparecem em cada uma das *hashtags*. Para tanto, recuperamos o pensamento de Iris Young (2000), a primeira teórica a considerar histórias de vida como formas de engajamento político. Segundo a autora, testemunhos em primeira pessoa evidenciam uma dimensão sensível dos sofrimentos individuais e são formas alternativas na democracia deliberativa, ainal, normalmente envolvem a história de uma pessoa que ergue-se ou fala por um grupo mais amplo, às vezes global, público, e faz reivindicações por esse grupo (YOUNG, 2000: 71, *tradução nossa*). Dessa forma, observamos como o sofrimento de injustiça foi socialmente coletivizado nas *hashtags*, a partir das histórias pessoais. Além dos testemunhos, observamos outras formas de expressão que aloraram a partir das *hashtags*, seja por meio de fotos pessoais, vídeos, imagens, etc., pois também essas expressividades são fundamentais para expor as injustiças de grupos marginalizados e, da mesma forma, tem poder de engajamento político. Como dito anteriormente, Honneth vê o conlito como estruturante da vida social, então é a partir da exposição das experiências de desrespeito que as problematizações morais acontecem, sendo possível a transformação social.

5. Descrição dos posts a partir das variáveis

a) Argumentação e controvérsia

Nos três casos estudados, o uso *hashtag* fez com que o assunto se inserisse na esfera pública e convocasse as pessoas a darem suas opiniões sobre a temática, a falar sobre aquele tema.



Imagem 1 - Convocação para argumentação

As *hashtags* propiciam, dessa forma, uma espécie de "espaço de razões" (HABERMAS, 2008; MAIA et al, 2015) ao fazerem circular diversos tipos de argumento.

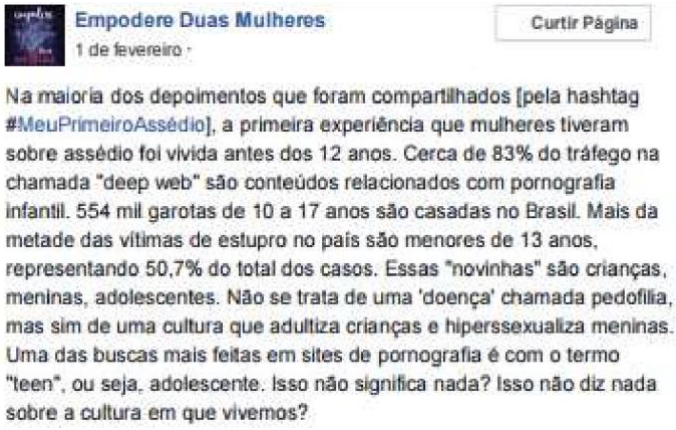


Imagem 2 - Argumentos circulando através das *hashtags*

A troca de razões, no entanto, não se deu como um processo sempre presente nos três casos. Na hashtag #BelaRecatadaEDoLar, por exemplo, a predominância eram imagens, e no #MeuPrimeiroAssédio, histórias de vida, conforme explicitaremos a seguir. Já no caso da hashtag #PrecisamosFalarSobreAborto, os conteúdos argumentativos eram mais frequentes. Nos três casos, no entanto, surgiram opiniões contrárias às questões reivindicadas pelas mulheres. Isso não é, por si, um dado ruim. Ainal, segundo Habermas, é a partir do processo relexivo de validação moral (ou não) dos atos de fala que o processo deliberativo se desenvolve. As lutas por reconhecimento precisam passar pelo crivo da conversação e deliberação de uma sociedade para se desenvolverem.



Imagem 3 - Avaliações rexlevidas morais dos atos de fala que circulavam nos media

O que acontece muitas vezes, e que percebemos nos posts dos três casos estudados, é que esse processo de troca argumentativa não era uma simples opinião contrária, mas sim um não entendimento do outro enquanto portador de direitos, ou seja, um não-reconhecimento do próximo.

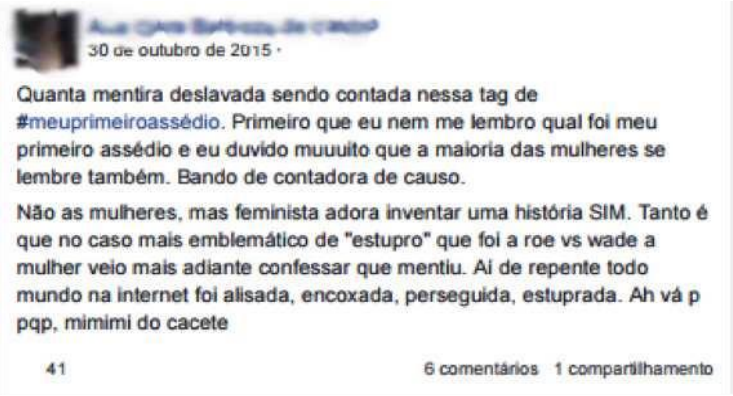




Imagem 4 - Desrespeito e não-reconhecimento

Por im, ainda sobre a argumentação e a controvérsia, podemos destacar o papel de diferentes atores midiáticos no processo de visibilidade e alcance das temáticas. A tematização do uso das hashtags por veículos de imprensa tradicional, por exemplo, gerou muitos comentários e compartilhamentos. O mesmo aconteceu com a inserção de celebridades, iguras públicas e veículos de jornalismo alternativo.

Quebrando o Tabu Curtir Página
24 de novembro de 2014 ·

"Um feto de algumas semanas que não vem ao mundo é uma coisa triste, sem dúvida, mas uma criança que cresce sem amor é uma tragédia -- comparável a das meninas e mulheres que, dia sim, dia não, morrem tentando abortar ilegalmente por este Brasil afora. Tucanos e petistas, crentes e ateus, sem-teto e playboys: por respeito à vida, precisamos descriminalizar o aborto."

FOLHA

#precisamosfalarsobreaborto

Antonio Prata #precisamosfalarsobreaborto Uma vida é algo precioso, raro, sagrado: assino embaixo e reconheço firma em cartório O título desta coluna é um manifesto lançado na semana passada pela revista "TPM" (goo.gl/5bo1x9). Como participo da

WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR

2,6 mil 124 comentários 256 compartilhamentos

Estadão Curtir Página
1 de novembro de 2015 ·

'Não temos que comemorar as violências, mas o fato de que essas mulheres se sentiram empoderadas para falar a respeito', conta Think Olga sobre a tag #MeuPrimeiroAssedio (via Sonia Racy) #estadão



Campanha #MeuPrimeiroAssedio tem mais de 82 mil depoimentos

CULTURA.ESTADAO.COM.BR

4,8 mil 140 comentários 385 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar



Imagem 5 - Diferentes atores na hibridização midiática

b) Coletivização

Segundo Honneth, só é possível adentrar as lutas pelo reconhecimento a partir de uma semântica coletiva. Percebemos que com o compartilhamento das *hashtags* aspectos de identiicação foram acionados para tornar comum alguns tópicos e argumentos que concernem os temas do assédio, aborto e o papel da mulher da sociedade.

Percebemos, por exemplo, o compartilhamento de dados estatísticos organizados com o intuito de esclarecer os danos, exempliicar os problemas, os avanços das lutas em questão e, assim, aumentar a credibilidade, bem como a diversidade de argumentações. Nas *hashtagas* sobre primeiro assédio e aborto, posts com informações gerais (ou seja, não restritos a um grupo restrito de mulheres) foram bastante utilizados.

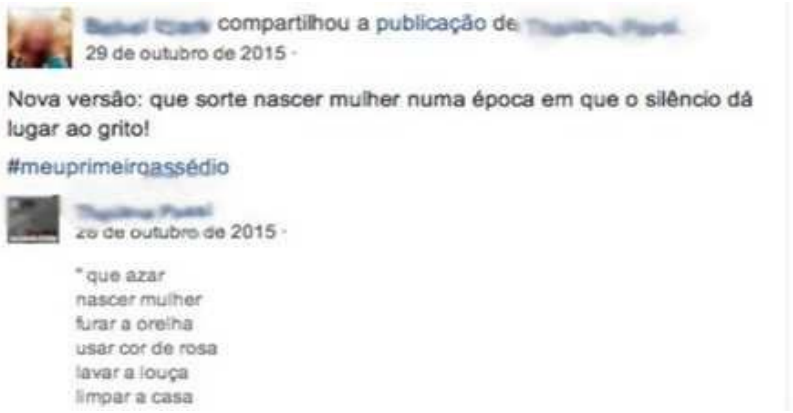


Imagem 6 - Dados estatísticos gerais

Além de dados estatíscos, experiências individuais e compartilhamento de depoimentos com situações comuns foram utilizados nas pautas reivindicadas pelas *hashtags*. No caso de #BelaRecatadaedoLar várias fotos pessoais mostravam situações

cotidianas, ligadas a esfera do dia a dia. Dentre elas, destacamos a aparição de mulheres consumindo bebidas alcoólicas e vestindo roupas decotadas, situações que embora corriqueiras para muitas mulheres, são uma ironia ao tradicional papel feminino na sociedade. Os depoimentos e o compartilhamento de situações, que a partir de uma esfera particular, podem se tornar comuns a todas as mulheres são uma das formas de coletivização mais comuns nas campanhas.





lavar a roupa
chegar na escola e ter vergonha
dos peitinhos que crescem
e o parente que espia atrás da porta e diz
não tenha vergonha deles
um sutiã com bojo para aumentá-los
um lápis preto no olho porque
as maravilhosas da televisão usam
e de repente é puta
porque beijou um menino na festinha americana
e no outro fim de semana beijou outro
e de repente está bebada
na cama de um sexo masculino
-Acho melhor a gente parar.
-Calma, deixa eu finalizar.
Primeiro namorado, levantou a mão para dar um soco, abaixou em seguida.
Ô delícia! Ô gostosa! Deixa eu meter nessa bucetinha.
e no transporte coletivo com o ônibus lotado roçam o pau na sua bunda.
e numa balada playboy passam a mão na sua bunda.
e aí o parceiro se recusa a usar camisinha, ela cede
menstruação atrasada, desespero, ansiedade, estresse,
enlouquece.
compra o remédio abortivo, a menstruação desce
o sangue? É sujo.
o corpo? É dela.
e o parente

-Você não vai se maquiar? Parece uma sapatão.
-E essa roupa? Parece uma mulamba.
-Passa um batom, bota um salto, se arruma, minha filha.
-Que homem vai te querer vestida desse jeito?
-Mulheres nojentas, essas que não se depilam.
-Você vai sozinha? É muito perigoso, você é mulher.
É retirada do estabelecimento por amamentar em público
ninguém mandou fazer, na hora foi gostoso não?
e num papo sobre sexo com as amigas descobre que
uma delas, aos 29 anos, nunca teve orgasmo
e que o abuso é calado
e que outra toma anticoncepcional
para que o parceiro não precise usar camisinha
porque hoje em dia as doses de hormônios são muito baixas
e é completamente seguro para saúde das mulheres
(disse o doutor)
e para o estado
ter você sob controle
e que tenha vergonha do seu corpo imperfeito
e que se afunde no salão de beleza, na academia e no shake
e que seja frágil, para não conseguir andar
e que consuma muito para não conseguir pensar
porque hoje em dia querem lhe roubar até o parto natural
porque o assunto veio a tona na mídia virtual
porque caiu no enem
porque as mulheres estão se unindo
porque a violência existe escancarada
porque está na hora de um basta
porque o assunto vai ser sempre tratado com desprezo e chacota
por machos-alfas que estão perdendo o posto e vão dizer:
-Machismo não existe!
-Feminismo para que? Bando de mal comidas.
e esquecem das próprias mães."

Imagem 7 - Imagens de depoimentos e situações comuns

O aspecto mais forte da coletivização, foi a emergencia e articulação de argumentos que através do uso das *hashtags* se apresentavam diretamente como um discurso feminista, dando assim, potência e direcionamento na luta por reconhecimento das mulheres.



Imagem 8 - Argumentos feministas

c) *Experiências pessoais*

As experiências pessoais permitem aos indivíduos se reconhecerem junto a outros que viveram injustiças parecidas, mas também ajudam a sensibilizar aqueles que não viveram situações similares, de forma que eles se coloquem no lugar do outro, ao reconhecerem sua injustiça. Conforme Young (2006),

> contrariamente àqueles que consideram que políticas de diferenciação de grupos apenas criam divisões e conlitos, argumento que a diferenciação de grupos propicia recursos para um público democrático comunicativo que visa estabelecer a justiça, uma vez que pessoas diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e

> compreensões sociais, derivadas daquele posicionamento (YOUNG, 2006:162).

Nesse sentido, a ilosoia moral de Honneth pressupõe a emoção como fundamental para tal sensibilização e julgamento moral de situações de vulnerabilidade. Com as hashtags #MeuPrimeiroAssedio e #PrecisamosFalarDoAborto, observamos nitidamente o intercâmbio de experiências entre pessoas que tiveram vivências parecidas e testemunharam a respeito delas. Expressões fortes e de cunho emocional eram ativadas pelas mulheres que contavam suas histórias pessoais. As campanhas, contudo, também mobilizaram pessoas que não passaram por situações semelhantes - mas compartilharam as histórias, ou apenas izeram relexões sobre as hashtags a partir desses depoimentos.


Você conhece uma mulher que abortou. Com toda a certeza. Pode ser alguém querida: sua avó, suas tias, até sua mãe mesmo, quem sabe. Porque sim, grande parte das mulheres que aborta ou teve filhos antes, ou vai ter depois. Muitas vão ser avós fofinhas e dedicadas que preparam a ceia de Natal.

Mulheres que abortam são mulheres de família. Da minha, da sua, da de todo mundo.

Se você não sabe de ninguém próximo que abortou um dia é porque a pessoa não sentiu confiança pra te contar. E a pessoa não te contou é porque 1) esse tema é tabu ou 2) a pessoa tem medo de ser julgada por você. Tanto o 1 quanto 2 são frutos, em grande parte, da criminalização.

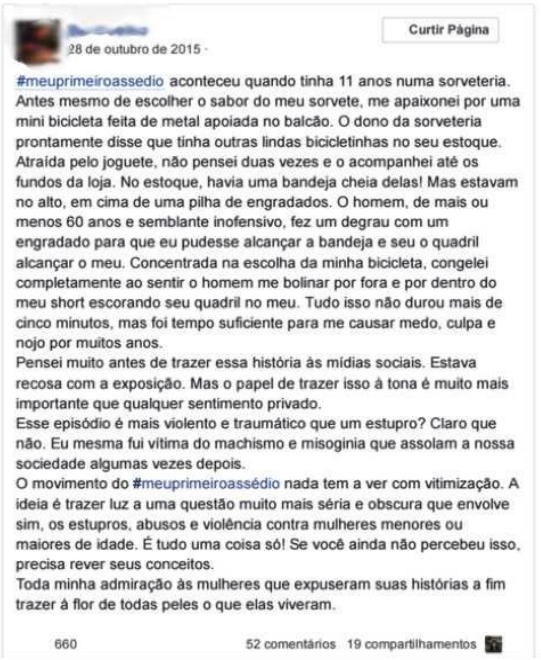
Eu conheço mulheres que abortaram. Não só a minha turminha feminista, mas mulheres religiosas, mulheres que têm valores muito mais conservadores do que os meus.

Mulheres abortam. Já abortavam muito antes da palavra "feminismo" ser inventada.

Lidem com isso.

Imagem 9 - Sensibilização sobre o problema coletivo

Uma das constatações sobre os depoimentos trazidos pela hashtag #MeuPrimeiroAssedio foi o fato de que todas as mulheres, independente de classe, cor, idade ou sexualidade sofrem assédio sexual, haja vista que as histórias de vida mostravam uma diversidade em relação aos peris de mulheres que erguiam as vozes. Embora a hashtag tenha deixado muito claro que essas violências sexuais começam muito cedo na vida das mulheres, ela é uma triste realidade para a maioria. Da mesma forma que as histórias divergiam temporalmente, eram muito diversos os espaços públicos e privados que as situavam. Por im, notou-se uma recorrência de casos que envolviam pessoas próximas ou familiares. Esse grande número e diversidade de histórias foi uma das formas de sensibilização profunda para as questões que se problematizavam.

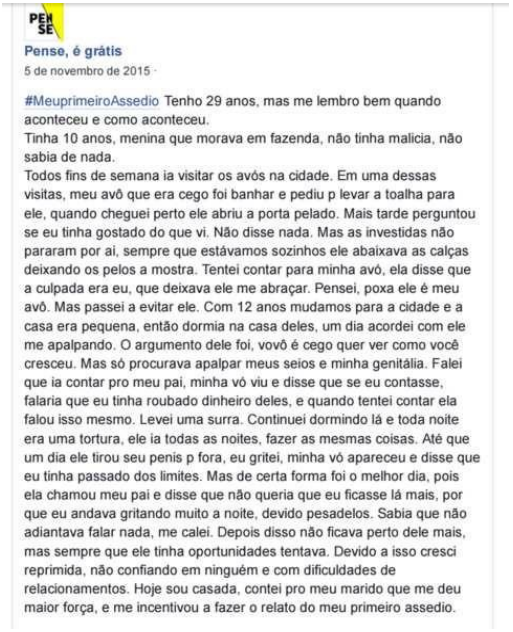


[redacted]
28 de outubro de 2015 ·

Curtir Página

#meuprimeiroassedio aconteceu quando tinha 11 anos numa sorveteria. Antes mesmo de escolher o sabor do meu sorvete, me apaixonei por uma mini bicicleta feita de metal apoiada no balcão. O dono da sorveteria prontamente disse que tinha outras lindas bicicletinhas no seu estoque. Atraída pelo joguete, não pensei duas vezes e o acompanhei até os fundos da loja. No estoque, havia uma bandeja cheia delas! Mas estavam no alto, em cima de uma pilha de engradados. O homem, de mais ou menos 60 anos e semblante inofensivo, fez um degrau com um engradado para que eu pudesse alcançar a bandeja e seu o quadril alcançar o meu. Concentrada na escolha da minha bicicleta, congelei completamente ao sentir o homem me bolinar por fora e por dentro do meu short escorando seu quadril no meu. Tudo isso não durou mais de cinco minutos, mas foi tempo suficiente para me causar medo, culpa e nojo por muitos anos.
Pensei muito antes de trazer essa história às mídias sociais. Estava recosa com a exposição. Mas o papel de trazer isso à tona é muito mais importante que qualquer sentimento privado.
Esse episódio é mais violento e traumático que um estupro? Claro que não. Eu mesma fui vítima do machismo e misoginia que assolam a nossa sociedade algumas vezes depois.
O movimento do #meuprimeiroassédio nada tem a ver com vitimização. A ideia é trazer luz a uma questão muito mais séria e obscura que envolve sim, os estupros, abusos e violência contra mulheres menores ou maiores de idade. É tudo uma coisa só! Se você ainda não percebeu isso, precisa rever seus conceitos.
Toda minha admiração às mulheres que expuseram suas histórias a fim trazer à flor de todas peles o que elas viveram.

660 52 comentários 19 compartilhamentos



PEN SE

Pense, é grátis
5 de novembro de 2015 ·

#MeuprimeiroAssedio Tenho 29 anos, mas me lembro bem quando aconteceu e como aconteceu.
Tinha 10 anos, menina que morava em fazenda, não tinha malicia, não sabia de nada.
Todos fins de semana ia visitar os avós na cidade. Em uma dessas visitas, meu avô que era cego foi banhar e pediu p levar a toalha para ele, quando cheguei perto ele abriu a porta pelado. Mais tarde perguntou se eu tinha gostado do que vi. Não disse nada. Mas as investidas não pararam por ai, sempre que estávamos sozinhos ele abaixava as calças deixando os pelos a mostra. Tentei contar para minha avó, ela disse que a culpada era eu, que deixava ele me abraçar. Pensei, poxa ele é meu avô. Mas passei a evitar ele. Com 12 anos mudamos para a cidade e a casa era pequena, então dormia na casa deles, um dia acordei com ele me apalpando. O argumento dele foi, vovô é cego quer ver como você cresceu. Mas só procurava apalpar meus seios e minha genitália. Falei que ia contar pro meu pai, minha vó viu e disse que se eu contasse, falaria que eu tinha roubado dinheiro deles, e quando tentei contar ela falou isso mesmo. Levei uma surra. Continuei dormindo lá e toda noite era uma tortura, ele ia todas as noites, fazer as mesmas coisas. Até que um dia ele tirou seu penis p fora, eu gritei, minha vó apareceu e disse que eu tinha passado dos limites. Mas de certa forma foi o melhor dia, pois ela chamou meu pai e disse que não queria que eu ficasse lá mais, por que eu andava gritando muito a noite, devido pesadelos. Sabia que não adiantava falar nada, me calei. Depois disso não ficava perto dele mais, mas sempre que ele tinha oportunidades tentava. Devido a isso cresci reprimida, não confiando em ninguém e com dificuldades de relacionamentos. Hoje sou casada, contei pro meu marido que me deu maior força, e me incentivou a fazer o relato do meu primeiro assedio.

Imagem 10 e 11 - Relatos pessoais (assédio na infância)

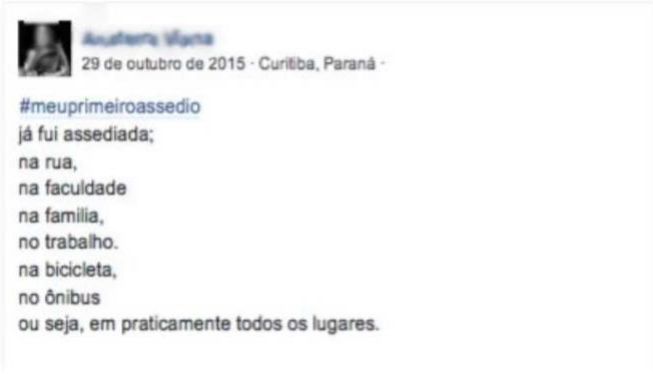




Imagem 12 e 13 - Relatos pessoais (assédio em distintos locais)

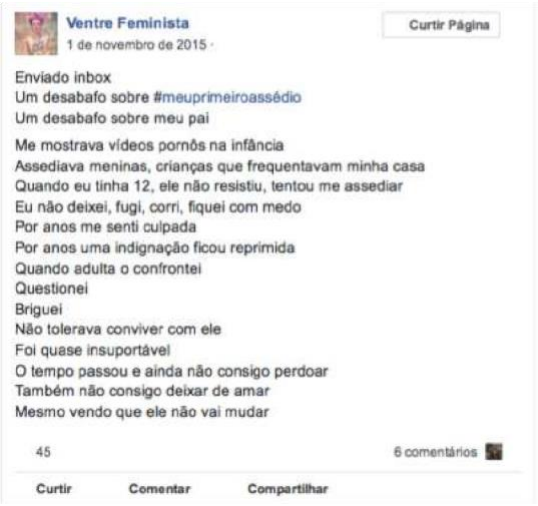


Imagem 14 - Relato pessoal (familiares)

Ao constatarmos uma ausência de testemunhos na hashtag #BelaRecatadaEDoLar, observamos que foram utilizadas outras formas de expressão (igualmente pessoais) pelas mulheres para criar engajamento político nas redes sociais. Algumas estratégias se mostraram presentes também nas outras hashtags. Primeiramente, o uso de fotograias pessoais em situações que elas consideram que se opunham aos valores enaltecidos pela revista, ironizando os adjetivos utilizado pela Revista Veja. Segundo, o uso de fotos segurando placas com a hashtags, de forma a visibilizá-las. Além disso, outra estratégia foi o uso de imagens de mulheres reconhecidas nacionalmente, ou que marcaram história, com vivências que iam contra os estereótipos propagados pela publicação.



Imagem 15 - Fotos pessoais que se opõe a valores da Revista Veja





Imagem 16 e 17 - Placas de adesão à hashtag





Imagem 18 e 19 - Mulheres reconhecidas e históricas

6. Considerações Finais

Procuramos responder nesse trabalho qual o potencial das *hashtags* #PrecisamosFalarSobreAborto, #MeuPrimeiroAssédio e #BelaRecatadaEDoLar

para as lutas por reconhecimento das mulheres e para a inserção e desenvolvimento das questões feministas na esfera pública. Passamos pela questão da luta das mulheres no Brasil para localizarmos essa questão temporalmente e não pensarmos na *hashtags* de modo isolado às lutas por reconhecimento que se desenvolvem historicamente. Considerando os processos de deliberação de Habermas e as lutas por reconhecimento de Honneth e através do material coletado, conseguimos elencar três contribuições das campanhas nas lutas feministas.

A primeira delas é a visibilidade. Os temas das *hashtags* - o assédio, o aborto e os valores femininos - se tornaram parte da agenda do país a partir do compartilhamento de conteúdo através das tags. Muitas postagens no *Facebook* foram compartilhadas por iguras públicas e veículos de comunicação de grande circulação, o que prova que as temáticas tiveram grande circulação. Alguns posts da *hashtag* #MeuPrimeiroAssédio reportam que a ação teria se espalhado também para outros países como México e Argentina - com a tag #MiPriemerAcoso - e nos Estados Unidos, com #FisrTimeIWasCatcalled.

Essa visibilidade, entretanto, não pode ser pensada isoladamente. A simples inserção de temas na esfera pública não signiica um desenvolvimento de uma luta por reconhecimento, nem o desenvolvimento da deliberação sobre aquela questão. A forma como a temática é debatida e tratada deve ser pensada conjuntamente com a visibilidade. Nisso pensamos numa segunda contribuição: a circulação de razões sobre os temas no sistema híbrido de mídia (MAIA, 2012). Através das tags, argumentos, informações e opiniões circularam, fazendo com que as pessoas se posicionassem e tomassem uma posição relexiva moralmente em relação ao tema. "No curso das práticas cotidianas, os atores estão sempre expostos a um espaço de razões. Eles não podem fazer outra coisa, senão oferecer mutuamente demandas de validade para seus proferimentos e argumentos, uma vez que o que dizem deveria ser assumido – e, se necessário, provado – como algo verdadeiro, correto ou sincero e, sem dúvida, racional" (HABERMAS, 2008:11). Esse processo não se deu de forma igual nos três casos. Na tag #PrecisamosFalarSobreAborto houve uma predominância de conteúdos argumentativos em relação às outras duas.

A terceira contribuição, por im, diz respeito à coletivização das pautas feministas. Embora houvesse uma diversidade de questões envolvidas em cada temática, um grande volume de reinvindicações por parte das mulheres e um universo de várias particularidades, a personalização dos argumentos e singularidade dos depoimentos dos posts não foi um fator segregador. Pelo contrário, as histórias de vida trouxeram densidade a argumentação para as questões sobre assédio, aborto e valores femininos que se tornaram pautas comuns a várias mulheres. Conforme Garcês (2009), "a publicação de histórias de vida permite compartilhar experiências, sensibilizar opiniões, apresentar pontos de vista que muitas vezes não conseguem ser expressos por meio de argumentos, e promover aprendizado coletivo." As mulheres portanto, através da diversidade de discursos conseguiram vetorizar experiências comuns e ampliar tais experiências de um nível pessoal para um nível coletivo, conforme o processo de construção das semânticas coletivas de Honneth, qual seja,

um "processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem inluir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento" (HONNETH, 2003:257).

Referências Bibliográicas

CORLEONE, Clara. Lugar de Mulher. *Aborto, protagonismo e nosso feminismo*. Disponível em: <http://lugardemulher.com.br/aborto-protagonismo-e-o-nosso-feminismo/>. Acesso em: 3 de jul. 2016.

CLARK, Rosemary. "Hope in a hashtag": the discursive activism of #WhyIStayed, *Feminism Media Studies*, 2016.

DIXON, Kitsy. Feminist Online Identity: Analyzing the Presence of the Hashtag Feminism. *Journal of Arts and Humanities* (JAH), July 2014, Volume 3, No -7, p. 34-40.

DRUEKE, Ricarda & ZOBL, Elbe. Online feminist protest against sexism: the German-language hashtag #aufschrei. *Feminist media studies*, v. 16, n. 1, p. 35-64, 2016.

GRAF, Norma B. Epistemología feminista: temas centrales. In: *Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales*. Org: Norma Blazquez Graf, Fátima Flores Palacios, Maribel Ríos Everardo, coordinadoras. México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias: Facultad de Psicología, 2012. 407 p. – (Colección Debate y Relexión).

HABERMAS, Jürgen; COOKE, Maeve. *On the pragmatics of communication*. MIT press, 2000.

_____. Três modelos normativos de democracia. *Lua nova*, v. 36, p. 39-53, 1995.

_____. *he theory of communicative action*. Beacon press, 1985.

HAPP, Laura et al. he internet as a tool for black feminist activism: lessons from a online antirape protest. *Feminist Criminology*, v. 5, n.3, p. 244-262, 2010.

HONNETH, Axel (2003). *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conlitos sociais. São Paulo: Ed. 34.

MAIA, Rousiley. *Recognition and the media*. Palgrave Macmillan, 2014.

_____. *Deliberation, the media and political talk*. Hampton Press, 2012.

MAIA, Rousiley & GARCÊZ, Regiane. Recognition, Feelings of Injustice and Claim Justiication: Deaf People's Storytelling on the Internet. In: MAIA, Rousiley. *Recognition and the media*. Palgrave Macmillan, 2014.
MANSBRIDGE, Jane et al. A systemic approach to deliberative democracy. In_ PARKINSON, J.; MANSBRIDGE, J. *Deliberative systems*: deliberative democracy at the large scale. Cambridge, MA: Cambridge University Press, p. 1-26, 2012.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a Teoria Feminista a partir do Sul global? *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e política*: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

NOBRE, Marcos. "Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica". In: HONNETH, A. *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conlitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 07-19.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2003.

REVISTA VEJA. *Bela, recatada e do lar*: os memes sobre a reportagem de Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/tecnologia/belarecatadaedolar-os-memes-sobre-a-reportagem- de-veja/>. Acesso em 3 de jul. de 2016.

_____. *Marcela Temer*: bela recatada e "do lar". Disponível em: <http://veja.abril. com.br/ noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>. Acesso em 3 de jul. de 2016.

THINK OLGA. *Hashtag Transformação*: 82 mil tweets sobre o #PrimeiroAssedio. Disponível em: <http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao- 82-mil-tweets-sobre-o- primeiroassedio/>. Acesso em: 3 de jul. 2016.

WELDON, LAUREN S. Women's movements, representation, civil society. In: *When Protest Makes Policy*: How Social Movements Represent Disadvantaged Groups. Ann Arbor: he University of Michigan Press, 2011. p. 129-148.

YOUNG, Iris M. *Inclusion and Democracy*. Oxford University Press Inc., New York. 2000.

_____. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, 2006, n. 67, p. 139-190. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 3 de jun. 2016.

RECONHECIMENTO E SEXUALIDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DE AXEL HONNETH E NANCY FRASER PARA A ANÁLISE DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DO MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO

Gustavo Frota Lima e Silva[1]
Elena de Oliveira Schuck[2]
Amanda Carolina Cegatti[3]

RESUMO: O presente artigo busca interpretar aspectos da trajetória do movimento LGBT brasileiro à luz da noção de *reconhecimento*, tal como elaborada por dois representantes contemporâneos da vertente intelectual conhecida como Teoria Crítica: Nancy Fraser e Axel Honneth. A proposta constitui-se em um esforço de abordar disputas sociais em torno de vivências não-normativas da sexualidade e da identidade de gênero a partir do vocabulário específico da Teoria Política, de modo a dar visibilidade a questões que não constituem objeto de estudo usual do campo da Ciência Política. Em um primeiro momento, são abordadas as contribuições de Nancy Fraser, enfatizando as implicações da distinção entre redistribuição e reconhecimento proposta pela autora. Em um segundo momento, a partir das formulações de Axel Honneth, é questionada a pertinência dessa distinção tomando a própria trajetória do Movimento LGBT no Brasil como exemplo.

Palavras-chave: reconhecimento. Teoria Crítica. Teoria Política. Movimento LGBT.

ABSTRACT: his paper aims to discuss aspects of the Brazilian LGBT movement political path according to the concept of recognition as proposed by two contemporary representatives of the intellectual tradition known as Critical heory: Nancy Fraser and Axel Honneth. his proposal is an efort to address social disputes over non-normative experiences of sexuality and gender identity in the language of political theory, in order to shine a light over issues that are rarely studied in this ield. At irst, we adress the contributions of Nancy Fraser, emphasizing the implications of the distinction between redistribution and recognition proposed by the author. In a second step, according to the formulations of Axel Honneth, we question the applicability of this distinction by taking the trajectory of the LGBT movement in Brazil as an example.

Keywords: Recognition. Critical heory. Political heory. LGBT Movement.

1 Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

2 Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
3 Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1. Introdução

O presente artigo busca interpretar aspectos da trajetória do movimento LGBT brasileiro à luz da noção de *reconhecimento*, tal como elaborada por dois representantes contemporâneos da vertente intelectual conhecida como Teoria Crítica: Nancy Fraser e Axel Honneth. A proposta constitui-se em um esforço de abordar disputas sociais em torno de vivências não-normativas da sexualidade e da identidade de gênero a partir do vocabulário especíico da Teoria Política, de modo a dar visibilidade a questões que não constituem objeto de estudo usual do campo da Ciência Política.

Historicamente, a luta por justiça e redução das desigualdades esteve essencialmente ligada à partilha justa da riqueza. Ainda que graves disparidades materiais sigam determinando a realidade da maior parte dos Estados, assistimos, a partir da segunda metade do Século XX, a uma progressiva perda de centralidade do conceito de classe social na arena política (FRASER, 2001). Grupos organizados sob a bandeira da nação, da etnia, da raça, do gênero e da sexualidade passaram a lutar tanto por igualdade jurídica, na esfera dos direitos civis, quanto pelo reconhecimento social e estatal de sua especiicidade.

Nesse contexto, observamos um aumento da visibilidade das demandas político-sociais de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, organizados em torno do movimento LGBT, na arena política nacional, internacional e supranacional (TREMBLAY et al, 2011). No Brasil, convencionou-se historiograicamente considerar o im dos anos 1970 como o desabrochar das organizações políticas que buscavam promover publicamente representações não-hegemônicas da sexualidade. Da formação de "movimentos homossexuais", como o Somos (SP), em 1978, até a atual realização de conferências nacionais LGBT (AGUIÃO, 2015), capitaneadas pelo Estado em conjunto com diversos seguimentos da sociedade civil, os conlitos políticos em torno da sexualidade sofreram profundas transformações (FACCHINI, 2005; SIMÕES, 2010). Novos atores, novas identidades e novas interseccionalidades passam progressivamente a complexiicar a luta e o movimento LGBT, demandando, por parte da academia, teorias e referenciais analíticos em constante mudança e diferenciação.

2. Nancy Fraser: capitalismo, redistribuição e reconhecimento

O discurso político contemporâneo acerca da noção de reconhecimento busca suprir lacunas explicativas das teorias liberais ao privilegiar dimensões da justiça não necessariamente vinculadas a questões redistributivas. Desenvolvido no âmbito do multiculturalismo, dos estudos feministas e da Teoria Crítica, o conceito é mobilizado de maneira diferente no interior de cada tradição teórica, de modo que

os autores buscam articular a ideia de reconhecimento a partir de pressupostos normativos e analíticos distintos. Como representantes da Teoria Crítica, Nancy Fraser e Axel Honneth propõem a ideia de *reconhecimento* tendo em vista a tradição crítica frankfurtiana, buscando enraizar o conceito em dinâmicas sociais à luz de uma emancipação ao mesmo tempo possível e bloqueada pela lógica própria da organização vigente da sociedade. No âmbito da Teoria Crítica, é a orientação para a emancipação da dominação o que permite compreender a sociedade em seu conjunto, exigindo dos teóricos que suas formulações sejam "expressão de um comportamento crítico relativamente ao conhecimento produzido e à própria realidade social que esse conhecimento pretende apreender" (NOBRE, 2003, p. 9).

Fraser (2001) desenvolve sua teoria tendo em vista as demandas de movimentos contestatórios contemporâneos, tanto aqueles organizados em torno da superação de injustiças geradas na estrutura econômica da sociedade, quanto aqueles que lutam em torno de questões de identidade, tais quais o movimento feminista, negro e gay e lésbico. A autora busca conceituar concepções analiticamente distintas e mutuamente irredutíveis de injustiça: a primeira delas como socioeconômica, enraizada na estrutura político-econômica da sociedade; a outra como cultural ou simbólica, arraigada em padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Fraser apresenta, assim, lógicas distintas que caracterizam as lutas sociais, ainda que aponte que, na prática, injustiças econômicas e culturais estejam dialeticamente interligadas, reforçando-se viciosamente.

A ilósofa aponta alguns tipos de reestruturação político-econômica como remédios sociais para o primeiro tipo de injustiça, referindo-se genericamente a eles como "redistribuição". Paralelamente, remédios para o segundo tipo de injustiça envolveriam mudanças culturais ou simbólicas, caracterizados genericamente como "reconhecimento". A partir desta divisão analítica, Fraser passa a considerar heuristicamente as demandas emancipatórias por redistribuição e reconhecimento e as maneiras pelas quais podem reforçar-se mutuamente ou neutralizarem umas às outras.

Presente em toda a relexão da autora está uma crítica aos movimentos identitários contemporâneos que, por meio de falsas totalizações, avançariam unicamente demandas por reconhecimento para a superação das injustiças sociais, deixando de lado reivindicações redistributivas em um cenário de crescimento agudo das desigualdades materiais, mesmo nas economias mundiais mais desenvolvidas (SILVA, 2015). Ao tecer considerações especíicas em relação a demandas gays e lésbicas, no entanto, Fraser as caracteriza em sua análise como tipos ideias de contendas por reconhecimento, de modo que os déicits materiais experimentados por populações com vivências sexuais não-normativas, tais quais limitações no acesso a herança, acesso a saúde e partilha de bens referentes a uniões civis, estariam enraizadas na estrutura cultural-valorativa.

> Nessa perspectiva, a injustiça sofrida é basicamente uma questão de reconhecimento. Gays e lésbicas sofrem de

> heterossexismo: a construção autoritativa de normas que privilegiam heterossexuais. Ao lado disso está a homofobia, desvalorização cultural da homossexualidade. Ao terem sua sexualidade desacreditada, os homossexuais estão sujeitos à vergonha, molestação, discriminação e violência, enquanto lhes são negados direitos legais e proteção igual – todas negações fundamentais de reconhecimento (FRASER, 2001, p. 258).

Fraser argumenta que, ainda que sofram de questões redistributivas, gays e lésbicas não estabelecem uma classe cuja exploração econômica é central para o funcionamento do sistema capitalista contemporâneo. Assim, não ocupariam posição determinada na divisão do trabalho, sendo inclusive contemplados por iniciativas de grandes corporações como Apple e Disney (FRASER, 1998). Em suma, a argumentação vai no sentido de airmar que, ainda que as questões de reconhecimento vinculadas a sexualidades não-normativas tenham implicações materiais especíicas, estas últimas poderiam ser solucionadas pela distensão de padrões culturais que constroem esses sujeitos enquanto abjetos. Apoiando-se nos desenvolvimentos teóricos de Oliver Cromwell Cox, Fraser argumenta que a homofobia estaria mais próxima da lógica do extermínio, tal qual o antissemitismo, do que da lógica da exploração, própria da sujeição que relega a negros e mulheres posições especíicas da esfera produtiva.

Em um momento posterior de sua obra (FRASER, 2000; 2003), a autora introduz a categoria normativa de paridade de participação em um esforço para estabelecer um padrão capaz de julgar demandas contestatórias enquanto justas e injustas e mitigar os efeitos negativos de reiicação identitária e deslocamento da esfera econômica que podemos experimentar ao tomar as demandas de movimentos organizados em torno de identidades especíicas como ponto de partida para uma análise das possibilidades de emancipação inscritas na realidade social. Ainda que a paridade participativa efetivamente nos permita estabelecer critérios normativos-institucionais para a análise das demandas, diagnósticos empíricos ainda devem levar em conta a constituição política de identidades coletivas que dirigem a luta emancipatória na esfera pública, processo este que não ganha atenção especial na construção teórica da autora, tornando-a de certo modo pobre para a análise dos fenômenos de transformação e produção identitária que caracterizaram a trajetória no movimento LGBT brasileiro (FACCHINI, 2005).

Tendo em vista a história deste movimento social à luz da obra de Fraser, podemos explicitar alguns *insights* interpretativos assim como limitações teóricas desta abordagem. Na sua gênese, ao longo dos anos 1970 e, portanto, durante o período da ditadura civil-militar brasileira, o chamado Movimento Homossexual Brasileiro congregou iniciativas diversas referentes a livre expressão sexual e defesa de minorias sexuais, não construídas neste momento de modo particularmente identitário. Acopladas a estas demandas vinculadas ao tema especíico da sexualidade, estavam inextricavelmente presentes reivindicações por reestruturação democrática e

econômica, de caráter tanto anarquista quanto reformista. Assim, como airma Green (2000), a própria observação dos "gritos de guerra" característicos de organizações tais quais o Grupo Somos (SP), "amor, tesão, abaixo a repressão" e "sexo anal contra o capital", deixam antever um posicionamento político que pode ser pensado em conformidade a pautas libertárias mais amplas do que a vivência não-normativa da sexualidade.

> Existia, em verdade, a percepção, apontada por Butler (1997), de um conteúdo heterossexista próprio ao funcionamento do capitalismo, que dependeria de uma certa estrutura sexual de constituição familiar que permitiria não apenas a reprodução de bens, mas a reprodução social de indivíduos conformados ao sistema econômico. O heterossexismo seria indissociável da própria esfera produtiva capitalista, de modo que demandas por reconhecimento não poderiam ser separadas, sequer analiticamente, de demandas redistributivas.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, entretanto, a literatura (SIMÕES, 2010; FACCHINNI, 2005) aponta para mudanças signiicativas no modelo de militância, em direção a constituição do movimento LGBT brasileiro tal qual o conhecemos hoje. O processo de redemocratização e a eclosão da epidemia de HIV-Aids em solo brasileiro, inluenciam a constituição de Organizações Não-Governamentais como modelo associativo privilegiado pelos grupos que lutavam por transformações sociais vinculadas aos padrões de sexualidade. Em associação ao Estado, tais grupos passaram progressivamente de uma pauta de livre expressão sexual e do conceito genérico de minoria sexual para a determinação de identidades a serem privilegiadas por programas vinculados ao Ministério da Saúde e a Organizações Internacionais. O que se observa, em suma, é o abandono de um modelo de militância contestatório nos termos da economia política em favor de um movimento que Fraser classiicaria como identitário.

> Palavras de ordem como "o sexo anal derruba o capital" deram lugar, no cotidiano da militância, a lemas como "é legal ser homossexual". Nesse sentido, o único motivo para continuar considerando o movimento homossexual parte do que se chamou "movimentos alternativos" seria tomar o próprio sujeito do movimento como sendo o que lhe confere caráter alternativo (FACCHINNI, 2005, p.58).

As demandas do movimento LGBT, deste modo, conformam-se a esfera do reconhecimento proposta por Fraser, descrevendo o que a autora classiica como uma ênfase culturalista dos movimentos sociais contemporâneos. Ademais, em *Heterosexism, Misrecognition, and Capitalism: A Response to Judith Butler* (1998), Fraser aponta justamente que as mudanças do capitalismo contemporâneo permitiram que as demandas sociais em torno da sexualidade fossem incorporadas ao sistema econômico de tal maneira a não ameaçar sua reprodução. Em outras palavras, o estágio atual da economia capitalista parece não requerer necessariamente uma estrutura societal heterossexista, permitindo o trabalho assalariado de um número

signiicativo de indivíduos homossexuais. Assim, as desvantagens econômicas das pessoas de sexualidade desprezada seriam melhor entendidas como efeitos das relações de reconhecimento do que imbricadas na estrutura própria da produção.

As propostas da autora parecem oferecer importantes subsídios para interpretar a ênfase simbólica e de revalorização identitária das ações militantes do movimento LGBT brasileiro contemporâneo. Outrossim, é necessário apontar que, ainda que seja possível traçar um conteúdo intrinsecamente ligado a padrões simbólico-culturais para as injustiças vivenciadas pelas populações transexual e travesti, hodiernamente articuladas juntamente com gays, lésbicas e bissexuais na esfera da luta política, as repercussões econômicas de tais injustiças para esse segmento populacional aparecem empiricamente de forma distinta. Estudos acadêmicos (TRIGO, 2008) apontam impedimentos para a inserção de travestis e transexuais no mercado formal de trabalho distintos daqueles vivenciados por indivíduos cisgêneros. Em verdade, a população trans está relegada em grande parte à marginalidade e à prostituição, bem como, em menor número, a algumas ocupações mal remuneradas do mercado da beleza. Deste modo, a análise das condições sociais deste segmento populacional aponta para sua relação com uma posição especíica na esfera econômica, quando não para sua completa exclusão das possibilidades capitalistas de obtenção de renda por meio de trabalho assalariado. Assim, temos que as relexões de Fraser não parecem ser, em sua totalidade, válidas para estes indivíduos. Ademais, este caso em especial nos faz pensar em um conteúdo cissexista do capitalismo contemporâneo, de forma análoga ao que foi observado por Butler quanto ao heterossexismo constituinte deste sistema econômico.

3. Axel Honneth: desrespeito, subjetivação e luta social

As críticas de Nancy Fraser à noção de reconhecimento como princípio normativo voltado a combater injustiças de caráter simbólico, e como tal, incapaz de dar conta das questões de desigualdade que aligem as sociedades contemporâneas, é ilustrada pela recorrência com que a categoria é acionada para estruturar debates envolvendo conlitos multiculturais (KYMLICKA, 1995; TAYLOR, 1994). Axel Honneth (2003a), *contra* Fraser, apresenta a categoria de reconhecimento como não apenas capaz de abarcar demandas redistributivas, mas como necessária para a compreensão destas reivindicações no interior dos processos de luta social (SILVA, 2015).

O autor busca uma atualização, à luz da empiria das ciências sociais contemporâneas, do sistema de eticidade de Hegel, desenvolvido nos *escritos de Jena*. Assim, não propõe o reconhecimento como um tipo particular de demanda política, mas como fonte motivacional de processos políticos mais amplos, sejam eles vinculados a experiências de injustiça e desrespeito de caráter tanto simbólico quanto material.

> (...) the conceptual framework of recognition is of central importance today not because it expresses the objectives of

> a new type of social movement, but because it has proven to be the appropriate tool for categorially unlocking social experiences of injustice as a whole. It is not the particular, let alone new, central idea of oppressed collectives - whether they are characterized in terms of "diference" or "cultural recognition" - that is now to provide the basis for the normative framework of a theory of recognition. Rather, what gives rise to - indeed compels - such a categorial revision are the indings that have been compiled concerning the moral sources of the experience of social discontent. (HONETH, 2003b, p. 133)[4].

4 (...) a estrutura conceitual do reconhecimento toma uma importância central nos dias de hoje não porque expressa os objetivos de um novo tipo de movimento social, mas porque comprovou conter ferramentas

Honneth busca o enraizamento de sua teoria não nas demandas expressas por grupos organizados de militantes que atuem ativamente na esfera pública, mas no potencial emancipatório das experiências morais de desrespeito sofridas por indivíduos em seu processo de construção de identidade (HONNETH, 2007). Assim, desenvolve um referencial político-ilosóico capaz de servir de base para um modelo conceitual uniicado do sujeito individual e social. O autor procura por em perspectiva as hipóteses darwinistas e utilitaristas, expressas como concorrência pela autopreservação e por bens escassos, que frequentemente dominam o repertório analítico da política em favor de uma teoria social de cunho normativo em que a mobilização individual e coletiva dá-se em torno de sentimentos morais de injustiça perante a denegação de expectativas de reconhecimento socialmente arraigadas. Deste modo, encontra um referencial conceitual que permite a apreciação do engajamento de indivíduos que não atuam na política proissional em processos de contestação muito custosos e que com frequência não se revertem em benefícios quantitativamente mensuráveis aos atores. Entretanto, atenta para o fato de que não se trata de substituir o modelo utilitarista pelo baseado na teoria do reconhecimento, mas de complementá-lo: "pois permanece sempre uma questão empírica saber até que ponto um conlito social segue a lógica da persecução de interesses ou a lógica da formação da reação moral" (HONNETH, 2003a). Neste ponto, a continuidade das ações militantes do movimento LGBT brasileiro mesmo em face de esparsas conquistas políticas em âmbito federal, especialmente no período anterior a 2000, coniguram importante aspecto para a mobilização de uma teoria da ação de matriz honnethiana no estudo deste ator.

Honneth concebe o processo de subjetivação íntima e política dos indivíduos enquanto inscritos em três dimensões do reconhecimento nas quais desenvolvem-se pretensões de justiça. Trata-se da elaboração de uma normatividade *mundana,* trabalhada pelas próprias vivências inter-relacionais dos indivíduos, não conigurando uma categoria deontológica abstrata. Essas dimensões, quais sejam, amor, direito e solidariedade, conduzem a construção teórica do autor ao explicitar o vínculo entre a autorrealização pessoal e a inserção do sujeito em redes de socialização afetivas, jurídicas e de estima social (SILVA, 2015).

Ao descrever o processo pelo qual uma experiência subjetiva de frustração moral pode dar forma a uma luta social mais ampla, Honneth fornece instrumentos teóricos para analisar o movimento LGBT brasileiro em uma perspectiva histórica. A luta social conigura um processo político no qual vivências individuais de desrespeito são "interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de modo que podem inluir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento" (HONETH, 2003a, p. 257). Assim, a construção de uma identidade coletiva, organizada em tono de um movimento social, não se dá em

categoriais apropriadas para descortinar as experiências de injustiça como um todo. Não é a ideia particular de "coletividades oprimidas" – independentemente de serem ou não caracterizadas nos termos da "diferença" ou do "reconhecimento cultural" – que procura prover atualmente as bases para a estrutura normativa de uma teoria do reconhecimento. Ao invés disso, o que dá origem – e de fato compele – a uma tal revisão categorial são as inúmeras descobertas já compiladas concernentes às fontes morais da experiência de descontentamento social.

termos de autenticidade nem de forma autorreferente. A identidade forma-se e transforma-se na dinâmica própria do conlito social, constituindo uma ponte semântica entre as inalidades impessoais do movimento e a vivência privada da lesão moral.

O arcabouço analítico desenvolvido por Honneth permite-nos, então, inscrever nos processos de luta por reconhecimento a dinâmica política de produção de identidades coletivas, determinante para a compreensão do movimento LGBT, como apontam as obras de Facchinni e Aguião. Silvia Aguião (2015) adota a perspectiva de que a sigla LGBT recobre uma espécie de "coletividade imaginada", um "nós comum" que envolve um processo de produção de fronteiras, limites e adaptações de signiicados que virão a conformar a aparência dessa imaginação. Em termos honnethianos, podemos interpretar tais processos como adaptações semânticas e disputas sociais que determinam, em cada realidade social e histórica, a forma coletiva como indivíduos organizam publicamente disputas motivadas por experiências análogas de desrespeito.

Facchinni (2005) destaca a importância da noção de que um movimento social envolve a criação de uma comunidade que compartilha carências. A autora aponta, entretanto, uma certa tendência teórica a fundamentar esse compartilhamento em um atributo essencial, obscurecendo o caráter construído de aliança política circunstancial. Mobilizando a obra de Frederick Barth, lembra que identidade política do movimento LGBT brasileiro deve ser entendida em termos relacionais, levando em conta os padrões sociais e institucionais em que está inscrito, e não por uma característica essencial que o grupo se auto-atribui independentemente de qualquer situação.

Honneth desenvolve ainda a noção de um valor intrínseco dos processos de luta social, que independe da consecução dos objetivos professados por um determinado movimento. O autor aponta que o engajamento do sujeito na disputa

política "restitui ao indivíduo um pouco do seu autorrespeito perdido, visto que ele demonstra em público a propriedade cujo desrespeito é experienciado como uma vexação" (HONNETH, 2003a, p. 260). A luta social não é, nesta medida, apenas um meio prático de demandar padrões ampliados de reconhecimento, mas um meio de retirar os indivíduos de uma situação de rebaixamento passivamente tolerado em direção a novas possibilidades de autorrelação. Abre-se, por meio da ação política, um *locus* em que o indivíduo pode experimentar indiretamente o valor moral e social de si próprio. Tal aspecto da teoria honnethiana ilumina analiticamente alguns relatos empíricos acerca do movimento LGBT brasileiro que destacam seu caráter de vivência e aliança para além dos objetivos estritamente políticos. Acerca do Grupo Somos de São Paulo, por exemplo, Simões airma:

> Essa experiência adquiriu grande importância para muitos participantes, que encontraram no grupo uma fonte crucial de relações de afeto, amizade e apoio emocional, que não raro perduraram fora dele. Era bastante disseminado o sentimento de ter encontrado a própria turma, de se considerar "casado com o grupo" (SIMÕES, 2010, p. 20).

Deste modo, podemos entender as práticas de militância como produtoras de efeitos pedagógicos, ou seja, práticas que investem de signiicados aqueles que os praticam. No limite, essas práticas ensinam os sujeitos a ser quem são e a reconhecerem-se enquanto tais, aproximando o fazer militante a uma pedagogia cultural (KVELLER, ZAGO, 2013).

4. Conclusão

A mobilização das teorias do reconhecimento de Axel Honneth e Nancy Fraser fornecem, cada uma à sua maneira, referenciais analíticos que permitem descrever aspectos da trajetória do Movimento LGBT brasileiro em um vocabulário próprio da Teoria Política. A obra de Fraser possibilita descrever as maneiras pelas quais as mudanças contemporâneas no capitalismo deslocam a militância em torno da sexualidade para o campo simbólico, ao incorporar dispositivos que permitem ao sistema econômico conviver com vivências não-heterossexuais. Ainda assim, certos limites para a abordagem da autora parecem emergir no que diz respeito às populações transexuais e travesti.

Axel Honneth, por outro lado, propõe uma teoria uniicada do sujeito individual e coletivo em que a construção identitária do movimento social é compreendida como uma semântica que articula coletivamente experiências de desrespeito individuais tidas como análogas. Ademais, a proposta deste autor nos parece adequada para o enquadramento das ações militantes para além de um quadro analítico utilitário, dando a devida importância ao engajamento político como vivência social capaz de antecipar relações de reconhecimento entre os sujeitos

articulados em torno do Movimento LGBT, na medida em que incentiva novas possibilidades de autorrelação.

Referências Bibliográicas

AGUIÃO, Silvia. Não somos um simples conjunto de letrinhas: disputas internas e (re) arranjos da política LGBT. *Cadernos Pagu*, 2016, n. 46, p. 279-310.

BUTLER, Judith. Merely cultural. *Social text*, 1997, n. 52/53, p. 265-277.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas*. Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990, 2005, v. 90, p. 20.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé. *Democracia hoje*: novos desaios para a teoria democrática contemporânea. Editora UnB, 2001, p. 245-282.

FRASER, Nancy. Heterosexism, misrecognition and capitalism: a response to Judith Butler. *New Left Review*, 1998, n. 228, p. 140.

FRASER, Nancy. Social Justice in e Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition?*: a political-philosophical exchange. Verso, 2003b.

FRASER, Nancy. Rethinking recognition. *New left review*, 2000, v. 3, p. 107.

GREEN, James. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, Campinas, 2000, vol. 15, p. 271-295.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conlitos sociais. Ed34, 2003a.

HONNETH, Axel. Redistribution as recognition. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition?*: a political-philosophical exchange. Verso, 2003b.

HONNETH, Axel. *Disrespect*: the normative foudations of Critical heory. Cambridge: Polity, 2007.

KYMLICKA, Will. *Multicultural citizenship*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

KVELLER, D. B.; ZAGO, L. F. *Militâncias possíveis* - o caso do movimento LGBT brasileiro. In: Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação, 2013, Canoas. Nas contingências do Espaço-Tempo. Canoas: ULBRA, 2013. p. 1-11.

NOBRE, Marcos. Introdução. In: HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conlitos sociais. Ed34, 2003.

SILVA, Felipe Gonçalves. Intersubjetividade e Conlito. O reconhecimento e seus usos no pensamento político contemporâneo. In: MELO, Rurion; CALDEIRA RAMOS, Flamarion; FRATESCHI, Yara. *Manual de Filosoia Política*. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

SIMÕES, Júlio. Uma visão da trajetória do movimento LGBT no Brasil. In: POCAHY, Fernando (org.). *Corpo e prazer*: políticas de enfrentamento ao heterossexismo. Porto Alegre: NUANCES, 2010, p. 13-33.

SOBOTTKA, Emil Albert. *Reconhecimento*: novas abordagens em Teoria Crítica. São Paulo: Annablume, 2015.

TAYLOR, Charles. he Politics of Recognition. In: _____ (et ali). *Multiculturalism*: examining the politics of recognition. Princenton: Princenton University Press, 1994, p. 25-73.

TREMBLAY, Manon; PATERNOTTE, David; JOHNSON, Carol (Ed.). *he lesbian and gay movement and the state*: Comparative insights into a transformed relationship. Ashgate Publishing, Ltd., 2011.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil.
Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, Set. 2008, v. 24, n. 9, p. 2195-2196.

EQUIDADE DE GÊNERO, IDEOLOGIA E RELIGIÃO CRISTÃ NA CONTEMPORANEIDADE

Magner Miranda de Souza[1]

Segundo Descartes, em O Discurso do Método o im último do homem é torna-se *"maître et possesseur de la nature"*. O homem se tornou sujeito, senhor de uma subjetividade ordenadora. A possibilidade de ter em mãos um instrumento tão eiciente na busca da verdade – o método – tornou o homem livre para dominar seu próprio destino. Porém, por outro lado, o fez cativo de sua própria descoberta. Pois o homem enquanto tal é um objeto da natureza ou está "mergulhado" nesta e, por isso mesmo, corre o risco de ser dominado em todos os seus aspectos físicos, psíquicos, relacionais, sociais, históricos e econômicos. Segundo ele, a subjetividade tem por destino tornar-se objetidade.

A presença, airma Heidegger (1987), é entendida pela sua possibilidade de representação através de um sujeito. A presença não é mais tomada como o que é dado a partir de si mesma, mas como aquilo que se contrapõe ao sujeito pensante, como é objetivado para dentro de mim. Esta experiência do ente só existe a partir de Descartes, isto é, desde que o homem alçou a condição de sujeito. Assim, ao chegar ao im do Discurso qualquer ser da razão percebe que é um sujeito pensante devido à alteridade, por diferenciação aos outros seres e objetos da natureza e que não são mais as sagradas escrituras, nem sua fé incondicional em Deus que irá direcioná-lo na busca de qualquer conhecimento seguro sobre as coisas do mundo. Dessa forma, o homem, sujeito, *res cogitans,* tornou-se livre para ele mesmo, e a partir de si mesmo, pode julgar, avaliar, investigar e dominar a natureza segundo a ordem das razões.

O psicologismo e o desenvolvimentismo ainda parecem sustentar as posições mais radicais dos grupos religiosos que pretendem debater a questão da ideologia de gênero externamente ao discurso puramente religioso, respaldando-se em teorias mais tradicionais do desenvolvimento humano, privilegiando a permanência do ser, vis-à-vis a ressurreição de Cristo e de todos os salvos no futuro. Na obra de Winnicott, por exemplo, o vir a ser, está relacionado a uma subjetividade pessoal apoiada pelo cuidado ambiental, tornando-se o ponto central da estabilidade do ser, revelando e contrastando o normal do anormal. Winnicott airma:

> Com "o cuidado que ele recebe de sua mãe" cada lactente é capaz de ter uma existência pessoal, e assim começa a construir o que pode ser chamado de continuidade de ser. Na base dessa continuidade de ser o potencial herdado se desenvolve gradualmente no indivíduo lactente. Se o cuidado materno não é suicientemente bom então o lactente não

1 Mestrando em Psicologia na Puc Minas, gestor do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual da Secretária Municipal de Educação de Belo Horizo-nte.

> chega à existência, uma vez que não há continuidade de ser; ao invés a personalidade começa a se construir baseada em reações às intrusões do meio. (WINNICOTT, D. W. 1960 p. 54.)

Não se trata apenas de saber como o bebê pode ser considerado normal, ou de saber quais tipos patologias emocionais pode sofrer uma pessoa com um início problemático, mas antes de apontar a importância do continuar a ser: "Este estado de ser pertence ao lactente e não àquele que o observa. Continuidade de ser é saúde". Trata-se, antes de tudo, de ser e não de fazer: "Assim eu retorno à máxima: Ser antes de Fazer [*Be before Do*]. O ser deve desenvolver-se por trás [*behind*] do fazer". (WINNICOTT, D. W. 1970 p. 42.) "Um ser humano é uma mostra temporal da natureza humana." *[A human being is a time-sample of the human nature.]* (WINNICOTT, D. W. 1970 HN, p. 11.)

Para Winnicot, o psíquico diz respeito a um acontecer temporal referente aos diferentes momentos do amadurecimento pessoal e está alicerçado na existência corporal, o soma. Amadurecer não quer dizer mais do que aquilo que se espera acontecer. (...) "no início, há apenas um bebê potencial que precisa tornar-se real" (DIAS, 1998, p. 97). Com a única exceção da tendência à integração, todas as características possíveis precisam ser criadas. O ser está aberto ao devir. Assim, se em Heddeiger o fazer vai consolidando formas do ser no mundo, para Winnicot, a permanência do ser torna-se o ponto de convergência de uma ontologia que o levará de um início a um im como pessoa coerente, estabelecendo, juntamente com os desenvolvimentistas, bases para uma reatualização da dita "lei natural" postulada pela igreja católica.

A religião da época pré Iluminista não postula um sujeito pensante e não o representa, sua ontologia teocêntrica buscará nas fontes do Mito (entendido como narrativas religiosas) as explicações possíveis para todo tipo de fenômeno que atinja o mundo humano. Assim, após o Iluminismo, percebemos uma mudança radical de foco na ontologia do ser que caminha da preocupação moral com o pecado e de sua destinação no pós vida, à objetivação de sua subjetividade e preocupação com o domínio da natureza. Não mais se compartilha da natureza, dominando-a por ordem divina, mas separa-se de uma natureza compartilhada com o humano e dicotomiza-se a relação a partir do sujeito-objeto. O fazer passa a ser o fazer-se no tempo e na manutenção de uma regularidade do ser. Em certo momento, passa-se de uma ontologia no divino para uma ontologia no familiar, no cotidiano, desembocando em uma desconiança na metafísica e na própria ontologia clássica. Os fenômenos religiosos passam a ter motivações sociais, econômicas e psicológicas muito distantes dos textos sagrados. Olson (1977) atribuirá essa capacidade de relexão à invenção da imprensa, expansão do letramento e interpretação hermenêutica a partir da reforma

protestante. Apenas a partir da escrita pudemos reletir sobre o ato de escrever e sobre o ato de pensar em si, tornando-se claro para o pensante as relações iteracionais e os possíveis objetivos que permeiam a mente dos autores dos discursos, enfraquecendo-se a metafísica do discurso religioso. O pensamento torna-se objeto. A partir das teorias de análise do discurso e das teorias críticas literárias modernas, ica impossibilitada uma leitura ingênua ou anacrônica dessa epígrafe sem uma relexão mais profunda.

Após a Segunda Guerra Mundial, a religião cristã tornou-se o palco de disputa de exegetas das origens dessa religião. Na história das mentalidades tornou-se uma espécie de índice de sociedades passadas, marcada pelos estudos etnológicos. Tomando a prática como possível de mensuração quantitativa da religião, a sociologia faz ressurgir na ciência a organização histórica da dogmática cristã, acentuando a clivagem entre gestos objetivos e crença subjetiva. No século XVII, com o amadurecimento e estabilização do protestantismo a crença começa a se dissociar da prática, acentuando com o desenvolvimento do pensamento iluminista e a Revolução Francesa. Os reformistas desconiam das doutrinas e insistem nos atos sociais. Surge uma valorização cientíica da signiicação social do dogma, uma vez remetido aos "preconceitos" desmistiicados pelo progresso ou às convicções privadas impossíveis de introduzir numa análise científica. A posição sociológica recrudesce a divisão entre os fatos religiosos sociais, como fatos objetivos, e as doutrinas que pretendiam explicar-lhes o signiicado. (LE GOFF, Jacques et NORA, Pierre ,1974, pp. 25-50)

Este é o momento da subjetivação do signiicado da experiência ou do fenômeno religioso. Para uma Europa hegemonicamente cristã, o conhecimento se torna um diferenciador entre os limites culturais entre católicos e reformados (que insistiam nas escolas dominicais e na leitura do texto bíblico em linguagem vernácula), como também limitadores de classe, amalgamando certas posturas anti iluministas à ignorância, à delinquência e a marginalização. As ideias tornam-se uma mediação entre o Espírito (Geist) e a realidade sociopolítica. Essas ideias supõem uma consciência de seu próprio tempo o *Zeitgeist*. Lévi-Strauss (1958) chamará a isso de a sociedade pensada em oposição à sociedade vivida.

No século XVIII, o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil são três grandes códigos que regem as práticas sexuais, centrando-se nas relações matrimoniais, conforme nos indica Foucault. Eles estabelecem os limites das práticas lícitas e ilícitas. Como as regras e recomendações visavam principalmente a relação matrimonial, o que não pertencia a ela, continuava mais difuso e faltava especiicações. É nesse sistema da aliança legítima que:

> (...) a explosão discursiva dos séculos XVIII e XIX provocou duas modiicações. Em primeiro lugar, um movimento centrífugo em relação à monogamia heterossexual (...) Em compensação o que se interroga é a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios, as

> obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas. ((FOUCAULT, 1988, p. 17)

Segundo Certeau (1992) o termo ideologia não mais convém para designar a forma sob a qual a signiicação ressurgiu na ótica do historiador. O uso corrente deste termo data do momento em que a linguagem se objetivou; quando, reciprocamente, os problemas de sentido foram deslocados do lado da operação e colocados em termos de escolhas históricas investidas no processo cientíico. Ela transforma a pesquisa em operações interpretativas. Assim como o discurso, hoje, não pode ser desligado de sua produção, tampouco o pode ser a prática política, econômica ou religiosa, que muda as sociedades e que, num momento dado, torna possível um determinado tipo de compreensão ou conhecimento.(p.34) A marca das compartimentações sócio ideológicas é particularmente visível na historiograia religiosa em que certas tendências ilosóicas são ixadas e realçadas em detrimento de outras, consideradas heréticas ou condenáveis, provocando um ixismo historiográico e a reprodução indeinida de cortes formais, mesmo quando uma nova etapa no conhecimento cientíico faz surgir uma nova visão, ou mesmo comprova o seu oposto.

Segundo Pêcheux (1998 p. 144), "as ideologias não são feitas de 'ideias' mas de práticas", e as ideologias diferenciam-se da Ideologia. O conceito de "Ideologia em geral", para o autor, permite pensar "o homem" como "animal ideológico", diferenciando-se de "coisas", "máquinas", "animais" ou "anjos". Assim, "só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos", conforme o autor:

> (...) enquanto "as ideologias têm uma história própria, uma vez que elas têm uma existência histórica e concreta, a "Ideologia em geral não tem história", na medida em que ela se caracteriza por "uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica, isto é, omni-histórica, no sentido em que esta estrutura e este funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda história, no sentido em que o Manifesto deine a história como "história da luta de classes, ou seja, história das sociedades de classe".

Pêcheux investiga de que maneira o sujeito é capaz de contrariar causas que o determinam e que o apreendem no âmbito da teoria e da prática. No entanto, conforme ele mesmo reconhece no texto "Só há causa daquilo que falha..." (1998), há "erro", "desvio" e "equívoco" na abordagem feita sobre qualquer sujeito. Segundo Pêcheux (ibidem, p. 300): "(...) levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les vérités de La Palice.*" (expressão francesa que signiica: evidência tão clara que se torna ridículo não enxergá-la). Para o autor, o sujeito foi confundido ao ego como "forma-sujeito" da ideologia jurídica, retomando o funcionalismo e enfatizando a consciência como

poder uniicador. Entretanto, "o *non-sens* do inconsciente (...) nunca é inteiramente recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto (...)" (p. 300), mas através de uma "pulsação", o *non-sens* "não para de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar" p. 300). O sentido é produzido no non-sens "pelo deslizamento sem origem do signiicante" (p. 300), deixando marcas na constituição do sujeito-ego da "forma sujeito" ideológica.

Balkin (1998) propõe que a ideologia seja identiicada como aquele discurso ou maneira de pensar que ajuda na manutenção das condições de uma injustiça social:

> To understand what is ideological, we need a notion not only of what is true but also of what is just. False beliefs about other people, no matter how mistaken or unlattering, are not ideological until we can demonstrate that they have ideological efects in the social world. [p. 105]
>
> (Para entendermos o que é ideológico, precisamos de uma noção não somente do que é verdadeiro, mas também do que é justo. Crenças falsas sobre outras pessoas, não importando o quanto sejam enganosas ou elogiadoras, não são ideológicas até que possamos demonstrar que elas tem efeitos ideológicos no mundo social.)

Jacques Alain Miller (2013), a respeito da posição contemporânea do Vaticano em relação ao casamento homossexual e o conceito de natureza, lei natural e ecologia familiar, dirá:

> A natureza deixou de ser crível. Desde que a sabemos escrita em linguagem matemática, o que ela diz conta cada vez menos, ela se retira, cede lugar a um real tipo Bóson de Higgs que se presta ao cálculo, não à contemplação. O ideal da justa medida não é mais operatório. Se a ciência veicula a pulsão de morte que habita a humanidade, creem vocês que um comitê de ética, mesmo inter-religioso, possa represá-la? Isto, hoje, é o patético da fé. Escutemos o poeta, quando ele se chama Paul Claudel: "Há outra coisa a dizer às gerações futuras além desta palavra enfadonha: 'tradição'".

Em relação à crença religiosa e do discurso oicial da igreja em relação à ontologia do mito de Adão e Eva, mesmo que metafóricos, é importante ressaltar que na perspectiva da construção social de gênero, a construção de uma expressão identitária reproduz mecanismos de poder de estratégias de controle e dominação para instituir categorias. Isso porque as identidades classiicam e identiicam o sujeito em posições, o que de certa forma o aprisionam, pois aquilo que é classiicado e identiicado diz respeito a um conjunto de características gerais, mas nunca recobre completamente os sentidos que cada sujeito constrói e reconstrói numa dada posição.

Assim, a igreja irá manter, em seus cânones, a teoria de uma lei natural que rege as identidades de homem e de mulher.

Já a partir das Conferências Internacionais do Cairo e de Beijing, respectivamente em 1994 e 1995, a hierarquia católica passa a combater os estudos feministas e as teorias de gênero, de forma sistemática, culminando nos relatórios dos concílios episcopais de 2013 a 2014. O cardeal Angelo Bagnasco, Arcebispo de Gênova e presidente da Conferência Episcopal Italiana, utiliza a expressão ditadura do gênero e convida os pais a rebelar-se contra ela:

> É a leitura ideológica do 'gênero' uma verdadeira ditadura que quer anular a diversidade, homologar tudo até tratar a identidade do homem e da mulher como puras abstrações. É de perguntar-se com amargura se se quer fazer da escola 'campos de reeducação', de 'doutrinação'. Mas os pais ainda têm o direito de educar os próprios ilhos, ou foram desautorizados de fazê-lo? Pediu-se a eles não apenas consentimento, mas antes a permissão explícita? Os ilhos não são materiais de experimentação nas mãos de ninguém, nem mesmo de técnicos ou de ditos especialistas. Os pais não se deixem intimidar, têm o direito de reagir com determinação e clareza: não há autoridade que tenha esse direito (ADISTA ONLINE, 05 de abril 2014, s/p.).

Outra nota digna de atenção também pode ser citada:

> [O conceito de gênero] Nega, desta forma, o instinto natural das meninas à maternidade e aos homens, sua necessidade de trabalhar fora de casa a im de melhor sustentar a família.Se o homem brinca de bola e sente necessidade de trabalhar fora de casa a im de melhor sustentar a família ao passo quos inatos, mas apenas se acomodando ao desejo elitista de uma tradição opressora que deve ser rompida a qualquer momento. (CNBB, 2014, s/p.).

Para tentarmos compreender os mecanismos discursivos e as estratégias que trabalham no convencimento contra as teorias de gênero, podemos recorrer a hompson (1995, p.14) que assinala, em seu trabalho sobre "ideologia e Cultura", a importância de compreender as desigualdades, manifestando-se em vários planos: político, cultural e econômico. As desigualdades passam pelo plano simbólico no entrecruzamento com as relações de poder. hompson faz uma indagação "de que maneira o sentido serve para estabelecer e sustentar as relações de dominação?"

> "Estamos interessados do que podem ser chamados usos sociais das formas simbólicas...em que medida e como (se for o caso) as formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar as relações de dominação nos contextos sociais em que elas são produzidas, transmitidas e recebidas". (...)

> "formas simbólicas através dos quais nós nos expressamos e entendemos os outros não constituem um outro mundo, etéreo que se coloca em oposição ao real: ao contrário, elas são parcialmente constitutivas do que em nossas sociedades é real" (hompson, 1995, pp.18-19).

Esses dois verbos "estabelecer e sustentar" são fundamentais na concepção deste autor que atribui o mesmo valor às bases material e simbólica na produção de relações de dominação. Isto é, o sentido é construído e constrói relações sociais. Assim, poderíamos deduzir que, o sentido que constrói relações sociais, estabelece e sustenta formas simbólicas como os signiicados de homem/mulher;masculino/feminino;gênero, orientação sexual, identidade de gênero e que apesar de poderem conter inúmeras possibilidades de sentido, estabelecem e sustentam várias relações sociais na manutenção de relações de dominação de gênero, através dos valores atribuídos socialmente a cada papel desempenhado, através do recorte histórico vivenciado e de processos de valorização dos diversos sentidos construídos nas relações sociais.

Esse autor propõe uma modiicação na conceituação de cultura presente nas ciências sociais, acentuando que os fenômenos culturais, podem ser vistos como formas simbólicas em contextos estruturados, implicando que estas "podem tornar-se objetos de processos complexos de valorização, avaliação e conlito "conferindo às formas simbólicas determinado "valor" simbólico e econômico, segundo são prezadas ou desprezadas e quanto à sua valoração de trocas. (hompson,1995, p. 23). hompson (1995) postula a dominação quando relações estabelecidas de poder são sistematicamente assimétricas, sejam de gênero, classe ou etnia, estado, nação, estruturando as instituições sociais e os campos de interação.

Para ele, é importante resgatar a trajetória do conceito de ideologia, pela sua importância na construção de sentido social e cultural, pois se os signiicados, são inerentes a cada cultura, podem existir vários sentidos, dependendo do contexto social e do valor atribuído na construção de relações sociais, estabelecendo e sustentando relações de dominação:

> formas simbólicas não são meramente representações que servem para articular ou obscurecer relações sociais ou interesses que são constituído fundamental e essencialmente em um nível pré-simbólico: ao contrário, as formas simbólicas estão, contínua e criativamente, implicadas na constituição das relações sociais como tais... Proponho conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação... (hompson, 1995:78-79).

Essa proposta teórica relaciona sentido e poder, sustentando-se mutuamente nas relações sistematicamente assimétricas.

> Na reformulação do conceito de ideologia procuro reenfocar esse conceito numa série de problemas que se referem às inter-relações entre sentido (signiicado) e poder...o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (signiicado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas- que eu chamarei de relações de dominação. Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é sentido a serviço do poder. (hompson,1995, pp.15-16)

O gênero, segundo hompson (1995, p. 378) é uma "das assimetrias mais importantes e permanentes nas sociedades modernas porque é uma dos elementos estruturantes das instituições sociais e do campo da interação", considerando que o tandem masculino/feminino constituem também campos estruturados das relações de poder.

Para ele as relações de dominação não se esgotam nas hierarquias de classe, mas incluem também outros sentidos e tipos de dominação, tais como as relações estruturadas entre homens e mulheres, entre um grupo étnico e outro, ou entre Estados-nação hegemônicos e outros Estados-nação. hompson, estabelece o *modus operandi* da ideologia. A "legitimação", na qual as relações de dominação, podem ser estabelecidas e sustentadas, pelo fato de serem representadas como legítimas, como justas e dignas de apoio.

> a representação das relações de dominação como legítimas pode ser vista como uma exigência de legitimação que está baseada em certos fundamentos, expressa em certas formas simbólicas e que pode, em circunstâncias dadas, ser mais ou menos efetiva... estratégias de legitimação podem também ser expressas através da estratégia de narrativização: essas exigências estão inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável... (hompson, 1995, pp.82-83).

Baseando-se na teoria de Max Weber, ele distingue três tipos de fundamentos sobre os quais, airmações de legitimação, podem estar fundadas: Fundamentos racionais (apelo às legalidades das regras); fundamentos tradicionais (apelo à santidade das tradições imemoriais) e fundamentos carismáticos (apelo ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça autoridade).

Outro modo de operação da ideologia é a Uniicação, a construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos, numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los.

Também podemos citar a Reiicação, que envolve a eliminação ou ofuscação

do caráter sócio histórico dos fenômenos. A reiicação envolve "o restabelecimento da sociedade sem história no seio da sociedade histórica "(hompson, 1995, p.88). As estratégias referentes, a esse modo de operação, são:

- Naturalização: uma criação social e histórica pode ser tratada como um
acontecimento natural ou como resultado inevitável de características naturais.

- Eternalização: os fenômenos sócio históricos são esvaziados de seu caráter histórico e são apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes. Para Scott (1991) este elemento está relacionado "à noção de ixidade, de imutabilidade, que leva à aparência eterna na representação binária dos gêneros" (Scott ,199, p. 15). Essa estratégia é importante pois aponta, para o fato, de como os costumes, tradições e instituições:

> Parecem prolongar-se indeinidamente em direção ao passado, de tal forma que todo traço de sua origem ica perdido e todo questionamento sobre sua inalidade é inimaginável, adquirem então uma rigidez que não pode ser facilmente quebrada. Eles se cristalizam na vida social, e seu caráter aparentemente a-histórico é reairmado através de formas simbólicas que, na sua construção, como também na sua pura repetição, eternalizam o contingente (hompson, 1995, p. 88).

Em sua compreensão de Adorno, Butler (2005, p. 3-4) airma que o *ethos* coletivo é sempre um *ethos* conservador, postulando uma falsa unidade para suprimir diiculdades e descontinuidades que existem em cada *ethos* contemporâneo. Se essa descontinuidade não é resolvida, o *ethos* não é compartilhado, como queria Hegel, sendo imposto em seus objetivos através de meios violentos. Para a autora, o *ethos* coletivo instrumentaliza a violência para manter a aparência de coletividade. Isto pode ser percebido na tentativa de se manter a hegemonia do discurso religioso sobre e acima do discurso cientíico ou ilosóico na luta contra as teorias de gênero.

Butler irá airmar em *Gender trouble* (1990) que o gênero é performativo, o que signiica que gênero só existe quando atuado. Ela rejeita, a partir dessa proposição, um núcleo interno psicológico ou essencial de gênero, como exposto pelas teorias românticas expressivistas que airmavam que, inato ou socialmente construído, o gênero se torna uma parte inalterável da subjetividade de alguém ainda em tenra infância, o que não parece compatível com a teoria freudiana da solução edípica a qual ela recorre. Segundo Butler, uma icção de coerência heterossexual é imposta às descontinuidades de gênero. À pergunta, como essa coerência é internalizada pelo sujeito, se imposta de fora, Butler alegará que a coerência é desejada e idealizada e que essa idealização provoca um efeito de signiicação corporal. Gestos, desejo, performance provocam um efeito como se fosse substância psicológica, mas na verdade ocorrem na superfície do corpo, por isso são performativos, ou seja, a

essência ou identidade que eles perpetram são fabricações suportadas por traços corpóreos e meios discursivos. homas Laquer (1990), demonstra em sua genealogia das mudanças cien-
tíicas do conceito de sexo e contextos sociais propícios, que modelos de sexo vão do modelo único dos gregos: mulheres são iguais a homens, mas inferiores; passando pelo Renascimento com o im da hierarquização e terminando no Iluminismo com o modelo de dois sexos: mulheres são diferentes e complementares aos homens: resultado de mudanças epistemológicas e políticas de uma nova visão do cosmos e da natureza em que o sexo pode ser visto como algo do sensível e corporal, com foco na maternidade. Apesar de o Iluminismo não encontrar razões, seja na lei divina, seja natural ou cósmica para que haja hierarquização entre senhor e escravo, rei e súdito, homem e mulher, a visão utilitarista das funções maternas mantém, ainda, a mulher fora do contrato social. Desde então, até o pós Iluminismo romântico com os períodos Vitorianos da mulher doméstica e maternal, culminando no século XIX e na intransponibilidade da diferença a partir dos dados médicos positivistas.

Acompanhando Laquer, podemos dizer que a rejeição prematura de uma divisão sexo/gênero devido à construção social do sexo deve ser cautelosa, pois ambos os conceitos são construídos socialmente e a distinção entre eles ocorre em períodos modernos da história. Por isso modelos universalistas de um ou outro, seja psicanalítico, sociobiológico ou religioso que tentem priorizar um ou outro, ou tornar mais um ou outro como base fundante, deve ser evitado.

No entanto, Butler (2003, p. 164), interpretando Monique Wittig, nos diz que, para essa autora, "(...) não há razão para dividir os corpos humanos em sexos masculino e feminino, exceto que uma tal divisão é adequada às necessidades econômicas da heterossexualidade, emprestando um lustro naturalista à sua instituição". Ainda citando a autora, ela diz que "Em 'Paradigm', (...) Wittig considera que a derrubada do sistema binário daria início a um campo cultural de muitos sexos.(p. 172)" Analisando Wittig e Beauvoir, Butler (p. 183) conclui que, para as autoras:

> ser mulher é tornar-se mulher, mas, como esse processo nada tem de ixo, é possível tornar-se um ser que nem a categoria de homem nem a de mulher descrevem verdadeiramente. Não se trata aqui de androginia e nem de um hipotético 'terceiro gênero', tampouco é questão de uma transcendência do binário. Trata-se, ao invés disso, de uma subversão interna, em que o binário tanto é pressuposto como multiplicado, a ponto de não mais fazer sentido (BUTLER, 2003 p. 183).

Butler(2003), conirma essa incredulidade em um status natural para a sexualidade e sua co-relação com o conceito de gênero, airmando:

> Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido deinir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser

> meramente concebido como a inscrição cultural de signiicado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual "a natureza sexuada" ou "um sexo natural" é produzido e estabelecido como "pré-discursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. (...) Assim, como dever a noção de gênero ser reformulada, para abranger as relações de poder que produzem o efeito de um sexo pré-discursivo e ocultam, desse modo, a própria operação da produção discursiva?O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, airmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um telos normativo e deinidor. (BUTLER, 2003, p. 25-6)

Nessa perspectiva, a autora defende a ideia de que não existe "identidade de gênero" anterior às próprias expressões de gênero. Assim, "essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias "expressões" tidas como seus resultados" (BUTLER, 2003, p. 48).

Estamos diante de um fenômeno paradoxal. De um lado a psicologia mais tradicional e ligada às teorias desenvolvimentistas não consideraram integralmente e não empreenderam uma revisão crítica de grande porte de suas teorias após o construcionismo, o sócio interacionismo, as epistemologias feministas e as teorias de gênero. Dessa forma elas abrem caminho, sem propósito explícito, para interpretações equivocadas de grupos conservadores, principalmente religiosos. Por outro lado, esses grupos religiosos mais conservadores e, vale ressaltar, não hegemônicos dentro das diversas denominações cristãs, por não se sustentarem plenamente a partir do texto sagrado, irão recorrer a teorias psicológicas e sociais de naturalização das relações entre os sexos e tentarão obscurecer o conceito de gênero como categoria, reiicando esse conceito ao mesclá-lo com o conceito de sexo, que ao longo da história também não se manteve coeso. Parece urgente uma resposta epistemológica e acadêmica à chamada Ideologia de Gênero, demonstrando suas bases sustentadoras e garantindo a discussão ampla, plena e sem censura em todos os setores sociais dos papeis de gênero e das assimetrias que as diferenças, transformada em desigualdades, provocam.

Referências Bibliográicas

BALKIN, J. M., 1998, *Cultural Software*: A heory of Ideology. New Haven: Yale University Press.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble*: Feminism and the Subversion of Identity, Routledge Classics, 1990.

BUTLER, J. P. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. *Giving an account of oneself*. New york: Fordham University press, 2005, p. 3-4.

BUTLER, Judith. *Performative Acts and Gender Constitution*: An Essay in Phenomenology and Feminist heory, heatre Journal, Vol. 40, No. 4 (Dec., 1988), pp. 519531. he Johns Hopkins University Press.

CERTEAU M. *A escrita da historia.* Tradução de: Maria de Lourdes Menezes. Ed. FORENSE-UNIVERSITÁR, RJ: 1982.

CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA: Família, matrimônio e "uniões de fato"(2000) Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontiical_councils/family/documents/rc_pc_family_doc_20001109_de-facto-unions_po.html. E http://docsiles.com/view.php?view=http://universovozes.com.br/editoravozes/web/ view/BlogDaCatequese/wpcontent/uploads/2014/08/INSTRUMENTUM-LABORIS-SINODO-BISPOS-Familia.pdf&keyword=desafios%20%20vida%20familiar&count=>.

DESCARTES, R. *O discurso do método*. Disponível em: <http://www.intratext.com/X/POR0305.HTML>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

DIAS, E. O. *A Teoria das Psicoses em D. W. Winnicott* . Tese de Doutorado, PUC/São Paulo, 1998, p. 97.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder***.** Ed. Graal, 1982.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. 8. ed. Petrópolis: Vozes,1991.

HEIDEGGER, M. *Conferência de 8 de julho de 1965*. In: Zollikoner Seminäre. Frankfurt: VittorioKlostermann, 1987, p.129.

LAQUEUR, homas. 1990. *Making Sex*: Body and Gender from the Greeks to Freud. Cambridge: Harvard University Press.

LE GOFF, Jacques et NORA, Pierre (dir). *Faire de l'histoire, Nouvelles Approaches*. Paris, Gallimard, 1974, pp. 25-50.

MILLER, J.A. *Lacan Quotidien* n. 265, de 07/01/2013. Tradução: Vera Avellar Ribeiro.

OLSON, David R. *O mundo no papel*: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita. São Paulo: Ática, 1997.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à airmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna* - Teoria Social na era dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Vozes Editora, 1995.

WINNICOTT, D. W. 1960: *he theory of the parent-Infant Relationship*. MPFE, p. 54.

ENTRE EXCESSOS E TENSÕES: *A* PROPOST*A* NÃO-BINÁRI*A*

Francine Natasha Alves de Oliveira[1]

RESUMO: O crescente número de pessoas que se identiicam como não-binárias revela um esforço pela desnaturalização da base de gênero binária. Contudo, a partir da diferenciação entre indivíduos que estão de acordo com o gênero que lhes é designado ao nascer e aqueles que não estão, estabelece-se um novo binarismo, o cis/trans. Com esta nova conceituação, a identidade não-binária vem sendo classiicada sob o polo *trans* do binarismo em questão, o que pode minar seu potencial transgressor e de resistência às normas.

Palavras-chave: Diversidade. Sexualidade. Política. Gênero. Não-binário.

ABSTRACT: he growing number of people who identify themselves as nonbinary reveals an efort to denaturalize the binary gender basis. However, from the diferentiation of individuals who comply with the gender, which is designated to them during birth, and those who do not comply with it, a new binary is established, that of cis/trans. Within this new concept, nonbinary identity is put under the trans part of the binarism, something that might undermine its potential of transgression and of resistance against norms.

Keywords: Diversity. Sexuality. Politics. Gender. Nonbinary.

1. Introdução: a construção de corpos sexualmente disciplinados

Historicamente, a vida em sociedade sempre foi pautada por normas estabelecidas a partir de um contrato – o qual supõe uma série de regras que supostamente permitiriam a manutenção da ordem. Michel Foucault explica, em *Microfísica do poder*, que o adestramento do corpo foi uma estratégia fundamental para manutenção de uma "paz" social entre o século XVIII e o início do século XX. Esse adestramento se deu por meio de "métodos de assepsia" (2014, p. 145) que se encarregavam de excluir os anormais e "degenerados". No caso da sexualidade, a medicina exerceu um papel importante ao deinir "desvios sexuais" e, consequentemente, a determinar identidades sexuais a partir de comportamentos. Assim, a medicalização, ou aquilo que Michel Foucault denomina *scientia sexualis* (1988),

> (...) trouxe consigo novas 'condições' e a emergência de novas identidades. Cada vez mais, experiências e comportamentos de mistura de gêneros foram tomando sentido em termos de categorias da 'ciência', de maneira mais notável

1 Doutoranda em Letras – Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail para contato: francine.alves.oliveira@gmail.com.

> aquelas do 'cross-dresser' e do 'transexual'. A ênfase recente na transgressão dos limites de gênero e na performance em vez de na identidade marca um retorno à experiência e ao comportamento. (...) contudo, as experiências e comportamentos são explicadas mais em termos de desconstruções da teoria cultural pós-modernista que do ponto de vista das experiências de cross-dressers e sex-changers propriamente ditos (EKINS e KINGS, 1996, p. 5 - tradução nossa).

Foucault chama essa sociedade, a qual investia na normalização dos corpos com base no coninamento, "sociedade disciplinar" (2014). Coninados em instituições como prisões, hospitais, conventos e até mesmo escolas, os indivíduos são vigiados e controlados para que seus corpos se mantenham dóceis. As regras institucionais rígidas trabalhavam para determinar a atuação e o comportamento de cada sujeito.

Após a II Guerra Mundial, segundo Gilles Deleuze (1992), a sociedade disciplinar passa por uma transformação gradativa para se tornar uma sociedade de controle, na qual o corpo dócil se torna um cúmplice do sistema vigente, reforçando-o ativamente, mas sem se dar conta do funcionamento dessa dinâmica. Com o capitalismo que se consolida no pós-guerra, o cidadão-consumidor vai se tornando um paradigma: a subjetividade é uniformizada pelos hábitos e necessidades de consumo. Conforme esclarece Guga Dorea, por meio

> Dessa dinâmica, novas realidades estão sempre sendo construídas e reconstruídas, produzindo opiniões públicas ou reforçando outras, de acordo com os interesses de um modelo subjetivo de vida cada vez mais exigente e competitivo (2002, p. 93).

Nesse sentido, o papel da mídia como dispositivo capaz de criar essas realidades, age "fabricando a forma pela qual as pessoas devem desejar a sua própria existência" – ou seja, ela não apenas reforça as normas, mas as molda conforme seus interesses.

No âmbito das relações de gênero e sexualidade, o trabalho de Foucault (1988) revela ainda como o sexo se tornou uma questão moral importante e constantemente abordada, de modo que sexualidade e gênero passam a ser bases para a identidade social do sujeito. Por meio do discurso médico-cientíico, a sexualidade foi institucionalizada e descrita através das classiicações de desvios, perversões e desordens, impondo aos corpos e desejos uma racionalidade supostamente universal. Institucionalizar o saber a respeito do sexo signiicou estabelecer uma regra também binária, na qual as práticas sexuais se reduziam a permitidas e proibidas. Desenvolveu-se, a partir de então, aquilo que Carlos Figari chama de "epistemologia casuística essencializadora de corpos" (2007, p. 252), partindo de uma lógica de identiicação com base em características bioisiológicas – responsáveis por evidenciar os "invertidos", que apresentariam comportamentos sexuais desviantes.

Transgredir a norma estabelecida levaria ao castigo da supressão (FOUCAULT, 1988), a uma "não-existência" à qual estavam relegados os homossexuais e os sexualmente pervertidos. A força do discurso médico pode ser vista ainda hoje no próprio movimento pelos direitos de *gays* e lésbicas, que entende e articula suas identidades com base em seu comportamento sexual privado, esforçando-se para demonstrar uma "normalidade" que exclui muitas formas de desejo e que permanecem caracterizadas como patológicas.

O surgimento dos Estudos *Queer,* a partir dos anos 1980, evidencia como as identidades são marcadas pela diferença, sendo categorias mediadas e não naturais. Tal percepção vai de encontro às ideias difundidas por grande parte dos movimentos a favor dos homossexuais que, na medida em que ganharam visibilidade, estabeleceram-se como comunidades e se voltaram para lutas especíicas como a garantia de direitos civis. No im da década de 1970, a consolidação de um movimento homossexual *mainstream* acabou por repetir os processos de centralização e marginalização que antes foi responsável pela exclusão do próprio homossexual como minoria (JAGOSE, 1996).

A noção de um movimento pós-identitário que rejeita classiicações estáveis está relacionada com um desejo de autoairmação a partir da capacidade de deinir a si mesmo/a. A apropriação de uma palavra usada por heterossexuais para ofender *gays* e lésbicas é feita estrategicamente para subverter o sentido de um termo, nesse caso, *queer*, e enfraquecer seu poder de ofensa, tornando-o uma designação positiva. Sendo assim, *"queer*", outrora degradante, passaria então a ser usado para marcar uma "política da diferença" (JAGOSE, 1996, p. 76), mudança inluenciada pelo pensamento pós-estruturalista ao desconstruir a identidade como elemento ixo e coerente. Em vez de se apresentar como uma unidade, o sujeito se torna fragmentado, culturalmente construído e não essencial.

Se cada sujeito pode narrar a si mesmo e construir sua "queeridade", "*queer*" pode, de fato, adquirir sentidos diferentes em contextos diversos, apesar de não se tratar de um termo completamente vazio de signiicado. Para muitos, essa polissemia é uma característica positiva, enquanto para outros ela é responsável não só por minar o potencial político do *queer*, mas também por permitir um uso indiscriminado e vazio da palavra.

O caráter ambíguo do termo "*queer*" vai de encontro à rigidez de rótulos existentes dentro do próprio meio LGBT, permitindo a criação de novos espaços e identiicações não restritos à sexualidade ou à expressão de gênero. Infelizmente, ainda é possível notar certo apego a classiicações dentro do movimento LGBT e mesmo a preferência por um discurso normativo que privilegia a homossexualidade e deixa temas como a travestilidade ou até a bissexualidade à margem em termos de reconhecimento e validação, devido à potencialidade de ruptura com delimitações precisas – ou bem estabelecidas – de gênero e sexualidade.

Pela perspectiva da assimilação, um "movimento *queer*" continua a ser percebido como estratégica e ideologicamente radical, contudo, pela visão de muitos teóricos, a própria noção de um movimento uniicado deve ser questionada.

Apesar dos debates e polêmicas em torno da questão, muitos ainda se utilizam do termo como mero sinônimo para LGBT até os dias atuais. Outros procuram criticar essa adoção, uma vez que, como "termo guarda-chuva", ele não problematizaria as diferenças internas ao movimento LGBT, acabando por apagá-las e por dar a impressão de que a comunidade existe como um todo isento de conlitos (SULLIVAN, 2003), o que Ruth Goldman chama de "riscos inerentes" (1996, p. 170) de se abraçar a denominação como uma signiicante identitária, que leva ao desaparecimento da própria diversidade para a qual se deseja chamar a atenção.

Em uma concepção norte-americana que começa, no século XXI, a se reproduzir no Brasil, ser *queer* é valorizar a luidez, admitir e abraçar a multiplicidade em detrimento das noções de identidade "naturais" ou "essenciais" constantemente reforçadas por normas de inteligibilidade sociais que supõem um sujeito "coerente" e estável, principalmente no que diz respeito à "matriz de inteligibilidade" de sexualidade e gênero (BUTLER, 2010). Apesar de a palavra "*queer*", em si, ainda se manter mais restrita ao âmbito acadêmico, suas ideias e propostas têm sido cada vez mais difundidas.

O sujeito que se auto identiica como *queer* rejeita a objetividade de identidades sexuais como "*gay*", "lésbica", "bissexual" ou de identidades de gênero como "masculino", "feminino" ou, eventualmente, até mesmo "transexual". A deinição de si como *queer* signiica também um desejo de não ser "nomeado", de não ser rotulado pelo outro, uma vez que, segundo Richard Miskolci, "[n]a perspectiva *queer,* as identidades socialmente prescritas são uma forma de disciplinamento social, de controle, de normalização" (2013, p. 18).

De desenvolvimento recente no Brasil, a Teoria *Queer* vem ganhando força por meio de pesquisas universitárias e da ação de grupos ativistas com acesso ao conhecimento acadêmico que procuram dar visibilidade à ideia de se criticar e questionar a heteronormatividade e os valores a ela associados. Na prática, pessoas que se viam literalmente violentadas pelas normas de gênero e sexualidade passaram a adotar novas maneiras de se identiicar fora dos binarismos determinados por "masculino" e "feminino", bem como "heterossexual" e "homossexual", aceitando a multiplicidade e a luidez das expressões de gênero e sexualidades. Dessa forma, na medida em que mais ativistas e estudantes universitários se interessam pelos Estudos *Queer*, maior é o movimento de questionamento das normas e de incorporação, em seu cotidiano, de desconstruções propostas pela Teoria *Queer*.

O potencial político subversivo de um movimento *queer*, contudo, não está isento de críticas, uma delas relacionada a um excesso de classiicações que emergiram e ainda emergem na busca da auto-determinação, como se para cada especiicidade em termos de gênero ou de sexualidade fosse preciso criar uma nova nomenclatura. Para muitas pessoas, dentro e fora da comunidade LGBT, o *queer* costuma estar associado a uma ininidade de jargões e teorias que se limitam apenas ao campo discursivo, mas que não permitem o vislumbre da desconstrução a nível prático.

Conforme alerta Rocko Bulldagger, há um grande número de artigos e ensaios que se preocupam em explicar detalhes e minúcias de sub-identidades, expondo todo tipo de "distinções que alienam os *queers* uns dos outros" (2006, p. 138), enfraquecendo a possibilidade de abraçarmos aliados em potencial. Ademais, especiicidades excessivas e imposição de novos termos e caracterizações que devem funcionar como novas verdades minam o caráter questionador e "desconstruidor" dos Estudos *Queer*. Sendo assim, podemos apontar a existência de contradições internas e algumas tensões vão surgindo tanto no âmbito acadêmico quanto no âmbito de ativistas que se guiam pelas propostas inovadoras de um movimento que não se pretende restringir por regras e verdades deinitivas.

2. Corpos-texto em devir

No contexto de transgressão das normas sociais, corpos transgênero, por vezes, fogem à lógica heteronormativa na medida em que se constroem a partir de um gênero que não lhes foi designado ao nascer, posicionando-se contra as normas que impõem ao indivíduo uma identidade baseada principalmente em seus órgãos sexuais. Assim, permanecem à margem da sociedade, uma vez que expõem a artiicialidade da associação entre "normal" e "natural" que nos é apresentada como clara e estável. De fato, para cada cultura, em cada período histórico, os conceitos de "normal" e "natural" irão variar, motivo pelo qual não podemos tomar bases universalistas para tratar de identidades e comportamentos.

Quando falamos em "transgênero", referimo-nos a um guarda-chuva de categorias identitárias que envolvem expressões que não estão em conformidade com a matriz de inteligibilidade de sexo e gênero. Ainda que o espectro da transgeneridade seja amplo, politicamente, ele costuma ser representado pelas travestis e transexuais, cujas demandas são vistas como mais urgentes em sua concretude, em função de uma legitimação pelo discurso médico a partir de um diagnóstico especíico. No entanto, a própria categoria não-binária abarca, por si só, uma gama ampla de expressões e as necessidades em relação a processos de modiicação corporal como hormonização e cirurgias são também variadas.

Majoritariamente, entre sujeitos *trans* é possível testemunhar um desejo de aceitação que leva o indivíduo a se encaixar nas expectativas geradas principalmente pelo discurso médico-psicológico. Há, dessa forma, uma constante necessidade de negociação com o sistema cientíico de saber-poder, que passa pela maneira como transexuais se constituem e são constituídos com base em determinações socioculturais. Fátima Lima observa que

> Sujeitos que vivenciam experiências designadas como transexuais negociam e/ou subvertem as normas, principalmente o imperativo psiquiátrico e as condutas biomédicas; fazendo ver e dizer as fraturas e as issuras (Deleuze, 1990) que compõem os dispositivos, indo além de suas linhas de sedimentação, daquilo que está visível e

> enunciável, tarefa genealógica que aposta na potência dos sujeitos e nas linhas de fuga (2014, p. 63).

O dispositivo da transexualidade é de consolidação recente, historicamente posterior à medicalização dos "desvios sexuais". O discurso médico e legal que institucionaliza a experiência transexual também a uniformiza, desconsiderando a diversidade dentro da própria expressão de gênero *trans* e reforçando um controle sobre os corpos.

Para além da transgeneridade, que vem ganhando maior visibilidade nos dias atuais e que encontra relativa difusão entre a população geral, algumas pessoas têm se identiicado como não-binárias, ou seja, como sujeitos cujo gênero não corresponde ao binário homem/mulher. Questões de gênero que procurem se distanciar do sistema heterocisnormativo são complexas justamente por desestabilizarem um pensamento que é internalizado pelos seres humanos desde muito cedo, passando a enxergar construções culturais como dados naturais.

Em geral, nas deinições para "não-binário" encontradas na internet, reproduz-se a noção de que, por não se identiicar com o gênero que lhe foi designado ao nascer, a pessoa não-binária é um indivíduo trans. Essa concepção se contrapõe à de um indivíduo cis, que se identiica com o gênero que lhe foi designado. Contudo, colocar a identidade não-binária dentro de um polo binário – aquele formado por cis/ trans – vai de encontro à sua própria classiicação, a qual pretende negar o binarismo em si. A identidade não-binária é, antes, um devir *trans* que, sobremaneira, não se realiza por completo como transgeneridade, pelo menos no que concerne ao discurso médico legitimador de indivíduos transgênero.

À luz do *Manifesto contrassexual* (2014), de Paul Beatriz Preciado, seria mais proveitoso encarar a identidade não-binária como um "contragênero", por representar uma designação alternativa, contradisciplinar e que comporta uma luidez das expressões de gênero. Seria, portanto, uma pós-identidade em consonância com o antiassimilacionismo *queer*, uma maneira de associar o corpo a um discurso que amplia as possibilidades de práticas de gênero sem que elas sejam previamente deinidas.

Como "contragênero", a identidade não-binária deve, então, ser vista como uma das estratégias para "evitar a reapropriação dos corpos como feminino ou masculino no sistema social" (PRECIADO, 2014, p. 35) e, em consonância, evitar também outras reapropriações binárias concernentes aos gêneros e suas expressões, a im de escaparem das limitações discursivas promovidas pela rotulação. Trata-se, nas palavras de J. Jack Halberstam, de procurar meios para se criar uma "nova desordem mundial" (2012, p. xii) que vise à libertação das amarras normativas.

Podemos argumentar que a terminologia a diferenciar cisgêneros e transgêneros foi cunhada pelos oprimidos, conigurando-se como estratégia de resistência por partir do sentido oposto de formação do discurso: trata-se do "dominado" que nomeia o "dominante". Contudo, o fato de não se originar do lado hegemônico do discurso não suprime a existência de relações de poder internas ao

grupo oprimido em questão, não contemplando a todos os indivíduos identiicados como *trans* de maneira igualitária. Além disso, a nomeação de si pelo outro permanece nos casos em que se impõe a necessidade de se adotar uma ou outra nomenclatura, sem haver a abertura para entre-lugares.

Aparentemente, certas convenções adquiriram o status de verdade também no âmbito *queer*, desencadeando uma espécie de policiamento classiicatório por meio do qual se reproduz a possibilidade convencionada e se rechaça a relexão voltada para questionamentos internos e autocríticas.

Isso não signiica que a oposição *cis*/*trans* não seja relevante. Muito pelo contrário, ela funciona como marcadora de uma desigualdade entre corpos e identidades a partir da qual se estabelece a primeira condição como "normal" e a segunda como "anormal", sendo esta socialmente excluída. Nesse sentido, a cisgeneridade é encarada como a norma que se constrói em contraste com a transgeneridade, que representa a condição do "outro".

Contudo, faz-se necessário observar uma dinâmica interna à comunidade transgênero que, por vezes, reforça suas próprias normas, padronizações e restrições baseadas na existência de um corpo e uma identidade *trans* "normais" em contraste a corpos e identidades outras, que provocam estranhamento entre os próprios sujeitos transgênero.

Se a questão *queer* está voltada, em última instância, à luta pelas liberdades tanto individuais quanto coletivas, é preciso se levar em conta a possibilidade de nomenclaturas e descrições que não impliquem em uma classiicação compulsória.

3. Marcas e criações a partir das indisciplinas

Suely Rolnik (1993) airma que a subjetividade não é algo que o sujeito possa controlar *a priori*, pois as movimentações dos corpos fazem com que a ela seja, na verdade, um processo. Seu conceito de "marcas", para além do ato associado ao senso comum, refere-se, antes, a "estados inéditos que se produzem em nosso corpo, a partir das composições que vamos vivendo"; ela explica que "cada um destes estados constitui uma diferença que instaura uma abertura para a criação de um novo corpo, o que signiica que as marcas são sempre gênese de um devir" (ROLNIK, 1993, p. 242). Assim, "(...) as marcas são os estados vividos em nosso corpo no encontro com outros corpos, a diferença que nos arranca de nós mesmos e nos torna outro" (p. 245). Se nos deixamos afetar por essas marcas, possibilitamos, então, que nossa identidade seja sempre móvel e que nosso corpo seja sempre um novo corpo a partir do momento em que é afetado. Tendo as marcas como matérias primas, os pensamentos funcionam "como universo de referência dos modos de existência que vamos criando, iguras de um devir" (p. 244), são frutos "da violência posta em circuito, e é através do ele [o pensamento] *cria* que nascem, [*sic*] tanto verdades quanto sujeitos e objetos" (p. 245).

Se cada pensamento é fruto de uma marca, a qual provoca desassossego e promove – ou, pelo menos, deveria promover – a criação, podemos dizer que corpos

freaks e *queers*, em sua indisciplina, levam o efeito das marcas às últimas consequências, na medida em que as abraçam não apenas na ordem do invisível, mas também visivelmente, tornando palpável o próprio pensamento na construção estética do corpo. Os novos estados gerados isicamente em cada corpo se conectam ao pensamento, levando à geração também de novos estados mentais: a cada mudança corporal, um novo eu se compõe, enquanto as marcas reverberam e se encontram com outras marcas.

Porque cada encontro de um corpo com outro promove uma interação, uma negociação de sentidos, uma relação que resulta em uma interpretação, podemos dizer que cada encontro possibilita o aparecimento de um novo sentido – ou de uma nova moral, ou de novos valores – a ser incorporado em cada um daqueles corpos que interagiram entre si. No caso de corpos *trans*, trata-se de produzir uma nova textualidade a partir da "vontade de potência" (NIETZSCHE *apud* DIAS, 2011, p. 42) aplicada às expressões de gênero.

Como "um texto socialmente construído" (PRECIADO, 2014, p. 26), o corpo que foge à estrutura tradicional, contestador e que escolhe não recalcar suas forças criativas, provoca desconforto e representa uma ameaça à suposta ordem natural do sistema sexo/gênero. Ao negar uma "verdade do sexo" considerada incontestável e expor sua plasticidade, a textualidade do corpo não-binário exige maior esforço e profundidade em sua interpretação, estimulando a expansão dos limites relativos ao gênero e, consequentemente, à sexualidade. Traidores da matriz sexo/gênero/sexualidade, sujeitos que se identiicam como não-binários são criadores (NIETZSCHE, 2005) de suas próprias verdades, buscando valorizar as singularidades existentes para além de uma tendência à rotulação de comportamentos e identidades com premissas de estabilidade.

Assumindo uma potência criadora e indo de encontro às regulações sociais, o não-binarismo admite – ou deveria admitir – o devir de cada corpo também em relação aos conceitos de "cis" e "trans", na medida em que a própria expressão luida pode oscilar entre essas classiicações, dando vazão constante a novas subjetividades. Ao ser rotulado e devidamente colocado dentro de um limite especíico, seu potencial de criação de novos parâmetros é interrompido por uma normatividade contraposta àquela que se pretende desconstruir.

4. Considerações Finais

Uma especulação não-binária desestabiliza a tendência a uma organização que permeia o pensamento ocidental, o qual está calcado na polarização de elementos e categorias. A naturalização dos binarismos ignora pluralidades preconizadas por diversos movimentos identitários, simpliicando posicionamentos ao encaixá-los dentro de um sistema dual que, não raro, galvaniza falsas simetrias.

Se, por um lado, o não-binarismo soa autoexplicativo na medida em que a nomenclatura, por si só, rejeita proposições binárias, por outro lado, há a construção de uma nova separação de conceitos e posicionamentos que opõe a cisgeneridade –

referente à expressão daqueles que se identiicam com o gênero que lhes foi designado ao nascer – à transgeneridade – para designar quem, de alguma forma, não está de acordo com a atribuição de gênero na ocasião de seu nascimento. Nesse contexto, estabelece-se que expressões de gênero não-binárias só podem estar no espectro *trans* da referida polarização, uma vez que não são consideradas manifestações *cis*. Airmar que a identidade não-binária necessariamente se classiica como *trans* acaba reletindo uma tentativa de normatização e ixação de conceitos que surgiram do desejo de resistir a rótulos precisos, imutáveis e de fácil assimilação.

Ainda que a motivação para se considerar a identidade não-binária como transgênera possa ser justiicada pela não conformidade entre sexo e gênero – característica especíica da cisgeneridade –, podemos questionar a conceituação generalizada a partir das perspectivas múltiplas de uma expressão que pode, por exemplo, comportar a identiicação parcial com o gênero designado na ocasião do nascimento. Levando-se em consideração nuances como essa, notamos que o potencial não-binário não está apenas no questionamento direto da matriz de inteligibilidade sexual, mas também na possibilidade de trair tanto as normas tradicionais quanto as novas regras que parecem emergir, inadvertidamente, das propostas de desconstrução da sociedade heteronormativa, mas que acabam se mostrando também limitadoras.

Referências Bibliográicas

BULLDAGGER, Rocko. he End of Genderqueer. In: SYCAMORE, Mattilda Bernstein (Ed.). *Nobody Passes*: Rejecting the Rules of Gender and Conformity. Berkeley, CA: Seal, 2006. p. 137-148.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero:* Feminismo e subversão da identidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: 34, 1992.

DIAS, Rosa. Vida como vontade criadora. In: *Nietzsche, vida como obra de arte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 23-82.

DOREA, Guga. Gilles Deleuze e Félix Guattari: heterogênese e devir. *Margem*, n. 16. São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais/PUC-SP, dez. 2002. p. 91-106. Disponível em: <http://www.pucsp.br/margem/princ16.htm>. Acesso em: 12 jul. 2016.

EKINS, Richard; KING, Dave (ed.). *Blending Genders* – Social Aspects of Cross-dressing and Sex-changing. London and New York: Routledge, 1996.

FIGARI, Carlos. *@s outr@s cariocas*: Interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: Séculos XVII ao XX. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1:* A vontade de saber. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GOLDMAN, Ruth. Who Is hat *Queer* Queer? Exploring Norms around Sexuality, Race, and Class in Queer heory. In: BEEMYN, B.; ELIASON, M. (ed.). *Queer Studies* – A Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Anthology. New York and London: New York University Press, 1996, pp. 169-182.

HALBERSTAM, J. Jack. *Gaga Feminism* – Sex, Gender, and the End of Normal. Boston: Beacon, 2012.

JAGOSE, Annamarie. *Queer heory* – An introduction. New York: New York University Press, 1996.

LIMA, Fátima. A construção do dispositivo TRANS: Saberes, singularidades e subversões da norma. In: *Corpos, Gênero, Sexualidades:* Políticas de Subjetivação. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014. p. 61-86. Disponível em: <http://abramd.org/wp-content/uploads/2014/05/2014_Corpos_generos_e_sexualidades_poli%CC%81ticas_ de_subjetivac%CC%A7a%CC%83o.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer*: Um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual.* São Paulo: n-1, 2014.

ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir - Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. *Cadernos de Subjetividade*, v.1, n.2. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Programa de Estudos Pós Graduados de Psicologia Clínica, PUC/SP, set./fev. 1993. p. 241-251. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensamentocorpodevir.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.

SULLIVAN, Nikki. *A Critical Introduction to Queer heory.* New York: New York University Press, 2003.

A PÓS-MODERNIDADE E *A SUA* INFLUÊNCIA NOCIVA *NA* GÊNESE DO PENSAMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS *NA ATUALIDADE*

Julia Pereira Reis[1]
hales Monteiro Freire[2]

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo traçar os principais conceitos e deinições das linhas de pensamento chamadas "pós-modernas" e com isso fazer sua análise crítica partindo de marcos materialista e dialético e confrontando tais concepções com suas contradições que hoje se apresentam como empecilhos para o desenvolvimento dos movimentos sociais. Para isso, tais ideias serão relacionadas com os problemas enfrentados pelos movimentos sociais atualmente, com enfoque nos movimentos feministas e LGBTs. Além disso, serão discutidos seus efeitos sobre a resistência e progressão de tais movimentos e as limitações e desvios que vêm se perpetuando e sugestionando-os a erros de análise da realidade e consequentemente às ações e métodos equivocados. Serão analisadas, portanto, como e porque essas ideias pós-modernas (pós-estruturalistas) têm se enraizado e inluenciado de forma direta ou indireta os movimentos de esquerda em geral e mais especiicamente movimentos sociais, partindo do pressuposto que esses movimentos têm sido cada vez mais impregnados com ideais nocivas à sua causa. Não há apenas uma única linha de pensamento ou teoria a respeito das deinições de Modernidade e Pós Modernidade, levando a discordância e a diferentes abordagens dos mais variados teóricos dessas matérias, alguns até mesmo negando a utilização e existência, destarte, algumas dessas perspectivas (como exemplo a abordagem dada por Zygmunt Bauman) serão apresentadas como recorte para ins de marco teórico. A partir dessa análise é possível apontar uma padronização de características, comportamentos e elementos dentro das teorias trazidas com a pós-modernidade, que vem sendo potencializadas com o advento do aumento do acesso à tecnologia e comunicação, e com a popularização da internet. Nesse contexto, algumas dessas características aparentes, são a particularização do conhecimento (proveniente de uma compartimentalização e individualização do pensamento crítico), uma abordagem demasiadamente relativizante diante dos fatos concretos e da história, desvinculando-os ou afastando-os da realidade material, a utilização de uma metodologia exageradamente empírica em detrimento de outros modelos de análise epistemológica da realidade (o entendimento de que a "vivência" estaria acima da metodologia cientíica como mecanismo de interpretação do "real") e novas interpretações falaciosamente tautológicas de noções como "lugar de fala",

1 Graduanda do curso de direito pela Faculdade de Direito da UFMG; bolsista do projeto de extensão Núcleo Jurídico de Diversidade sexual e de gênero; email juliapereis@gmail.com.

2 Graduando do curso de Ciências do Estado pela Faculdade de Direito da UFMG; email thales_passos@hotmail.com.

"silenciamento", "desconstrução", "empoderamento" e "privilégios" como centrais para a luta e conquista de direitos dos movimentos sociais. Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que essa série de questões levantadas a respeito da abordagem pós-moderna vem trazendo grandes empecilhos para os movimentos sociais, e são, portanto, extremamente problemáticas, podendo trazer prejuízos à efetividade da luta social e contribuir para a perpetuação das opressões e preconceitos existentes na sociedade, conclue-se, portanto, a importância da análise.

ABSTRACT: he present article has as an objective to outline the main concepts and deinitions of the called "post modernity", and thus, develop a critical analysis starting from materialist and dialectical landmarks, confronting these concepts with their contradictions that, today, are obstacles for the development of social movements. herefore, these ideas are related to the problems faced by social movements currently focusing on feminist and LGBT movements. Moreover, their efects on the resistance and progression of such movements will be discussed, as well as the limitations and deviations that have been perpetuated and also, suggesting them to make an analysis about the reality errors and consequently the wrong actions and methods. How and why this post modern ideas (post structuralists) have directly or indirectly inluenced the social movements, accordingly, will be analyzed. hese ideas have taken root and inluenced in a direct or indirect way the left-wing movements in general and speciically the social movements, because they have been increasingly impregnated with ideals harmful to their cause. here is not only a single line of tought regarding the deinitions of Modernity and Post modernity, leading to disagreement and diferent approaches of the most varied theorists of these matters, some even denying the use and existence, therefore, some of these perspectives (As an example the approach given by Zygmunt Bauman) will be presented for purposes of theoretical framework. From this analysis it is possible to point out a standardization of characteristics, behaviors and elements within the theories brought with postmodernity, which has been strengthened with the advent of increased access to technology and communication, and the popularization of the Internet. In this context, some of these apparent characteristics are the particularization of knowledge (from a compartmentalization and individualization of critical thinking), an overly relativizing approach on the concrete facts and history, separating them or away from the material reality, the use of an overly empirical methodology over others epistemological analysis of models of reality, the understanding that the "experience" would be above the scientiic methodology and interpretation mechanism of the "real". In view of the mentioned facts, it is concluded that this series of questions raised about postmodernism has brought great obstacles for social movements. hey are extremely problematic and can harm the efectiveness of the social struggles e

contribute to the perpetuation of existing oppressions and prejudices.It is concluded, therefore, the importance of the analysis.

1. Introdução

Os movimentos sociais têm, atualmente, enfrentado grandes desaios, tanto nos seus marcos teóricos quanto na sua capacidade de atuação estratégica, ou seja, na efetividade de conquista de suas pautas. Parte desses desaios se devem à falta de uma abordagem cientíica que leve em conta a análise da concretude dos fatos, o que os leva a cometer graves erros em suas avaliações e seus pressupostos estratégicos vem se demonstrando infrutíferos para alcançar suas aspirações. É importante levar em conta todo o desenvolvimento histórico e político desses movimentos sociais ao longo do Século XX para se ter uma noção de onde surgem seus maiores obstáculos e como é possível superá-los. Como quaisquer movimentos políticos, sejam organizados ou não, eles tendem a reivindicar conquistas e efetivação de direitos, e requerer voz e voto nos espaços de conlito de poder, além de disputar a consciência da sociedade em geral, e por vezes são guiados por premissas erradas que os fazem estacionar ou retroceder e, assim, são obrigados a fazer uma "autoanálise" para solucionar seus problemas, o que nos leva ao problema da "pós-modernidade".

2. Ainal o que é pós-modernidade?

A "pós-modernidade" como concepção estética, ilosóica ou política é uma matéria de difícil deinição e conceituação. Tal diiculdade se deve ao fato de existirem diversas interpretações do que seja esse "possível novo período da história" e de quais seriam suas implicações sob as esferas da sociedade. Existem algumas hipóteses que nos dão alguma noção a respeito da ideia de "Pós Modernidade" como exempliicado por Harvey (1989, p.7).

> Vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972, Essa mudança abissal está vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço.

A necessidade da compreensão de tais transformações inluencia toda uma gama de teorizações sobre o conteúdo, que segue por distintas abordagens. Alguns teóricos compreendem a pós-modernidade como um crescimento da luidez, da artiicialidade, hiper-relativização e liquefação de uma solidez que antes era o modelo para a interpretação da realidade (BAUMAN, 2001), ou seja, o que o autor considera que antes eram "relações sólidas" acaba por se "liquidiicar" em valores bastante vagos e supericiais, nessa vertente Zygmunt Bauman (2001, p. 8) apresenta:

> Os luidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, ainal, preenchem apenas 'por um momento.

Bauman denomina essa transformação que ocorre na percepção dos fenômenos e das relações sociais da humanidade como "modernidade líquida".

Sob outro espectro, a pós-modernidade é entendida como sendo o desenvolvimento de uma terceira fase do capitalismo, segundo Frederic Jameson a pós-modernidade seria uma progressão do sistema, que passa a se apoderar dos meios de produção culturais, que teriam perdido sua autonomia (A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio, 2002). Em convergência com tal pensamento David Harvey (1989, p.7) evidencia que:

> Essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência supericial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova.

Já Gilles Lipovetsky, segue apontando a pós-modernidade apenas como um período de mudança de direção da história, dizendo que "a pós-modernidade não terá sido mais que um estágio de transição, um momento de curta duração." (LIPOVETSKY, 2004, p. 58), e conclui (2004, p. 52) dizendo que essa nova fase da sociedade se caracteriza por uma

> Rápida expansão do consumo e da comunicação de massa; Enfraquecimento das normas autoritárias e disciplinares; surto de individualização; Consagração do hedonismo e do psicologismo; perda da fé no futuro revolucionário; Descontentamento com as paixões políticas e as militâncias [...].

Por conseguinte, ele acredita na necessidade de uma nova conceituação, assim, o ilósofo deine esse novo período como Hipermodernidade, a era do vazio (LIPOVETSKY, 1988) e, não paradoxalmente, como sendo uma era de excessos.

É possível observar que há inúmeras contradições e divergências, não só quanto o conceito em si, mas também em relação à abordagem adotada sobre a matéria. Alguns autores negam a pós-modernidade como fenômeno, enquanto outros a assumem como conceito. Entretanto, o que se mostra é certa homogeneidade na coluna vertebral das suas variadas deinições, um mínimo entendimento comum, ou seja, pontos de encontro que determinam mais ou menos as características fundamentais da chamada "Pós Modernidade". É imprescindível, para uma correta compreensão do tema, analisarmos essas características em comum,

levando em conta os fatores e as mudanças na história, que transformaram radicalmente a compreensão sobre a sociedade e suas mudanças.

3. A crise da desideologização

Uma enxurrada de ideias em um caldeirão político (as diversas transformações políticas e econômicas ocorridas no século XX) foram o ambiente propício para inclinar os movimentos sociais a contestar todos e quaisquer sistemas de pensamento estruturalistas. As soluções gerais até então conhecidas para os grandes problemas da sociedade não mais podiam corresponder aos problemas atuais e complexos enfrentados por uma sociedade que cada vez mais se globaliza, se diversiica e se dinamiza. A velha e predominante disputa entre capitalismo X socialismo dava lugar às novas tendências cada vez menos sistêmicas e cada vez mais preocupadas com o indivíduo ou pequenos grupos sociais que acabaram icando "esquecidos" ao longo desse conlito histórico. Podemos ver indícios do início de tais tendências, nos movimentos "hippies" das décadas de 60 e 70 que, na linha da "contracultura alternativa", optaram por adotar um estilo de vida próprio, independente ao sistema que criticavam, negando as mazelas que as "grandes ideologias" deixavam no mundo, criticando as guerras, o nacionalismo, o autoritarismo, e reivindicando a igualdade de direitos e a liberdade de contestar os valores tradicionais da sociedade.

Tais tendências foram altamente potencializadas pelos episódios que icaram conhecidos como o im do projeto do socialismo real marcados pela queda do muro de Berlim e a desestruturação da União Soviética e, com isso, a suposta vitória dos ideais capitalistas, individualistas e mercantilistas. Depois que o capitalismo "triunfou", os debates sobre um mundo bipolarizado e ideologizado não seriam mais importantes. No novo mundo multipolarizado, as questões minoritárias tomariam uma relevância nunca antes vista na história. É perceptível essa inclinação quando reconhecemos o crescimento dos movimentos ditos "minoritários", que reivindicam igualdade de gênero, direitos LGBTs, os movimentos ambientalistas e tantos outros que loresceram no século XXI.

Os mais tradicionais movimentos que contestavam as estruturas da sociedade à luz da "luta de classes" (MARX, 2015) e da crítica econômica e social começaram a sofrer inluência da sociedade globalista e individualista e passaram a atuar com foco maior nos indivíduos e não na sociedade. Todas essas mudanças serviram de pretexto ideal para que os autores e pensadores liberais investissem ainda mais na "derrubada" das ideologias anticapitalistas, reairmando as novas formas de organização da sociedade em conjunto com o advento do sistema capitalista, airmando até mesmo que a partir daquele ponto em diante, a humanidade havia "se realizado" ou atingido seu máximo grau de desenvolvimento evolutivo. Assim, declararam que a democracia e o livre mercado seriam o ápice da síntese capitalista e anunciam "o im da história" (FUKUYAMA, 1992), ou pelo menos como até então ela vinha sendo conhecida. Francis Fukuyama, por ser aclamado como o principal teórico dessa nova fase da

história, acabou ganhando muito destaque e notoriedade, sendo até mesmo creditado como "o teórico" por trás do advento do neoliberalismo tendo inluenciado os governos de Ronald Reagan e Margaret hatcher.

Postas essas condições, o antirrealismo passa a crescer dentro do cenário político e ilosóico, desqualiicando as ideias e opiniões "alheias" ao objeto sob análise, ou seja, valoriza uma abordagem apenas empírica dos processos em detrimento da análise geral e estrutural. Aqui, a pós-modernidade se mostra enaltecendo experiências sensoriais particulares (de grupos ou indivíduos especíicos). Essa linha de pensamento se conecta diretamente com a perda da referência na razão como ponto central de interpretação da realidade, negando assim, ideias e narrativas universais.

Soma-se a isso o advento do desenvolvimento tecnológico com forte destaque nos meios de comunicação proporcionando a globalização cultural e transformando radicalmente as relações sociais, haja visto que o ambiente da internet é de certa forma o espaço mais democrático até então, onde as pessoas podem airmar seus valores e credos com uma dinâmica e alcance jamais vistos em qualquer outro período. Ademais, tais inovações também mudaram drasticamente as técnicas de produção. Essas mudanças nos meios de comunicação e produção somadas a desilusão sistêmica com o ideal socialista foram fundamentais para o fortalecimento do capitalismo e consequentemente do consumismo.

4. A pós modernidade nos movimentos sociais

No contexto do pós-estruturalismo como matriz majoritária do pensamento global, as características mais aparentes do pensamento pós-moderno começam a se manifestar e exercer um alto grau de inluência nos movimentos sociais. Por um lado, tal inluência trouxe o fortalecimento das individualidades e a reairmação da importância de se aprofundar e "especializar" nas particularidades das pessoas e grupos sociais outrora relegados das "frentes" de lutas, o que proporcionou um salto qualitativo na perspectiva de conquistas de direitos para aqueles grupos especíicos que viviam de certa forma na "marginalidade" ou "em segundo plano" dos grandes movimentos estruturalistas e não conseguiam atingir o reconhecimento e garantir os direitos que necessitavam. Em decorrência disso, houve um crescimento decisivo nos movimentos feministas, LGBTs, de luta por igualdade racial e ambientalistas. Isso criou uma nova base social que foi re-acolhida no campo da esquerda, que ainda tenta se reorganizar e reairmar seus princípios, atualizando-os para o novo século que se inicia. Entretanto essa evidenciação da separação ideológica de tais grupos os afastou de um debate mais profundo da sociedade como um todo e, mais do que isso, acabou por lhes segregar novamente, só que dessa vez em torno deles mesmos, sofrendo forte inluência ideológica da pós-modernidade, acabaram interiorizando a exacerbação do individualismo.

Sob a luz da ilosoia pós-moderna, surgem consigo várias reformulações de velhas concepções ou até mesmo novas, como a de "empoderamento", que mesmo

com sua importância como emancipação pessoal e fortalecimento da autoestima, não consegue escapar de sua natureza individualista e, portanto não traz mudanças reais e signiicativas ao coletivo. Sendo assim, quando essa noção de "empoderamento" é colocada como ponto central no foco dos movimentos, acaba tornando-os "desmobilizadores" sociais. Além disso, essa situação é incentivada por empresas privadas que querem atingir esse público ativista e usurpam essa noção de "empoderamento", o que transforma diversos militantes, na prática, em apenas instrumentos da mercantilização cultural, onde o capital se apropria das demandas em prol do lucro e do mercado, em outras palavras, transforma ativistas em consumidores, que eufóricos com a "conquista" de espaços que até então lhes eram negados, não conseguem perceber que servem apenas como massa de manobra em um plano de mercantilização e consumismo.

Nessa mesma linha entram a noção de "representatividade" e "protagonismo", que, do ponto de vista da estratégia política é algo muito compreensível e engenhoso, pois, posiciona como ator central das mudanças políticas, justamente alguém que sofre com a ingerência das mesmas. Como por exemplo, as mulheres "vanguardearem" as lutas feministas e os negros a luta antirracistas, a importância de ter um representante "de seu grupo social" nos espaços políticos da sociedade é dar certa credibilidade ao seu porta-voz. Essa concepção, também vem sido utilizada como "bode expiatório" pelas empresas para conseguirem se inserir em um novo mercado consumidor, como podem ser vistos nos exemplos da campanha publicitária da AVON com a famosa cantora transexual Candy Mel (da banda Uó) ou no comercial de 2015 do dia dos namorados da marca O BOTICÁRIO que, longe de estarem realmente preocupados com a inclusão da população LGBT nos espaços, estão na verdade comprometidos com o lucro e com a corrida para "ganhar" essa fatia do mercado ainda pouco explorada. Surgem também os exemplos em que políticos de grupos oprimidos são eleitos e ganham visibilidade por simplesmente se enquadrarem nesses grupos, não se levando em conta suas ideias, em prol de quais interesses estão ali atuando (por vezes até mesmo contrários à luta de seus próprios grupos identitários).

Ainda mais polêmico é o caso da cantora pop Beyoncé, que a despeito de trazer o debate do feminismo e da visibilidade do povo negro e sua libertação, está por trás de uma linha de roupas esportivas que utiliza mão de obra escrava, no Sri Lanka, pagando menos de $6 dólares por dia aos seus trabalhadores.

É importante ressaltar que é necessário que todos os espaços da sociedade sejam ocupadas por todos os grupos sociais e não apenas pelos grupos tradicionais e dominantes, entretanto, a "representatividade" e o "protagonismo" não devem ser um im em si mesmos, nem tampouco ser os fatores cruciais para a conquista de direitos pelos movimentos, pois no im das contas, existem mulheres reproduzindo machismo, negros reproduzindo o racismo, trabalhadores explorados defendendo o capitalismo, e assim por diante. Portanto a própria força estratégica de tal abordagem acaba em um aspecto macro, sendo contraditória e nociva.

A pós-modernidade se insere também no conceito de "lugar de fala" que, segundo Victor Afonso de Almeida (2016) é deinida como

> [...] a ideia de que cada discurso parte de lugares diferentes e são inluenciados pelos processos de socialização de quem o profere. De tal modo, que é necessário, para a construção de um movimento plural e democrático, incorporar todas as contribuições e vivências que os diversos "lugares de fala" proporcionam.

Ou seja, lugar de fala seria a airmativa de que só quem sofre com determinada conduta é que pode opinar sobre tal sofrimento e conduta.

O problema começa, quando essa estratégia política é subvertida em um dogma determinista, criando verdadeiras aberrações anti-dialéticas e antirracionais, frutos da pós modernidade arraigada em seu "sistema nervoso". A partir disso o discurso que anteriormente era arma estratégica, torna-se pura abstração sentimentalista e individualista. As pessoas não negras não podem mais discutir o racismo, os homens estão apartados da discussão de gênero e por aí vai. Esse discurso chega ao absurdo de criar "escalas de opressão", hierarquização de interseccionalidades, que se tornam verdadeiras barreiras impenetráveis da retórica. É de suma importância compreender o papel da linguagem (escrita ou falada) e entender que a mesma emana poder por si só e que logicamente tem impactos diferentes dependendo de quem a emite, posto que as pessoas são e estão em posições de poder diferentes na sociedade, contudo, a questão do "lugar da fala" tem sido absorvida no vazio do essencialismo em que a particularidade passa a ser novamente o fator determinante e principal operador da oratória da militância pós-moderna.

Tal concepção erra por atribuir demasiada importância ao conceito de "vivência" que nada mais é do que a intensa valorização do empirismo, colocando essa doutrina em um patamar acima de sua real importância em detrimento de outros tipos de conhecimento e metodologias. É claro que o ponto de vista "sensorial" e a experiência individual podem ser levados em conta, mas não são estes os fatores cruciais para se determinar a genuinidade dos fatos.

Nesse sentido, por mais que a pós-modernidade busque problematizar tudo e todos os pontos de vista, não aceitando verdades absolutas e rejeitando os sistemas estruturalistas, muitas vezes quando esta se depara com a questão do "lugar da fala" subverte seus próprios métodos para poder se fazer aceitar, cria "a verdade a partir do ponto de referência", ou seja, a verdade passa a emanar de determinado "ponto" ou "grupo" e não pode ser contestada pelo simples fato de este mesmo "ponto" ou "grupo" ser o detentor dessa mesma verdade, criando um dos maiores paradoxos da sua concepção e se tornando algo de difícil contestação e diálogo, justamente pela sua falta de lógica argumentativa, tal conduta é uma releitura da falácia do argumento

ad hominem que, ao invés de atacar ideias, ataca a pessoa que as reproduz por suas características pessoais ou pelo grupo no qual está inserido.

Outra distorção gerada pelas concepções pós-modernas, que tem se tornado muito inluente no meio dos movimentos LGBTs e feministas, é a *teoria queer*. Numa análise resumida do movimento, o termo "Queer" surge da ideia de subverter o uso pejorativo que a própria palavra carregava na designação de pessoas que não se encaixavam aparentemente em nenhum gênero, conhecidas como "andróginas"¨. Como teoria, foi inluenciada fortemente por ilósofos pós-estruturalistas como Michel Foucault, Judith Butler e Teresa de Lauretis e, assim, desenvolve uma antinormatividade às construções tradicionais de gênero e sexualidade, cujas quais consideram serem apenas frutos de construção social.

Assim, surge a ideia, também diretamente trazida com o "movimento pós-moderno" de luidez entre os gêneros e sexualidades, o que, na contramão de lutar contra as deinições do que são as feminilidades e masculinidades, fatores esses usados para deinir o que é o homem e a mulher na sociedade e as estruturas de poder e opressão que esses fatores constroem, acaba levando à criação de múltiplas classiicações de "novos gêneros", como exempliicado no estado de Nova York, nos EUA, onde hoje se reconhecem 31 nomenclaturas de diferentes gêneros.

A partir daí, surge outro problema, como é colocado por Gabriela Alckmin no livro "Gênero, Sexualidade e Direito: uma Introdução" (2016):

> A proposta *queer* subverte a luta por reconhecimento [...]. Neste momento, levantam-se questionamentos: como lutar por igualdade sem apoiar-se na ideia de identidade de pertencimento a um grupo? Qual a proposta da Teoria Queer para uma sociedade mais livre.

Tais questionamentos podem ser respondidos de muitas maneiras diferentes de acordo com os vários ilósofos dessa vertente. Entretanto, o que se vem sendo propagado na prática do ativismo *queer*, é certa falta de unidade entre esses grupos minoritários, que, inclusive com essas novas divisões de gênero, se tornam ainda menos coesos e mais propensos ao segregacionismo e isolacionismo, potencializados por um ativismo via internet.

Por último, mas não menos polêmicos, nem tampouco menos problemáticos são os conceitos de "apropriação cultural" que se apresentam, aparentemente, com uma premissa acertada de combate à descaracterização de símbolos de lutas de povos em especíico, fazendo uma correta denúncia sobre sua apropriação pelos grupos dominantes como forma de perpetuar ainda mais essa dominação. Também acerta quando aponta para uma necessidade de se conhecer a história da cultura dos povos, de seus símbolos de resistência, e no signiicado que eles têm para o fortalecimento e identiicação de certos grupos, inclusive no combate ao racismo.

Como foi demonstrado de forma ilustrativa porém muito elucidativa, o poeta negro B. Easy publicou em sua página no *twitter* "A cultura negra é popular,

pessoas negras não são", ou seja, o problema não são os símbolos, tradições e culturas, o problema é o racismo. A apropriação cultural ao longo da história foi por diversas vezes aplicada com o uso de força e subjugação de um povo sobre outro, para inclusive demonstração de poder e impedimento de uma possível resistência, por isso, e nesse sentido, tem sido tão combatida e denunciada. Aqui, a tradição pós-moderna deturpa o signiicado dessa própria luta ideológica e política, o que poderia ser usado como instrumento de luta contra a descaracterização de culturas e de ativismo político educativo pela conscientização sobre os usos e desusos de objetos de valores simbólicos, ou não, acaba se tornando outro dogma.

A pós modernidade traz consigo a cegueira dos movimentos, que iludidos pelo seu "canto da sereia", compram a ideia de que os alvos a serem atacados são os indivíduos e não as superestruturas (o que acaba se tornando evidente, pois a pós-modernidade somente enxerga a sociedade aos olhos do individualismo e portanto individualiza os problemas da sociedade). No sentido oposto de atacar a raiz do problema, de fazer a denúncia contra a apropriação capitalista da cultura dos povos, da mercantilização dessa mesma cultura, da banalização dos símbolos produzidos pela lógica de que "tudo é produto", portanto, "tudo pode ser vendido e comprado" esvaziando tais elementos de seus signiicados.

Os movimentos pós-modernos fazem a opção por atacar algo que nada, ou pouco, contribui para essa "apropriação", o próprio indivíduo. Esses esquecem por inocência ou por má fé que o problema é o racismo estrutural, institucionalizado e fomentado pela sociedade capitalista e consumista, e não o uso por indivíduos, sejam eles quem forem, de símbolos da cultura de resistência de outros povos (por exemplo símbolos de origem africana). Sobre o tema, mais uma vez, Bauman é preciso, em dizer que "Na pós-modernidade, as comunidades não têm como manter puras as suas tradições, elas não podem mais manter intransponíveis as fronteiras que separam o 'dentro' e o 'fora", ou seja, o próprio processo de globalização é o maior apropriador cultural da história, o sistema global de comércio, atua como um "rei Midas" degenerado que tudo o que toca transforma em produto para consumo, em dinheiro, lucro e mercadoria.

O próprio Marx já denunciava o desconhecimento sobre os produtos e mercadorias como sendo o processo de alienação inerente ao desenvolvimento do capitalismo. Não faz sentido, portanto, responsabilizar indivíduos isolados pelo fenômeno da "apropriação cultural" muito menos culpabilizá-los e condená-los por um fenômeno cuja responsabilidade nociva advém de todo um sistema de produção, cabendo no máximo uma luta política no sentido de conscientização desse mesmo indivíduo sobre a história e os elementos por trás do uso de elementos de uma cultura em luta por airmação e reconhecimento, o ato ofensivo e problema é na verdade o esvaziamento sistemático dos signiicados e não o uso individualizado.

5. Conclusão

O processo pelo qual a sociedade passou na metade do século XX até aqui, sobretudo as repentinas mudanças nas concepções históricas e ilosóicas da humanidade, trouxeram questionamentos múltiplos sobre tudo o que se conhecia até então. Tudo o que era categórico passou a ser questionável e as velhas formas de organização dos movimentos precisavam fazer uma escolha que parecia óbvia, se adaptar aos novos tempos, ou pereceriam e se enfraqueceram ainda mais. Essas mudanças foram importantes na medida em que forçaram os movimentos sociais e a esquerda em geral a saírem de uma espécie de zona de conforto ideológica e estratégica, pois estavam em uma fase de reorganização e readaptação a esses novos tempos que se seguiam, dando relevância maior aos problemas dos grupos sociais que antes eram ignorados e a subjetividade dos indivíduos.

Entretanto, hoje, com muitos desvios ideológicos trazidos com a pós-modernidade, vemos um cenário desmobilizador, onde os movimentos se segregam e isolam. O problema começa quando esse movimento é feito de forma unilateral, ou seja, não completa o movimento dialético, voltando da analise individual para a analise estrutural, ou coletivo, portanto, é um movimento de fora para dentro e não de dentro para fora, o que representa uma falha na tarefa de fazer uma analise da completude do sistema.

Dessa forma, não se percebe que esse se apropriou de todas as formas de opressão e as mantém por meio de suas superestruturas (MARX, 1993) e, assim, a necessidade em comum de todos em romper com o capitalismo é ignorada. Nesse contexto, além do sistema como um todo não ser combatido, ele se apropria e mercantiliza a cultura progressista, o que, apesar de parecer um avanço, esta apenas servindo as estruturas de poder. Dessa forma, as resistências de gênero e LGBT perdem consideravelmente sua potencia de efetividade, sendo baseadas em analises supericiais, individualistas e irracionais.

Dessa forma, é urgente que os movimentos sociais assumam uma postura materialista dialética, para que os males contra os quais esses lutam sejam identiicados, pois, somente tendo identiicado os problemas pode-se lutar de forma decisiva contra eles.

Referências Bibliográicas

ANDERSON, Perry. *Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *A Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CANDY Mel, da Banda Uó, é a primeira mulher trans a estrelar campanha do 'Outubro Rosa'. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2015/10/1692131-candy-mel-da-banda-uo-e-a-primeira-mulher-trans-a-estrelar-campanha-do-outubro-rosa.shtml>. Acesso em: 31 out. 2016.

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da Historia* e o Último Homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GRIFE itness de Beyoncé é acusada de promover o trabalho escravo. *Globo.com*. Disponível em: <http://ego.globo.com/moda/noticia/2016/05/grife-itness-de-beyonce-e-acusada-de-promover-o-trabalho-escravo.html>. Acesso em: 31 out. 2016.

HARVEY, David. *A condição Pós Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo* - A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. São Paulo: Ática, 2002.

LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio*: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Barueri: Manole, 2005.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Penguin Companhia, 2015.

PROPAGANDA de O Boticário com casais gays vence prêmio publicitário. *Globo.com*. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2015/10/ propaganda-da-boticario-com-casais-gays-vence-premio-publicitario.html>. Acesso em: 31 out. 2016.

VITAL, Ana Flavia; ALCKMIN, Gabriela; ALMEIDA, Victor Afonso de *et al. Gênero, Sexualidade e Direito*: uma introdução. Belo Horizonte: Initia Via, 2016.

OS DESAFIOS DA CLÍNICA: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Lacilaura Bomtempo Lamounier Costa[1]
Bruna Afonso Gibim[2]

RESUMO: O presente artigo aborda a experiência de estágio em psicologia ocorrida em um programa de atendimento às mulheres em situação de violência sexual e/ou doméstica da Secretaria de Saúde de um município no Triângulo Mineiro. A experiência ocorreu de agosto de 2015 a julho de 2016 através de parceria entre o curso de Psicologia de uma Universidade Federal com o próprio programa e a Secretaria de Saúde do município. Os objetivos do estágio foram: prestar acolhimento, atendimento psicológico individual e realizar encaminhamentos para a rede de saúde e assistência social de mulheres que sofreram ou que sofrem qualquer tipo de violência; proporcionar ao aluno experiências em políticas públicas na área de saúde, especialmente junto às mulheres em situação de violência sexual e doméstica; desenvolver escuta clínica atenta, humanizada, ética e crítica sobre violência de gênero. O estágio foi embasado na teoria psicanalítica, pois a psicanálise ajuda a entender o indivíduo e seus mecanismos internos, a compreender a forma de se relacionar com o outro e seus sintomas, e também, além da esfera individual, a Psicanálise muito nos ajuda a pensar a violência na sociedade. Os casos atendidos no Programa retratam essa experiência de escuta psicanalítica e de apropriação do discurso pela própria paciente. Como relato de caso, citaremos um caso clínico de uma paciente que chegou ao Programa acompanhada da ilha de 16 anos e do marido. A demanda inicial era sobre a ilha ter sido abusada sexualmente pelo seu irmão. A mãe se apresentava bastante abatida e ao perceber isso também foi oferecido um espaço de escuta. Dessa forma, a experiência de estágio foi um desaio que possibilitou a mobilização de afetos. Foram encontros que permitiram desvelar o que estava encoberto e dar suporte ao que estava desamparado. A partir do relato de caso apresentado, é possível airmar que o atendimento ofereceu à paciente um lugar de amparo, que ela nunca antes teve, para que pudesse falar da violência vivenciada e se sentir cuidada, amparada. Assim, o estágio constituiu-se como uma prática de aprendizado potente e transformadora que contribui para pensarmos acerca da prática no cuidado e atenção à mulher em situação de violência. **Palavras-chave:** Violência contra a mulher. Psicanálise. Psicologia.

ABSTRACT: his article discusses the psychology internship experience occurred in a care program to women in situations of sexual and/or domestic violence of Health

1 Graduanda de Psicologia da UFTM. Brasil. lacilaura_lamounier@hotmail.com.

2 Mestre em Psicologia pela UFU, Especialista em Programas e Projetos Sociais pelo IFTM e Psicóloga pela PUC Minas. Servidora municipal. Brasil. bruna.gibim@gmail.com.

Department of a city in Triangulo Mineiro. he experience took place from August 2015 to July 2016 through a partnership between a Psychology course of a Federal University with the program itself and the city Health Department. he internship objectives were: provide welcoming, individual psychological care and conduct referrals to health services and social care of women who have sufered or sufering any kind of violence; provide the student with experiences in health public policies, especially among women in situations of sexual and domestic violence; develop an attentive, humanized, ethical and critical clinical listening about gender violence. he internship was based on psychoanalytic theory because psychoanalysis helps us understand the individual and his internal mechanisms, to understand how to relate to each other and their symptoms, and also beyond the individual sphere, psychoanalysis very helps us think about violence in society. he cases seen in the Program portray this psychoanalytic listening experience and speech appropriation by the patient. As a case report, we will mention a case of a patient who came to the Program accompanied by her 16 year old daughter and husband. he initial demand was about her daughter had been sexually abused by her brother. he mother seemed quite depressed and was also ofered a listening space to her. hus, the internship experience was a challenge that led to the mobilization of afections. here were meetings that helped to uncover what was hidden and support that was helpless. From this case report, we can say that the care ofered to the patient a place of refuge, that she never had before, so she could speak about the violence experienced and feel cared for, supported. herefore, the internship was constituted as a powerful and transformative learning practice that helps to think about the care practice and attention to women victims of violence. **Keywords:** Gender violence. Psychoanalysis. Psychology.

1. Introdução

O presente artigo aborda a experiência de estágio em psicologia ocorrida em um programa de atendimento às mulheres em situação de violência sexual e/ou doméstica da Secretaria de Saúde de um município no Triângulo Mineiro. O programa está inserido em uma unidade de saúde especializada para atendimento às mulheres e oferece atendimento social, psicológico e médico ginecológico (continuidade da proilaxia para os casos de violência sexual) para as mulheres do município, independente de terem feito denúncia policial, através de demanda espontânea ou encaminhamento da rede. O serviço foi inaugurado em outubro de 2013 e já realizou cerca de 1293 atendimentos individuais e 279 ações educativas e preventivas junto à população (dados colhidos de outubro de 2013 até junho de 2016).

A equipe do programa é composta por duas psicólogas (sendo uma delas a Referência Técnica do Programa), uma assistente social, um médico e duas estagiárias de psicologia. Em casos onde há a necessidade de avaliação psiquiátrica e uso de medicamentos (casos graves de depressão, ansiedade, tentativa de autoextermínio) o

caso é encaminhado para psiquiatras da rede, que tem sido grandes parceiros no auxílio da melhoria de vida das mulheres.

A experiência de estágio no Programa ocorreu de agosto de 2015 a julho de 2016 através de parceria entre o curso de Psicologia de uma Universidade Federal com o próprio programa e a Secretaria de Saúde do município. Os objetivos do estágio foram: prestar acolhimento, atendimento psicológico individual e realizar encaminhamentos para a rede de saúde e assistência social de mulheres que sofreram ou que sofrem qualquer tipo de violência; proporcionar ao aluno experiências em políticas públicas na área de saúde, especialmente junto às mulheres em situação de violência sexual e doméstica; desenvolver escuta clínica atenta, humanizada, ética e crítica sobre violência de gênero. Além do acolhimento e atendimento psicológico e dos encaminhamentos para a rede parceira, as estagiárias participaram de ações específicas do programa como preenchimento da ficha de Notificação/Investigação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências (importante instrumento do Ministério da Saúde para viabilizar e efetivar políticas públicas) e realizaram ações educativas sobre violência de gênero na comunidade.

Os atendimentos clínicos objetivavam amparar a mulher em sofrimento, acolhendo, orientando e realizando os encaminhamentos necessários, tendo como abordagem teórica e prática a psicanálise. A supervisão clínica era realizada pela Referência Técnica do Programa.

2. A escuta psicanalítica

> O estágio foi embasado na teoria psicanalítica, pois a psicanálise nos ajuda a entender o individuo e seus mecanismos internos, a compreender a forma de se relacionar com o outro e seus sintomas, e também, além da esfera individual, a Psicanálise muito nos ajuda a pensar a violência na sociedade. Ademais, a prática clínica psicanalítica permite um encontro do sujeito consigo mesmo, propõe um rico espaço de escuta, de acolhimento e contribui para que o paciente questione sua relação com o mundo, de forma a se responsabilizar por seus sintomas (Gibim, 2015).

De acordo com Khel (2002), a Psicanálise trabalha com a circulação da palavra, tentando escutar e acolher os efeitos que ela produz nos indivíduos e na sociedade. Esse saber se interessa pela pergunta que não quer cessar, pelo que a sociedade não quer saber, por seu mal-estar. Assim, podemos compreender que a psicanálise se sustenta na indagação e na escuta do dito e do não-dito. Gibim (2015) propõe uma escuta que acolha o mal-estar e a alteridade, oferecendo sustentação para que perguntas surjam e interpretações façam relevo sobre aquilo que remete ao sofrimento e ao desamparo. Promover o acolhimento do mal-estar é fundamental em um atendimento que remeta às questões da violência, pois não são todos os

proissionais que conseguem lidar com este tipo de sofrimento. É comum ouvir queixas das pacientes do Programa sobre terem sido mal atendidas nos serviços especializados quando buscaram ajuda, o que pode demonstrar a diiculdade dos proissionais em lidarem com esse tipo de demanda de forma acolhedora e humanizada.

Portanto é fundamental estar aberto à essa escuta, é necessário escutar mais do que se relata, mais do que se diz. Minerbo (2009) compara a escuta analítica com a atividade do fotógrafo:

> Pode-se comparar a escuta analítica com a atividade do fotógrafo. A realidade do mundo está ali, tudo é e está visível. Entretanto, o fotógrafo com sua visão criativa, dirige seu olhar para um muro aparentemente banal e lagra, num canto, certa composição cromática inusitada ou uma textura interessante. Recorta e amplia aquele pedacinho, transformando o que sequer seria visto por nós em algo signiicativo. Amplia-se nossa capacidade de olhar para o mundo (MINERBO, 2009, p. 60).

Em um atendimento psicanalítico não temos como função ou objetivo dar respostas prontas ou pré-estabelecidas, mas sim possibilitar que o sujeito se aproprie de seu discurso através das intervenções que são realizadas. Para Silva Jr. e Besset (2010), a proposta é que o sujeito acredite em seu sintoma, acredite que possa dizer algo sobre ele. Portanto, é fundamental reintroduzir a palavra ali onde há violência. A palavra permite o adiamento, a simbolização, dá contorno, limite e os meios para que o sujeito possa pensar e nomear seu mal-estar. Se houver essa oportunidade, a violência pode perder seu valor destrutivo e seu valor de gozo, permitindo ao sujeito encontrar os meios de sair da repetição imposta por seu sintoma.

Os casos atendidos no Programa retratam essa experiência de escuta psicanalítica e de apropriação do discurso pela própria paciente. Como relato de caso, citaremos um caso clínico de uma paciente que chegou ao Programa acompanhada da ilha de 16 anos e do marido. A demanda inicial era sobre a ilha ter sido abusada sexualmente pelo seu irmão, que também foi atendida na unidade. A mãe se apresentava bastante abatida e ao perceber isso também foi oferecido um espaço de escuta. Durante o acolhimento ela relatou que também havia sido abusada quando criança e que nunca havia falado sobre isso com ninguém.

No decorrer dos atendimentos foram observadas algumas falas como: "Ele não me leva para uma pizzaria, não fazemos nada do que eu quero, apenas o que ele quer" (sic), se referindo ao marido. Ao ser indagada se ela se colocava e dizia o que gostaria de fazer, ela responde que não. Com o questionamento do porquê dessa atitude e dessa ação sempre ter que vir do outro, ela responde: "porque ele é o homem"
(sic).

Dessa forma, ampliando a escuta e tentando compreender o não-dito, pode-

mos observar que a paciente se anula e que há uma grande rigidez no que se refere ao modo como entende e vivencia os papéis sociais. Ao ser apontada essa rigidez em relação aos estereótipos de gênero a paciente diz: "Acho que isso tem a ver com a minha criação, eu fui educada como se tivessem obrigações que são de homens e obrigações que são de mulheres. Mas a mulher também pode fazer um convite, pode dizer o que ela quer, né?" (*sic*). Dessa forma, a partir da escuta do não-dito e das interpretações ancoradas no saber psicanalítico, foi possível intervir de modo a fazer a paciente reletir sobre como os papéis de gênero são vivenciados na sociedade e também em seu lar, causando uma mudança de posição subjetiva, mudança essa que permite o empoderamento das mulheres - fator primordial para o combate da violência de gênero.

Com relação ao abuso vivido aos 9 anos de idade, a paciente se apresentava

bastante resistente ao falar no assunto, sempre projetando seus sentimentos e angústias na vivência da ilha. Uma fala utilizada era: "que bom que a minha ilha falou o que aconteceu. A sociedade culpa muito quem vive esse tipo de situação" (sic). No decorrer das sessões essa fala tornou-se recorrente. Utilizando a lente psicanalítica, podemos compreender que ao falar sobre a importância da ilha estar sendo atendida, ela também diz de um desejo se ter sido escutada e de uma falta no que se refere ao amparo que não teve quando sofreu a violência. Além disso, podemos pensar no sentimento de culpa quando diz da reação da sociedade com relação a esses acontecimentos. De acordo com Rocha (1998), o desamparo – importante conceito freudiano, é uma experiência na qual o sujeito se encontra sem ajuda, sem recursos, sem proteção, sem amparo. Além disso, aponta que a angústia de desamparo manifesta-se quando a criança se sente ameaçada pela voracidade do desejo obscuro e desconhecido do Outro. Assim considerado, o desamparo é constituinte da inserção do sujeito no mundo da linguagem e deixa transparecer essencialmente uma falta fundamental.

Com o apontamento dessas questões a paciente relata: "me sinto culpada por não ter contado antes o que aconteceu. Talvez isso não tivesse continuado a acontecer e ele tivesse parado. É como se eu tivesse permitido" (sic). Também comenta receio em falar com a família sobre o que aconteceu. Ao ser indagada a paciente chega a seguinte conclusão: "acho que eu ainda me culpo pelo que aconteceu, por isso eu tenho medo que as pessoas me culpem" (sic). Dessa forma, a paciente pôde se apropriar de seu discurso, nomear seus sentimentos, reconhecer seus medos e culpas, possibilitando que isso fosse amparado e ressigniicado.

Foram trabalhadas questões relacionadas ao sentimento de culpa. Nas últimas sessões a paciente relata: "ainda não consegui falar com a minha família sobre o que aconteceu quando eu era criança, mas estou tentando falar mais sobre o que eu sinto, sobre minhas vontades. No sábado eu falei pro meu marido que eu tenho vontade de fazer outras coisas, que não podemos fazer só o que ele quer" (sic). Com

isso, podemos perceber que a escuta psicanalítica possibilita uma apropriação do próprio discurso e da própria vida, sendo ferramenta de transformação e mobilização de mudanças na dinâmica familiar, contribuindo pra o empoderamento feminino.

3. Conclusão

A experiência de estágio com mulheres em situação de violência possibilitou uma rica vivência clínica, possibilitando questionamentos sobre o lugar da escuta e do acolhimento no atendimento psicológico. Gibim (2015) pontua que abrir-se para ouvir o violento trata-se de uma posição difícil, que mobiliza diversos afetos em quem escuta, possibilitando o encontro com o outro.

> É a partir da posição de não-saber – posição dolorosa que envolve a falta de um terreno de verdades e certezas sobre o que outro é, tem e precisa – que se abre caminho para a mobilização que acolhe o sofrimento. O sujeito nessa posição é capaz de afetar-se, e assim, de suportar a dor do outro, no sentido de dar suporte, dar sustentação. A escuta acolhe o

> mal-estar e a alteridade, oferece sustentação para que perguntas surjam e interpretações façam relevo sobre aquilo que remete ao sofrimento e ao desamparo (GIBIM, 2015, p.77).

Dessa forma, a experiência de estágio foi um desaio que possibilitou a mobilização de afetos. Foram encontros que permitiram desvelar o que estava encoberto e dar suporte ao que estava desamparado. A partir do relato de caso apresentado, é possível airmar que o atendimento ofereceu à paciente um lugar de amparo, que ela nunca antes teve, para que pudesse falar da violência vivenciada e se sentir cuidada, amparada. Assim, o estágio constituiu-se como uma prática de aprendizado potente e transformadora que contribui para pensarmos acerca da prática no cuidado e atenção à mulher em situação de violência.

Referências Bibliográicas

GIBIM, B. A. *(Re)Signiicando a violência*: a escuta como produção de saber. 111f. Tese (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2015.

KHEL, M. R.; *Sobre Ética e Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MINERBO, M.; Tentativas e erros na escuta infantil. *Revista Percurso*, 2009, v. 21, n. 42, p. 57-66.

ROCHA, Z.; Desamparo e metapsicologia: para situar o conceito de desamparo no contexto da metapsicologia freudiana. *Síntese Revista de Filosoia*, 1999, v. 26, n. 86, p. 331-346.

SILVA JR, N. S., & BESSET, V. L. Violência e sintoma: o que a psicanálise tem a dizer? Fractal: *Revista de Psicologia*, 2010, v. 22, n. 2, p. 323-336.

A MATERNID*A*DE COMO CONFLITO E O FEMINISMO COMO RESPOST*A*:

NÃO SE N*A*SCE MULHER, TORN*A*-SE M*Ã*E

Carolina Alves Leite[1]

RESUMO: O artigo tem por objetivo abordar a maternidade concebida pela família estruturada na submissão feminina e como teorias feministas debatem a questão, oferecendo à maternidade suporte relexivo. Para sua elaboração, foi utilizada pesquisa bibliográica base e recorte de pesquisa de mestrado. Como elemento articulador de análise, a maternidade é vista como relacional, marcadora de gênero e envolta entre relações de poder. Para destacar como os feminismos politizaram a maternidade, ao contestar o determinismo biológico e subsidiar o olhar de submissão do corpo feminino, aborda-se como diversas teorias feministas abordaram o tema, vendo a maternidade tanto como uma condição desfavorável como empoderadora, em destaque para um novo modelo de maternidade (BADINTER, 2011) legitimado pelas mudanças na estrutura familiar (CASTELLS, 2000).

Palavras-chave: Maternidades. Feminismos. Família.

ABSTRACT: he article aims to approach the admitted maternity by structured family in female submission and how feminist theories discuss the question, ofering relective support for the maternity. For its preparation, it was used base bibliographical research and clipping of Master Degree research. As articulator element of analysis, the motherhood is seen as relational, gender marker and surrounded among power relations. In order to highlight how feminisms politicize motherhood, to contest the biological determinism and to subsidize the submission vision of the female body, it is discussed how various feminist theories approached the issue, seeing motherhood as much as an unfavorable condition as empowering, especially for a new maternity model (BADINTER, 2011) legitimated by changes in family structure (CASTELLS, 2000).

Keywords: Maternities. Feminisms. Family

1. Introdução

Os papéis sociais das mulheres-mães nas famílias sempre permearam uma série de questões problemáticas, apoiadas em concepções fantasiosas sobre um

modelo ideal de maternidade, realizada integralmente e no momento em que a mãe se encontra jovial e saudável para maternar. Apesar dos avanços e mudanças nos arranjos familiares e das concepções apontadas pelas teorias feministas, os estudos de mulheres

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí. E-mail: carol.
qiso@gmail.com

e os estudos de gênero, as mulheres quase sempre continuam a serem vistas partindo de sua natureza biológica e sua capacidade de gerar ilhos.

Dentre os conlitos que envolvem a maternidade, tem-se a escolha de postergar a maternidade e engajar-se na independência inanceira ou dedicar-se integralmente à maternidade e interromper a vida proissional e, porventura, a ascensão. Tamanha a exigência de um modelo de maternidade exercida de forma exclusiva, intensiva e ideal sob responsabilidade da mulher, que a mulher contemporânea passa a enxergar três caminhos: ser mãe, ser mulher, ser mulher e ser mãe (BADINTER, 2010), enquanto a sociedade outorga a ela apenas um: ser mãe.

Contrapondo o que a sociedade continua a esperar tradicionalmente, as mulheres ousaram assumir o que não se esperava delas. Estas se ocuparam com tarefas que extrapolam sua jornada diária, evidenciando uma nova mentalidade sobre maternidade realizada em conjunto com o exercício proissional. É comemorada a ideia de uma jornada tripla em que a mulher é colocada em um patamar, como uma força da natureza capaz de dar conta de todas as tarefas as quais lhe são atribuídas.

De repente a sociedade passa a endossar o "ser mulher" e "ser mãe", fundido em um "ser mulher-mãe". Porém, tal condição se dá de maneira camulada, o que irá conigurar uma nova face para as problemáticas do universo feminino. Ser mulher-mãe seria assumir todos os papéis domésticos ao mesmo tempo que exerce protagonismo na vida pública? Não estariam as mulheres tão azafamadas com as exigências da sociedade (que agora cobra a transição entre esses dois caminhos) que continuam a anular o caminho de "ser mulher" que dever-se-á fazer delas sujeitas de sua própria história? Ainal, o que seria esse "ser mulher"?

A sociedade aceita a existência do "ser mulher-mãe" mas insiste no peso maior da natureza e do determinismo biológico. Ao se constituir o "ser mulher-mãe", este segue insuiciente em atender as exigências os quais está submerso, será preciso excluir o "ser mulher" o máximo possível e subtrai-lo de vez para que se retorne à exclusividade do "ser mãe", já que a maternidade deverá ser exercida de forma intensiva, anulando explicitamente a mulher de sua condição de sujeita. Não se nasce mulher, para torna-se mãe. Teriam as mulheres sequer transitado entre o "ser mulher"?

Nesse sentido, diversas vertentes feministas se posicionam a debater a permanência da sujeição das mulheres no espaço familiar. Com isso, no presente artigo, pretende-se reportar o debate controverso dos feminismos a respeito das maternidades, ao desvendar de que forma o feminismo é para a questão da

reprodução feminina e do exercício da maternidade uma resposta, redentora ou empoderadora.

2. Feminismos como resposta: o discurso feminista na mediação de identidades e maternidades

O debate feminista sobre maternidade ganhou força com as modiicações e avanços trazidos pela industrialização e urbanização na sociedade, além das mudanças ocorridas nas conjunturas familiares, nas relações de gênero, nas expressões de liberdade e de sexualidade e nos desejos individuais da mulher. O mundo globalizado levou à relexão sobre o exercício da maternidade como construção social (SCAVONE,

2001).

Assim, as conquistas tecnológicas foram grandes contribuintes para o movimento feminista, e as mulheres com mais acesso à informação passaram a consumir tecnologias reprodutivas (contraceptivas e conceptivas) que lhes ofereceram a possibilidade de escolher com autonomia a realização de uma maternidade planejada. A partir daí a maternidade passa a ter uma dimensão relexiva, condicionada por fatores subjetivos da vida da mulher (SCAVONE, 2001).

A trajetória histórica da sociedade moderna ocidental oferece rastros de que os exercícios de maternidade sofreram alterações de âmbitos sociais, econômicos e culturais. Ainda assim, na atualidade, as experiências de mulheres enquanto mães são marcadas por inúmeros conlitos, pois a tradição baseada na hierarquia e em modelos predeterminados sobre o homem e a mulher atravessa os modos de subjetivação (BADINTER, 1985).

É diante dessa questão que o feminismo surge como ação política em busca de uma resposta às aspirações das mulheres por direitos, relacionado inicialmente, segundo Jácome (2007), à construção da cidadania no inal do século XVIII, era da Modernidade, tendo a Revolução Francesa como marco. As primeiras lutas sociais de mulheres surgem caracterizadas por reivindicações que almejavam uma cidadania mais ampla com base em direitos iguais aos dos homens. Não se evidenciava nas lutas até então, o lado privado das obrigações socialmente instituídas às mulheres: os cuidados com a casa e a família.

Essa primeira fase de surgimento do feminismo, não se pensava a intervenção do espaço privado, a maioria das feministas da época (século XIX e início do século XX) reivindicavam mudanças e conquistas nos espaços públicos, mas não pensaram o papel especial da mulher na família e no âmbito doméstico. Segundo Okin (2008), as feministas da primeira onda, preocuparam-se em defender oportunidades, como educação e sufrágio, argumentando que com a conquista desses direitos as mulheres seriam esposas e mães melhores, com melhor capacidade para sensibilidade moral, desenvolvida da melhor forma na esfera doméstica. Ou seja, não abriam mão da privacidade e não-intervenção do estado em sua casa. O papel de mãe, dona-de-casa e esposa comprometida permaneciam intocáveis. Era ignorada a divisão do trabalho dentro da família, não considerando a dimensão de justiça social e as formas de dependência econômica relacionadas ao âmbito familiar, bem como a estrutura de poder. A família era vista como não-política.

Posteriormente a essa fase inicial das ideias feministas, em um cenário de inquietação e rompimento com os costumes da sociedade tradicional, os movimentos contestatórios de sujeitos coletivos trazem para a arena política novos posicionamentos em defesa da liberdade e luta por cidadania, tornando visível e impactante o campo das lutas sociais e da efervescência cultural dos anos 1960, ao desaiar as estruturas normatizadoras da social democracia pós-guerra e da globalização hegemônica neoliberal. É aí que surge a segunda onda do feminismo, inserindo o pensamento crítico sobre a naturalização da condição da mulher, das relações de poder e de gênero, e denunciando que a opressão sofrida pelas mulheres

acontece em dimensões pessoais, sociais e políticas (JÁCOME, 2007). Ocorre então o deslocamento da preocupação com a igualdade para a preocupação com a diferença e a identidade (HITA, 2002).

Nesse momento, o feminismo traz para o espaço da discussão política questões até então vistas e tratadas como privadas, rompendo com a dicotomia do público-privado, base do pensamento liberal sobre a política e o poder público. A partir daí a luta feminista passa a ter uma dimensão relexiva, condicionada por fatores subjetivos da vida das mulheres, dando visibilidade pública e caráter político aos dramas íntimos do universo feminino, dentre eles, a relação entre reprodução e sexualidade, entendendo-as como parte das construções culturais que oprimem as mulheres. A mulher passa a ser vista além do âmbito doméstico e coninada à maternidade e movimenta-se para sua emancipação, não mais excluída do trabalho produtivo social e coninada ao trabalho privado.

Assumindo uma abordagem teórica construcionista, em que o corpo é uma variável que se constrói na interseção entre aquilo que é herdado geneticamente e aquilo que se aprende quando se torna sujeito de uma determinada cultura (MEYER, 2009), aborda-se aqui a maternidade como marcadora de gênero, relacional e envolta entre relações de poder, desigualdades sociais, raciais e étnicas. Dessa forma, esse fenômeno social não atinge todas as mulheres da mesma forma, mesmo existindo um modelo de maternidade que prevalece nas sociedades contemporâneas ocidentais, o de maternidade conciliada ao trabalho da mulher.

De fato, a capacidade de reprodução assume relevante papel na construção da identidade feminina, sendo que o próprio corpo feminino detém uma especiicidade que marca a inserção da mulher na realidade social. Assim, a maternidade enquanto fenômeno que se passa no corpo da mulher, é sem dúvidas um elemento constitutivo da identidade social feminina. Entretanto, o fato de não contemplar a todas as mulheres de forma igual demonstra que as experiências de maternidades se constituem em formas diversas de identidades.

Evidencia-se com isso que a maternidade é socialmente construída como um rito de passagem o qual toda mulher é inligida a passar, ao se deparar com a imposição legitimada de que a mulher só se torna completa ao exercer a maternidade. Essa concepção reforça a ideia de que a felicidade de toda mulher é fundada no espaço doméstico do cuidado, excluindo-se o sujeito mulher, pesando para as mulheres que não exercem a maternidade, o estereótipo de infelizes, incompletas e menos mulheres.

Dessa forma, quanto a esse destino inlexível do determinismo biológico que aprisiona as mulheres ao lar e à maternidade, as feministas respondem com a defesa da autonomia das mulheres como princípio inegociável. Para elas, as mulheres podem e devem ter um projeto, uma existência com signiicado próprio (ÁVILA E CORRÊA, 1999).

As teorias dos feminismos valeram-se de relexões sobre o signiicado da maternidade ao longo de suas implicações, segundo Scavone (2001), inicialmente as correntes teóricas radicais consideravam a maternidade como um fardo que coninava

a mulher à espécie e determinava seu lugar na família e na sociedade. É aí que se dão condutas de recusa à maternidade no movimento feminista, sendo este o caminho proposto para alcançar a liberdade e negar o fatalismo biológico feminino.

Uma segunda corrente feminista mais radical, segundo Scavone (2001) condicionava a libertação da mulher com os adventos tecnológicos da reprodução artiicial que vinham surgindo, supondo que a gravidez não mais se passaria no corpo da mulher. Scavone (2001) destaca por im, outra terceira corrente feminista, que inspirada na Psicanálise, passa a perceber a maternidade como parte essencial da história das mulheres, considerada como um poder insubstituível que só estas possuem. Entretanto, Badinter (2010) airma que ao resgatar a maternidade enquanto condição empoderadora, os novos feminismos voltam a reproduzir as ideias que as mulheres devem ocupar os campos de domesticidade na família e assim retornarem à condição de cárcere no âmbito privado.

A análise do feminismo radical-materialista põe ao abate uma maternidade compulsória (RICH, 1980), consistindo na ideia de que as mulheres se tornam mães por terem sido engendradas durante toda a vida a exercerem esse papel. Com os aparatos de autonomia sexual e as novas tecnologias reprodutivas, aposta-se mais do que nunca na ideia de maternidade como uma escolha e em contraposição a ideia de que a maternidade justiicaria a submissão da mulher que o feminismo maternalista defende a maternidade como uma forma de expressão da identidade feminina e reivindica o exercício de uma maternidade livre, resguardada e protegida como uma função social (THÉBAUD, 2003). Pensando assim, esse feminismo se posiciona como uma resposta à compreensão elaborada por campos religiosos e médicos sobre a maternidade, considerando sua historicidade como um ponto crucial para o debate sobre a história das mulheres e da dinâmica de gênero, rompendo com estruturas sociais perpetuadas e tendências conservadoras.

A maternidade passa a ser vista como uma contribuição social positiva e como um direito do corpo, dando às mulheres uma nova conjuntura para começar a reletir e organizar a opção por ter ou não ter ilhos. A mulher contemporânea assume posse de seu próprio corpo ao sentir-se livre em exercer uma maternidade por escolha e não por imposição social.

Segundo Roudinesco (2003), as mulheres passam a adquirir o poder de atentar contra o caráter sagrado do sêmen masculino, para a satisfação de um prazer distinto do prazer de exercer a maternidade, podendo proibir o sêmen de realizar a geração como um dever coninado pela natureza, ao mesmo tempo em podem procriar livremente sem prazer, trocando o ato sexual por uma conduta médica. Assim, no século XXI, invés de transmitir "a vida e a morte", como haviam feito durante muito tempo, as mulheres podem recusar o próprio princípio da transmissão, podendo igualmente controlar o número de ilhos, se recusando a ter uma quantidade extensa de gestações, podendo se tornar, quando bem quisessem, estéreis, libertinas, namoradas de si mesmas, sofrendo menor condenação moral ou justiça repressora.

A crítica feminista vem contribuindo para a tomada de consciência das mulheres na construção de uma escolha relexiva sobre a maternidade, em que os

papéis do pai também são discutidos (SCAVONE, 2001). É nessa perspectiva que se observa o desaio de inserir os companheiros nas atividades domésticas, para que a divisão ocorra de forma equitativa no cuidado com as casas e os/as ilhos/as. O problema não mais consta somente nas diiculdades que a maternidade traz à vida da mulher, mas também na divisão das responsabilidades entre os cônjuges e os obstáculos para conciliar a carreira proissional com a maternagem.

Para Saioti (2013), a maternidade não pode ser encarada como uma carga exclusiva das mulheres, pois estando a sociedade interessada no nascimento e socialização de novas gerações como condição de sua sobrevivência, esta deve pagar uma parte do preço da maternidade e encontrar soluções satisfatórias para os problemas de natureza proissional que a maternidade cria para as mulheres, evitando o absenteísmo feminino no trabalho.

É com ingresso das mulheres no mercado de trabalho que o movimento feminista vai exigir creches para dividir com a sociedade a educação de seus ilhos/as, articulando nos anos 1970 os movimentos sindicais pela reivindicação de creches para as mulheres, para que descem conta de seus interesses individuais. Posteriormente, nos anos 1980, passa-se a reivindicar por creches não só para as mães, como também para as crianças, colocando os ilhos/as na centralidade na família e as creches como o direito a educação das crianças pequenas articulado aos direitos trabalhistas das mães e dos pais (FARIA, 2006).

A criança colocada como centro no seio familiar é uma marca das diversas mudanças que substanciaram tendências em quase toda parte do mundo industrializado, evidenciando uma diversidade nas formas de família. Nas últimas décadas os principais elementos das vidas sexuais mudaram, separando a sexualidade da reprodução, e a sexualidade desconectada do casamento, que tem apresentado caráter diversiicado, não mais como base deinidora da união. Hoje fala-se em relacionamento, como uma unidade baseada na intimidade e na comunicação emocional (GIDDENS, 2000).

Com o crescimento da intimidade, aumenta-se o questionamento sobre a inclusão do privado no público como forma de aumentar a cidadania. Ao mesmo tempo em que se mudam os modelos de família, modiicam-se também os papéis dos membros, suas signiicações e as desigualdades legalmente deinidas, de modo que a família tem se aproximado cada vez mais da ideia de igualdade e, como ressalta Giddens (2000) se assemelhado aos ideais de democracia.

Ao questionar a inserção do privado no público, o feminismo coloca em debate a divisão sexual do trabalho e o cuidado com as crianças como capacidade inata da mulher, buscando compreender e discutir a maternidade como uma dimensão implicada em processos de dominação e subordinação que regem as relações entre os sexos. Pretendendo romper com categorias ixas de uma identidade feminina única, o feminismo, em seus desaios internos e externos, através de ampla variedade de argumentos e teorias, não se constituindo como um único projeto, luta contra essa sociedade disciplinar que oprime a mulher através do modelo idealizado de maternidade.

3. A maternidade como conlito: a cobrança e o coninamento na família

A representação de que toda mulher é uma mãe instintiva e que a maternidade é sempre algo desejado como a realização de um sonho ou de um projeto de vida, é um conhecimento assumido como universal, que incorpora, reproduz e tenciona a maternidade através da dimensão central da dedicação exclusiva e da presença físico-psíquica integral. Tal concepção de maternidade ideal e bem-sucedida pretende uma problemática, podendo acarretar efeitos devastadores no modo como mães e pais são tratados nos cotidianos, além de formar uma expectativa nociva na/s vida/s da/s criança/s envolvida/s.

Segundo Meyer (2009), alguns desses atributos da mulher enquanto sujeito maternal, paciente, altruísta e benevolente, remetem aos séculos XIII a XV, quando setores da Igreja Católica começaram a investir no culto mariano para instaurar uma espécie de feminização e domesticação feminina, sofrendo reformulações com os humanistas até chegar às novas versões da modernidade, inal do século XVIII, com a criação do amor romântico, do lar e das novas relações entre pais, mães e ilhos/as (GIDDENS, 1993).

A partir dessa visão da Igreja, a sociedade ocidental tem investido numa coerência entre sexo, gênero e sexualidade, o que Butler (2008) chama de "ordem compulsória" heteronormativa e legitimada, em que é sustentada a ideia de um único padrão de vida em sociedade, pautada em valores da família nuclear tradicional.

Para Goldani (2005), as discussões sobre família nuclear izeram ressurgir a polêmica ideia de que a instituição familiar está em diiculdades e ameaçada, especulação que aparece nas arengas e discursos de líderes políticos e religiosos. Nesse sentido, a linguagem sobre família aparece muito mais associada com a ordem patriarcal estabelecida do que com as mudanças nos padrões de comportamento e nas estruturas familiares.

Assim, observa-se que no Brasil, o patriarcado se valeu do sexismo e do racismo para manter seu poder político e econômico. Segundo ressalta Del Priore (1995), no Brasil Colônia, as famílias acertavam o futuro do casal como um contrato onde a vida da mulher era ajustada na geração e cuidado de ilhos.

A exclusividade no trato dos problemas domésticos assegurou a supremacia da mulher no lar, o que foi estruturante para a idealização da mãe. Com isso, concretizou-se uma contenção dos espaços sociais de pertencimento para cada um dos sexos. A família foi delineada como espaço feminino por excelência, em contrapartida, o espaço público ou social seria o lugar para o exercício do masculino (DEL PRIORE, 1995).

É importante deinir o patriarcado como uma especiicidade no interior das relações de gênero. Historicamente, é o mais antigo sistema de dominação e exploração, surgindo posteriormente o racismo e depois o capitalismo (SAFFIOTI, 1987). A perspectiva feminista e marxista do patriarcado vincula a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista.

Segundo Saioti:

> (...) o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

Esta supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das femininas, legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia feminina e estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (NARVAZ; KOLLER, 2006).

O modelo nuclear de família surge então como consequência do declínio do poder patriarcal no meio doméstico na segunda metade do século XIX. Assim, a autoridade patriarcal é substituída por uma idealização materna, que é parte integrante da construção da maternidade, que se deu como um instrumento de ediicação dos valores propagados pelo amor romântico essencialmente feminilizado (GIDDENS, 1993).

Essa concepção segue a perpetuar expectativas quanto aos papéis sexuais e a divisão sexual no mercado de trabalho, fazendo com que homens e mulheres adotem papéis distintos baseados nos sistemas de crenças da sociedade. Com isso, as disposições consideradas "femininas", inculcadas pela família, se expandem até mesmo nos espaços os quais as mulheres parecem exercer tal empoderamento. Na forma de recompensas, essas disposições reforçam a dicotomia sexual, isso relete no âmbito privado e também no público, nos cargos destinados à mulher no mercado de trabalho, quase sempre exigindo a sua submissão.

Bourdieu (2003) diz que, enquanto vítimas da dominação simbólica, as mulheres acabam sendo induzidas a reproduzirem na forma de vocação, as tarefas subordinadas que lhe são atribuídas, por suas consideradas virtudes de submissão, de gentileza e abnegação, particularidades de uma "mãe ideal". Enquanto isso, os homens não podem rebaixar-se a tarefas designadas como inferiores. A ideia de que eles sejam capazes de realizar tais atividades está completamente excluída. Quando existe a possibilidade destes realizarem tais tarefas tidas como "femininas", estas são imediatamente vistas como nobres e difíceis, principalmente quando exercidas fora da esfera privada (BOURDIEU, 2003).

Nesse decurso, mesmo com as mudanças que vem ocorrendo na vida íntima e privada, principalmente na família e nas relações de gênero, com a emergência dos novos modelos de sexualidade, parentalidade e amor, a maternidade continua a ser um tema delicado quando é legitimado no imaginário das próprias mães que esta é uma obrigação que encarrega única e exclusivamente à mulher, extinguindo os homens e os demais aparatos da responsabilidade.

Emerge uma nova concepção de família moldada no individualismo (VELHO, 1999) e no amor próprio, fazendo com que a maternidade adquira novo caráter. As mulheres absorvem o novo discurso sobre o ser mãe. O que antes era uma servidão passa a ser dimensionado como uma função legitima de poder. É

realçado o tom do ser mãe como um ato de coragem e de amor a ser exercido pela mulher com prioridade (IRIGARAY, 1993). A própria mulher faz questão de excluir o homem dos cuidados com os/as ilhos/as, tendo em vista que o exercício da maternidade é para ela experiência intransferível (WOODWARD, 2012).

Segundo Roudinesco (2003), com as mulheres progressivamente dominando os processos de procriação, são acusadas de serem responsáveis por um cerceamento das diferenças que atentava contra a essência dos homens. Ao "tocarem o sêmen masculino", as mulheres tornaram-se criminosas e devem seu novo poder menos à sua feminilidade do que a uma inversão da ordem procriadora que as reconduz ao reino materno.

Badinter (1985) diz que se opera, no im do século XVIII, uma espécie de revolução das mentalidades, em que a imagem e importância do papel da mãe modiica-se radicalmente. Desloca-se a ideia de *instinto materno* para a de *amor materno*, impondo a obrigação às mulheres de serem mães antes de tudo, engendrando o mito do instinto em um amor espontâneo e *glamourizado* de toda mãe pelo/a ilho/a. Dessa forma, mesmo com a mudança de vocabulário, ainda se conservam as ideias e semelhanças entre os termos, como também a persistência de comportamentos (BADINTER, 1985).

Ainda é um tabu falar dos sofrimentos e perdas que mulheres mães vivenciam, como se as mães tivessem obrigação de estarem sempre intactas e inabaláveis, sempre pronta para lidar com as obrigações familiares, evidenciando como a mulher é um elemento chave para a existência da família (FAVARO, 2007), e suas vontades individuais, em detrimento dos interesses do grupo familiar, representam uma ameaça perigosa ao modelo de organização social familiar, associando tal individualidade a uma conduta moral negativa.

Mesmo assim, observa-se na atual conjuntura, que os meios de comunicação de massa têm veiculado a atuação da mulher na sociedade contemporânea, sob a nova perspectiva do empoderamento feminino. As mulheres são destacadas como propulsoras da mudança no âmbito privado, devido ao grau de consciência que adquirem por meio de suas lutas e reconhecimento de seus direitos, impulsionando mutações no contexto familiar a partir de que enfraquecem o patriarcado ao se inserirem no mercado de trabalho (CASTELLS, 2000).

A distribuição das mulheres na estrutura ocupacional da sociedade, bem como suas chances de construir trajetórias ocupacionais, foi consolidada a partir de diversos contextos societários, que segundo Picanço (2005) está associada primeiramente a diversas motivações pessoais, como a realização individual, o desejo de autonomia e de independência, que estão ligados aos valores mais modernos resultantes tanto das lutas feministas, quanto do processo de individualização da sociedade contemporânea; e por segundo, quanto à necessidade econômica, para a complementação da renda familiar, em especial em sociedades desiguais. Disso, tirando dois sentidos: o do trabalho vivido como satisfação e o do trabalho como obrigação.

Tal ressigniicação das identidades femininas, pressupõe um avanço democrático com relação aos mecanismos de diferença entre os sexos, entretanto não signiica uma total dissipação das desigualdades, demonstrando que mesmo estando em condição de trabalhadora empoderada, a mulher convive concomitantemente com práticas tradicionais, exercendo intensivamente o papel de mãe, de representação doméstica e muitas vezes envolta em permanências de submissão à dominação masculina.

Dessa forma, a problemática sobre a maternidade se expande, evocando a necessidade de se pensar novas relações de gênero, dando importância aos papéis masculinos na família, que também são permeados pelo conjunto de transformações ao atingirem costumes e códigos simbólicos da dimensão identitária e cultural dos gêneros.

Matos (2005) em sua pesquisa qualitativa sobre destradicionalização das masculinidades na sociedade brasileira, investigou detalhadamente as práticas e percepções de gênero no trabalho doméstico e no cuidado dos ilhos, observando a possibilidade ou não de um processo de mudança para masculinidades. Com isso, veriicou que os homens estão passando por um processo de transformação nos valores de gênero, nas percepções e apresentações de si masculinas, tomando assim uma destradicionalização e democratização desses valores.

Contudo, Matos (2005) conclui essas transformações enquanto incompletas, ao observar que não transbordam para a práxis, icando apenas nas fronteiras identitárias, sobretudo no que diz respeito à esfera mais íntima da divisão do trabalho no mundo doméstico e no cuidado com ilhos/as e doentes na família. Consubstanciando-se assim em uma dominação masculina exercida de forma convencional.

É nesse contexto de se pensar a igualdade e a diferença entre mulheres e homens, que se pautam as discussões do movimento feminista, embaladas por movimentos contestatórios de rejeição ao pensamento ocidental, androcêntrico, branco e heterossexual. Com isso, pretende-se resgatar a seguir, discussões feministas que propõem alternativas à maternidade pensada no âmbito do conlito, da lógica da dupla ou tripla responsabilidade.

4. Considerações Finais

Os debates feministas contribuíram para formar a politização da maternidade, que muito vem se mostrando em práticas discursivas e representações sociais na contemporaneidade. Ao contestar o determinismo biológico e reivindicar a inserção do privado no público, o movimento feminista subsidiou um olhar para a maternidade como produção de gênero, formulada a partir de implicações sociais os quais o corpo feminino é submetido.

Ao proporcionar a relexão sobre maternidade, as mulheres passaram a colocar questões tanto particulares quanto múltiplas, em que são posicionadas prioritariamente como mães, parceiras conjugais e escravas biológicas. De forma central, as mulheres carregam a culpa de serem responsabilizadas única e

exclusivamente pela maternidade, pelo cuidado e socialização de ilhos saudáveis e bem-sucedidos.

O feminismo contando com a disseminação dos estudos de gênero, começa a discutir os papéis na família, procurando compreender suas novas particularidades e elementos constitutivos das relações de poder a partir das múltiplas realidades históricas, sociais e culturais de mulheres e homens. A articulação do feminismo com a ideia de multiplicidade de famílias em detrimento da família nuclear tradicional, demarcou ao mesmo tempo a ideia de experiências plurais de maternidade e não apenas o modelo ideal concebido pela cobrança imaginária social do senso comum.

Referências Bibliográicas

ÁVILA, Maria Betânia & CORRÊA, Sonia. O movimento de saúde e direitos reprodutivos no Brasil. *In:* GALVÃO, Loren & DÍAZ, Juan. *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil*. São Paulo: Population Council e Editora Hucitec, 1999.

BADINTER, Elisabeth**.** *Um Amor conquistado*: o mito do amor materno. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*: feminismo e subversão da identidade; Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. Revista Gênero, 2005, vol. 5, n. 2, p. 52-76 *In:* PISCITELLI, Adriana. *Olhares feministas*. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do Corpo*: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. *Cadernos Pagu*, Campinas, 2006, v.26, p. 279-287.

FAVARO, C. Mulher e Família: Um Binômio (quase) Inseparável. *In:* Strey, M. N.; Neto, J.A.S. & Horta, R. L. (org). *Família e Gênero*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1993.

_____, Anthony. *Mundo em descontrole*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 60-108.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*. n. 1, Campinas, 2005, p. 68-110.

HITA, Maria Gabriela. Igualdade, identidade e diferença(s**):** feminismo na reinvenção de sujeitos. *In:* ALMEIDA, Heloisa Buarque de; COSTA, Rosely Gomes; RAMIREZ, Martha Celia (Coords). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista, 2002, p. 319-350.

JÁCOME, Márcia Larangeira. Apontamentos sobre a ação dos movimentos de mulheres por direitos no Brasil na Segunda Metade do Século XX. *In:* ROMANO, Jorge & ATHIAS, Renato (Orgs). *Olhar crítico sobre participação e cidadania*: trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil. São Paulo: Action Aid e Expressão Popular. 1. ed., 2007, p. 187-221.

MATOS, Marlise. A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil. *In:* ARAÚJO, Clara & SCALON, Celi (Orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 132-171.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Corpo, saúde e gênero: fragmentos de histórias sobre corpos e vidas maternas. *In:* TORNQUIST, C.S; COELHO, C. C.; LAGO, M.C.S.; LISBOA, T.K. (Orgs.) *Leituras de resistência*: corpo, violência e poder. Florianópolis: Mulheres, 2009, v.2, p. 105-117.

NARVAZ, Martha Giudice e KOLLER, Silvia Helena. Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. *PSICO*. Porto Alegre: PUCRS, 2006, v. 37*,* n. 1, p. 7-13.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes C. de. A provisão da família: redeinição ou manutenção dos papéis? *In:* ARAÚJO, Clara & SCALON, Celi (Orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 132-171.

PICANÇO, Felícia Silva. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. *In:* ARAÚJO, Clara & SCALON, Celin (Orgs,). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 149-172.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs*, 1980, v. 5, n. 4, p. 631–660.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Trad. André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

_____, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes* – mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*. n.16. Campinas: Unicamp, 2001, p.137-150.

_____. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface* – Comunicação, Saúde, Educação. Botucatu, 2001, v.5, n.8, p. 47-59.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, 1995, v. 20, n. 2.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In:* SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 7-72.

AS MULHERES DE *TPM:* IM*A*GENS *ACERCA* DAS C*A*PAS D*A* REVIST*A* FEMININ*A*

Vanessa Costa Trindade[1]

RESUMO: Neste trabalho observamos oito capas da revista feminina *Tpm* (edição 120 a 127) visando a perceber, a partir das personagens ali estampadas, que imagens de mulheres são compartilhadas pela publicação. A escolha de tal revista se deu pelo fato de ela ser a única do gênero a assumir editorialmente o compromisso de falar sobre e para a "mulher real". Já a opção por analisar apenas as capas se deve, entre outros aspectos explorados no artigo, ao fato de elas poderem ser acessadas por qualquer um que as visualize tanto no formato impresso quanto difundidas em ambientes digitais. Ademais, tomamos a capa como um dispositivo midiático, dispositivo que inscreve um texto verbo-visual que acaba orientando e reforçando comportamentos considerados naturais. É para a dimensão da imagem deste texto que nos voltamos aqui. **Palavras-chave:** Capa de revista. Texto Verbo-visual. Imagem. Mulheres.

ABSTRACT: In this paper we observe eight covers of women's magazine *Tpm* (issue 120-127) aiming to realize, from there printed characters, which are the images of women that are shared by this publication. he choice of such magazine was due to the fact that it is the only of its kind to take editorial commitment with the "real woman". he decision of analyze only the covers is due to the fact of them can be accessed by anyone who view them both in print as widespread in digital environments. In addition, we take the cover as a media device, a device that enters a verbal-visual text that ends up guiding and reinforcing behaviors considered natural. Here, we look at the perspective of the image of this text.

Keywords: Magazine Cover. Verbal-visual Text. Image. Women.

1. A *TPM* e seu compromisso com a "mulher real"

A revista feminina *Tpm* (Trip Editora) surge em 2001 propondo-se a trazer um conteúdo inovador que vai além de receitas e promessas relacionadas a beleza, sexo, relacionamento e carreira - temas comumente associados ao universo das mulheres por esse tipo de publicação. Para reairmar esse compromisso inicial, no ano de 2012, lança como editorial da edição 120 o Manifesto TPM[2], texto no qual questiona a relação das revistas femininas com suas leitoras e lembra que seu egajamento é com a "mulher real". Para tanto, compromete-se a questionar nas edições seguintes "os pa-

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG). País: Brasil. E-mail: vancotrin@gmail.com.

2 O Manifesto TPM está disponível em http://revistatrip.uol.com.br/tpm/voce-e-livre. Acesso em 31/10/16.

drões impostos pela sociedade às mulheres, como a busca pelo corpo perfeito ou uma família 'margarina', além de tabus como a descriminalização do aborto"[3].

Em nosso projeto de tese[19], izemos um levantamento de todas as revistas auditadas pelo Instituto Veriicador de Circulação (IVC) identiicadas como pertencentes ao segmento "Feminino" e também consultamos as revistas pertencentes aos segmentos "Beleza", "Moda" e "Saúde" - pois identiicamos nesses três segmentos revistas que conhecemos cotidianamente como femininas. Feito isso, acessamos os sites das editoras responsáveis pelas publicações listadas e veriicamos se havia outras publicações categorizadas pelas próprias editoras como femininas, que também foram acrescentadas à nossa lista. Por im, consultamos os sites de cada publicação e veriicamos se elas realmente eram voltadas para o público feminino e como elas se apresentavam para suas leitoras. Entre as 22 revistas levantadas, a *Tpm* foi a única que trouxe o combate aos estereótipos e padrões impostos às mulheres como compromisso editorial e, por conta disso, acaba se distinguindo de suas congêneres, conigurando-se, a nosso ver, como um lugar bastante rico para observação da construção incessante de modos de ser mulher atualmente.

Tendo por base as características da publicação destacada e o trabalho de doutorado que estamos desenvolvendo, desejamos observar que modelos de vida são compartilhados quando a revista elege determinada personagem para estampar sua primeira página. Perguntamos, então: a partir das mulheres retratadas nas capas de *Tpm*, que imagens femininas são construídas?

Visando a responder essa questão, iniciamos o artigo justiicando a escolha da capa em detrimento do miolo da publicação. Ademais, aqui ela é tomada por nós como um dispositivo midiático que encarna um texto verbo-visual (Abril 2007; 2013) que diz de modos de ser e agir. Como exercício analítico, observamos as capas de *Tpm* veiculadas durante o ano de 2012 a partir da edição 120, em que é publicado o manifesto acima relatado. Nessas capas, examinamos as personagens estampadas segundo a dimensão da imagem desse texto verbo-visual com que trabalhamos e, ao inal do artigo, realizamos alguns apontamentos acerca dessa breve investigação.

2. A capa, o texto verbo-visual e a dimensão da imagem

Diferentes características da capa de revista fundamentam nossa escolha por selecioná-la para observação. Em primeiro lugar, a capa é a página mais importante da edição (CARDOSO, 2012). É ela a responsável pela venda da revista e, desse modo, pela venda de páginas para anúncios publicitários. De acordo com Koop

[19] Tal projeto tem a seguinte pergunta orientadora: como a revista feminina *Tpm*, a partir dos corpos que traz verbal e visualmente estampados em suas capas, institui continuamente modos de ser mulher no Brasil hoje?

(2008), é função da capa dizer da identidade da publicação, pois se trata do primeiro contato com o leitor. Conforme esse autor, a capa deve possibilitar que o leitor saiba do que a revista fala e do modo como fala sem que tenha que folhear o miolo. Assim, é essencial que as manchetes, chamadas e personalidades nela retratadas digam da publicação em questão.

3 Informações publicadas pela Trip Editora em http://www.tripeditora.com.br/marcas-trip/. Acesso em 01/08/16.

Também relevante é o fato de a capa poder ser lida por qualquer um que se depare com a revista, mesmo sem comprá-la ou sequer tocá-la. Ela está disponível para qualquer pessoa que visualize a publicação em salas de espera, bancas de jornal ou em gôndolas de farmácias, supermercados e postos de gasolina (TRINDADE, 2012). Além disso, embora a capa tenha seu epicentro no impresso, ela circula em formato digital em sites e redes sociais e em inúmeros outros meios de comunicação de forma independente da revista da qual faz parte. Ela pode ser comentada, inclusive, mesmo por quem nunca teve nenhum contato com os exemplares impressos (TRINDADE, 2015).

Importa ainda mencionar que, numa tentativa de darmos conta desses atributos da capa, apostamos na ideia de que ela pode ser tomada como um dispositivo midiático que articula:

> 1) uma forma especíica de manifestação material dos discursos, de formatação de textos; 2) um processo de produção de signiicação, de estruturação de sentidos; 3) uma maneira de modelar e ordenar os processos de interação; e 4) um procedimento de transmissão e difusão de materiais signiicantes (ANTUNES; VAZ, 2006, p.47).

Dessa forma, a capa é vista como uma materialidade que desencadeia relações, que sensibiliza os sujeitos, mas que também é sensibilizada por eles. Ela é pensada por nós "enquanto potência de sentidos para o que se passa no mundo, potência esta dependente do trabalho de leitura para se concretizar" (TRINDADE, 2012, p.7). Este estudo, conforme podemos perceber, não se pretende midiacêntrico, há uma preocupação com a ação humana em relação aos meios. Não desconsideramos, todavia, a importância da mídia hoje. Segundo Hepp (2014), "com o tempo, temos nos tornado cada vez mais acostumados a nos comunicar pela mídia em vários contextos" (p.51). E a noção de dispositivo midiático, do modo como é trabalhada por Antunes e Vaz (2006), parece-nos um caminho produtivo em meio a tal complexidade.

Pensada sob a forma de um dispositivo, a capa de revista inscreve um texto. Mais especiicamente, um texto verbo-visual (ABRIL, 2007; 2013).

> Entendemos que "texto" deve designar qualquer unidade de comunicação, geralmente multissemiótica (ou "multimodal", segundo o vocábulo da moda), sustentada por uma prática discursiva e inserida em uma(s) rede(s) textual(is), que pode integrar ou não elementos verbais, e que, portanto, não deve identiicar-se restritivamente com eles (ABRIL, 2013, p.46)[5] [tradução nossa].

5 Do original: Entendemos que "texto" ha de designar cualquier unidad de comunicación, generalmente multisemiótica (o "multimodal", según el vocablo de moda), sustentada por una práctica discursiva e inserta en una(s) red(es) textual(es), que puede integrar o no elementos verbales, y que por ende no debe identiicarse restrictivamente con ellos.

Como mencionado, trata-se de um texto que não está sozinho no mundo, ele integra uma(s) rede(s) textual(is). Segundo Abril, recebemos sempre avalanches de textos. Cabe então ao pesquisador delimitar as redes textuais para as quais vai se voltar a partir de suas questões especíicas. Ademais, é muito importante apontar os procedimentos adotados. Conforme o autor, importa menos dizer qual o signiicado de um determinado texto que expor os caminhos pelos quais se chegou a esses signiicados - procedimento que considera a implicação do pesquisador no trabalho investigativo.

Para ele, a leitura dos textos verbo-visuais é viabilizada a partir de suas três dimensões: 1) visualidade, que compreende a trama visual, relacionada a cores e texturas, por exemplo; 2) mirada, que é a dimensão da enunciação, nela importam os lugares discursivos, que sujeito fala para que sujeito, e, por im, 3) imagem, que diz do posicionamento frente ao mundo. Essas três dimensões existem de modo complementar e possibilitam a existência uma da outra. O diagrama a seguir[20] (FIG.1) sintetiza tanto essas dimensões como as relações entre elas. Conforme explica Abril (2013), o símbolo triádico (o "Y" invertido) media as três dimensões e o círculo pontilhado, aberto e com setas nas duas extremidades, aponta a continuidade, a lexibilidade e os limites luidos entre elas.

[20] Reproduzido e traduzido a partir da igura disponível na página 48 da obra: ABRIL, Gonzalo. *Cultura visual, de la semiótica a la política*. Madrid: Plaza y Valdés, 2013.

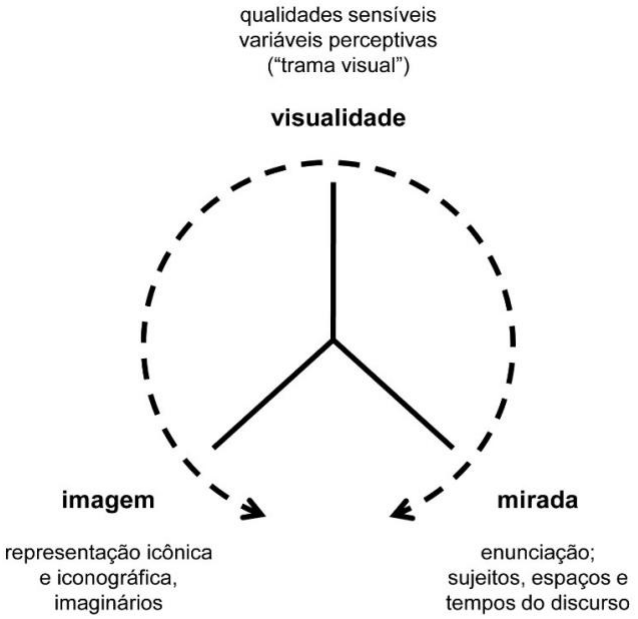


Figura 1

Aqui, como estratégia didática de observação das capas, destacamos a dimensão da imagem, sem desconsiderar, porém, que ela é o tempo inteiro atravessada e constituída pela visualidade e pela mirada.

A dimensão da imagem, segundo Abril, não coincide necessariamente com o visual. O que chamamos de imagem, diz ele, muitas vezes está distante do visível ou é invisível. A imagem se refere à experimentação. Ela é parte e resulta dos imaginários sociais - está, portanto, relacionada à criação de um sentido comum, em espaços e períodos históricos determinados.

> O imaginário compreende representações, evidências e pressupostos normativos implícitos que coniguram um modo de "imaginar-se" o mundo, as relações sociais, o próprio grupo, as identidades sociais, os ins e aspirações coletivas, etc. É o âmbito da imaginação reprodutiva e criativa de uma comunidade ou de um grupo social (ABRIL, 2007, p.62)[7] [tradução nossa].

Conforme explica o autor, é nesse âmbito da imagem que se dá a representação. E é na relação da imagem com as dimensões da visualidade e da mirada que ela se efetua, envolvendo sempre aspectos sensíveis e discursivos.

Tal perspectiva propicia perceber a capa de revista feminina como um dos reguladores sociais do corpo da mulher, como um dos dispositivos que operam na construção do que se espera que seja uma mulher, de como ela deve se portar e agir no mundo. Para Leal (2006), "parece ser ponto pacíico que a mídia tem um papel fundamental na deinição de padrões estéticos, de estratégias disciplinares (exercícios, dieta, cuidados médicos), de normas e regras para a existência, a experiência, o funcionamento dos corpos" (p.145).

Assim, trabalhamos com a premissa de que, a partir dos assuntos que selecionam para publicar, bem como a partir das personagens que optam por dar visibilidade, as revistas femininas acabam atuando na construção de imaginários sobre o que seriam comportamentos aceitos como "naturais" e "saudáveis" para as mulheres.

3. As mulheres que viraram capas de revista

Como mencionado, neste trabalho nossa intenção é observar quem são as mulheres que "viraram capa" da *Tpm* em 2012 na e após a publicação do Manifesto TPM, que é veiculado em maio daquele ano. Trata-se das edições 120 a 127[21], que trouxeram, respectivamente, as seguintes personagens: a atriz Grazi Massafera, a modelo Carol Ribeiro, a diretora de TV Amora Mautner, a cantora Gaby Amarantos, a atriz Nanda Costa, as modelos Luiza Brunet e Yasmin Brunet, a cantora Ivete Sangalo e a comediante Dani Calabresa. Que imagens são construídas acerca dessas mulheres nessas capas?

7 Do original: El imaginario comprende representaciones, evidencias y pressupuestos normativos implícitos que coniguram un modo de "imaginarse" el mundo, las relaciones sociales, el proprio grupo, las identidades sociales, los ines y aspiraciones colectivas, etc. Es el ámbito de la imaginación reproductiva y creativa de una comunidad o de un grupo social.

Na realização desse exercício analítico, visando especiicamente ao que nos propusemos neste artigo, em cada edição restringimo-nos à fotograia da personagem da capa e ao texto verbal da chamada que se refere a ela. Os demais elementos verbo-visuais não serão abordados neste momento. Para tanto, organizamos nossa análise na tabela a seguir que, ao que nos parece, permite uma melhor visualização das capas, dos dados delas extraídos e, ainda, da imagem construída a partir desses textos acerca de cada uma das oito mulheres das capas.

Capa/Edição	Mulher fotografada	Texto verbal sobre a fotografada	Imagem

[21] Essas edições fazem parte do *corpus* estudado no âmbito da nossa pesquisa de doutorado, composto pelas revistas publicadas nos três anos seguintes à veiculação do Manifesto TPM. É possível acessá-las em http:// revistatrip.uol.com.br/tpm/revistas/2012. Acesso em 01/08/16.

 *Edição 120*	Grazi Massafera	Grazi Gravidíssima A estreia no cinema, a vida com Cauã, a chegada da primeira ilha: "É um medo gostoso misturado com ansiedade e amor"	Tendo por base a atriz Grazi Massafera, uma mulher branca, jovem e magra, a gestação é construída como um momento que, apesar do medo ("É um medo gostoso"), pode ser pleno em diferentes âmbitos, incluindo vida proissional ("estreia no cinema") e amorosa ("vida com Cauã"). Também pode ser uma fase de boa relação com o corpo - Grazi posa de biquíni e camisa aberta, cabelos jogados de lado. Ademais, a fotograia em preto e branco acaba remete à gestação como um período emocionante.

 *Edição 121*	Carol Ribeiro	O que faz uma top aqui na capa? Carol Ribeiro responde: "Brasileiro é que nem modelo, primeiro ganha dinheiro e depois vai estudar. Devia ser o contrário". Entendeu?	Carol Ribeiro aparece para mostrar que vida de modelo não é sempre glamourosa. Mesmo atendendo aos padrões de beleza necessários para se tornar uma top - é branca, jovem, magra, alta-, teve que trabalhar para só depois conseguir estudar, o que a aproxima de muitos brasileiros que abrem mão dos estudos por conta do trabalho. Essa questão também busca responder à manchete que

			questiona sua presença na capa.
 *Edição 122*	Amora Mautner	Não deu conta de tudo hoje? Amora Mautner dirige a novela Avenida Brasil, cuida da ilha, faz a mulherzinha com o namorado e entra no automático quando precisa: "Corro sempre, mas não recuo"	Amora Mautner, mais uma mulher branca, magra e jovem trazida pela Tpm, tem uma vida corrida - o texto verbal diz isso e sua pose com as mãos na cabeça demonstrando certo desespero também. Ela é diretora de TV e ainda assume inúmeros outros papéis: ela é mãe ("cuida da ilha"), namorada ("faz a mulherzinha com o namorado") e nem sempre dá conta de resolver tudo, às vezes precisa entrar no modo automático.

 *Edição 123*	Gaby Amarantos	Eu não visto 38. E daí? Gaby Amarantos ocupa seu espaço: "Acham que se você não é magra é infeliz. Eu me sinto sensual"	Gaby Amarantos é uma cantora negra, que não veste 38 e sente-se sensual. Há, nesta capa, a possibilidade de uma mulher ser feliz sem ser magra. Ainda assim, o corpo da cantora é quase totalmente coberto pelas franjas das luvas que ela usa. Ademais, a relação de Gaby com seu corpo é construída a partir do padrão, ainda que seja pela sua negação. Não se trata simplesmente de uma discussão sobre sua relação com o próprio corpo, mas de sua relação com um corpo que não veste 38.
 *Edição 124*	Nanda Costa	Sim, mulher adora sexo Nanda Costa, a atriz mais abusada da sua geração	Nanda Costa ("a atriz mais abusada da sua geração"), busca, tanto por meio do olhar quanto da projeção do seu corpo para frente, estabelecer contato com quem percebe a capa. Além disso, a atriz (e também a leitora da revista) seria uma mulher livre, pois "Sim, mulher adora sexo", airma Tpm em sua manchete.

  *Edição 125**	Luiza Brunet Yasmin Brunet	Jovem "Jovem tem o descompromisso, mas icar velha te dá um poder..." Luiza Brunet, 50 anos, nas Páginas Vermelhas com a ilha, Yasmin Velha "Sei que é absurdo, mas, para a proissão de modelo, sou velha" Yasmin Brunet, 24 anos, nas Páginas Vermelhas com a mãe, Luiza	Luiza e Yasmin Brunet, mãe e ilha, são modelos. Nas capas, Luiza, de 50 anos, é identiicada como "Jovem", Yasmin, de 24, como "Velha". Ambas vestem camisetas cinza e fotografam na mesma pose, o que, em certa medida, apaga algumas diferenças entre elas. Nessas capas, juventude e velhice respondem a critérios não etários.

 *Edição 126*	Ivete Sangalo	A força de Ivete Ela é a principal cantora do Brasil. Recebe até 1 milhão por show. Tem 7 milhões de seguidores no Twitter. Bate recordes de venda de DVDs. Dá para manter a sanidade com tanto poder?	Ivete Sangalo, considerada pela revista como a principal cantora do país (o que é indicado pelo valor do seu show, pelo número de seguidores no Twitter e pelos recordes de venda de DVDs) é retratada como uma mulher poderosa (pelo texto verbal e também pelo visual - a pose com as mãos na cintura apontam pode ser lida dessa maneira) e que mantém a sanidade.
 *Edição 127*	Dani Calabresa	A vida imperfeita de Dani Nem só de grana, fama e Adnet vive a melhor humorista do país, Dani Calabresa. Ainda bem	A humorista Dani Calabresa, mais uma mulher branca e jovem, embora pose sorridente e nas pontas dos pés, transmitindo uma sensação de leveza, tem uma vida imperfeita. Ela tem dinheiro, fama e é casada com um humorista também famoso, mas, "ainda bem", diz a revista, não vive só disso.

*Edição 125[9]

4. Alguns apontamentos

Observando esse conjunto de personagens trazidas pela *Tpm*, percebemos que, com exceção de Gaby Amarantos, as capas retratam mulheres brancas e magras. Nenhuma das oito tem cabelo crespo (grande parte dos cabelos é bastante parecida).

9 Em várias de suas edições a revista *Tpm* traz de duas a três opções de capa. No *corpus* selecionado para o artigo isso ocorreu na edição 124 e na 125. No primeiro caso, a outra capa trouxe uma montagem gráica e não uma personagem. Ademais, a manchete e chamadas das duas opções eram as mesmas. Optamos, então, apenas pela capa de Nanda Costa. No segundo, como foram retratadas duas mulheres, as manchetes

são distintas e as capas mantém uma relação de complementaridade, achamos importante trazer as duas para análise.

Todas elas, e aí Gaby Amarantos está incluída, ocupam posição de destaque na mídia, são proissionalmente bem sucedidas. Quando o status de relacionamento afetivo-sexual dessas mulheres é mencionado, como ocorre nas capas de Grazi Massafera, Amora Mautner e Dani Calabresa, percebemos que são relacionamentos heterossexuais. Essas mulheres têm marido ou namorado.

Partindo dessa visada inicial e supericial, é como se nenhum passo em oposição à norma de gênero tivesse sido dado. Se olharmos com mais cuidado, entretanto, percebemos que essas mulheres aparecem minimamente humanizadas no texto verbo-visual dessas capas e, ao fazer isso, *Tpm* acaba promovendo uma aproximação delas com o que chama de "mulher real". São traços tênues de isionomia, de comportamento e formas de agir que podem ser reconhecidos cotidianamente em diferentes mulheres. Assim, a manutenção do padrão e estereótipos femininos pode perder alguma força quando a revista chama atenção para determinados aspectos característicos dessas personagens: Grazi Massafera será mãe, mas âmbitos da sua vida que vão para além da maternidade ainda são abordados; Carol Ribeiro só conseguiu estudar depois de começar a trabalhar; Amora Mautner não dá conta de fazer tudo, ela não é uma mulher multitarefa; Gaby Amarantos não veste 38; Nanda Costa é livre; a juventude e a velhice são questionadas nas capas de Luiza (apresentada como jovem, vigorosa) e Yasmin (já velha para a proissão de modelo, mas com apenas 24 anos); Ivete é bem sucedida, poderosa e mantém a sanidade e Dani Calabresa tem uma vida imperfeita. São movimentos muito sutis, mas que importam e devem ser evidenciados, principalmente neste momento de vários retrocessos pelo quais passamos no Brasil. Se por um lado a seleção dessas mulheres e do modo como elas são abordadas nas capas pode não dar em nada, por outro, pode fazer pensar sobre essas questões. Ainda que na escolha das personagens dessas oito capas a revista não se abra para a pluralidade do que é ser mulher, acaba apresentando algumas opções de existência que quase sempre estão à sombra. Não se trata de eximir a *Tpm* de sua responsabilidade social enquanto veículo midiático, mas há em suas capas uma potência de desconstrução da norma que não deve ser ignorada.

Referências Bibliográicas

ABRIL, Gonzalo. *Análisis crítico de textos visuales*. Madrid: Editorial Sintesis, 2007.

_____. *Cultura visual, de la semiótica a la política*. Madrid: Plaza y Valdés, 2013.

ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. Mídia: um aro, um halo e um elo. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (Orgs.). *Na mídia, na rua*: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.43-60.

CARDOSO, Carla Rodrigues. *As capas de* newsmagazines *como dispositivo de comunicação* (*Newsweek*, *Veja*, *L'Express* e *Visão* - Janeiro a Março de 1999). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2006. 274 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Vertente em Estudo dos Media e do Jornalismo, Departamento de Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2006.

HEPP, Andreas. As conigurações comunicativas de mundos midiatizados: pesquisa da midiatização na era da "mediação de tudo". In.: *Revista MATRIZes*, São Paulo, V.8, nº1, 2014.

KOPP, Rudinei. Design para capas de revistas: padronização e lexibilização. In.: FELIPPI, Ângela; SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana (org.). *Edição de imagens em jornalismo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. P.210-240.

LEAL, Bruno Souza. Do corpo como texto: na mídia, na rua. In: *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, São Leopoldo, V.8, nº 2, 2006.

TRINDADE, Vanessa Costa. A capa de revista como dispositivo midiático. In.: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Anais. Rio de Janeiro: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2015.

_____. *Capa de revista e produção de sentidos*: possibilidades de leitura a partir do acontecimento Serra X Dilma. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosoia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

DIREITOS REPRODUTIVOS *ANALISADOS* SOB *A* ÓTICA DE UM FEMINISMO DESCOLONIAL

Roberta Olivato Canheo[1]

RESUMO: Analisando-se o mapa da criminalização do aborto no mundo, veriica-se que seu desenho determina a patriarcalidade do Estado como relação de poder. Dentro de um sistema global de colonialidade, quanto mais subalterna é uma nação, mais patriarcal seu aparato estatal será. A sub-representação política das mulheres advinda também desse processo, implica na facilitação ou bloqueio de determinadas agendas, assim como no desenvolvimento político de determinados grupos em detrimento de outros. Objetiva-se, assim, analisar de que maneira as relações de colonialidade interferem na esfera dos direitos reprodutivos das mulheres, em especial, das mulheres latino-americanas.

Palavras-chave: Colonialidade. Direitos reprodutivos. Aborto. Representatividade.

ABSTRACT: By analyzing the map of the criminalization of abortion in the world, it turns out that its design determines how patriarchal is the state as a power relationship. Within a global colonialism system, the more subordinate is a nation, the more patriarchal its state apparatus will be. he political under-representation of women also arising in this process implies in facilitating or blocking certain agendas, as well as in the political development of certain groups over others. he purpose is thus to analyze how the relations of colonialism interfere in the sphere of reproductive rights of women, especially in Latin American.

Keywords: Colonialism. Reproductive rights. Abortion. Representativeness.

1. Introdução

O presente artigo buscará, em um primeiro momento, romper com as epistemologias clássicas androcêntricas de produção do saber e com as teorias clássicas feministas eurocentradas, tendo como base uma metodologia crítica descolonizadora e interseccional, com o intuito de visibilizar um pensar-agir feminista situado nas margens do mundo, demonstrando as insuiciências de uma abordagem universalista do sujeito "mulher". Entendendo, assim, o feminismo como uma prática teórica e política tradutória, enfatiza-se a necessidade de descolonizá-la, dando visibilidade aos saberes conhecidos por "subalternos", notadamente os produzidos por mulheres indígenas e afro-latino-americanas.

Pretende-se analisar, outrossim, de que maneira o ideal da imparcialidade no domínio público do Estado corrobora para a perpetuação da sub-representação

1 Mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF). E-mail: rocanheo@gmail.com

política das mulheres, responsável pela facilitação ou pelo bloqueio de determinadas agendas (como os direitos reprodutivos), assim como no desenvolvimento político de determinados grupos em detrimento de outros.

O trabalho demonstrará, por im, que ao observarmos a distribuição da criminalização do aborto no globo, veriicamos que seu desenho determina uma relação de poder clara: a patriarcalidade do Estado. Considerando o sistema global de colonialidade, opressão e exploração, quanto mais subalterna, colonizada for uma nação, mais patriarcal seu aparato estatal em geral será.

Destarte, objetiva-se analisar de que forma as relações de colonialidade interferem na esfera dos direitos reprodutivos das mulheres, em especial, das mulheres latino-americanas neste trabalho, e como e o porquê de nos países do eixo sul, onde a prática do abortamento é gravemente criminalizada, vislumbrar-se a mitigação do direito da potencial vida do feto sob certas circunstâncias, estas sempre deinidas pelo Estado, e sempre longe do alcance decisório das mulheres.

2. As insuiciências de um sujeito universal "mulher"

Em "Saberes Localizados", Donna Haraway defende a possibilidade de uma versão feminista de objetividade, evidenciando a necessidade de um projeto de ciência sucessora que promova uma explicação mais adequada, "mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, relexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm". Para tanto, acredita que apenas uma perspectiva parcial seria capaz de gerar uma visão objetiva, sendo falsa a ideia de uma objetividade que transcenda todos os limites e responsabilidades. Para a autora

> A perspectiva parcial pode ser responsabilizada tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos. Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver. (HARAWAY, 1989, p.21).

Prosseguindo, Haraway enfatiza a importância de se ver ielmente do ponto de vista do outro, ainda quando o outro for nossa própria máquina. Tal implica um conhecimento situado e corporiicado, contrário aos postulados de conhecimento não localizáveis, irresponsáveis. Ressalva, porém, o perigo de apropriação da visão dos ditos subjugados ao passo que se airma ver desde sua posição, vez que tal posição não é tão simples mesmo para quem ocupa o terreno de saberes subjugados.

A defesa de saberes parciais e localizáveis não indica, porém, a defesa de um relativismo, que seria, ao revés, um modo de não estar em lugar algum, alegando-se estar em toda parte. O relativismo seria "o perfeito gêmeo invertido da totalização, da universalização; ambos negam interesse na posição, na corporiicação e na perspectiva parcial; ambos tornam impossível ver bem". Uma avaliação crítica e objetiva só seria possível através de uma política epistemológica de perspectivas parciais.

A ideia central é que não se procure uma posição de identidade com o objeto, mas antes de objetividade, que seria de conexão parcial. As imagens do feminismo não devem ser produtos da escapatória ou transcendência de limites, ou seja, visões de cima, mas ao contrário, devem representar a união "de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporiicação inita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar". (HARAWAY, 1989, p. 21-41)

Neste sentido, Sandra Harding pontua que deve ser encarada com desconiança uma análise feminista que tome como sujeito ou como objeto uma mulher universal e essencial. O que havia até então sido considerado útil, partindo-se da perspectiva social "de mulheres brancas, ocidentais, burguesas e heterossexuais", passa a ser considerado duvidoso no momento em que a análise das experiências de qualquer outro tipo de mulher se dá. Processo semelhante ocorre quando se intenta reinterpretar e entender teorias patriarcas, que em verdade não foram formuladas com vistas a contemplar a experiência de um homem genérico, mas sim a experiência de um homem branco, ocidental, burguês e heterossexual.

Harding (1993) defende a ideia de que

> As feministas teóricas também procedem dessas mesmas camadas sociais- não por conspiração, mas em virtude do padrão histórico que faz com que apenas indivíduos a elas pertencentes disponham de tempo e recursos para fazer teoria e que unicamente mulheres dessa origem social possam se fazer ouvir. Na busca de teorias que formulem a única e verdadeira versão feminista da história da experiência humana, o feminismo se arrisca a reproduzir, na teoria e na prática política, a tendência das explicações patriarcais para policiar o pensamento, presumindo que somente os problemas de algumas mulheres são problemas humanos, e que apenas são racionais as soluções desses problemas.

Para a autora, o feminismo tem exercido um papel importante em apontar a inexistência de homens genéricos, havendo, em contrapartida, a existência tão somente de homens e mulheres classiicados em gêneros.

Portanto, abandonada a concepção de um homem universal e essencial, também é abandonada a concepção de sua "companheira oculta, a mulher". Adota-

se então a ideia de uma ininidade de mulheres, as quais devem ser consideradas em suas especiicidades históricas de raça, cultura, classe, etc (HARDING, 1993, p. 8-9).

Yuderkys Espinosa-Miñoso (2014, p. 201-205), ativista e acadêmica nascida em São Domingos, República Dominicana, chama a atenção, todavia, para o fato de que a epistemologia feminista idealizada por estas autoras do eixo norte ainda é limitada. Mesmo que estejam preocupadas com a questão da objetividade, e em fazer uma crítica à universalidade e ao androcentrismo nas ciências, que acabam por ocultar o papel das mulheres nos processos de produção de conhecimento, sua abordagem peca em não lograr uma articulação efetiva com o processo descolonizador e não universalizador do sujeito "mulher" no feminismo.

Isso porque, para Espinosa, a crítica ao universalismo deve ser radicalizada, processo que vem sendo desenvolvido acertadamente pelas feministas decoloniais e antirracistas, a partir do legado iniciado pelo feminismo negro. E as feministas afrodescendentes na América Latina mostram em sua crítica as insuiciências das abordagens feministas em interpretar a realidade e a opressão de mulheres racializadas e provenientes de territórios colonizados. Para a autora, o feminismo decolonial deve ser antes de tudo uma aposta epistêmica, um movimento em crescimento e maturação, revisionista da teoria e proposta política do feminismo de caráter ocidental, branco e burguês.

Nesse sentido, lembra Avtar Brah que a constituição e representação do nosso gênero se dá de maneira diversa em decorrência de determinada localização dentro de relações globais de poder. E a inserção nessas relações de poder é realizada por meio de uma série de processos, ideológicos, políticos e econômicos. Nossa existência nessas estruturas sociais, por sua vez, não é apenas como mulheres, mas sim como "mulheres da classe trabalhadora", "mulheres camponesas" ou "mulheres imigrantes", ou seja, dentro de categorias diferenciadas, que contêm descrições referentes a condições sociais especíicas. Nas palavras da autora: "Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. É agora axiomático na teoria e prática feministas que mulher não é uma categoria unitária". (BRAH, 2006, p. 341).

Portanto, como ensina Maria Lugones, o principal objetivo dos feminismos hegemônicos, que é em um sentido genérico a despatriarcalização, só se apresenta possível com a quebra da universalidade, com a descolonização do saber e do ser, a partir de um feminismo descolonial (LUGONES, 2012, p. 1). Torna-se necessário, assim, um novo horizonte feminista, cujas características e resistências não se localizem mais nos eixos da modernidade branca e universalista, mas sim nos eixos do entre-lugar, do mestiço, do transidentitário, interseccionando opressões de raça, classe e gênero.

Pensando o feminismo como uma prática teórica e política tradutória, engajada em um constante ir e vir, mister subverter a lógica patriarcal e descolonizá-la. E a invisibilidade, não apenas da crítica feminista, mas de indígenas e afro-latino-americanas na coniguração de novos saberes subalternos já se tornou usual nas

antologias acerca do pós-colonial publicadas em Universidades nas Américas. (COSTA, 2013, p. 657).

3. Representatividade, representação e o mito da imparcialidade

Em "O ideal de imparcialidade e o público cívico", Iris Young critica o ideal de universalismo aplicado à noção de cidadania, que cumpre a função de excluir aqueles e aquelas associados ao corpo e ao sentimento, como as mulheres, negros, índios. Para a autora, teóricos contemporâneos da democracia participativa defendem a concepção de um público cívico em que as particularidades e diferenças dos cidadãos sejam colocadas de lado, o que acaba por negligenciar a "positividade das diferenças de grupo, da paixão e do lúdico". Assim, a universalidade como generalidade operou e opera no sentido de inibir a inclusão e participação universal de fato (Young, 2012, p. 171-182).

Young denuncia o ideal de imparcialidade e da razão formal não só aplicado aos papéis institucionais públicos e impessoais, mas em qualquer contexto moral. Este ideal encobre o fato de que perspectivas particulares de grupos dominantes reivindicam universalidade, ao passo que se justiicam as estruturas hierárquicas de decisão. Aproxima-se do ideal iluminista que entende o domínio público da política como a conquista de universalidade de "uma vontade geral que deixa diferença, particularidade e corpo para trás, nos domínios privados da família e da sociedade civil".

Ainda, objetivando reduzir a pluralidade de sujeitos a um ponto de vista universal, o ideal da imparcialidade gera uma dicotomia entre a vontade geral e interesses particulares:

> A pluralidade dos sujeitos não é de fato eliminada, apenas expulsa do domínio da moral; os interesses, as necessidades e os desejos concretos das pessoas e os sentimentos que as diferenciam umas das outras se tornam meramente privados e subjetivos. Na teoria política moderna, essa dicotomia aparece como aquela entre uma autoridade pública que representa o interesse geral, por um lado, e indivíduos privados com seus próprios desejos privados, não compartilháveis e incomunicáveis, por outro. A teoria política e a prática política normativas modernas visam corporiicar a imparcialidade no domínio público do Estado. Assim como a razão moral imparcial, esse espaço público adquire sua generalidade apenas pela exclusão da particularidade, do desejo, do sentimento e dos aspectos da vida associados ao corpo. Na teoria e na prática políticas modernas, o público cívico associado a esse domínio atinge uma unidade em particular por meio da exclusão das mulheres e de outros associados à natureza e ao corpo. (Young, 2012, p. 178)

A autora aponta três funções ideológicas desempenhadas pelo compromisso generalizado com o ideal da imparcialidade: a ideia de um Estado neutro; a legitimação da autoridade burocrática e dos processos decisórios hierárquicos, o que neutraliza as demandas por processos democráticos de decisão; e o reforço da opressão, vez que é apresentado o ponto de vista dos grupos privilegiados como correspondente a uma posição universal.

A ideia de neutralidade do Estado cumpre uma função ideológica ao reforçar o paradigma da justiça distributiva. Pressupõe-se que a justiça é aplicada por uma autoridade e que esta é imparcial. A perspectiva dos privilegiados, suas experiências e seus padrões são compreendidos como normais e neutros, sendo que diferindo a experiência de alguns grupos dessa experiência neutra, ou não alcançando os padrões de referência, "essa diferença é interpretada como desvio e inferioridade". Vislumbra-se um processo de negligência e silenciamento dos valores e experiências dos oprimidos, bem como um prejuízo em decorrência de suas identidades situadas. A injustiça não se revela tão somente quando os privilegiados buscam de maneira egoísta seus próprios interesses; basta sua forma parcial de interpretação dos interesses alheios ou sua ignorância em relação a eles, ainda que não intencional.

Young ressalta que caso a alegada neutralidade de pressupostos e políticas vigentes seja questionada por grupos oprimidos, que intentam demonstrar suas próprias perspectivas, tais reivindicações são lidas como desejos de concessões especiais e egoístas, cujo objetivo é o de fazer prevalecer suas demandas frente ao interesse geral imparcial. Assim, diante do compromisso com o ideal da imparcialidade, torna difícil expor a parcialidade do ponto de vista supostamente geral e reivindicar que os oprimidos sejam ouvidos.

Como resultado, temos decisões concretas que fomentam a opressão e perpetuam o privilégio de alguns. E é notório que quem geralmente ocupa as posições de autoridade onde as decisões se dão são membros dos grupos privilegiados, homens brancos e heterossexuais, vez que acessam essas posições através de seu privilégio.

Referindo-se ao controverso ensaio "Can the Subaltern Speak?" ("Pode o subalterno falar?") de Spivak, Bahri (2013, p. 659) explica que a autora constata que os subalternos, e em especial o sujeito silenciado da mulher subalterna encontravam-se fadados à má compreensão ou má representação por aqueles interesses pessoais dos que detêm o poder de representação. Spivak levanta importantes questionamentos, como "'Quem pode falar e por quem?' 'Quem ouve?' 'Como se representa a si e os outros?'". A representação e o essencialismo ganham destaques em tais indagações, assim como a maneira pela qual se relaciona o "intelectual do Primeiro Mundo e o objeto de investigação do Terceiro Mundo; à posição defensiva e conlitante do intelectual do Terceiro Mundo no Ocidente"; e "à possibilidade de um movimento feminista coerente e coeso" (SPIVAK 1988a, apud BAHRI, 2013, p. 660).

Como já colocado anteriormente, as áreas de estudos das mulheres e os estudos descoloniais surgem de uma urgência em considerar as perspectivas das mulheres, das minorias raciais ou culturais e das comunidades marginalizadas em um

contexto histórico e literário. E essa falta de representação é também identiicável "nas esferas política, econômica e legal", onde aquelas/es "outras/os" no discurso dominante não têm voz ou dizer falar pelas mulheres não implica necessariamente falar pelas mulheres marginalizadas e silenciadas (BAHRI, 2013, p. 665).

Destarte, podemos considerar a sub-representação política das mulheres advinda também desse processo, a qual implica na facilitação ou bloqueio de determinadas agendas (como os direitos reprodutivos e autonomia das mulheres), assim como no desenvolvimento político de determinados grupos em detrimento de outros.
(MATOS, 2014, p. 16).

Segundo Marlise Matos (2015, p. 26)

> (...) nos parece inegável que a variável "gênero" é profundamente, densamente, originariamente "política" porque é patriarcal e é igualmente "explicativa" para o fenômeno persistente da sub-representação (ou da exclusão feminina). O patriarcado institucionalizado no Estado compreende e explica tal fenômeno, localizando a dimensão hierárquica do poder político masculino, assimétrico e vantajoso exclusivamente para os homens, no coração mesmo da nossa representação política. Desta forma, também é que vamos reproduzindo uma democracia que não é efetivamente inclusiva (e mesmo estruturalmente injusta) das mulheres e é, também dessa forma, que vamos perpetuando a normatividade patriarcal da sociedade o duplo analítico da descolonização/ despatriarcalização do Estado e da sociedade (...)

Analisando assim a questão sob a ótica da colonialidade, no que diz respeito à sub-representação política feminina, pode-se concluir que a patriarcalidade do Estado se mostra evidente nos países colonizados, sendo que os pilares que sustentam a exclusão da mulher do espaço público/político referem-se também ao processo de colonização, em que o modelo político liberal, moderno, eurocentrado e patriarcal foi internalizado.

4. Direitos reprodutivos e relações de colonialidade

No artigo "Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial", Segato (2012), discorrendo acerca da questão da intrusão europeia e das relações de gênero estabelecidas a partir desta, elenca três possibilidades trazidas por teorias feministas que expliquem esse processo.

A primeira seria a teoria feminista branca e eurocentrada, que desconsidera as distinções da dominação patriarcal nas diferentes localidades do mundo e que acredita em uma possível transferência de avanços na conquista de direitos às mulheres de cor, subalternas e do Terceiro Mundo, airmando que o problema da

dominação de gênero, patriarcal seria universal, sem maiores diferenças. A segunda possibilidade seria a ideia trazida por María Lugones e Oyeronke Oyewumi, segundo a qual inexiste gênero no mundo pré-colonial. E por im sua própria teoria, que embora considere a existência de noções de gênero no mundo pré-colonial, defende que o patriarcado ali encontrado era de baixa potencialidade, mais orientado por uma complementariedade e dualidade.

Baseada em dados documentais, históricos e etnográicos do mundo tribal, a autora defende a existência de estruturas cognoscíveis de diferença próximas ao que denominamos relações de gênero na modernidade, incluindo hierarquias de prestígio entre a masculinidade e a feminilidade, por exemplo. Ainda assim, nesse contexto, as possibilidades de trânsito e circulação dessas posições de gênero eram mais frequentes.

Para exempliicar, lembra que povos indígenas, o mundo inca pré-colombiano, assim como povos nativos norte-americanos e das nações originárias canadenses, além de todos os grupos religiosos afro-americanos, "incluem linguagens e contemplam práticas transgenéricas estabilizadas, casamentos entre pessoas que o Ocidente entende como do mesmo sexo e outras transitividades de gênero", muitas vezes desconsideradas pelo sistema de gênero engessado da modernidade colonial. Assim, evidente malefício trouxe o contato entre a Modernidade Colonial e as tradições ameríndias pré-intrusão ao instaurar relações de gênero super-hierarquizadas.

A partir das análises de Segato, evidencia-se mais uma vez a insuiciência do feminismo branco e eurocentrado, vez que ignora a colonialidade de gênero, como também o próprio padrão colonial, de tal sorte que, mesmo havendo divergências do feminismo descolonial quanto à natureza da colonialidade de gênero, todas as vertentes concordam pela ineicácia e impropriedade da liderança do feminismo eurocêntrico, branco e burguês (SEGATO, 2012).

Segundo María Lugones (2014, p.938), consistiu a "missão civilizatória" colonial em uma "máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático", utilizando a dicotomia hierárquica de gênero como avaliação, ainda que não se visasse à "generização dicotomizada dos/as colonizados/as" a partir deste juízo normativo. Os colonizadores não tinham por objetivo tornar os/as colonizados/as em seres humanos. Assim,

> À medida que o cristianismo tornou-se o instrumento mais poderoso da missão de transformação, a normatividade que conectava gênero e civilização concentrou-se no apagamento das práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem, do cosmos, e não somente na mudança e no controle de práticas reprodutivas e sexuais. Pode-se começar a observar o vínculo entre, por um lado, a introdução colonial do conceito moderno instrumental da natureza como central para o capitalismo e, por outro, a

> introdução colonial do conceito moderno de gênero (LUGONES, 2014, p. 938).

Durante as expansões coloniais e imperialistas na América, a criação de um aparato de produção econômica direcionado às demandas metropolitanas, mais forte e dinâmica que a local aos olhos do colonizador, culminou, gradativamente, na desorganização da produção ameríndia, ao passo que a sexualidade das mulheres pelo Estado e pela Igreja era controlada, a im de que se criassem as condições necessárias ao fortalecimento do domínio masculino sobre a sociedade, em especial no que se referia às questões morais e religiosas estruturantes das relações entre homens e mulheres. Os nativos eram forçados pelos colonizadores ao trabalho e as mulheres indígenas ao exercício de serviços pessoais, incluindo-se sexuais.

Atentando-se para o projeto político e econômico das colonizações e para a exploração dos recursos humanos e naturais dos territórios invadidos, entende-se que o padrão sócio-político que moldava os povos colonizados resultava, assim, da interação entre "princípios administrativos metropolitanos e os valores espiritual-religiosos e sociais relativos a honra e hierarquia social, sustentados por ideais de gênero relativos ao casamento e à moralidade sexual".

A Igreja Católica, através de seu código moral universalista, associava "virgindade e castidade femininas, honra familiar e proeminência social, sempre de acordo com a doutrina religiosa da '*limpieza de sangre*'", que "estruturou política, moral e simbolicamente as identidades e hierarquias sociais, bem como os seus modos de reprodução", além de fomentar dilemas políticos na sociedade colonial que se formava.

A questão de gênero no contexto das colonizações deve ser situada observando-se "uma dupla conexão sócio-política histórica". A conquista americana diz também muito respeito ao passado dos próprios colonizadores, sendo que os esteriótipos e relações de gênero são construções sociopolíticas, o que os torna indissociáveis do ambiente sociopolítico e conceitual no qual foram desenvolvidos. Os códigos de honra metropolitanos, que buscavam pela pureza vinculada à moralidade sexual que primava pela virgindade e pela castidade femininas, foram reproduzidos pelas elites coloniais, adaptados aos novos territórios ocupados. "Esse elo entre pureza social e virtude sexual feminina era claro numa ideologia de gênero que atribuía aos homens o direito e a responsabilidade de controlar os corpos e a sexualidade de suas mulheres" (STOLCKE, 2006, p. 18).

Trazendo a discussão da autonomia das mulheres em relação a seus corpos para a atualidade, e centrando a análise na América Latina, temos que aqui como um todo, criminaliza-se a prática de aborto, sendo autorizado o aborto necessário ou terapêutico em Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Cuba, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Permite-se o aborto humanitário em Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Cuba, Peru e Uruguai; e o aborto em decorrência de má-formação fetal no Brasil, Colômbia, Cuba e Uruguai. "Nenhum dos países latino-americanos que criminalizam a prática prevê excludentes de ilicitude para o abortamento por motivos

socioeconômicos". Somente em Cuba e Uruguai o aborto livre e imotivado não é penalizado, em Cuba até a décima semana de gravidez e no Uruguai até a décima segunda, em relação à gravidez decorrente de relação consentida e décima quarta semana em relação às gravidezes oriundas de estupros. (PEREIRA, 2014, p. 42).

O aborto é regulado legalmente no Brasil desde 1940, sendo vedado e criminalizado de acordo com artigos 124, 125 e 126 do Código Penal, localizados no título "Dos crimes contra a vida". Diferente de países latino-americanos como Chile e Nicarágua, a legislação brasileira possibilita a realização de aborto em duas situações especíicas, conforme prescreve o inciso I e II do artigo 128 do Código Penal: em caso de risco de morte da gestante e em caso de gravidez oriunda de estupro, respectivamente, denominados, aborto terapêutico e aborto sentimental (DINIZ, 2003).

Lembramos ainda que desde 2012, após decisão histórica do STF, o aborto de fetos anencéfalos deixou de constituir crime. Também recentemente, a microcefalia em crianças advinda supostamente pela infecção com o vírus zika reacendeu o debate sobre o acesso ao aborto no Brasil, contando sua defesa com o apoio de diversas entidades e organizações, dentre elas a ONU.

Entretanto, devemos nos atentar para o fato de que, ainda nos países do eixo sul onde a prática do abortamento é gravemente penalizada, tem-se o direito da potencial vida do feto mitigado sob certas circunstâncias (aborto humanitário, socioeconômico, pela saúde da mulher, dentre outras). Assim, observa-se uma disputa política que dirá quais serão as condições consideradas política e juridicamente relevantes para que a autonomia da mulher (leia-se direito ao próprio corpo) seja priorizada em detrimento da potencial vida do nascituro. (PEREIRA, 2014, p. 42-49).

Dessa forma, em um sentido global, a criminalização ou não do abortamento refere-se a uma relação norte-sul, sendo que a prática nos países do eixo norte é em geral autorizada e nos países do eixo sul criminalizada, em maior ou em menor grau, com algumas exceções.

Quando analisamos a distribuição da criminalização do aborto no mundo, resta claro que a prática abortiva relaciona-se a uma relação norte-sul, pondo em relevo a colonialidade não só das relações de gênero, conforme amplamente discutida, mas principalmente da patriarcalidade estatal. E no caso brasileiro, apenas reabrindo-se democraticamente a discussão da descriminalização do aborto no país, segundo Marlise Matos (2015, p. 34), "para se mensurar o grau de ancoragem colonial/patriarcal dentro do próprio Estado e também da sociedade. Além do mais, a chave do duplo descolonização/despatriarcalização evidencia que a estratégia estatal da criminalização do aborto não pretende realmente impedi-lo".

Para além de consistir um processo no qual o Estado decide que mulheres e sob quais circunstâncias terão o direito de abortar, a criminalização do aborto denota um mecanismo do "padrão colonial de poder, capitalista, patriarcal, racista e eurocentrado" que ditará "quais Estados dirão a quais mulheres, quais motivos e sob que circunstâncias poderão abortar". As consequências desse processo são claras,

bastando-se veriicar as desigualdades dos índices de mortalidade materna decorrentes do aborto entre mulheres negras, pobres e provenientes de países colonizados e mulheres brancas, ricas e provenientes de países colonizadores. (PEREIRA, 2014, p. 44-49).

5. Considerações Finais

Objetivando em um primeiro momento dar voz a um pensar-agir feminista localizado às margens do mundo, e propondo romper com as clássicas produções androcêntricas de produção do saber e também com teorias clássicas feministas eurocentradas e brancas, provenientes dos países colonizadores, este trabalho teve como aposta uma metodologia crítica descolonizadora e interseccional. Ademais, buscou-se apontar a insuiciência de epistemologias precononizadas por feministas do eixo norte, que, apesar de terem o mérito de mostrarem a inexistência de um sujeito universal "mulher" e denunciarem o androcentrismo nas ciências, pecam em não articularem essas questões com o processo descolonizador dos países denominados "terceiro mundistas".

Em um segundo momento, este artigo pretendeu indicar que a patriarcalidade do Estado se mostra evidente nos países colonizados, sendo que o que sustenta a exclusão e sub-representação da mulher do espaço público/político relaciona-se também ao processo de colonização, que internalizou o modelo político liberal, moderno, eurocentrado e patriarcal. Isso porque a "conquista americana" implementou os códigos morais e de honra metropolitanos nos novos territórios ocupados, acabando por reproduzir internamente o ideal de pureza, castidade e virgindade, passando ao Estado e à Igreja o controle dos corpos das mulheres.

Pautando este controle nos dias atuais, e focando a análise na questão do aborto, é fato notório que a criminalização de sua prática não impede que ela ocorra, e que muitas mulheres morrem ou têm complicações em decorrência de um procedimento feito de maneira precária e insegura. Porém, procuramos aqui mostrar que além da ineicácia da proibição e de ser uma questão de saúde pública, a criminalização visa não impedir que o abortamento ocorra, mas sim distanciar as próprias mulheres do poder de decisão, de como, quando e se, e sob quais condições realizá-lo.

Assim, voltando-se novamente para a distribuição da criminalização da conduta ao redor do globo, concluiu-se que a descriminalização veriicada nos países do eixo norte e a criminalização veriicada nos do eixo sul possuem uma relação simbiótica, sendo que a primeira não preexiste em relação à segunda, mas é dela dependente. Criminalizar o aborto nos países colonizados cumpre com uma exigência do capitalismo global e eurocentrado, do padrão colonial de poder, do patriarcado.

Referências Bibliográicas

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. Florianópolis: *Estudos Feministas*, maio-agosto/2013, 21(2): 336, p.659-688.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* (26), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2006, p. 329-365.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismos e pós-colonialismos. Florianópolis: *Estudos Feministas*, maio-agosto/2013, 21(2): 336, p. 655-658.

DINIZ, Débora. Quem autoriza o aborto seletivo no Brasil? Médicos, promotores e juízes em cena. In: *PHYSIS*: Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 2003, p. 13-34.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. El feminismo descolonial como epistemología contrahegemónica. In: Funck, Susana Bornéo; Minella, Luzinete Simões; Assis, Gláucia de Oliveira. (orgs). *Linguagens e narrativas*. Tubarão: Copiart, 2014.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilegio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 1995, n. 5, p. 07-41. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065_926_hARAWAY.pdf>. Acesso em: 27/ago./2015.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. Florianópolis: *Estudos Feministas*, 1993, ano 1, p. 07-31.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Florianópolis: *Estudos Feministas*, Florianópolis, setembro-dezembro/2014, 22(3): 320, p. 935-952.

_____. Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. In: *Pensando los feminismos en Bolivia*: Serie Foros 2. 1ª ed. La Paz: Conexión Fondo de Emancipación, 2012, p.129-140.

MATOS, Marlise. Desaios à despatriarcalização do Estado brasileiro. *Cadernos pagu*, julho-dezembro de 2014, (43), p. 57-118.

_____. Democracia, sistema político brasileiro e a exclusão das mulheres: a urgência em se aprofundar estratégias de descolonização e despatriarcalização do Estado In: Brasil. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. *Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Dezembro, 2015, p. 24-34.

PEREIRA, Maria Luíza. *(Des)colonialidade e despatriarcalização do Estado*: perspectivas de um feminismo não-hegemônico e latino-americano. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

SEGATO, Rita Laura. *Gênero e colonialidade*: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Disponível em <http://eces.revues.org/1533>. Acesso em 02.fev.2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Can the subaltern speak?* Marxism and the Interpretation of Culture. London: Macmillan, 1988.

STOLCKE, Verena. O enigma das interseções: classe, 'raça', sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 1, p. 15-42, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10.fev. 2016.

YOUNG, Iris. O ideal da imparcialidade e o público cívico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, setembro - dezembro de 2012, n. 9. Brasília, p. 169-203.

A LUTA PELO DIREITO *À SAÚDE: AS* CORES *DA BANDEIRA*

Elton Araújo de Souza[22]

RESUMO: O presente trabalho buscou apresentar um breve panorama sobre o direito de acesso à saúde por meio do Sistema Único de Saúde, a Previdência e a Assistência Social formando um tripé que compõe o Sistema de Seguridade Social. O SUS representa o compromisso irmado pelo Estado Democrático de Direito em relação ao bem-estar e saúde dos atores sociais sem existir qualquer tipo de distinção, que venha a impedir o acesso de qualquer sujeito em relação a esse serviço. Diante dessas questões, buscou-se reletir sobre as demandas das categorias travesti e transexual que enfrentam diversos preconceitos por conta de suas identidades de gênero. Mesmo o Ministério da Saúde tendo se pronunciado a favor do processo de transgenitalização que atende aos princípios da dignidade humana da comunidade transexual por meio do SUS, pela Portaria n. 2.803, em 2013, muitas são as barreiras enfrentadas, já que existe uma longa lista de espera por essa cirurgia que ocorre somente uma vez por mês em determinados hospitais. Os objetivos foram analisar o direito de acesso à saúde enquanto garantia Constitucional, bem como compreender as questões trans no Sistema Único de Saúde (SUS), assim como visibilizar essas categorias e garantir-lhes os direitos sociais que são inerentes a todo ser humano. Somente assim, será possível construir uma sociedade pautada no respeito aos direitos sexuais e capaz de enfrentar o desaio de se avançar na elaboração de uma cultura de paz, visibilizando e empoderando seus atores sociais por meio de políticas públicas de qualidade e incorporando dimensões mais amplas de acesso ao atendimento dessas demandas, bem como a valorização das diferenças que tendem a enriquecer as relações sociais e a desaiar os modelos vigentes e, com isso, proporcionar a democratização de acesso à saúde no Brasil. A metodologia baseou-se no método dedutivo, tendo como ponto de partida os aspectos mais amplos indo para as questões mais particulares, utilizando-se de pesquisa bibliográica e descritiva, por meio de levantamento de obras que atendessem às questões de gênero e sexualidade, direitos sexuais, transexualidades e travestilidades, com coleta e análise de livros, artigos, revistas e periódicos, com o intuito de se obter dados que, confrontados, puderam oferecer uma base teórica mais consistente ao trabalho.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde. Travesti. Transexual. Dignidade humana. Estado Democrático de Direito.

---

[22] Graduando em Direito pela Faculdade de Administração de Santa Cruz do Rio Pardo (FASC – Santa Cruz do Rio Pardo - SP). Graduado em História pela Universidade do Sagrado Coração (USC - Bauru – SP; 2010). Graduado em Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade Estácio de Sá – campus Ourinhos (FAESO – Ourinhos – SP; 2012). Pós-Graduado – Latu Sensu – em Educação Especial de Professores para o Magistério e Atendimento de Pessoas com Deiciência Intelectual pela Associação de Ensino de Botucatu (UNIFAC – Botucatu – SP; 2012). E-mail: eltonasouza_21@yahoo.com.br.

ABSTRACT: his study aimed to show a brief overview about the right to access to public health care through the National Health System, Social Security and Social Assistance forming a tripod that constitutes the Social Security System. SUS is the commitment made by the democratic state of law in relation to the welfare and health of social actors existing no distinction that would prevent the access to any person in relation to that service. Faced with these questions, we sought to relect on the demands of the transvestite and transsexual categories that face many prejudices because of their gender identities. Even the Ministry of Health had voted in favour of the reassignment process that meets the principles of human dignity of the transsexual community through the SUS, by Order no. 2,803 in 2013, many are the barriers faced, since there is a long waiting list for this surgery which takes place only once a month and in certain hospitals. he objectives were to analyse the right to access to health programs as a constitutional guarantee, as well as understanding the trans issues in the Uniied Health System (SUS) also, visualize those categories and guarantee them social rights that are inherent to every human being. Only then, it would be possible to build a society based on respect to sexual rights and be able to face the challenge of moving forward in the development of a culture of peace, enabling the visualization and empowering of its stakeholders through public quality policies and incorporating broader dimensions on access to the meeting of these demands as well as the appreciation of the diferences with tendency to enrich the social relationships and to challenge existing models and, therefore, to provide access to health democratization in Brazil. he methodology was based on the deductive method, taking as a starting point wider aspects going to more particular ones, using bibliographic and descriptive research through survey works that met the gender and sexuality issues, sexual rights, transsexualities and transvestites through the survey and analysis of books, articles, magazines and journals in order to obtain data that confronted among themselves could provide a more consistent theoretical basis for this work. **Keywords:** Health System Transvestite. Transexual. Human dignity. Democratic state.

1. Introdução

Ao se pensar os corpos como elementos políticos em uma sociedade regrada por normas e regras rígidas, que não admite nada que seja desviante ou subversivo, as travestis e as transexuais são categorias que sofrem enorme marginalização, exclusão e violência cotidianamente. Sendo negado a eles e a elas alguns direitos mínimos como o caso do uso do banheiro e até mesmo aspectos relacionados a cidadania, sendo vistos e vistas como uma subclasse social.

Seus corpos são vistos como anomalias e suas identidades de gênero são vistas pelo campo médico como problema psiquiátrico, ou seja, um transtorno psíquico que precisa de tratamento e, por isso, a transexualidade ainda se faz presente no DSM-IV, CID-10 e SOC[2]. Por conta disso, há uma grande luta da comunidade

2 Nesses três documentos os sujeitos transexuais são construídos como portadores de um conjunto de trans para a despatologização da transexualidade, assim como ocorreu em relação à homossexualidade, que deixou de ser uma doença mental somente no ano de 1973.

Por isso, o presente estudo vem a contribuir de maneira positiva em relação a essas questões, na busca de analisar o acesso de travestis e transexuais no Sistema Único de Saúde e as barreiras encontradas por essas categorias frente a esse serviço público enquanto garantia de direito e acesso como airma a Constituição Federal de 1988.

Assim, a pesquisa em apreço se coloca como uma nova visão de mundo sobre os corpos e os gêneros sendo que até então, o acesso à saúde lhes eram negados, mas houve uma mudança de paradigmas, já que o próprio Ministério da Saúde elaborou materiais referentes a essas questões e redeiniu e ampliou, em novembro de 2013, o processo de trangenitalização no Sistema Único de Saúde, por meio da Portaria n. 2.803.

A metodologia baseou-se no método dedutivo, tendo como ponto de partida os aspectos mais amplos indo para as questões mais particulares, utilizando-se de pesquisa bibliográica e descritiva, por meio de levantamento de obras que atendessem às questões de gênero e sexualidade, direitos sexuais, transexualidades e travestilidades, a partir do levantamento e análise de livros, artigos, revistas e periódicos, com o intuito de se obter dados que, confrontados, puderam oferecer uma base teórica mais consistente ao trabalho.

2. Direito de acesso à saúde

O direito de acesso à saúde no Brasil, é produto do Movimento da Reforma Sanitária, sendo uma garantia Constitucional e sua compreensão é entendida de forma ampla e não somente como um atendimento médico sanitário, mas a saúde é resultado do acesso dos sujeitos e coletividades aos bens e serviços públicos oferecidos pelo Estado, por meio de políticas sociais mais amplas. O Sistema Único de Saúde, a Previdência e a Assistência Social compõe o Sistema de Seguridade Social que representa o comprometimento do Estado Democrático de Direito em relação ao bem-estar e saúde da população em geral, sem que haja distinção alguma entre os sujeitos (BRASIL, 2013).

O entendimento em relação ao direito de acesso à saúde enquanto condição de vida e bem estar do sujeito, vem a irmar o direito social com relação aos serviços de saúde que estão ligados à dignidade humana e passa a ser elemento primordial na cena brasileira, a partir de sua legitimação como resultado de uma estrutura do Estado Democrático de Direito, por meio da Carta Magna de 1988 (DALLARI, 1988).

De acordo com Humenhuk (2004), o direito à saúde compõe os direitos fundamentais e se conigura enquanto elemento que vem a marcar a o momento de transição entre o constitucionalismo liberal para o constitucionalismo social compondo no texto constitucional, a prestação de direitos e deveres impostos ao

Estado, por meio de uma efetiva garantia do direito fundamental à saúde. Então, é possível

indicadores que os consideram como transtornados, possuidores de uma disforia de gênero, possuem uma patologia (BENTO, 2008).

perceber que o Estado Democrático de Direito visa garantir de forma eicaz o direito de todos os cidadãos paralelo aos direitos fundamentais enquanto pressuposto da vida dos sujeitos, pois sem isso, não é possível em se falar de dignidade humana.

Segundo Segre (1997), a Organização Mundial de Saúde (OMS), tem como deinição de saúde não somente a ausência de doença, mas também, a situação de um perfeito bem-estar físico, mental e social do ser humano. Porém essa deinição acaba icando presa quase exclusivamente aos aspectos patológicos sem levar em consideração outros fatores como, por exemplo, a política, pois a saúde precisa ser compreendida enquanto resultado das condições socioeconômicas e ambientais em que os cidadãos estão inseridos.

Com isso, é importante compreender a saúde de uma maneira mais ampla e não reducionista, com foco unicamente na doença, mais sim, considerar as condições que cercam os sujeitos e as suas coletividades. Assim sendo, é primordial que ao se falar em saúde, se leve em consideração como o ser humano se relaciona com o meio social. Logo, o aspecto público da saúde, deve abranger também os campos da política e das leis (BERLINGUER, 1987).

Para Carvalho (1996), o direito à saúde não deve se restringir unicamente à medicina curativa, mas também ao direito à saúde física e mental por meio da medicina preventiva e com educação e cidadania, com foco na higiene, saneamento básico, bem como condições dignas de moradia e trabalho, assim como lazer, uma alimentação saudável, além de campanhas de vacinação, dentre outras. Assim, é nítido que a saúde é um direito primordial do cidadão, que é garantido pelas leis do país.

A vida é um bem valioso e importante para as pessoas e para a coletividade de modo que possam usufruir de uma melhor qualidade de vida, é essencial o acesso de maneira irrestrita à saúde, assim como às condições sanitárias dignas. Por isso, a Constituição Federal de 1988 acabou elencando a importância do direito à saúde no Brasil, sendo que o Estado tem a responsabilidade de possibilitar o acesso a todos, sendo um direito universal que pertence aos brasileiros e também aos estrangeiros que aqui estejam caso venham e necessitar desses serviços referentes à saúde, de maneira gratuita, a im de promover o seu direito e garantia a sua dignidade. Isso demonstra como a saúde foi reconhecida como um direito social primordial pela Carta Maior, incluindo como um dos princípios essenciais que é a dignidade humana. Por ser um Estado Democrático de Direito, busca superar as desigualdades sociais com a inalidade de alcançar justiça social (ANDRADE, 2011).

Uma das competências do Estado é a garantia da saúde aos cidadãos tanto individual quanto coletivamente por meio de políticas públicas que devem ser ações de governo que visam atividade diretas de produção de bens e serviços pelo próprio

ente estatal, em atividades que procuram regular agentes econômicos, medidas e procedimentos em torno das políticas de Estado que emanam do poder público (SCHNEIDER, 2005).

A Carta Maior de 1988, trouxe à tona a importância do direito à saúde no Brasil, pois o Estado é responsável pela promoção e acesso para todos, ou seja, um direito universal que garante a todos os cidadãos brasileiros e também aos estrangeiros o uso dos serviços de saúde de forma gratuita. Nesse aspecto, a saúde é reconhecida como um direito social fundamental por meio da Lei Maior, que estrutura os princípios essenciais da dignidade humana em que o Estado Democrático de Direito busca superar as desigualdades sociais visando alcançar a justiça social (ANDRADE, 2011).

O Estado também deve desenvolver ações de enfrentamento a discriminação e exclusão social de travestis e transexuais, com objetivo de promover a democracia social, a formação de um Estado laico bem como o direito de acesso à saúde e aos direitos sexuais como elemento essencial das políticas públicas (BRASIL, 2013).

O direito de acesso a saúde é considerado essencial e deve valer de forma equitativa para todos os cidadãos, independente de classe, etnia, sexo, com vistas a construir uma sociedade mais justa e igualitária entre todos. Com isso, é possível airmar que o SUS é um sistema composto por diversas instituições, tais como, a união, os estados e municípios. É único porque possui o mesmo princípio doutrinário de atuação em toda a extensão territorial brasileira e sua organização ocorre por meio da mesma organização (MARQUES, 2008).

De acordo com Marques (2008), a construção do SUS se baseia nos princípios constitucionais como:

> Universalidade: Este princípio está relacionado com o acesso aos serviços de saúde, todas as pessoas têm direito ao atendimento e cabe ao Estado assegurar este direito. Apresenta caráter constitucional, não podendo o Estado fazer qualquer tipo de distinção entre seus usuários. Esse princípio não necessita de requisitos para sua fruição devendo ser igualitário e universal o acesso às ações e serviços de saúde. O Município é o responsável pela organização e execução dos serviços destinados à saúde.
>
> Equidade: O objetivo principal é minimizar as desigualdades. Signiica tratar desigualmente os desiguais proporcionando um maior investimento onde a carência é maior. Todo cidadão é igual perante o Sistema Único de Saúde, e o mesmo será atendido conforme as suas necessidades. Com base nesse princípio o SUS tem por objetivo orientar as políticas de saúde de forma satisfatória a toda população. Integralidade: O princípio da integralidade considera a pessoa como um todo atendendo todas as suas necessidades. Sendo assim, deve integrar as ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação e promover a ligação com outras políticas públicas. Há a

> prioridade para ações preventivas sem prejudicar os serviços assistenciais que tem por inalidade eliminar ou controlar as causas das doenças (MARQUES, 2008, p. 1).

Segundo Infante (2016), a Carta Magna em seu artigo 196, deixa claro que a saúde é direito de todos os cidadão e dever do Estado diante das políticas sociais e econômicas. Dessa forma, todos os direitos fundamentais, incluindo o direito à saúde, devem ser interpretados com base, no princípio da dignidade humana, explicitado no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal como fator primordial da República Federativa do Brasil.

Com isso, Barroso (2009, p. 10), explica que:

> O Estado constitucional de direito gravita em torno da dignidade da pessoa humana e da centralidade dos direitos fundamentais. A dignidade da pessoa humana é o centro de irradiação dos direitos fundamentais, sendo frequentemente identiicada como o núcleo essencial de tais direitos (BARROSO, 2009, p. 10).

Segundo Silva (2002, p.285-286), os direitos sociais podem ser conceituados da seguinte maneira:

> [...] prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas nas normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização das situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade. Valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais mais propícias ao auferimento da igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício efetivo da liberdade (SILVA, 2002, p. 285286).

Dessa forma é possível perceber a importância que o Sistema Único de Saúde tem para promoção da qualidade de vida dos cidadãos e da justiça social, ao promover o acesso de todos a um bem público, já que a grande parcela da sociedade não possui condições inanceiras para pagar por um plano de saúde privado. Nesse aspecto se torna primordial compreender o acesso de travestis e transexuais a esse serviço público.

3. Alguns apontamentos em torno das questões de gênero e sexualidade

Segundo Quintela (2015), a sexualidade possui diversas possibilidades das expressões de gênero na sociedade e estas são permeadas por regras que determinam

nos sujeitos formas de comportamento que são aceitas socialmente, dentro de cada categoria, para a qual, cada indivíduo foi designado, mesmo antes de nascer por conta das projeções sociais. Com isso, tudo que não atenda a esse dispositivo de poder e controle da sexualidade, ou seja, as regras em relação ao masculino e ao feminino é compreendido como uma doença, uma patologia no campo da sexualidade. Todavia, deve-se levar em conta que a ordem social vigente sempre produz diferenças e hierarquias sobre os corpos, levando em consideração o sexo, o gênero e a orientação sexual dos seres humanos. Desta maneira, todo aquele que não se enquadra nessa modelo hegemônico acaba sofrendo vários tipos de violência, tanto física quanto simbólica. Todos aqueles e aquelas que questionam a heterossexualidade e a heteronormatividade por meio de sua identidade de gênero, sexualidade e práticas corporais, que é o caso das travestis e das mulheres e homens transexuais, se tornam alvo constante de uma série de injúrias, que tendem revelar o caráter marginalizador e excludente na qual essas vivências, em relação às identidades de gênero acabam por promover a exclusão na sociedade contemporânea.

De acordo com Silva (1998), a sociedade tende a classiicar os indivíduos, estabelecendo divisões e atribuindo rótulos que tendem a engessar as identidades e assim acabam deinindo e separando de maneira sutil ou mesmo de forma violenta, os grupos sociais e isso promove a discriminação e o preconceito em relação aos sujeitos que não correspondem às normas de gênero. É interessante perceber como as representações hegemônicas obtém maior visibilidade e força, o que as torna como sendo algo real, verdadeiro e natural, em posições centrais de determinados grupos que atendem às normas de gênero, sexualidade, raça, classe, religião, geração, dentre outras.

Contudo, não se pode perder de vista que as identidades sociais, históricas e culturais são políticas, pois elas estão impregnadas de representação e signiicados que tendem a atribuir experiências e práticas que ganham sentido em cada contexto e estruturam relações de poder. Frente a essas questões, grupos à margem do centro vêm a contestar os padrões de normalidade e hegemonia das identidades apresentadas e irmadas como normais, como se houvesse uma essência natural do que é ser masculino e/ou feminino, sendo desconsiderado os aspectos culturais e políticos nesse constructo social (SILVA, 1998).

Frente a esse modelo, se concebe a heterossexualidade como "natural", normal e universal, supondo que todas as pessoas tenham uma tendência inata para escolher enquanto objeto de seu desejo, afetos e jogos sexuais um indivíduo do sexo oposto. Como consequência dessa estrutura de poder, as demais formas de sexualidade são vistas e compreendidas como algo não natural, ou seja, formas de comportamento anormal que acabam sofrendo uma intensa vigilância social, marginalização e diversas formas de preconceito com relação as orientações sexuais e as identidades de gênero de travestis e transexuais (LOURO, 2003).

Nesse aspecto, ao se falar em gênero não se deve pensar unicamente na igura da mulher, mas nas relações de poder, materiais e simbólicas que envolvem todas as pessoas inseridas nas diversas sociedades. Isso signiica visibilizar,

problematizar e questionar os discursos biologizantes, que buscam encontrar uma suposta essência genética e/ou hormonal dos comportamentos humanos, assim como a ciência que procura regular as sexualidades e os gêneros. Mas, se deve pensar em como os instrumentos de poder produzem "verdades" e signiicados que acabam instrumentalizando essas relações na produção de um discurso biológico que consiste em reforçar a categoria sexo, que produz corpos masculinos e femininos, em uma relação binária e dicotômica entre os sujeitos sociais (FOUCAULT, 1990).

Para Louro (2003), falar sobre gênero, signiica questionar as categorias homem e mulher que foram construídas histórica e culturalmente no decorrer da sociedade humana. Por isso que, pensar em gênero é pensar criticamente em como essas relações foram sendo forjadas, contudo, não sendo negada a materialidade dos corpos, mas sempre procurando entender que estes só são compreendidos e lidos socialmente, a partir de símbolos e signiicados culturais, históricos e políticos que são projetados sobre eles.

Nesse sentido, Butler (2003), apresenta o conceito de performance que é fundamental para compreender as questões de gênero e sexualidade, pois de acordo com a teórica, diferentemente do que Simone de Beauvoir dizia, de que não se nasce mulher, mas se torna mulher por meio de imposições sociais. Butler avança ao dizer que, na verdade, homens e mulheres se constroem enquanto tais, diariamente, por meio de uma atuação que vai desde a maneira de andar, gesticular, falar, vestir-se, construindo seus corpos de uma determinada forma, mas sempre tendo como referência a norma hegemônica de gênero. Isso acaba reiterando no cotidiano das pessoas a ilusão de que exista uma substância ou uma essência daquilo que seja masculino e/ ou feminino.

Por isso se torna importante desconstruir essencialismos que se pautam apenas no aspecto biológico, o que tende a limitar a compreensão em relação aos enfrentamentos discursivos que tendem a ser heterossexistas, misóginos, homofóbicos e transfóbicos em relação aos sujeitos que não atendem ao modelo hegemônico (BORTOLINI, 2008).

Para Louro (2003, p. 11), as sexualidades envolvem "rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos e convenções" que são processos fortemente marcados pela cultura, icando claro que não há uma existência natural desse corpo masculino ou feminino. Além do mais, é por meio dos estudos culturais que se deine aquilo que é ou não natural, pois os corpos ganham sentido e signiicados sociais, porque não se pode ignorar que os corpos estão inseridos em um determinado contexto cultural. Nesse sentido, as identidades de gênero e sexuais são resultados das relações sociais, pois elas acabam sendo moldadas segundo as redes de poder existentes na sociedade em diferentes tempos e espaços, chegando os seus relexos até os dias atuais.

Nessa perspectiva, Ferrari (2007), explica que o processo de construção das identidades não ocorrem unicamente nas relações estabelecidas com o(s) outro(s), mas sim na relação constante com as normas hegemônicas de gênero, no qual os indivíduos se constroem enquanto sujeitos sociais e, em muitas situações, essas

pessoas vão enfrentar processos segregacionistas, angustiantes e violentos por conta de não reproduzirem ou não se adequarem a essas relações, porque suas identidades de gênero não correspondem a essa ordem discursiva, como é o caso de homens e mulheres transexuais e de travestis que visam o direito de existir enquanto seres humanos.

Deve-se repensar a sexualidade como autonomia e direito de qualquer ser humano que pretenda ser respeitado em sua dignidade e por isso, a sociedade repensar e problematizar suas normas visando incluir todos os sujeitos, ao invés de estigmatizá-los e de mantê-los à margem da cidadania (BORTOLINI, 2008).

De acordo com Cassal e Bicalho (2008, p. 82), as mais variadas formas de violência e assassinatos com requintes de crueldade, têm por base esses discursos hegemônicos que excluem todos (as) aqueles (as) que não reproduzem o modelo vigente. Então, esses corpos se tornam "ilegítimos, subumanos e dignos de pena", estando sujeitos a todo e qualquer tipo de agressão. Desta forma, o Direito se torna uma forte ferramenta para garantia de direitos às pessoas transexuais e travestis, para manutenção de sua integridade física e com isso o SUS deveria estar adequadamente humanizado para atender às demandas sociais da comunidade trans.

4. Questões trans no sistema único de saúde

Desde a promulgação da Constituição de 1988, o direito à saúde é um direito fundamental de cada cidadão, pois cabe ao Estado promover condições de garantir a todos, independentemente de orientação sexual, raça, etnia, idade e condição econômica, a concretização deste direito. Todavia, mesmo que as leis no Brasil garantam que a saúde é um direito de todos, o que é facilmente observado no dia-a-dia dos serviços de saúde é uma realidade muito diferente do que é expressado na legislação, por conta da grande de discriminação e preconceito com relação aos marcadores sociais da diferença o que acaba descaracterizando o princípio de igualdade e dignidade humana de acesso aos serviços públicos de saúde quando se refere as identidades de gênero de travestis e de homens e mulheres transexuais (BRASIL, 1988).

Segundo Tagliamento, (2012), o olhar dado à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no SUS é uma questão muito atual e esses grupos minoritários em relação a direitos estão obtendo maior visibilidade e acesso aos serviços públicos de saúde que são uma garantia de todos, mas isso só começou a se tornar uma realidade pôr causa da ampliação e conquista de direitos por esta população. O direito à saúde, baseado em um discurso social heteronormativo em que se mantém a sociedade brasileira, acaba sendo uma barreira para que travestis e transexuais consigam usufruir desse direito. Quando esses sujeitos procuram o atendimento no Sistema Único de Saúde, muitos acabam sofrendo diversas situações de violência institucional e preconceito, por conta da identidade de gênero dessas pessoas.

E muitos são os problemas enfrentados pela população LGBT, no que se refere ao acesso a serviços de saúde. Não somente pela reivindicação a atendimento especializado para demandas que não são postas para outros grupos sociais como, por exemplo, as alterações corporais ligadas uso de hormônios e silicone, contudo também pela intensidade da transfobia que costuma recair sobre os sujeitos trans, bem como a escassez de políticas de saúde especíicas que realmente venham a ser eicazes para efetivação de tais benefícios (MELLO et al, 2011).

É possível perceber que as desigualdades no atendimento na área da saúde para a população de travestis e transexuais estão colocadas tanto nos serviços de saúde, que acabam operando de maneira excludente e preconceituosa ao invés de inclusiva e de respeito as diferenças, quanto no âmbito das ações governamentais, que mesmo com o avanço que ocorreu nos últimos anos, ainda demonstra uma total ignorância das demandas em saúde quanto ao atendimento desse seguimento populacional (GUARANHA, 2013).

Segundo Mello *et al* (2011), muitos são os problemas com os quais a população LGBT se defronta quando se refere ao acesso a serviços de saúde que são mais dramáticos nos casos de travestis e transexuais que reivindicam melhor atendimento especializado para suas demandas.

Mesmo existindo a Portaria nº 2.803, de 19 de novembro, que vem a assegurar o direito de pessoas trans em serem tratadas pelo nome social, bem como aprimorar a conduta do atendimento disponibilizado pelo SUS a esse grupo social em especíico, isso só foi possível, por meio da Ação Civil Pública nº 2001.71.00.026279-9/ RS, que reivindicou a inclusão de procedimentos médicos de transgenitalização no SUS, partindo do princípio da igualdade, assim como a preservação e manutenção dos direitos fundamentais de liberdade, livre desenvolvimento da personalidade e respeito à dignidade humana. Além do direito de acesso à saúde enquanto direito garantido pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2013).

Segundo Barata (2009), o acesso desigual aos serviços de saúde tem como referência o conteúdo político e as conotações de injustiça social e desrespeito aos direitos humanos contidos nessa desigualdade, expondo as peculiaridades sociais que sistematicamente colocam alguns grupos em certa desvantagem, com relação à oportunidade de se manter sadio, o que vem a romper com as garantias constitucionais.

> É direito dos cidadãos atendimento acolhedor na rede de serviços de saúde de forma humanizada, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em função de idade, raça, cor, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, características genéticas, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, ser portador de patologia ou pessoa vivendo com deiciência, garantindo-lhes:
>
> A identiicação pelo nome e sobrenome, devendo existir em todo documento de identiicação do usuário um campo para

> se registrar o nome pelo qual prefere ser chamado, independentemente do registro civil, não podendo ser tratado por número, nome da doença, códigos, de modo genérico, desrespeitoso ou preconceituoso [...]. (BRASIL, 2007, p. 4).

Mesmo com o reconhecimento institucional do direito de se utilizar o nome social no SUS, ainda são constantes os depoimentos de não reconhecimento da identidade feminina de travestis e transexuais no sistema de saúde, em que essas pessoas passam por situações constrangedoras e vergonhosas ao serem nomeadas por um nome masculino durante o atendimento (TAGLIAMENTO, 2012).

De acordo com Butler (2012), isso demonstra claramente a igura da abjeção, que também é produzida por meio da estrutura institucional do Estado, que ao se utilizar de um nome masculino para se referir a uma pessoa com uma identidade de gênero feminina, acaba (re)colocando esse ser humano em uma situação constrangedora, não levando em consideração os processos autônomos de construção subjetiva e identitária de cada ator social, ou seja, ao nomear o outro também o está subalternizando-o e retirando dele sua dignidade.

5. Considerações Finais

O direito de acesso à saúde aos cidadãos brasileiros só foi possível por conta dos movimentos sociais organizados que exigiam do Estado, bens e serviços públicos de qualidade para o atendimento de suas demandas. Isso veio a representar o compromisso do Estado Democrático de Direito em relação ao bem-estar e a saúde dessa população.

Muitas são as barreiras enfrentadas por travestis e homens e mulheres transexuais na busca de serem reconhecidas (os) enquanto sujeitos de direitos e de terem uma vida plena na qual possam expressar suas identidades de gênero. Muitas dessas pessoas acabam recorrendo ao sistema judiciário para obter direitos e garantias que muitas vezes lhes são negados como, por exemplo, o direito ao nome e o acesso ao sistema público de saúde que é garantido a todos os cidadãos por meio da Carta Magna de 1988.

A sociedade ainda reproduz discursos que marginalizam e estigmatizam os sujeitos que não reproduzem as normas hegemônicas de gênero, o que acaba resultando nas mais diversas formas de violência.

Apesar dos avanços que ocorreram no Sistema Único de Saúde, muitas travestis e homens e mulheres transexuais são cotidianamente marginalizados e descaracterizados de seus direitos enquanto cidadãos que lutam bravamente pelo direito de existir em uma sociedade que a todo momento tende a negar sua liberdade e autonomia.

Para que o Sistema Único de Saúde seja eiciente e eicaz no atendimento

ao público trans, é necessário que os princípios constitucionais de direito de acesso à saúde se pautem na dignidade humana e no respeito a liberdade, a igualdade e ao próprio corpo para que o Estado Democrático de Direito se irme em uma política plural e multicultural como é a sociedade brasileira.

Referências Bibliográicas

ANDRADE, Zenaida Tatiana Monteiro. Da efetivação do direito à saúde no Brasil. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 86, mar 2011. Disponível em:

<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9037>. Acesso em: 18 maio 2016.

BARATA, Rita Barradas. *Como e porque as desigualdades sociais fazem mal à saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

BARROSO, Luis Roberto. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. *Revista de Direito Social*, 34/11, abr-jun 2009.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BERLINGUER, Giovanne. *Medicina e política*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual e de gênero na escola: uma perspectiva interrelacional e intercultural. In: BORTOLINI, Alexandre (Org.). *Diversidade sexual e de gênero na escola*: educação, cultura, violência e ética. 1. ed.. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão, UFRJ, 2008, p. 26-51.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Brasília, DF, 2013.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Título VIII – da ordem social, seção II – da saúde – artigo 196-200, 1988.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Antônio Ivo de. Da saúde pública às políticas saudáveis: saúde e cidadania na pós-modernidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 1, n. 1, p. 104-121, 1996.

CASSAL, Luan Carpes Barros; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Não importa ser ou não ser: importa parecer: pistas sobre violência homofóbica e educação. In: BORTOLINI, Alexandre (Org.). *Diversidade sexual e de gênero na escola*: educação,

cultura, violência e ética. 1. ed.. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão, UFRJ, 2008, p. 78-93.

DALLARI, Sueli Gandoli. O direito à saúde. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, v. 22, n. 1, p. 57-63, 1988.

FERRARI, Anderson. O que é loba??? É um jogo sinistro, só para quem for homem: gênero e sexualidade no contexto escolar. In: *Anais do 30ª Reunião da ANPED*, Caxambu, MG, 2007. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-2817--Int.pdf>. Acesso em: 22 maio 2016.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

GUARANHA, Camila. Travestis e transexuais: a questão da busca pelo acesso à saúde.

Seminário Internacional fazendo gênero 10. Anais eletrônicos, Florianópolis, 2013. Disponível em: <www.fazendogenero.ufsc.br/10/.../20/1384173144_ARQUIVO_CamilaGuaranha.p>. Acesso em: 18 maio 2016.

HUMENHUK, Herwerstton. O direito à saúde no Brasil e a teoria dos direitos fundamentais. *Jus Navegandi*, Teresina, ano 9, n. 227, 20 fev. 2004. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/4839/o-direito-a-saude-no-brasil-e-a-teoria-dos-direitosfundamentais>. Acesso em: 21 maio 2016.

INFANTE, Graciela Damiani. *Acesso à saúde como direito fundamental*. 2016. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/subs/santoanastacio/institucional/artigos-publicados-no-jornalnoticias-paulistas/acesso-a-saude-como-direito-fundamental>. Acesso em: 18 maio 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MARQUES, Lucimara dos Santos. A saúde pública e o direito constitucional brasileiro. Âmbito Jurídico, Rio Grande, nov. 2008, XI, n. 59. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4643>. Acesso em: 17 maio 2016.

MELLO, Luiz et al. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, 2011, n. 9, p. 7-28.

QUINTELA, Hugo. *Travestis e transexuais e o acesso ao SUS*. 2015. Disponível em: <http://www.ujf.br/polosus/2015/10/07/redacao-polo-sus-travestis-e-transexuais-e-o-acessoao-sus/>. Acesso em: 19 maio 2016.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, jan./jun. 2005, v. 5, n. 1.

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. O conceito de saúde. *Revista Saúde Pública*, 1997, v. 31, n. 5, p. 538-542.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 21. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu. *A poética e a política do currículo como representação*. Trabalho apresentado no GT Currículo da 21. Reunião Anual da ANPED, Caxambu, MG, set. 1998. Disponível em: <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%-C3%A7%C3%A3o%20Continua da/Curr%C3%ADculo/PO%C3%89TICA%20E%20A%20POL%C3%8DTICA%20DO%20C URR%C3%8DCULO%20COMO%20REPRESENTA%C3%87%C3%83O.htm>. Acesso em: 21 maio 2016.

TAGLIAMENTO, G. *(In)visibilidades caleidoscópicas*: a perspectiva das mulheres trans sobre o seu acesso à saúde integral. 2012. 166 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LGBT E DIREITO *À SA*ÚDE: *AVA*NÇOS E DES*A*FIOS

João Elton de Jesus[1]

RESUMO: Impulsionado pela Constituição Federal e pela criação do Sistema Único de Saúde, observamos um grande avanço no que tange às políticas públicas de saúde direcionadas às pessoas LGBT, onde observa-se que ações de efeito puramente sanitário são substituídas por iniciativas que visam a qualidade de vida e dignidade dessas pessoas. Contudo, devido a problemas estruturais discriminatórios veriica-se algumas diiculdades no acesso de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e transexuais aos serviços de saúde conquistados nos últimos anos. Esse trabalho, portanto, tem o objetivo de apresentar tais avanços na área de saúde e apontar alguns entraves existentes para a plena utilização do SUS pela comunidade LGBT.

Palavras-chave: Saúde. Políticas Públicas. LGBT. SUS. Homossexualidade.

ABSTRACT: Boosted by Federal Constitution and the creation of the Uniied Health System (in Brazil Sistema Único de Saúde - SUS) , we saw a great advance with regard to public health policies directed to LGBT people, where it is observed that purely sanitary efect of actions are replaced by initiatives to quality of life and dignity. However, due to discriminatory structural problems there are some diiculties in access by Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender in health services achieved in recent years. his work therefore aims to present these advances in healthcare and point out some of the existing barriers to full use of SUS the LGBT community.
Keywords: Health; Public policies. LGBT. SUS. Homosexuality.

1. Introdução

As Políticas Públicas de saúde para a população LGBT no Brasil se tornaram mais evidentes a partir dos anos 80 quando o Ministério da Saúde, em parceria com movimentos sociais, adotou estratégias para combater a epidemia de HIV/Aids que se instalara no país e estava fortemente associada à população não-heterossexual.

Naquele contexto, ainda nos Estados Unidos, por ter sido identiicada primeiramente em jovens homens homossexuais, a patologia que hoje chamamos Aids era denominada como Grid, sigla em inglês para Imunodeiciência relacionada aos Gays (ARX, 2003), e popularmente conhecida como o "câncer gay". Embora haja muitas teorias que explicam o fato da Aids ter inicialmente proliferado na comunida-

1 Pós-graduado em Juventude no Mundo Contemporâneo pela Faculdade de Filosoia e Teologia – FAJE. Bacharel em Administração com ênfase em Marketing pelas Faculdades Anhanguera. Graduando em Filosoia na FAJE. Participa de Iniciação à Pesquisa Cientiica promovida pela FAJE/Fapemig onde estuda

Corpo, Gênero e Sexualidade e do Grupo de Pesquisa Filosoia do corpo a partir da Fenomenologia e do pensamento analítico arquegenealógico da FAJE/CNPQ. Brasil. E-mail: joao.elt@gmail.com.

de LGBT, o que não pode-se negar é que essas pessoas, devido à ideologia heteronormativa, discriminatória e violenta de grande parte da sociedade, foram marginalizadas e obrigadas a viverem, muitas vezes, sob condições degradantes.

Desta maneira, em decorrência da aproximação junto à população LGBT devido à questão da Aids, o Estado brasileiro pode conirmar (e admitir) o que os movimentos sociais já denunciavam: a baixa qualidade de vida causada principalmente pelo desemprego ou subemprego, somadas às diiculdades de acesso a moradia, alimentação digna, educação e lazer, e agravados pelos constantes crimes de homofobia, mostravam que a realidade LGBT apresentava desaios tão complexos quanto a já grave epidemia da Aids.

Assim, principalmente naquela época, as limitações do governo ainda eram grandes. Além de não se ater de forma efetiva para as necessidades minorias, o Brasil passava pelo processo de redemocratização, de modo que novos horizontes e perspectivas só se tornaram mais tangíveis em 1988, com promulgação da Constituição Federal que passou a entender a saúde como "decorrente do acesso das pessoas e coletividades aos bens e serviços públicos oferecidos pelas políticas sociais universais" (BRASIL, 2013, p.7), e não somente vista a partir de questões sanitárias.

2. Avanços: legislação e as políticas públicas de saúde LGBT

A Constituição Federal em sua seção III, apresenta as orientações sobre as questões de saúde. No art. 196, a democracia brasileira airma que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido, mediante políticas sociais e econômicas, a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

No art. 197, a Carta Magna do Brasil, airma que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, iscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
(BRASIL, 1988).

A partir do art. 198 a Constituição apresenta a ideia central do SUS – Sistema Único de Saúde. Neste item é oicializado que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único que funciona de forma descentralizada, com direção única em cada esfera de governo; visa o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e conta com a participação da comunidade, bem como orienta como esse sistema seria inanciado.

Com a criação do Sistema Único de Saúde, que traz os princípios de universalidade, integralidade e equidade, começou-se a se desenvolver ações que levassem em consideração a população em geral e especialmente as minorias.

> O SUS deve disponibilizar recursos e serviços de forma justa, de acordo com as necessidades de cada um. O que determina o tipo de atendimento é a complexidade do problema de cada usuário. Implica na implementação de mecanismos de indução de políticas ou programas para populações em condições de desigualdade em saúde, por meio de diálogo entre governo e sociedade civil, envolvendo integrantes dos diversos órgãos e setores do Ministério da Saúde (MS), pesquisadores e lideranças de movimentos sociais. Objetiva alcançar a oferta de ações diferenciadas para grupos com necessidades especiais. Os comitês e grupos de trabalho de promoção da equidade em saúde são coordenados pela Secretaria de Gestão Participativa (SGP), que orienta o trabalho para as seguintes situações de exclusão social: população rural, população negra, população cigana e grupos com orientação sexual com demandas especíicas ao SUS (gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais) (BRASIL, 2013a, p. 9)

Em 1996 foi publicada a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde. Os princípios presentes nesse documento garantem o direito de acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde, ao tratamento adequado e efetivo; ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação e ao atendimento que respeite a pessoa, seus valores e seus direitos (BRASIL, 2007). Trata-se de um marco nas Políticas Públicas para saúde, pois leva em consideração, dentro da universalidade da população, que existem especiicidades que devem ser respeitadas e atendidas pelo Estado, valorizando e respeitando as diversidades.

O grande avanço para a implantação efetiva do direito à saúde da comunidade LGBT aconteceu nos anos 2000 quando diversas ações do governo e movimentos sociais foram realizadas. Dessas destacamos três iniciativas: os programas "Brasil sem Homofobia" e "Mais Saúde: direito de todos", ambos de 2008 e a publicação da "Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)" em 2011.

O programa "Brasil sem homofobia" buscou efetivar o direito à saúde das pessoas LGBT ao propor a formação de comitê técnico para estruturar uma Política Nacional de Saúde para LGBT. Também buscou incentivar a produção, acesso e divulgação de conhecimento cientíico sobre saúde LGBT e de indicadores das condições sociais dessas pessoas. Essa iniciativa, teve como proposta efetiva o estabelecimento do Disque-Saúde do Ministério Saúde, uma ouvidoria para receber e encaminhar denúncias de discriminação na rede de saúde.

Inserido numa perspectiva mais abrangente, o programa "Mais Saúde" buscou "aprofundar e atualizar os grandes objetivos da criação do SUS, num

contexto contemporâneo, agregando novos desaios e dimensões para que os objetivos de universalidade, equidade e integralidade possam se concretizar" (BRASIL, 2008, p.8). O eixo "Promoção da saúde" contempla especialmente os grupos vulneráveis, como negros, quilombolas, ciganos, prostitutas e inclui a população LGBT. Como forma efetiva de ação, o programa previa formar 5.000 lideranças de movimentos sociais sobre determinantes e direito à saúde além de implantar e apoiar 27 equipes estaduais em todos municípios acima de 100 mil habitantes para o planejamento e a execução de ações. (Ibidem, p.21)

Por im, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais é o resultado de todos os diálogos e relexões tanto dos programas supracitados como das discussões oriundas das Conferências de Saúde e da Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. O objetivo dessa política é promover a saúde integral de LGBT, "eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo". (BRASIL, 2003).

O documento da Política Nacional de Saúde para LGBT é um marco na participação, reconhecimento e busca por direitos dessa população pois reconhece formalmente que "a discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social reservado às populações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais." (Ibidem, p.19).

Dessa forma, admite-se formalmente que as normas, leis e práticas discriminatórias heteronormativas também devem ser vistas como uma questão de violência, de crime contra os direitos humanos e portanto de saúde pública. Ademais, leva em consideração a transexualidade e os impactos psicológicos oriundos de situações discriminatórias e de exclusão social vivida pela população LGBT.

3. Entraves: o acesso LGBT ao SUS

Embora muito se tem avançado no arcabouço geral sobre a saúde de pessoas LGBT, há muito ainda por se desenvolver. Um dos grandes desaios na tessitura de uma saúde pública universal e de qualidade é conscientizar a população de que a saúde não está limitada à ausência de doenças, mas visa também a qualidade de vida, a satisfação pessoal e o fortalecimento para a vida social. Assim, a saúde "envolve um conjunto de direitos que são condições para o bem-estar físico, psicológico e social, e para o enfrentamento de desigualdades estruturais que impedem as plenas condições de desenvolvimento humano". (BRASIL, 2007b, p.24)

Destarte, se a população em geral ainda tem pouca consciência da importância da saúde e acessa menos os serviços oferecidos pelo SUS do que poderia, quando olhamos para a população jovem esse percalço torna-se ainda mais evidente visto que "os serviços de saúde não aparecem como um lugar importante e prioritário para se encontrar informações coniáveis sobre sexualidade, do ponto de vista dos

adolescentes brasileiros" (id). Essa realidade se torna ainda mais preocupante quando veriica-se a questão de gênero uma vez que

> Os jovens do sexo masculino pouco utilizam os serviços de saúde com o objetivo de cuidar de sua saúde sexual e saúde reprodutiva, assim como no atendimento em planejamento familiar. Sua frequência nos serviços de saúde, especialmente na atenção básica, se dá sobretudo em virtude de agravos relacionados a doenças ou acidentes e lesões. Este fato está relacionado à ideia socialmente vigente de que homens não cuidam de sua própria saúde e, muito menos, dos cuidados inerentes a uma boa saúde sexual e saúde reprodutiva (id, 26).

Quando observamos a população LGBT, que em grande parte é composta por jovens e por pessoas do sexo masculino, veriica-se que o fenômeno da juventude no que tange ao baixo acesso aos serviços do SUS se repete e se agrava. Em pesquisa realizada na favela da Maré, os jovens homens ligados ao movimento LGBT com idade em torno dos 20 anos, informaram buscar atendimento apenas em situações de maior gravidade. "Foram comuns frases como 'Geralmente vou ao posto em último caso, com um problema quando estou quase morrendo' ou 'Não procuro. Só em caso de morte'" (BITTENCOURT , 2014, p.72).

Por mais que a população LGBT tenha ganhado destaque nos agendamentos sociais, essas pessoas são estigmatizadas, vítimas de um poder que deine quem deve ter dignidade, quem deve ser cidadão, quem é humano, pois "o estigma desempenha um papel central nas relações de poder e de controle em todos os sistemas sociais. Faz com que alguns grupos sejam desvalorizados e que outros se sintam de alguma forma superiores. Em última análise, portanto, estamos falando de desigualdade social" (PERES, 2016, p.871).

O baixo acesso e a resistência das pessoas LGBT aos serviços públicos de saúde se dão por diversos motivos que, somados, formam uma verdadeira muralha entre o usuário LGBT e o SUS. Uma das razões para tal distanciamento é o próprio contexto social e cultural que discrimina e marginaliza as pessoas não-heterossexuais, assim, buscar serviços de saúde torna-se algo muito constrangedor: além de expor a sua sexualidade, muitas vezes ocultada da sociedade, tal ato, pode vir acompanhado de alguma doença ou situação cujas causas não são socialmente bem aceitas, podendo gerar culpa, vergonha, medo e ansiedades.

Como os proissionais de saúde não estão isentos dos paradigmas heteronormativos presentes em toda a sociedade, muitas vezes o problema está na relação entre esses proissionais e as pessoas LGBT. Embora o SUS ofereça cursos de capacitação para que seus colaboradores melhor entendam a realidade dessas pessoas, é muito comum presenciar depoimentos de LGBT que não se sentiram bem atendidas e acolhidas nas unidades de saúde, posto de atendimento e hospitais.

Principalmente no caso de travestis e transexuais, o não tratamento pelo

nome social faz com que essas pessoas sintam-se constrangidas e diferenciadas pejorativamente, num sistema que deveria ser equitativo, respeitoso e humanizado. Assim, "chamar o nome masculino no atendimento em saúde, diante de uma sala lotada de outros pacientes, é marcar o "desvio" e a "inadequação" que o/a proissional de saúde está atribuindo àquela pessoa" (BITTENCOURT, 2014, p.76)

> Mesmo dentro do atendimento de pessoas LGBT, observa-se uma hierarquia quanto à "qualidade" e "acolhida" de atendimento. Assim, pautados pela normatividade imposta por padrões heterossexuais, observa-se que pessoas homossexuais "menos afetados", ou seja, que possui uma performance mais próxima daquelas realizadas por pessoas heterossexuais, são melhores atendidos do que homossexuais com performances mais parecidas com aquelas atribuídas socialmente ao sexo feminino, no caso de gays, e ao sexo masculino, nas situações que envolvem lésbicas. Há uma diferenciação no tratamento dado "às travestis "mais pobres, negras, velhas e encrenqueiras" e às travestis jovens, bonitas, "glamourosas" e, por vezes, militantes de movimentos por direitos e cidadania LGBT" (Id).

Tendo em vista que muitas das pessoas LGBT não divulgam a sua condição sexual, a conidencialidade e a discrição são também grandes preocupações por parte dessas pessoas. Muitos, têm receio de serem vistos fazendo um pedido de exame de HIV ou têm medo de que as informações de seu atendimento "vazem" para o bairro ou para conhecidos, principalmente nas unidades básicas de saúde que icam próximas às residências desses usuários. Essa diiculdade torna-se ainda maior na saúde familiar, tendo em vista que pessoas conhecidas, sejam visitas ou parentes, têm mais acesso e conhecimento sobre os procedimentos realizados pelas pessoas não-heteronormativas.

Existem outras questões que merecem ser mencionadas embora necessitem de muita relexão e diálogo para melhor aprofundamento, pois muitos serviços oferecidos pelo SUS à população LGBT, muitas vezes, ainda são vistos de forma negativa pela população pautada pela heterormatividade. Um dos assuntos mais polêmicos é o processo transexualizador ou cirurgia de mudança de sexo, serviço oferecido pelo SUS que engloba um "conjunto de estratégias assistenciais para transexuais que pretendem realizar modiicações corporais do sexo, em função de um sentimento de desacordo entre seu sexo biológico e seu gênero" (BRASIL, 2016).

Embora o Ministério da Saúde airme que "qualquer cidadão que procurar o sistema de saúde público apresentando a queixa de incompatibilidade entre o sexo anatômico e o sentimento de pertencimento ao sexo oposto ao do nascimento tem o direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação" (Id) nem sempre isso acontece de forma tão "tranquila" como apresentam. Há os limites burocráticos, que embora importantes, muitas vezes, faz com que pessoas que desejam utilizar esse serviço o veja com receio e desconiança. Ademais é comum observar indignação por parte da opinião pública que utiliza os argumentos de que o SUS deveria empregar seus recursos para ações mais prioritárias, o que mostra ainda pouco entendimento da sociedade civil no que tange realidade transexual.

Outra questão fortemente debatida pelos movimentos sociais LGBT é o impedimento de doação de sangue por homens que praticaram relações sexuais com parceiros do mesmo sexo nos últimos doze meses antes da doação. Ainda pautado pela epidemia de Aids entre pessoas homossexuais, o Ministério da Saúde alega que o "veto ao sangue gay" se baseia em evidências cientíicas, que airmam que "a taxa de prevalência de HIV entre homens que fazem sexo com homens é de 10,5%; entre usuários de drogas, de 5,9%; e entre mulheres proissionais do sexo, de 4,9%. Na população brasileira em geral, a proporção é bem mais baixa, de apenas 0,4%". (BARRUCHO, 2016). A questão da doação de sangue por homossexuais deve, portanto, ser muito debatida tanto na academia quanto nas discussões sobre políticas públicas.

4. Considerações Finais

É inquestionável os avanços das políticas públicas quanto à saúde da população brasileira e em especial aos jovens e à comunidade LGBT. Trata-se de uma conquista dessas populações que trazem consigo necessidades especíicas e que, portanto, devem ser reconhecidas como sujeitos de direitos e terem suas demandas atendidas, conforme airma a lei.

Além dos problemas estruturais como resistência na busca por serviços de saúde de forma integral, observa-se que assim como na juventude em geral, a comunidade LGBT tem em seu entorno uma série de diiculdades que diicultam a utilização dos serviços do SUS. Tais entraves se dão pelos estigmas preconceitos e impostos à essa população que muitas vezes tem de se esconder para não ser vítima dos vários tipos de violência à ela praticados. A isso soma-se a questão da acolhida e do atendimento que recebem nos postos de atendimento do SUS que muitas vezes não leva em consideração a condição das pessoas LGBT repetindo assim as violências realizadas na sociedade.

Contudo há muito a se caminhar, tendo em vista entraves não só políticos, mas também de cunho cultural e social que devem ser trabalhados em parcerias com as diversas instituições, órgãos governamentais, ONGs e sociedade-civil. Nesse contexto, o preconceito e a discriminação torna-se um dos principais diicultadores para que tantos jovens quanto as pessoas LGBT em geral possam acessar os serviços de saúde conquistados durante anos de lutas e militância.

Referências Bibliográicas

ARX, B. 25 anos de Aids. *Revista Superinteressante*. Ed. 224. Disponível em: <http://super.abril.com.br/ciencia/25-anos-de-aids>. Acesso em: 01. fev. 2016.

BARRUCHO, L. G. 'Meu sangue não vale menos', diz ativista gay sobre proibição à doação de sangue. *BBC Brasil*. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/

noticias/2015/08/150813_depoimento_sangue_ativista_gay>. Acesso em: 02. fev. 2016.

BITTENCOURT. D, *Et al.* Acesso da população LGBT moradora de favelas aos serviços públicos de saúde: entraves, silêncios e perspectivas. *Revista Conexões PSI*. v. 2, n. 2, p. 60-85, jul./dez.2014. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: < http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/conexoespsi/article/download/542/504>. Acesso em 02. fev. 2016.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Câmara dos Deputados. Brasília: 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/ConstituicaoTextoAtualizado_EC84.pdf>. Acesso em: 02.fev. 2016.

_____. *Carta dos direitos dos usuários da saúde* 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_direito_usuarios_2ed2007.pdf> . Acesso em: 01. fev. 2016.

_____. *O SUS e a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013a. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pub_sus.pdf>. Acesso em: 02.fev. 2016.

_____. *Política Nacional De Saúde Integral De Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis E Transexuais*. Brasília: 1. ed., Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>. Acesso em: 02. fev. 2016.

_____. *Brasil sem homofobia*. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf >. Acesso em 01. fev. 2016.

_____. *Marco teórico e referencial: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens*. Brasília: Ministério da Saúde. 2007. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0471_M.pdf>. Acesso em: 02. fev. 2016.

_____. *Mais saúde: direito de todos*: 2008 – 2011. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mais_saude_direito_todos_2ed.pdf>. Acesso em: 01. fev. 2016.

PERES, W. *Travestis, Cuidado de Si e Serviços de Saúde: Algumas Relexões*. Disponível em: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/39/Documentos/travestis_ cuidado_de_si_e_servicos_de_saude.pdf>. Acesso em: 01. fev. 2016.

REVISITANDO POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO LGBT: O MODELO IDENTITÁRIO E SUAS NOVAS ZONAS DE EXCLUSÃO

Rodrigo Broilo[1]

RESUMO: A comunicação oral, da qual se originou este artigo, tem por foco o artigo "Políticas Públicas de Saúde para a População LGBT no Brasil: Identidades Sexuais e Novas Zonas de Exclusão" (BROILO, AKERMAN, 2015), publicado na Revista Cadernos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia, surgido a partir de um trabalho de graduação em Psicologia, que se propunha a uma revisão bibliográica sobre o tema. A proposta é revisitar os resultados apontados no referido artigo, levantar problemáticas que foram sendo pontuadas posteriormente a sua publicação, corrigir distorções e omissões e avaliar criticamente a relevância desse trabalho para o meio acadêmico de Psicologia e para a população LGBT.

Palavras-chave: LGBT. Políticas públicas. Identidade. Teoria queer.

ABSTRACT: he oral communication, which originated this paper, is to focus the article "Políticas Públicas de Saúde para a População LGBT no Brasil: Identidades Sexuais e Novas Zonas de Exclusão" (Broilo, AKERMAN, 2015), published in the journal "Cadernos de Gênero e Diversidade" of the Federal University of Bahia, emerged from a graduate work in psychology, which aimed to review the literature on the subject. he proposal is to revisit the results presented in that article, raise issues that have been subsequently scored the publication, correcting distortions and omissions and critically evaluate the relevance of this work to the academic world of Psychology and the LGBT population.

Keywords: LGBT. Public policies. Identity. Queer theory.

1. Introdução

O artigo "Políticas Públicas de Saúde para a População LGBT no Brasil: Identidades Sexuais e Novas Zonas de Exclusão" (BROILO, AKERMAN, 2015) ao qual busco revisitar neste trabalho, surgiu num processo de pesquisa que se iniciou em 2014, dentro da disciplina de Metodologia da Pesquisa Cientíica, pertencente à grade de disciplinas do curso de graduação em Psicologia da Universidade FUMEC. Foi revisado e submetido em maio de 2015 para a primeira edição da revista "Cadernos de Gênero e Diversidade", da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sendo

1 Graduando em Psicologia da Universidade FUMEC, Belo Horizonte – MG, membro da Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual do Conselho Regional de Psicologia - MG. BRASIL. E-mail:

rodrigobroilo@hotmail.com

aceito em dezembro do mesmo ano. Embora viesse a ser publicado em 2016, ainda possui data de 2015[23].

Nesse período, desde a submissão do artigo, a aquisição de uma série de novos conhecimentos práticos e teóricos, desconstrução de velhos preconceitos e a abertura de novos caminhos de pesquisa foram ocorrendo. A posterior releitura do artigo causou certo desconforto, haja vista a desconsideração de uma série de conteúdos ou até mesmo erros.

Nesse sentido, este trabalho conigura-se enquanto uma "crítica da crítica", onde busco, à luz de novas experiências e saberes, corrigir e redimir essa primeira tentativa de pensar políticas públicas para a população LGBT brasileira, num esforço que talvez não tenha um ponto inal. É importante também ressaltar, que não só de erros e pontos negativos o artigo original é constituído. Ressalto também os pontos que considero, que mesmo sendo uma primeira tentativa de escrita acadêmica neste sentido, ainda assim são coerentes com a realidade, podendo ser considerados como positivos. Outra consideração é retomar temas que não foram abordados, não por descaso, mas por puro desconhecimento.

A intenção aqui é, portanto, retomar a questão das políticas públicas para a população LGBT brasileira e a relação com modelos identitários que criam novas zonas de exclusão, haja vista a ampliação da visão sobre o assunto por esse autor.

2. Crítica da crítica

A escrita do artigo citado anteriormente surgiu como uma primeira tentativa de aproximação com o assunto (a priori bem sucedida), ainda no início da graduação em psicologia (1º período/semestre). Posteriormente a isso, inclusive a submissão do artigo, tive a oportunidade de participar da Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual (inicialmente com a deinição de Grupo de Trabalho – GT – antes de ganhar status de comissão) do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), atuando na participação e elaboração de palestras, Seminário Mineiro, encontros, rodas de conversa e na apresentação de trabalho em Congresso Internacional de Psicologia, ainda em 2016, entre outras. Além disso, as participações nas Conferências Municipal (de Belo Horizonte) e Estadual (de Minas Gerais) de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, como delegado, contribuíram na formação de uma visão prática sobre a elaboração de propostas de políticas públicas. As contribuições das Conferências Municipais e Estaduais são levadas às Conferências Nacionais (da qual não participei), e tornam-se pelas decisões de delegadas e

[23] A publicação em "atraso" foi consequência dos processos de greve das universidades federais ocorridos em 2015. Portanto, por decisão dos editores, apesar de vir a público em 2016, a datação compete ao ano de 2015.

delegados eleitos em demandas que o Governo deve considerar na hora de criar Políticas Públicas ou mesmo Legislações. Nesse sentido, temos que:

> As conferências nacionais vêm contribuindo signiicativamente para a inclusão de grupos que historicamente não tiveram seus interesses representados no processo político brasileiro – como é o caso dos negros, das mulheres, dos índios, dos idosos, das pessoas com deiciência, dos jovens, das crianças e adolescentes, e das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (POGREBINSCHI, 2012, p.9).

A imersão no campo dos estudos de Gênero e Diversidade Sexual e a prática de elaboração de políticas públicas criaram uma ampliação nos sentidos sobre esses temas, para além da teoria. Essa vivência permitiu e instigou a decisão de retomar essa escrita acadêmica, com vistas a abarcar esse conhecimento "ampliado".

Ao abordar os temas de Gênero e Sexualidade, inicialmente, considerei ambos como uma unidade indistinta, como se fosse um todo homogêneo, mesmo tendo um conhecimento teórico de que são conceitos diferentes, que podem ser veriicadas pelo uso da denominação "identidades sexuais" ao longo do artigo, apesar de pontuar questões de gênero. Nesse sentido, considero que é necessário diferenciar as "identidades sexuais" das "identidades de gênero", por esse motivo foi realizada a alteração também no título deste trabalho. Com isso se faz necessário pensar a inclusão de outra dicotomia, além dos citados originalmente (a saber, homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual), de cis/trans, sendo o cis também o termo hegemônico, assim como o homem, o masculino e o heterossexual (BROILO, AKERMAN, 2015). Ainda sobre a diferenciação de identidades, Cardoso e Ferro pontuam que:

> A abreviatura LGBT pode ser enganadora, já que o primeiro grupo (LGB) se refere à categoria de lésbicas, gays e bissexuais, que devem ser compreendidos como identidades sexuais. E o segundo grupo, representado pela sigla T, é utilizado para se referir aos transgêneros (transexuais e travestis), que devem ser compreendidos como formas de identidade de gênero. Apesar de todos passarem por um processo de adoecimento, o percurso é diferente em cada caso (CARDOSO, FERRO, 2012, p.557).

Dentro das "identidades sexuais" LGB, mesmo que haja a citação da existência da bissexualidade, o artigo, reletindo a sociedade, invisibilizou a vivência desses sujeitos em sua necessidade de atenção a saúde em políticas públicas. De mesma forma, e também invisibilizada e estigmatizada com noções errôneas de zoo, necro e até pedoilia, a pansexualidade também não tem sido pontuada, até por ser vista pelo senso comum como um "braço" da bissexualidade. Entendidas como orientações

sexuais voltadas a ambos os gêneros, masculino e feminino, ou mesmo independente de gêneros, tanto a bissexualidade quanto a pansexualidade dizem respeito a uma sexualidade que não é "mono-orientada", como o caso das hetero e homossexualidades. No que tange a bissexualidade, única comumente citada, a que normalmente encontra aporte na literatura é a vivenciada por mulheres, talvez por uma noção também de senso comum que mulheres (cis e/ou trans) possam ser "realmente bissexuais". Sobre a situação da bissexualidade no campo da saúde, Valadão e Gomes (2011, p.1451) pontuam que:

> Lésbicas e mulheres bissexuais não têm apoio por parte dos proissionais de saúde para verbalizar suas orientações sexuais quando buscam assistência. Tal situação escamoteia um atendimento seguro, produzindo exclusão e violência simbólica, apesar dos programas governamentais preconizarem o contrário.

A invisibilização por parte dos proissionais de saúde pode gerar prejuízos à saúde das mulheres tais como "alto grau de estresse; desconforto por causa do não acolhimento das especiicidades de suas demandas de saúde e baixa efetividade em tratamentos" (VALADÃO, GOMES, 2011, p.1457).

> A assexualidade também é uma questão não discutida, nem mesmo no meio do movimento LGBT. Pessoas que não se atraem sexualmente por nenhuma outra categoria ou marcador, sexual ou de gênero, e que, portanto não praticam (ou praticam pouco, por demanda social) o ato sexual, tem quais necessidades em termos de saúde?

Já quanto às identidades de gênero T, negligenciaram-se, por falta de conhecimento, as demandas dos homens trans. À época da construção desse artigo, mencionei apenas a existência e pontuei as demandas das travestis e mulheres transexuais, sem sequer saber da existência real de homens trans. Recentemente, felizmente, houve um largo estudo publicado pela Universidade Federal de Minas Gerais, via Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT – NUH – sobre a saúde da população de homens trans, sob formato de relatório, intitulado "*Projeto transexualidades* e saúde pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens *trans no Brasil*" que supre a lacuna deixada no artigo aqui analisado (NUH, 2015). Outra questão relevante, que se faz necessária é que a caracterização de quem é travesti e quem é mulher transexual, na vivência prática, se dá mais por auto deinição do que por qualquer procedimento médico cirúrgico, feito ou não. Esse ponto ainda é controverso e o senso comum ainda marca a cirurgia de redesignação sexual como o limiar entre a travestilidade e a transexualidade feminina, embora algumas literaturas a discutam (SAMPAIO ET Al., 2014; PERES, 2011; MISKOLCI 2011).

Ainda no campo das identidades de gênero, durante as Conferências de Direitos Humanos e Cidadania LGBT surgiu às demandas, não apenas de saúde, mas de modo geral, das pessoas "não binárias". As "não binárias" são pessoas que não se

identiicam com gêneros binários, masculino e feminino, situando-se em um "a parte" dos mesmos. Outras denominações no campo das identidades de gênero, que fogem do binarismo, surgem no campo das identiicações pessoais, tais como gêneros-luidos, *genderqueer*, agênero, bigênero, ou mesmo *queer*, entre outras. Não é intenção aqui descrever e catalogar, haja vista, como discutido no artigo original, a classiicação "acaba por criar novos paradigmas de exclusão" (BROILO, AKERMAN, 2015, p. 242).

Uma questão sequer mencionada no artigo inicial (até por não fazer parte da sigla LGBT), e que ainda requer muita discussão e estudo, além de respaldo do ponto de vista da saúde, é a população intersexual (ou intersexo), que não se encontra contemplada ainda, nem na população LGBT e nem nas políticas públicas.

Esse é um ponto que demonstra que identidades sexuais ou de gênero, por si só, não são suicientes para deinir os sujeitos. Os intersexos, outrora conhecidos pelo termo hermafroditas, seriam pessoas cuja caracterização genital em nível visível, genético ou bioquímico como homem ou mulher torna-se inviável ou diicultada. Nesse sentido, o biopoder sustentado pelo saber médico designa que os corpos precisam ser ajustados, posto que "a im de manter as divisões de gênero, precisamos controlar aqueles corpos que são tão refratários que chegam a apagar as fronteiras. Como os intersexuais literalmente corporiicam os dois sexos, contribuem para enfraquecer as airmações sobre diferenças sexuais." (FAUSTO-STERLING, 2001, p.27). Por esse motivo, a situação dos intersexos é tão invisível aos olhos da sociedade e também das políticas públicas, já que seus corpos são "consertados" ainda na primeira infância a im de poderem ser lidos como um dos dois binários. Complementar a isso temos que:

> Imposição da norma de gênero tem um motor social e não cientíico. A falta de pesquisa sobre a distribuição normal da anatomia genital, assim como a falta de interesse de muitos cirurgiões em usarem esses dados quando eles existem, ilustram claramente essa airmação. Do ponto de vista dos praticantes da medicina, o progresso no manejo da intersexualidade envolve a manutenção do normal. Consequentemente deve haver só dois escaninhos: macho e fêmea. O conhecimento desenvolvido pelas disciplinas médicas dá aos médicos o poder de sustentarem uma mitologia do normal, alterando o corpo intersexual para ajustá-lo, tanto quanto possível, a um dos dois escaninhos (FAUSTO-STERLING, 2001, p.26-27).

Como ponto positivo e relevante abordado no artigo original, considero que a análise de como o modelo identitário cria novas zonas de exclusão ao delimitar e identiicar sujeitos como sendo de uma ou outra categoria sexual e/ou de gênero, determinando assim se eles serão ou não atendidos por determinada política (BROILO, AKERMAN, 2015), é importante e se mantem mesmo com a expansão das categorias e o vislumbre de outras antes não consideradas. Trabalhos sobre

Políticas Públicas para a População LGBT tornam-se válidos por demonstrar que o "desconhecimento das redes de apoio e das políticas públicas e até mesmo a generalização da problemática pode conigurar, logo, uma barreira para o acesso dessa população a um serviço de saúde que a atenda de forma integral" (CARDOSO, FERRO, 2012, p. 562).

3. Considerações Finais

A retomada desse artigo tem por objetivo ressaltar o quanto este tema da Diversidade Sexual e de Gênero não se esgota e deve ser retomada com frequência toda e cada vez que a sexualidade e o gênero humano sejam expandidos ou questionados. Assim como quer as teorias utilizadas para referendar o ponto de vista de que um modelo identitário cria novas zonas de exclusão, é preciso pensar as pessoas e as políticas públicas para além das identidades estanques e acabadas que deinem os sujeitos como sendo isso ou aquilo. Ainda não se chegou nesse patamar em termos de políticas públicas de saúde, mas é preciso discutir sempre e ampliar os horizontes de conhecimento sobre os estudos de gênero e sexualidade, pois estamos sempre e constantemente quebrando alguma norma. Considero ainda, que existe a possibilidade de se criar políticas públicas, e até mesmo leis, que não criei "caixinhas" onde os sujeitos são "arremessados" de forma a classiica-los (processo este onde sempre alguns sujeitos acabarão por icar na borda das caixas ou mesmo fora delas – novas zonas de exclusão), aja visto o caso da lei de identidade de gênero Argentina, "Lei n. 26.743, de 9 de maio de 2012" onde "Establécese el derecho a la identidad de género de las personas" (ARGENTINA, 2012) que em nenhum momento do texto cria ou delimita as possibilidades de gênero a seus cidadãos.

Ainda com todas as questões de incongruências e omissões, por falta de conhecimento mais aprofundado e vivencial sobre o tema, o artigo aqui analisado ainda se faz relevante para o meio acadêmico já que há poucas publicações sobre o tema, ainda que o mesmo tenha se expandido nos últimos anos.

Referências Bibliográicas

ARGENTINA. *Lei n. 26.743, de 9 de maio de 2012*. Establécese el derecho a la identidad de género de las personas. *Boletín Oicial de la República Argentina*, Buenos Aires, 24 maio 2012. Disponível em: <http://www1.hcdn.gov.ar/BO/boletin12/2012-05/ BO24-05-2012leg.pdf>. Acesso em: 26 de outubro de 2016.

BROILO, Rodrigo; AKERMAN, Jacques. Políticas Públicas de Saúde para a População LGBT no Brasil: Identidades Sexuais e Novas Zonas de Exclusão. *Revista Cadernos de Gênero e Diversidade*, UFBA. 2015, Volume I, p. 232-250. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/13571>. Acesso em: 13 de outubro de 2016.

CARDOSO, Michelle Rodrigo; FERRO, Luís Felipe. Saúde e População LGBT: Demandas e Especiicidades em Questão. *Psicologia: Ciência e Proissão*, 2012, n.º 32 (3), p. 552-563. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282024793003>. Acesso em: 26 de outubro de 2016.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em Duelo. *Cadernos Pagu* 2001/02: (17/18), p. 9-79. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a02>. Acesso em: 26 de outubro de 2016.

MISKOLCI, Richards. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In L. Sousa, T. Sabatine, & B. Magalhães (Orgs.), *Michel Foucault*: sexualidade, corpo e direito. (p. 47 - 68). Marília: Oicina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ foucault_book.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2016.

NUH – NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT. Projeto transexualidades e saúde pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans no Brasil. *Relatório descritivo*. Belo Horizonte, 2015, p. 01-109. Disponível em: <http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2016.

PERES, William Siqueira. Travestis: Corpos Nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. In L. Sousa, T. Sabatine, & B. Magalhães (Orgs.), *Michel Foucault*: sexualidade, corpo e direito. (p. 69-104). Marília: Oicina Universitária; São Paulo: Cultura Acad. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ foucault_book.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2016.

POGREBINSCHI, hamy. *Conferências Nacionais e Políticas Públicas para grupos minoritários*. Texto para discussão – 1741. IPEA - Rio de Janeiro, junho de 2012, p. 1-48. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1741.pdf>. Acesso em 26 de outubro de 2016.

SAMPAIO, Juliana Vieira; GERMANO, Idilva Maria Pires. Políticas públicas e crítica queer: algumas questões sobre identidade LGBT. *Psicol. Soc.,* Belo Horizonte, Ago. 2014, v. 26, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 de outubro de 2016.

VALADÃO, Rita de Cássia; GOMES, Romeu. A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2011, n. 21 [4], p. 1451-1467. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v21n4/a14v21n4.pdf>. Acesso em 26 de outubro de 2016.

O ACESSO DOS TRANSEXUAIS AO SUS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: UMA PROBLEMATIZAÇÃO DA DIFERENÇA ENTRE O CAMPO PRÁTICO E AS POLÍTICAS DE SAÚDE INTEGRAL LGBT

Alice da Silva Moreira[1]
Laryssa Monteiro do Rosario[24]

RESUMO: Este trabalho objetivou analisar o relexo das políticas de saúde LGBT existentes a nível nacional, estadual e municipal no serviço de saúde de Canpos dos Goytacazes. Foi realizada busca bibliográica das políticas, encontrando-se resultados a nível nacional e estadual. A falta de uma política municipal tem impactos diretos no acolhimento da população. Em visita ao Hospital Ferreira Machado, nos deparamos com discursos que perpetuam a discriminação e exclusão de transexuais do SUS, apontando a necessidade de pensar meios de mudar as práticas de cuidado altamente instituídas, baseando-se nas diretrizes da PNH, valorizando os processos de formação, gestão e intervenção.

Palavras-chave: Políticas de saúde. LGBT. Transexuais. Política nacional de humanização.

ABSTRACT: he present study makes as analysis about the relex of municipal, statal and national LGBT health policies on the healthcare services of Campos dos Goytacazes. A bibliographic search of the policies was conducted, inding results on national and statal levels. he lack of a municipal policy has direct impacts on the population reception. Visiting Ferreira Machado hospital, we found speeches that reinforce discrimination and exclusion on SUS (Brazilian National Healthcare System), pointing towards the need of thinking about ways to change the highly instituted caring pratices, based on directives of PNH (National Humanization Policy), valuing the processes of formation, management and intervention.

Keywords: Health policies. LGBT. Transexuals. National Humanization Policy.

1. Introdução

O sistema único de saúde (SUS) é um grande marco da proteção social e do direito à saúde, e um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Através dele

[24] Graduanda do curso de psicologia da Universidade Federal Fluminense, Brasil. E-mail: rosariolaryssa@id.uf.br

1 Graduanda do curso de psicologia da Universidade Federal Fluminense, Brasil. E-mail: alicemoreira@id.uf.br

nos é garantido o acesso universal, integral e gratuito à saúde. Após a Lei Orgânica da Saúde (LOS), n.8.080/90, de 19 de setembro de 1990, o SUS foi implementado, devido à grande mobilização popular através do "Movimento Sanitarista". Essa Lei foi complementada pela Lei Orgânica da Saúde n. 8.142, de 28 de dezembro do mesmo ano. A primeira Lei deiniu os objetivos do SUS, que são: a identiicação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde; criação de políticas públicas; a assistência às pessoas; atuar na promoção de saúde e na assistência médica. A Lei complementar estipulou as regras gerais, que estão relacionas à realização das conferências de saúde; o repasse dos recursos inanceiros e regulamentação dos conselhos de saúde. (CRUZ, 2009).

Num período de redemocratização do país, após muita luta, o movimento da reforma sanitária logrou na constituição de 1988 o direito à seguridade social, assegurando direitos relativos à saúde, a previdência e à assistência social.

> A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais: os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País, com a condição de promover o bem estar físico mental e social (BRASIL, 1990, p. 1).

O SUS traz o conceito de ampliação da saúde e garante seu acesso como um direito de todo e qualquer cidadão que esteja em território nacional e como dever do Estado, todos os Seres Humanos tem direito a prestação dos serviços de saúde básica e de especialidades.

> O campo de atuação do SUS é a execução de ações de vigilância sanitária, epidemiológica, de saúde do trabalhador e de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, a organização de politicas e ações de saneamento básico; sangue e hemoderivados; recursos humanos na saúde; vigilância nutricional; proteção ao meio ambiente; de medicamentos e insumos de interesse; de iscalização (alimentos, produtos, transporte, guarda). Desenvolvimento cientiico e tecnológico (BRASIL, 1990, p. 2).

O SUS é um sistema estruturado em nível nacional e se baseia em três princípios doutrinários, que são: universalidade, que garante a saúde como um direito de todos os cidadãos em território nacional, independente de cor, raça ou gênero, ou qualquer outra característica; a equidade, que tem por objetivo diminuir as

desigualdades, resumidamente quer dizer tratar desigualmente os desiguais, fazendo investimentos maiores onde a carência é maior; e por im a integralidade, que garante que ações de saúde combinadas e voltadas para a promoção, prevenção e recuperação de cada cidadão, oferecendo desde o atendimento básico ao procedimento mais complexo, como um transplante de órgão. (CRUZ, 2009).

Levando em conta o histórico de construção da sociedade, baseado em diferenças econômicas e sociais, é necessário atentar para o modo em que tais diferenças interferem na gestão e produção de saúde para os indivíduos e grupos que, através dessa lógica, são inferiorizados e marginalizados. Por esse motivo, o princípio de equidade se torna de extrema importância na construção de um SUS para todos (MATTA, 2007).

> A equidade no acesso às ações e aos serviços de saúde traduz o debate atual relativo à igualdade, prevista no texto legal, e justiica a prioridade na oferta de ações e serviços aos segmentos populacionais que enfrentam maiores riscos de adoecer e morrer em decorrência da desigualdade na distribuição de renda, bens e serviços (VASCONCELOS e PASCHE, 2006, p. 535).

As políticas de promoção de equidade têm sido implementadas pelo Ministério da Saúde e pelas demais esferas do SUS visando diminuir as vulnerabilidades e as condições de desigualdade a que alguns grupos populacionais estão expostos. Essas políticas formam um conjunto de ações e serviços de saúde que ajudarão a alcançar, de forma universal e igualitária, a garantia de acesso resolutivo a esses serviços e ações.

Numa sociedade que segue um padrão heterossexual e que discrimina os que o desaiam, seja no âmbito da identidade sexual (lésbicas, gays, bissexuais) ou no da identidade de gênero (travestis e transexuais), é necessário um grande empenho na construção de serviços de saúde que estejam atentos aos preconceitos e diiculdades encarados pela população LGBT, cuidando para que haja promoção de equidade (CARDOSO e FERRO, 2012).

Pensando a importância de um SUS equânime, este trabalho buscou identiicar na bibliograia quais são as políticas de saúde existentes para a população LGBT a nível nacional, estadual e municipal, e, posteriormente, observar os relexos que a existência ou não dessas políticas tem nos serviços de saúde da cidade de Campos dos Goytacazes, através de entrevistas com proissionais do Hospital Ferreira Machado e militantes do movimento LGBT.

2. Política Nacional de Saúde LGBT

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, lançada em 2008 pelo Ministério da Saúde, teve sua origem em 2004 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da

Presidência da República, inspirada no programa Brasil sem Homofobia, em parceria com movimentos sociais que visavam o combate à AIDS. Trata-se de um marco importante no reconhecimento das necessidades de saúde para além destas questões. O Ministério assumiu a responsabilidade de formular esta Política para o SUS, por meio da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGE). Em novembro de 2007, foi realizada a 13° Conferência Nacional de Saúde, onde a importância da inclusão das necessidades em virtude de orientação sexual e identidade de gênero em uma política nacional voltada para o grupo LGBT, foi reconhecida.

De acordo com a portaria n° 2.836 de 1° de dezembro de 2011 do Ministério da Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais tem como objetivo a promoção da saúde integral LGBT "eliminando a discriminação e o preconceito institucional, contribuindo para a redução das desigualdades e para a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo" (BRASIL, 2011, p. 35). Essa política tem sua marca no reconhecimento de que a discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social a que está exposta a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Essa política, em seus princípios e diretrizes, aborda, por exemplo, a questão da implementação do processo transexualizador no SUS (BRASIL, 2013). O processo transexualizador, também conhecido como cirurgia de mudança de sexo, surgiu de forma legal no Brasil em 1997, pelo Conselho Federal de Medicina - CFM, através da Resolução 1482/97, que aprovou a realização de cirurgias de transgenitalização nos hospitais públicos universitários do Brasil, a título experimental, subordinando as intervenções, também, às normas e diretrizes éticas da Resolução do Conselho Nacional de Saúde n.º 196/1996, sobre pesquisas em seres humanos (ARÁN, MURTA e LIONÇO, 2009).

Podemos constatar que o surgimento da assistência a transexuais no Brasil foi associado pelo modelo biomédico (diagnóstico – cirurgia), observando que, ainda hoje, para que se realizar a cirurgia, é preciso desse diagnóstico que possui pré-requisitos como a maioridade (mínimo de 18 anos para acompanhamento multiproissional e hormonioterapia e 21 anos para procedimentos cirúrgicos), acompanhamento psicoterápico por pelo menos 2 anos e laudo psicológico/psiquiátrico favorável. Se tratando de uma política que objetiva o acesso à saúde de forma integral para uma população que já é marginalizada, podemos argumentar que exigir um laudo psicológico/psiquiátrico favorável ao diagnóstico de transexualidade contribui para a patologização das identidades transexuais, resultando em um processo que ainda é permeado pelo preconceito e perpetua discriminação.

Outra questão abordada nessa política é a garantia do uso do nome social nos serviços de saúde. A identiicação pelo nome de sua preferência, que relita sua verdadeira identidade, diferente de seu nome civil é, desde 2009, um direito garantido

pela carta de Direitos dos Usuários do SUS e deve ser cumprido evitando constrangimento e exposição dos usuários (BRASIL, 2009).

De acordo com o Ministério da Saúde, desde 2013 o Sistema de Cadastramento de Usuários do Sistema Único de Saúde (CADSUS) possibilita a impressão do Cartão Nacional de Saúde (Cartão SUS) com o nome social do usuário. Porém muitos Estados ainda têm dúvidas sobre esse preenchimento.

A inclusão do nome social no cartão do SUS tem como objetivo reconhecer a legitimidade da identidade dos grupos de travestis e transexuais e promover o acesso à rede pública. Além de ajudar a reconhecer a identidade de gênero, promover o direito de ser respeitado e de ter acesso digno à saúde pública (TRANSEXUAIS... 2013).

Transexuais podem, por meio de ação judicial, solicitar a mudança de seu nome civil, mas esse processo é longo e difícil, o que muitas vezes inviabiliza tal mudança (RODRIGUES, 2014). Por isso, o uso do nome social se faz de extrema importância, visto que a frustração de ter que atender por seu nome civil, que não tem relação com sua identidade, pode contribuir para o adoecimento dos usuários, além de afastá-los do serviço de saúde.

Para Keila Simpson, atual presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), "a saúde é o setor que mais tem atendido às demandas da população de travestis e transexuais" (TRANSEXUAIS... 2013, p. 1). Além disso, ela considera que o uso do nome social é um grande avanço na defesa da identidade e saúde dessa população.

3. Política Estadual de Saúde LGBT

A nível estadual, a política pública voltada para o grupo LGBT se deu, em um primeiro momento, através do programa Rio Sem Homofobia, inspirado no programa Brasil Sem Homofobia, e "com o objetivo de estabelecer ações e metas, bem como monitorar e avaliar a implementação, nas diversas secretarias, das diretrizes do programa luminense" (RIO SEM HOMOFOBIA, 2007, p. 1).

Para elaboração das diretrizes do programa, ocorreu a 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos para LGBT, em 2008. Posteriormente, criou-se o Conselho Estadual LGBT, que através de diversas sessões ordinárias discutiu pautas pertinentes à população LGBT visando consolidar as políticas públicas no estado. (RIO SEM HOMOFOBIA, 2009)

No que diz respeito ao Conselho, é observado que o foco são as políticas de modo geral, em detrimento das políticas de saúde. Dentre as organizações representadas através de membros do Conselho se encontram Secretaria de Estado de Segurança Pública; Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer; Secretaria de Estado de Educação; Secretaria de Estado do Ambiente; Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Psicologia (CRP) e também movimentos da sociedade civil, no entanto, num somatório de 40 integrantes, apenas 1 representa a área da saúde. Isso nos mostra que a questão da promoção de saúde para a

população LGBT está sendo pouco contemplada, o que é um ponto problemático na constituição do programa. É de muita importância a participação de proissionais da saúde não só na construção das diretrizes do programa, mas na aproximação dos proissionais de saúde do Estado de um modo geral com as questões LGBT, possibilitando, através da discussão sobre tais questões, o entendimento dos paradigmas excludentes desses usuários dos serviços de saúde. Através desse entendimento, se tornaria possível pensar a promoção de equidade voltada para essa população, buscando amenizar as desigualdades enfrentadas por eles no acesso ao serviço.

A partir daí, ao longo dos anos, pudemos observar alguns avanços na construção de políticas focadas na área da saúde. No ano de 2009, a partir da resolução nº 817 da SESDEC (Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil), foi constituído o Grupo de Trabalho Permanente de Políticas de Saúde, Cidadania LGBT e Combate à Homofobia, com objetivo de

> (1) articular, apresentar e concluir as propostas da área da saúde para o Programa Estadual Rio Sem Homofobia e (2) articular, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação das políticas do Programa Rio Sem Homofobia na área da saúde (RIO DE JANEIRO, 2009, p.1).

No ano de 2014, a SES (Secretaria de Estado de Saúde) constituiu o Comitê Técnico de Saúde da População LGBT do Estado do Rio de Janeiro, com base nas Lei Orgânica da Saúde nº 8080 e 8142 de 1990 e na recomendação da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT.

4. Política municipal e os relexos no campo prático

Na busca de uma política municipal de saúde LGBT na cidade de Campos dos Goytacazes, não obtivemos nenhum resultado. Com a preocupação de saber que relexos a não existência dessa política teria nos serviços e no acesso dos usuários, mesmo entendendo que o município está abrangido pela política nacional e estadual, nos sentimos convocadas ao campo para ver de perto a realidade que espera a população LGBT. Para isso, conversamos com os militantes do movimento LGBT, Rafael Borges e Rafael França, além de proissionais da saúde atuantes no Hospital Ferreira Machado.

Para nós, não é novidade que Campos dos Goytacazes é uma cidade extremamente conservadora, mesmo sendo uma das maiores e com mais recursos da região norte luminense. Apesar dessa consciência, fomos surpreendidas pelo discurso que encontramos no Hospital Ferreira Machado, hospital referência no atendimento não só de usuários do município, mas de usuários dos diversos municípios vizinhos.

Na visita ao hospital, conversamos com uma psicóloga e uma assistente so-

cial que estavam de plantão na emergência no dia 03 de julho, para saber as demandas do público LGBT que chegam até o hospital e como esses usuários são atendidos, buscando entender se as proissionais se sentiam preparadas para lidar com esse público.

Na sala da psicologia e assistência social nos deparamos com um despreparo gritante. A psicóloga não sabia a deinição de políticas públicas, muito menos nos responder sobre a existência de uma política de saúde municipal para população LGBT. A assistente social não sabia o que signiicava a sigla LGBT, nos perguntando se era população de rua.

Conforme perguntamos sobre o atendimento, buscando indícios de humanização e acolhimento, nos deparamos com falas atravessadas por preconceito. Identiicamos, por exemplo, imensa diiculdade em falar a palavra travesti, utilizando-se uma conotação de julgamento. Sobre as demandas que atendem, citaram usuárias que realizaram mamoplastia de aumento, que procurariam o serviço devido rejeição do implante. Segundo elas, o atendimento é igual para todos e nunca foi negado, e é utilizado nome social apesar de constar no prontuário apenas o nome civil, mas ao mesmo tempo airmam que "o preconceito existe sim e que está no olhar de cada um, antes mesmo do atendimento [*sic*]" e relatam o caso da chegada de um(a) usuário(a) que a equipe não soube identiicar se era homem ou mulher, provocando riso, e completam dizendo que esse preconceito sempre vai existir.

Além das falas citadas, a psicóloga fez associação da população LGBT à AIDS, ao sugerir que izéssemos uma entrevista no núcleo DST/AIDS do hospital, insistindo que "não é preconceito não, mas lá tem muito gay [*sic*]".

Devemos ressaltar que, ao idealizar a entrevista, buscamos nos afastar da ligação entre homossexuais e AIDS, já que desde a epidemia em 1980 os homossexuais são tratados como grupo de risco e maior população com o vírus. Sendo que, atualmente, heterossexuais adultos são maioria nas novas notiicações de infecção pelo vírus HIV. (TORQUATO, 2014).

> A contaminação pela Aids por meio de relacionamentos heterossexuais estáveis entre as mulheres é assustadora – e muito mais comum do que se imagina. Do total de casos de Aids notiicados entre mulheres no Brasil em 2012, segundo dados divulgados pelo Sistema de Informações de Agravos de Notiicação (Sinan) no inal de 2013, 86,8% decorreram de relações heterossexuais com pessoas infectadas com o HIV. (TORQUATO, 2014, p. 1)

Nós enquanto estudantes de psicologia e cidadãs, não esperávamos encontrar um discurso que denunciasse tão nitidamente a falta de preparo dos proissionais do hospital, e ao desenvolver das falas, sentimos imensa frustração e nos sensibilizamos com situação vivida pelos usuários que obtiveram um atendimento discriminatório no sistema único de saúde em Campos. Diante do incômodo, as perguntas formuladas para a entrevista se perderam, e nos vimos paralisadas.

Além das proissionais do Hospital Ferreira Machado, entrevistamos representantes do movimento LGBT, que em suas falas corroboraram o que foi visto no hospital.

Rafael França, professor de história da rede pública municipal e estadual na cidade de Campos dos Goytacazes e membro do Coletivo Gaytacazes, da Universidade Federal Fluminense, que realiza um trabalho com as travestis e transexuais na cidade, nos conta:

> No contato que eu tenho, principalmente com as travestis, é essa falta de acolhida logo no primeiro acesso ao sistema público, quando elas chegam, muitas vezes não se reconhece o nome social delas e isso é um tipo de constrangimento, são tratadas como homens e isso é também algo que diiculta para que ela permaneça naquele sistema, então às vezes ela chega com uma coisa simples como uma gripe ou algo do tipo e saí porque não teve um bom atendimento, aí ela vai retornar já quase morrendo. Até para o sistema isso é ruim, porque vai gastar muito mais, etc. E acho que pensando numa forma geral também quando a gente fala da população LGBT a gente tem especiicidades como as lésbicas, que muitas vezes vão ao ginecologista, se ela não tem relação com homem o ginecologista não pensa que ela tem relação sexual, porque não considera uma relação que não tenha penetração com o pênis como uma relação sexual. O atendimento é muito complicado, porque as vezes ela tem um HPV ou alguma doença decorrente de uma relação heterossexual antiga e isso não vai ser identiicado.

Rafael Borges, militante LGBT e estagiário do NUGEDS (núcleo de extensão de gênero diversidade e sexualidade) do Instituto Federal Fluminense campus Centro, nos conta sobre o trabalho desenvolvido no núcleo, voltado para atender as demandas sociais da cidade, buscando praticar acolhimento humanizado e provendo atendimento psicológico à população LGBT. O núcleo também faz intervenções dentro da instituição, como o "diver cine", rodas de conversa, palestras e leitura de textos, abertos para toda população. Rafael relata ainda o caso de um homem homossexual que foi estuprado por outro homem e que, ao procurar ajuda em um hospital do município, foi ridicularizado e teve atendimento negado, pois os proissionais não entenderam o caso como estupro.

Com o reconhecimento que que existem movimentos que lorescem no município e se contrapõem à lógica vigente, tentamos não deixar a sensação de frustração e impotência nos paralisar deinitivamente, mas nos encher de força e energia para buscar alternativas e fazer a diferença.

O Brasil é um dos países que mais mata transexuais e travestis no mundo, tendo entre janeiro de 2008 e março de 2014, 604 mortes registradas (CAZARRÉ, 2015). É preocupante identiicar um discurso que legitima essa violência permeando

um serviço cujo objetivo é promover saúde. Se faz necessário pensar estratégias para evitar que os dispositivos do SUS sejam causadores de adoecimento.

5. A Política Nacional De Humanização como norte na busca de caminhos possíveis

A política nacional de humanização é um movimento que resiste à lógica biomédica, propondo mudança, através um atendimento que não seja hierarquizado, que não coloque o médico como detentor do saber e o paciente como passivo nessa relação. Propõe ainda, que haja transversalidade e abertura na comunicação entre os grupos, entre os funcionários e pacientes, além da inseparabilidade entre clínica e política. (SANTOS FILHO, BARROS e GOMES, 2009).

> As diretrizes da PNH são suas orientações gerais e se expressam no método da inclusão de usuários, trabalhadores e gestores na gestão dos serviços de saúde, por meio de práticas como: a clínica ampliada, a cogestão dos serviços, a valorização do trabalho, o acolhimento, a defesa dos direitos do usuário, entre outras. Os dispositivos, por sua vez, atualizam essas diretrizes por meio de estratégias construídas nos coletivos concretos destinadas à promoção de mudanças nos modelos de atenção e de gestão em curso, sempre que tais modelos estiverem na contramão do que preconiza o SUS. Entre os dispositivos propostos pela PNH, estão: acolhimento com classiicação de risco, colegiado gestor, visita aberta e direito a acompanhante, equipe transdisciplinar de referência, Programa de Formação em Saúde e Trabalho (PFST), projetos cogeridos de ambiência. A implantação desses dispositivos se efetiva caso a caso, considerando-se a especiicidade dos serviços, partindo sempre da análise dos processos de trabalho, processos que nunca se repetem. A PNH traz, em seu escopo, a articulação de um conjunto de referenciais e instrumentos, operando com eles para disparar processos. (SANTOS FILHO, BARROS e GOMES, 2009, p. 604).

Apostando em um processo de formação com viés libertário e produtor de autonomia e considerando que "a produção de sujeitos se faz no encontro de forças e processos de vários matizes" (HECKERT, 2007, p. 200), em oposição a um processo de formação que produz a compreensão do sujeito como passivo, baseado numa imposição de saberes sobre o outro, entende-se que para criar mudanças no campo prático devemos investir em ações problematizadoras das evidências que nos são dadas, partindo do pressuposto de que o cuidado no campo da saúde deve se constituir enquanto prática por meio do compartilhamento de experiências. Nessa visão, a autonomia se constrói em um processo de negociação e construção coletiva. (HECKERT, 2007).

> [...] temos airmado a formação como potência disruptiva (HECKERT; NEVES, 2007), o que nos lança num campo de análise e interrogação permanente do estado de coisas instituído (as formas) e da abertura ao imponderável e imprevisível campo dos movimentos de criação. Ao ressaltar o caráter intervencionista do conhecimento, recusa-se a falsa dicotomia saber-fazer, formar-intervir, teoria-prática; airmando que formar é intervir. (HECKERT, 2007, p. 202)

Apostando na humanização através do "tripé" da gestão, cuidado e formação, nos sentimos convocadas a buscar caminhos possíveis para produzir mudanças no campo prático de nosso alcance e lutar para que os direitos da população LGBT sejam garantidos.

No viés da formação, o objetivo é convidar os colegas universitários da área de saúde e proissionais atuantes da rede a debater sobre políticas públicas de saúde, através de um curso. Visando quebrar a rotina de ensino por "educação bancária", onde os conteúdos são transmitidos por um mestre de forma mecanicista (FREIRE, 1970), nos propomos a fomentar um ensino crítico, promovendo debates, principalmente sobre assuntos considerados polêmicos, buscando produzir novas ideias e atitudes a partir do entendimento das políticas e a importância coloca-las em prática.

É importante incentivar o trabalho multidisciplinar e dar espaço para troca e construção de saberes, valorizando sempre os diferentes tipos de sujeito e fomentando sua autonomia, estabelecendo vínculos solidários e de participação coletiva no processo de gestão (BRASIL, 2008).

O curso teria carga horária de 60h, dividas em encontros semanais de 4 horas. A coordenação do curso seria feita por alunos da instituição em conjunto com militantes do movimento LGBT, contando com a orientação de professores, abordando questões relacionadas à população LGBT com foco em políticas de saúde, mas aberto às contribuições dos participantes para abordar questões que os interessem dentro da temática.

Apenas apontar os erros dos proissionais é se acomodar na esfera da denúncia, sem causar mudanças. É preciso buscar meios de estabelecer diálogo com esses proissionais, escutando e acolhendo seu ponto de vista e suas demandas, criando então possibilidade de mudança. Por isso, após a conclusão do curso, prezando a troca de saberes e experiências entre proissionais, estudantes, militantes e usuários, o objetivo é a formulação de uma cartilha de propostas para o rumo das políticas de saúde LGBT no município, e utilizá-la como dispositivo para promover rodas de conversa nos serviços de saúde, buscando entender como as demandas dos usuários se apresentam aos proissionais em seu dia-a-dia e qual é o relexo disso na assistência oferecida por eles.

Pensando humanização como inclusão nos espaços de gestão, cuidado e formação, observando as perturbações que são produzidas, pautados pelos princípios

da indissociabilidade entre gestão e cuidado; transversalidade e fomento do protagonismo (BRASIL, 2010), as rodas de conversa se colocariam como local de acolhimento para os proissionais da rede, incentivando a problematização das questões por parte desses proissionais, dando a eles autonomia no processo e permitindo assim a abertura de caminhos rumo à garantia de direitos.

6. Conclusão

A experiência de campo nos mostra que muito ainda precisa ser feito para a consolidação de um SUS universal, integral e equânime. Os direitos à saúde da população LGBT, conquistados após muita luta, são gravemente feridos pelos proissionais que deveriam garanti-los; o que marca, além da violação de direitos, um efeito contrário aos objetivos do SUS, contribuindo para o processo de adoecimento dos usuários em vez de promover saúde.

Contudo, a mudança dessas práticas instituídas não se faz através de denúncia apenas, mas de se apropriar das questões e buscar forças de resistência, criando uma base para pensar ações que contribuam na luta pela despatologização da diferença, interferindo nas práticas de cuidado atualmente instituídas, e assegurando aos usuários o acesso ao serviço de saúde que lhes é de direito.

Referências Bibliográicas

ARÁN, M.; MURTA, D.; LIONÇO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, 14 nº 4, Julho/Agosto 2009. 1141-1149. Acesso em: 7 Julho 2016.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oicial da União. Seção 1. 20/09/1990. p. 18055.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. 4. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 72p: il. color. (Série B. Textos Básicos de Saúde)

BRASIL. Portaria n. 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Diário Oicial da União Seção 1. 14/08/09. p.80.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Formação e intervenção / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. p. 5-12. (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Cadernos HumanizaSUS; v. 1)

BRASIL. Portaria n. 2.836, de 1 de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Diário Oicial da União Seção 1. 02/12/2011. p. 35.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. Saúde e População LGBT: Demandas e Especiicidades em Questão. *Psicologia: Ciência e Proissão*, Brasília, 32 (3), 2012. 552-563. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932012000300003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 17 Julho 2016.

CAZARRÉ, M. Revista Forum. *Revista Forum*, 2015. Disponivel em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/11/14/com-mais-de-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e-transexuais/>. Acesso em: 7 Julho 2016.

CRUZ, M. M. D. Histórico do sistema de saúde, proteção social e direito à saúde. In: OLIVEIRA, R. G. D.; et al (Orgs.). *Qualiicação de Gestores do SUS*. Rio de Janeiro: EAD/Ensp, 2009. p. 35-47. Disponivel em: < http://www4.ensp.iocruz.br/biblioteca/home/exibedetalhesBiblioteca.cfm?ID=12543&Tipo=B. >. Acesso em: 7 Julho 2016.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 47. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1970.

HECKERT, A. Escuta como cuidado: o que se passa nos processos de formação e de escuta? In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. D. (Orgs.) *Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor*. 1. ed. Rio de Janeiro: Abrasco, 2007. p. 199-212. Disponivel em: <http://www.redehumanizasus.net/61192-modos-de-formar-e-modos-de-intervir-quando-a-formacao-se-faz-potencia-de-producao-de-coletivo-heckert-alc-neves-cab>. Acesso em: 17 Julho 2016.

MATTA, G. C. Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde. In: MATTA, G. C.; PONTES, A. L. D. M. *Políticas de saúde*: organização e operacionalizaço do sistema único de saúde. Rio de Janeiro: EPSJV / Fiocruz, 2007. p. 61-80.

RIO DE JANEIRO. Resolução nº 817, de 03 de setembro de 2009. Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil. Disponível em: <http://www.legislacaodesaude.rj.gov.br/component/content/article/9-resolucoes/4517-resolucao-sesdec-n-817-de-03092009.html?highlight=WyJsZ2J0Il0=&Itemid=101>. Acesso em 17 Julho 2016.

RIO Sem Homofobia, 2007. Disponivel em: <http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/secao/sobre/o-programa>. Acesso em: 4 Julho 2016.

RIO Sem Homofobia, 2009. Disponivel em: <http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/secao/sobre/conselho>. Acesso em: 4 Julho 2016.

RODRIGUES, G. Nome Civil X Nome Social. *JusBrasil*, 2014. Disponivel em: <http://gustavorodriguesgr18.jusbrasil.com.br/artigos/111988247/nome-civil-x-nome-social>. Acesso em: 19 Julho 2016.

SANTOS FILHO, S. B.; BARROS, M. E. B. D.; GOMES, R. D. S. A Política Nacional de Humanização como política que se faz no processo de trabalho em saúde. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 13, supl. 1, 2009. 603-613. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832009000500012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Julho 2016.

TORQUATO, G. *LerSaúde*, 2014. Disponivel em: <http://www.lersaude.com.br/hiv-cresce-numero-de-mulheres-infectadas-com-o-virus-em-relacoes-estaveis/>. Acesso em: 19 Julho 2016.

TRANSEXUAIS e travestis poderão usar nome social em cartão do SUS. *Portal Brasil*, 2013. Disponivel em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/01/transexuais-e-travestis-poderao-usar-nome-social-em-cartao-do-sus>. Acesso em: 5 Julho 2016.

VASCONCELOS, C. M. D.; PASCHE, D. F. O Sistema Único de Saúde. In: CAMPOS, G. W. S. et al (Orgs.). *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, Editora Fiocruz, 2006. p. 531-562.